



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Luiza Palha Maçaneiro

De Araxá ao Intento de Ruptura: a dimensão da técnica no Serviço Social

Florianópolis

2026

Luiza Palha Maçaneiro

De Araxá ao Intento de Ruptura: a dimensão da técnica no Serviço Social

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Serviço Social

Orientador: Prof. Jaime Hillesheim

Florianópolis

2026

Palha Maçaneiro, Luiza

DE ARAXÁ AO INTENTO DE RUPTURA : a dimensão da técnica
no Serviço Social / Luiza Palha Maçaneiro ; orientador,
Jaime Hillesheim, 2026.

184 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Técnica. 3. Documentos
Profissionais . 4. Processo de Renovação do Serviço
Social. I. Hillesheim, Jaime . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social. III. Título.

Luiza Palha Maçaneiro

De Araxá ao Intento de Ruptura: a dimensão da técnica no Serviço Social

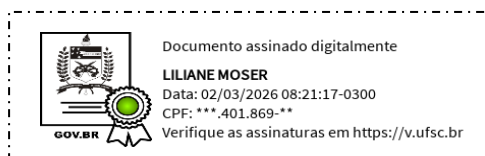
O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em nove de fevereiro de 2026, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Erlênia Sobral do Vale, Dr.(a)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

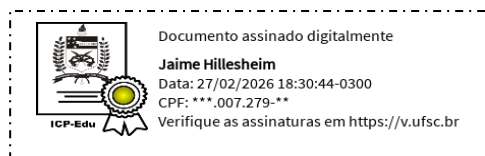
Prof.(a) Luciana Gonçalves Pereira de Paula, Dr.(a)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Ricardo Lara, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Serviço Social



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Jaime Hillesheim, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2026.

À Zurilda, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Partindo da perspectiva de que a produção de conhecimento é um movimento coletivo, isto é, legatária tanto do arsenal produzido pela humanidade quanto das inter-relações estabelecidas no momento presente, é inconcebível não reconhecer a importância das pessoas que fizeram parte do meu cotidiano ao longo do mestrado. Correndo o risco de me esquecer de alguém, com afeto e ternura, agradeço:

Aos meus pais, Maria Cristina e Rogério, pelo apoio às minhas escolhas e pelo suporte incondicional dado ao longo desse percurso acadêmico. Lembro-me, em muitos detalhes, do cuidado de vida de vocês perante mim. De maneiras distintas, cada qual de modo particular, vocês contribuíram sobremodo à realização deste mestrado. No âmbito familiar, agradeço, também, ao meu irmão, André, que, mesmo distante nos últimos anos, sempre se faz presente no meu cotidiano e, sem se esforçar, me traz a sedução pela vida.

Ao professor Jaime Hillesheim, por me acompanhar um tanto da minha trajetória de pesquisas e estudos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), enquanto orientador. Pela condução minuciosa — com rigor, ética, sensibilidade e generosidade — da minha trajetória no mestrado. Atravessar essa etapa sob sua orientação foi uma experiência intelectualmente exigente e profundamente formadora. Reafirmo, ao final deste percurso, a honra que foi partilhar esses anos de orientação com você.

Ao professor Ricardo Lara, pelo diálogo atento e constante e pelas incitações teóricas — plenas de entusiasmo e de uma genuína sede pela história como critério da verdade — que acompanharam este percurso de pesquisa e de escrita. Tais momentos foram de suma importância à minha trajetória intelectual.

Às professoras Erlênia Sobral do Vale e Luciana Gonçalves Pereira de Paula, pelo aceite em compor a banca de qualificação e defesa de mestrado e pelas considerações, de monta, acerca deste trabalho.

Aos amigos que o mestrado me concedeu: Victor Goulart Righetto e Pedro Tonial, pelos longos debates acalorados após as aulas e pela presença cotidiana. Foram grandes respiros frente à dinâmica da universidade. Gabriel Santana Martins, pelas conversas e sensibilidade de escuta. Pablo Ramon Diogo, pela sua percepção atenta aos detalhes. E Eduardo Lima, que me ajudou, com atenção e generosidade, a navegar pelos labirintos do mestrado.

A todos os integrantes, discentes e docentes, do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Questão Social e América Latina (NEPTQSAL), pelo compromisso com a ciência, mediante um debate sério e solidamente embasado. Bem como ao quadro docente e administrativo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao lado dos trabalhadores terceirizados da UFSC.

Aos integrantes do grupo de estudos sobre a obra de Álvaro Vieira Pinto, formado por pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelos estímulos às reflexões críticas, pelas discussões enriquecedoras e pelo constante apoio intelectual.

Às minhas amigas de vida: Aline, Carol, Gabriela, Isabela e Maria, agradeço por estarem sempre ao meu lado, pelo carinho, apoio e por tornarem cada momento especial.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo apoio financeiro, que tornou possível a realização desta pesquisa, e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelo incentivo e suporte durante toda a minha trajetória acadêmica.

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*)

“O homem vangloria-se de ter imitado o voo das aves com uma complicação técnica que elas dispensam” (Carlos Drummond de Andrade, *O avesso das coisas: aforismos*).

“Disso não se deduz de modo algum, como acreditam os vulgarizadores, que se possam negligenciar os problemas puramente filosóficos. Ao contrário, somente a partir de tal conexão pode emergir claramente a diferença entre as questões de fato importantes, de significado permanente, e aquelas divergências professorais sutis e inessenciais. É precisamente o caminho que, partindo da vida social, conduz novamente a ela, aquele que confere ao pensamento filosófico a envergadura que lhe é própria e determina sua profundidade, mesmo no sentido estritamente filosófico.” (Georg Lukács, *A Destruição da Razão*)

RESUMO

No presente trabalho, analisa-se criticamente as concepções acerca da dimensão técnica do Serviço Social brasileiro expressas nos documentos históricos produzidos no contexto do Processo de Renovação, à luz do pensamento do filósofo Álvaro Vieira Pinto. Na pesquisa, adota-se uma perspectiva teórico-metodológica pautada na teoria social crítica e no método do materialismo histórico-dialético, tomando a categoria trabalho como mediação fundamental para compreender a relação entre técnica e desenvolvimento do ser social. Discute-se a técnica enquanto dimensão constitutiva da prática social, destacando suas particularidades no interior da sociabilidade capitalista, marcada pela propriedade privada dos meios de produção e pela subsunção do trabalho ao capital. No plano empírico-documental, analisam-se os documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, buscando identificar as concepções que fundamentam o debate sobre a técnica e suas inflexões ao longo do Processo de Renovação Profissional. Os resultados indicam que a dimensão operacional ocupou a centralidade dos debates registrados em tais documentos, a despeito de, não necessariamente, haver uma concepção reducionista, em absoluto, acerca do fazer profissional do assistente social, particularmente, no que se refere à técnica. Conclui-se que a incorporação do pensamento de Álvaro Vieira Pinto contribui tanto para analisar esta dimensão de maneira mais cuidadosa e atenta aos avanços expressos em tais documentos e nem sempre valorizados na produção intelectual da área, como também para aprofundar a compreensão da técnica como uma propriedade do intelecto humano socialmente determinada, oferecendo elementos para o fortalecimento de uma direção crítica no Serviço Social.

Palavras-chave: técnica; Serviço Social; documentos profissionais.

ABSTRACT

In the present study, the conceptions concerning the technical dimension of Brazilian Social Work expressed in historical documents produced within the context of the Renewal Process are critically analyzed, in light of the thought of the philosopher Álvaro Vieira Pinto. The research adopts a theoretical-methodological perspective grounded in critical social theory and the method of historical-dialectical materialism, taking the category of labor as a fundamental mediation for understanding the relationship between technique and the development of social being. Technique is discussed as a constitutive dimension of social practice, highlighting its particularities within capitalist sociability, marked by private ownership of the means of production and by the subsumption of labor to capital. On the empirical-documentary level, the documents from Araxá, Teresópolis, Sumaré, and Alto da Boa Vista are analyzed, seeking to identify the conceptions that underpin the debate on technique and its inflections throughout the Process of Professional Renewal. The results indicate that the operational dimension occupied a central place in the debates recorded in these documents, despite the fact that there is not necessarily an entirely reductionist conception of the professional practice of social workers, particularly with regard to technique. It is concluded that the incorporation of Álvaro Vieira Pinto's thought contributes both to a more careful analysis of this dimension—attentive to the advances expressed in these documents and not always valued in the intellectual production of the field—and to a deeper understanding of technique as a socially determined property of the human intellect, offering elements for strengthening a critical orientation in Social Work.

Keywords: technique; Social Work; professional documents.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de intervenção proposto pelo Grupo A	92
Figura 2 – Modelo de intervenção proposto pelo Grupo B	100
Figura 3 – Conhecimento para, em e sobre o Serviço Social elencados pelo Grupo B	101
Figura 4 – Delimitação das metodologias mais utilizadas pelo Serviço Social na época de realização do Seminário de Teresópolis	103
Figura 5 – Esquema elaborado pelo grupo do Rio de Janeiro acerca do espaço metodológico do Serviço Social	121
Figura 6 – Explicação do modelo topológico de pesquisa	123

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DE PESQUISA.....	14
1.2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
1.3 ESTRUTURA EXPOSITIVA E SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	27
2 O SER SOCIAL E A TÉCNICA.....	30
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIDA E OBRA DE ÁLVARO VIEIRA PINTO.....	30
2.2 O DESENVOLVIMENTO DO SER SOCIAL E DA TÉCNICA A PARTIR DA CATEGORIA TRABALHO.....	33
2.3 A TÉCNICA FACE À VALORIZAÇÃO DO VALOR.....	43
2.3.1 A mercadoria como constituição celular do capital.....	43
2.3.2 Processo de valorização capitalista.....	48
2.3.3 Capital, técnica e tecnologia.....	54
3 A TÉCNICA NA PERSPECTIVA MODERNIZADORA DA RENOVAÇÃO PROFISSIONAL.....	63
3.1. O PANORAMA GERAL DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO PROFISSIONAL E DA IMPORTÂNCIA DOS SEMINÁRIOS DE ARAXÁ, TERESÓPOLIS, SUMARÉ E ALTO DA BOA VISTA.....	63
3.2 O DOCUMENTO DE ARAXÁ: ORGANIZAÇÃO E QUESTÕES SUSCITADAS.....	70
3.2.1 O Serviço Social como técnica, disciplina de intervenção ou prática institucionalizada.....	72
3.2.2 Objeto e metodologias da ação do Serviço Social em Araxá.....	79
3.3 O DOCUMENTO DE TERESÓPOLIS: A METODOLOGIA E O CARÁTER OPERATIVO DA PROFISSÃO EM EVIDÊNCIA.....	89

3.3.1 A dimensão da técnica no grupo A no Documento de Teresópolis	92
3.3.2 A dimensão da técnica no grupo B no Documento de Teresópolis	99
4 EM BUSCA DA DESVINCULAÇÃO DA PERSPECTIVA MODERNIZADORA: A TÉCNICA EM SUMARÉ E ALTO DA BOA VISTA.....	113
4.1 DOCUMENTO DE SUMARÉ E OS INDICATIVOS DO DEBATE SOBRE A TÉCNICA.....	115
4.1.1 Técnica, Ciência e Prática Profissional.....	117
4.2 AS REFLEXÕES SOBRE A TÉCNICA NO DOCUMENTO DO ALTO DA BOA VISTA	135
4.2.1 Serviço Social como Sistema Cibernético.....	138
4.2.2 O Serviço Social e a Tecnologia Social.....	152
4.2.3 O Serviço Social e a Cientificidade: a busca do marxismo à prática profissional do assistente social.....	162
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS.....	181

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DE PESQUISA

A presente dissertação é resultante do desejo de debater, a partir de uma ótica marxista, a dimensão da técnica no Serviço Social e, com isso, trazer elementos que permitam à profissão compreender essa dimensão em uma angulação mais totalizante, mediante a explicitação do caráter humano-genérico da técnica.

A despeito da dificuldade inerente à delimitação do objeto em um real que, em sua concreção, se apresentará ao pensamento como síntese de múltiplas determinações, optou-se por, à luz do pensamento marxista e da contribuição do filósofo Álvaro Vieira Pinto (2005a; 2005b), analisar de que modo a dimensão da técnica foi tratada no âmbito do Serviço Social. O *lócus* privilegiado de análise esteve nos Documentos de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984).

Nossa aproximação com a referida temática deu-se nos últimos anos do curso de graduação, mais especificamente ao me deparar com a obra *O Conceito de Tecnologia*, de Álvaro Vieira Pinto. Em um primeiro momento, o enfoque central dos estudos foi à dimensão da tecnologia. No bojo desse movimento, o estudo da técnica, paulatinamente, ganhou espaço reflexivo e mostrou-se aspecto relevante para se pensar o Serviço Social. Tal campo de importância ocupado pela técnica em nossas reflexões, por sua vez, abriu caminho para a sistematização das questões suscitadas nesta dissertação.

Dentro do cenário acadêmico, é importante ressaltar que este estudo se insere nas investigações conduzidas por docentes, mestrandos e doutorandos vinculados à segunda linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de nome: *Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana*. Destaca-se, então, que o que será discutido só se tornou possível pelo adubo dos estudos e debates coletivos. Também é verdade que a temática foi nos instigando à medida de nossa participação no processo de pesquisa do professor orientador sobre Serviço Social, trabalho e inovações tecnológicas e, no bojo desta iniciativa, nos projetos de Iniciação Científica, ainda no curso de graduação, no ciclo 2022/2023, quando nos ocupamos de pesquisar

a produção intelectual na área sobre o tema da tecnologia, entre os anos de 2018 e 2022. Nossa participação nos encontros de estudos sobre a obra *“O conceito de tecnologia”*, do filósofo Álvaro Vieira Pinto, no contexto do projeto de pesquisa: *Os desafios do acesso e das intervenções profissionais nas políticas sociais diante das tecnologias de Informação e de comunicação, sob a coordenação da Professora Yolanda Guerra*.

Estas aproximações com o tema nos fez entender que é inconteste que o Serviço Social é uma profissão de caráter eminentemente interventivo (Mota, 2013) e que a preocupação com o como fazer, isto é, com a técnica vem acompanhando a profissão desde seus primórdios. Pode-se, pois, afirmar que essa dimensão sempre esteve presente no “fazer profissional”, podendo-se dizer que a técnica é coetânea ao Serviço Social. Conforme procuraremos demonstrar, defendemos que o tema também sempre esteve presente nas sistematizações do Serviço Social, mesmo quando a capa das inquietações possuía outros contornos para além da técnica

O Serviço Social, em face do seu objeto e independente das concepções sobre este, respondeu, sempre, a questões práticas, situadas no campo do como fazer e do que fazer. Isso, contudo, não impediu que, ao longo do desenvolvimento da profissão, o Serviço Social tenha conquistado o *status* de área do conhecimento, transbordando, positivamente, as fronteiras da própria profissão (Mota, 2013), conquista essa que faz parte do escopo de atuação profissional. Porém, a razão de ser da profissão continua atrelada às intervenções diretas no âmbito das diversas manifestações da “questão social”. Sem esse tipo de prática, a profissão perde o fundamento pelo qual se edificou historicamente e torna-se obsoleta do ponto de vista do que é demandado socialmente a essa especialização do trabalho coletivo inserido na divisão sociotécnica do trabalho.

Como assevera Martinelli (2001), o Serviço Social surge como

[...] uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma grande contradição que impregnou suas entranhas, pois produzida pelo capitalismo industrial, nele imersa e com ele identificada como a criança no seio materno, buscou afirmar-se historicamente [...] como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir (Martinelli, 2001, p.66).

Portanto, o Serviço Social só pode ser plenamente compreendido no contexto do desenvolvimento histórico das relações de produção capitalistas,

considerando, sempre, as especificidades socioeconômicas e políticas do país em que a contradição entre o capital e trabalho se engendra (Castro, 1993).

No Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, umbilicalmente relacionado a um conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais (Netto, 2011). Nessa lógica, conforme o professor José Paulo Netto (2011, p.18), “[...] as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a ‘questão social’, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica”. Esta fase no capitalismo situa-se entre o final do século XIX e início do século XX, onde há uma passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, com uma acentuação das contradições presentes na fase do capitalismo de concorrência, bem como com o surgimento de outros antagonismos atinentes aos monopólios. Contradições essas que deixam o Estado mais poroso às demandas de diferentes estratos da classe trabalhadora. E apenas nesse momento que as manifestações da “questão social” podem tornar-se objeto da intervenção estatal.

[...] O capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dinamizar em toda a escala societária (Netto, 2011, p.29).

A “questão social”, nessa cena, era passível de intervenção estatal na medida em que motivava a mobilização da classe não proprietária dos meios de produção, ameaçava a ordem burguesa ou colocava o fornecimento da força de trabalho ao capital em risco.

Como se assevera na literatura crítica da área, esse nascer do Serviço Social foi marcado por uma compreensão bastante difusa do objeto profissional. A expressão “questão social”, no entanto, não esteve alheia às reflexões profissionais, a despeito de não ser identificada com o objeto profissional por muitas décadas após o surgimento dessa profissão no Brasil.

Conforme Netto (2001), a expressão “questão social” surgiu, no bojo do pensamento conservador, no intuito de dar conta de um dos fenômenos mais marcantes da história da Europa Ocidental: o pauperismo, intensificado pelos impactos da primeira onda de industrialização, iniciada na Inglaterra no último quartel

do século XVIII. Pela primeira vez na história da humanidade, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas (Netto, 2001). No Serviço Social, esse conceito passou a ser identificado com o objeto profissional a partir do Movimento de Reconceituação, por meio de uma reformulação conceitual dessa expressão e de seu deslocamento ao campo crítico da profissão.

Sendo assim, desde seus primórdios a profissão vem desenvolvendo metodologias de ação que visam enfrentar essa assim chamada “questão social” e responder, com maior ou menor grau de clareza, os conflitos de classes inscritos na contradição entre capital e trabalho. Conflitos esses sobre os quais a profissão é intimada a intervir. E tal intervenção, por sua vez, é invariavelmente composta por uma dimensão técnica, ainda que a essa se somam as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

À vista disso, parte-se do pressuposto de que a técnica é uma dimensão ineliminável ao Serviço Social e, de modo implícito ou explícito, está presente em toda e qualquer reflexão e ação dos profissionais de Serviço Social, uma vez que a técnica é uma propriedade constituinte da ação humana no mundo (Pinto, 2005). Assim sendo, buscar-se-á analisar de que modo o Serviço Social vem tratando essa dimensão, a partir das sistematizações profissionais já indicadas.

Entende-se que a técnica é uma capacidade exclusivamente humana que reside no “[...] modo de ser humano que unifica a racionalidade objetiva da natureza à racionalidade subjetiva do homem” (Pinto, 2005, p.136). A técnica, nessa direção, é, por excelência, um adjetivo que qualifica a ação criadora do ser humano no mundo. Só existindo, pois, em razão da existência do homem. Tem-se, portanto, que cuidar para não substantivá-la, isto é, não dotá-la de vida própria uma vez que o seu existir consubstancia-se ao próprio viver humano, na condição de ser social, e tem na atividade do trabalho - enquanto categoria humano-genérica - seus princípios elementares.

No âmbito dessa problemática, os documentos profissionais alhures citados são resultados da realização de quatro dos chamados Seminários de Teorização do Serviço Social no Brasil¹, que foram realizados em épocas históricas distintas, tendo

¹ Os seminários foram organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e contaram com a participação de alguns assistentes sociais, sobretudo aqueles com algum vínculo universitário. Tais seminários, por seu lado, deram origem aos documentos

por base compreender o que é o Serviço Social, mediante a reflexão sobre determinados conhecimentos sobre a realidade nacional, sistematização de metodologias científicas, delimitação dos objetivos do Serviço Social, das funções da profissão e, com bastante destaque, conceber metodologias de ação à profissão. Deste último fator, reside grande parte da importância dos documentos para a presente pesquisa. Vale destacar, nesse sentido, que os supracitados documentos fazem parte de um período da história do Serviço Social intitulado de “Processo de Renovação do Serviço Social”.

No concernente aos chamados Seminários de Teorização, tamanha foi a importância da dimensão da ação nos documentos profissionais, que, logo no início da apresentação do livro que reúne os Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré publicado pela Editora Agir, tem-se a seguinte constatação:

No Brasil, quando, na década dos anos 30, a Igreja desejava formar agentes para a Ação Social, surgiu um ‘modelo franco-belga’, de tendência assistencialista, e, mais tarde, o “modelo americano”, o “modelo clínico”, apoiado em teorias psicodinâmicas. Esses modelos não respondiam ao que a Igreja desejava, mas encontravam aplicação em numerosas obras sociais então existentes, o que tornou a prática da caridade menos empírica e mais racional. Ora, as mudanças que se efetuaram no Brasil nos anos de pós-guerra — o desenvolvimento econômico e político e o progresso das ciências sociais — criaram novas situações problemáticas em todos os setores da sociedade. Apesar de absorvidos por intensa atividade voltada para o reconhecimento da profissão e do ensino de Serviço Social, os assistentes sociais não podiam deixar de constatar as dificuldades criadas, para a melhoria da qualidade de vida, por práticas sociais que, embora revelassem grande dedicação, pouco contribuíam para a realização dos objetivos desejados (CBCISS, 1986, p.7-8).

Tal passagem, por assim dizer, situa a necessidade de renovação do Serviço Social, tendo enquanto pilar fundamental a concepção de novas práticas sociais, mais condizentes com as transformações ocorridas no Brasil, a partir de um maior alinhamento entre fins profissionais e meios de atingi-los. O supracitado escrito coloca em xeque sob quais bases era necessário teorizar sobre o Serviço Social: a da prática profissional, o da metodologia de ação.

Com grande intensidade, a dimensão das metodologias de ação está presente em todos os quatro documentos acima referenciados, com particularidades próprias a cada um deles. Não raro, é possível encontrar, no bojo desses documentos,

que levam o nome destes. A Editora Agir, em colaboração com o CBCISS, publicou todos eles em formato de livros na década de 1980.

capítulos que tratam exclusivamente da metodologia de ação do Serviço Social e da aplicação desta; passagens que consideram o assistente social um “técnico do desenvolvimento” ou que enxergam o Serviço Social como uma técnica social, uma arte do fazer; capítulos que buscam tecer uma concepção científica da prática do Serviço Social; outros que se propõem a demonstrar metodologias científicas que instrumentalizam a prática profissional; conferências que tratam da “tecnologia social”; trabalhos nos quais se analisa a relação do Serviço Social com o sistema cibernético; entre outros.

Entendemos que é indiscutível a fertilidade desses documentos no que diz respeito à possibilidade de analisar a dimensão da técnica no Serviço Social a partir do Movimento de Renovação Profissional. Destacamos, também, os esforços legatários da vertente de Intenção de Ruptura das professoras Yolanda Guerra, Cláudia Mônica dos Santos, Ana Maria de Vasconcelos, Rosa Lúcia Prêdes Trindade, Marilene Aparecida Coelho, Sheila Backx, entre outros. Essas intelectuais, cujas produções teóricas têm grande capilaridade nas bases do Serviço Social, realizam reflexões sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, de modo a contraporem-se ao reducionismo da técnica e, portanto, do “tecnicismo” que em muito influencia as formas de agir profissional

No que diz respeito aos pormenores desta dissertação, a investigação que foi feita buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: como a dimensão da técnica é concebida nos documentos históricos do Serviço Social Araxá (1967); Teresópolis (1970); Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984)? Para tanto, parte-se de algumas perguntas, a saber: Há alguma redução da técnica aos procedimentos e instrumentos nas produções profissionais? O enfoque da profissão, ao tratar da técnica, está mais centrada no sujeito produtor da técnica ou nos instrumentos que são fruto da ação técnica do ser humano sobre a objetividade? O que significa conceber o Serviço Social enquanto uma “técnica social” ou uma “arte de fazer”? Qual fundamento de análise permite instituir o assistente social na condição de “técnico”? Como a profissão, no âmbito das produções, enxerga a importância do conhecimento do real à dimensão do proceder profissional? Qual o impacto, posto no material que será analisado, de uma clara compreensão do objeto profissional à dimensão da técnica? Entre outros questionamentos.

O tema da pesquisa, nessa direção, refere-se a técnica e ao Serviço Social, mais especificamente ao Serviço Social e a técnica nos documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista. Nosso objeto de pesquisa, neste sentido, pode ser definido como as concepções sobre a dimensão da técnica da profissão expressas nos documentos históricos do Serviço Social brasileiro elaborados no contexto do Processo de Renovação do Serviço Social.

É preciso ter no horizonte que a técnica é um modo de ser humano, que unifica a racionalidade, isto é, através da ação humana, une a subjetividade para com a objetividade. Dessa união, tem-se algo novo, resultante da referida fusão. Portanto, conforme nos ensina Álvaro Vieira Pinto (2005a) a técnica é, necessariamente, um elemento qualificador da ação humana no mundo e está intimamente ligada ao desenvolvimento das estruturas cerebrais do homem e da consequente capacidade humana de projetar fins e estabelecer meios para que tais fins sejam atingidos (capacidade teleológica). Concebe-se a técnica como propriedade do intelecto humano em razão da atividade do homem na realidade, seja o caráter dessa atividade material ou espiritual. Álvaro Vieira Pinto (2005) defende que esta capacidade humana de projetar constitui, em verdade, a primeira técnica ou uma “prototécnica”. Dirá o autor que “[j]á no funcionamento mental, possível em virtude da estrutura nervosa superior adquirida no curso da evolução, existe uma técnica, na realidade a mais originária, a prototécnica, pois é a matriz de todas” (Pinto, 2005a, p. 239).

Logo, depreende-se de que a técnica, enquanto qualificadora do agir humano, jamais pode ser concebida de modo apartado do ser humano, isto é, não pode ser compreendida enquanto um elemento passível de tornar-se ente. Uma vez que não se faz possível tecer essa redução, tem-se que considerar que a técnica se relaciona visceralmente com outras dimensões que influenciam o agir humano, como a linguagem e a cultura. Ou melhor, o desenvolvimento da técnica é coetâneo ao desenvolver da linguagem e da cultura, e existe apenas em virtude do seu contrário.

Toda ação humana, assim como a ação profissional, pressupõe conhecimentos, direcionamento, valores, escolhas, procedimentos, instrumentos. Todos esses elementos consubstanciam-se em um mesmo ato humano. Se pensarmos em uma práxis modelo, a do trabalho, nela encontramos a necessidade do conhecimento (com relação ao objeto e aos meios), as finalidades, o exercício da liberdade, os procedimentos, os instrumentos materializando-se em uma só ação. A

técnica é uma propriedade humana - ancorada no desenvolvimento das estruturas nervosas do ser humano - que permite a subjetivação da objetividade e a objetivação da subjetividade. Portanto, ela engloba todos esses elementos inerentes à ação humana no mundo.

A justificativa da relevância desta dissertação reside, desse modo, no já aludido caráter eminentemente interventivo do Serviço Social (Mota, 2013) e no consequente imperativo dessa profissão em refletir teórico-filosoficamente sobre uma dimensão tão cara ao fazer profissional: a técnica. Embora a esfera da técnica perpassasse, umbilicalmente, as discussões profissionais e a ação destes, a reflexão filosófica sobre esse elemento não seguiu a mesma frequência, o que representa um problema a uma profissão que tem sua razão de ser assinalada junto à intervenção para com a população usuária das diversas políticas sociais. Ao não compreender os fundamentos da técnica, a profissão pode enveredar-se por caminhos que ora a colocam em alto grau de destaque, mas nem sempre a partir de uma perspectiva dialética, ora relativizam sua importância na condução do trabalho realizado pelos assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Ambas as compreensões, por sua vez, podem ser nocivas a uma profissão que tem por destaque a intervenção.

Compreender de que modo a técnica foi tratada ao longo do desenvolver do Serviço Social, a partir de documentos e produções da área, à luz de uma compreensão teórico filosófica-crítica sobre a técnica, é também refletir o que dá fundamento ao Serviço Social, em termos de compreensão de mundo, objetivos, a historicidade na qual se insere. Permite pensar globalmente a profissão a partir de uma de suas dimensões mais características e inelimináveis no quadro de nossa sociabilidade: a de sua ação no mundo.

Entende-se que são escassas as reflexões do Serviço Social que buscaram compreender a técnica a partir de seus determinantes ontológicos. A maioria centrou-se em propor metodologias de ação adequadas aos fins que se julgava serem os do Serviço Social. Em outros termos, as reflexões estabelecidas sobre a técnica no Serviço Social, em sua maioria, foram feitas com o foco principal de operacionalizar determinada prática profissional em razão de uma dada necessidade. Centraram-se no como fazer e, por vezes, se esqueceram de quem faz. Quase que uma certa

personificação da técnica e operacionalização do sujeito profissional, ainda que se tenha considerado a dimensão subjetiva no âmbito das ações profissionais.

É mais que imprescindível a uma profissão, cuja razão social reside na intervenção, compreender o que é a técnica, bem como situá-la e analisá-la nos diversos momentos do desenvolvimento histórico do Serviço Social. A técnica, no nosso ponto de vista, não pode ser reduzida a simples habilidade de fazer uso de meios e instrumentos, mas precisa ser compreendida a partir dos elementos que a englobam, a saber: a capacidade humana, os conhecimentos (científicos ou não), objetivos, visões de mundo, historicidade que circunscreve o sujeito profissional. Faz-se preciso considerar a técnica como uma propriedade do profissional, inerente ao seu ser como pessoa humana. Caso contrário, a profissão acaba por dar um peso maior a uma dimensão que concebe entificada, isto é, prioriza os procedimentos e instrumentos do fazer, em face da capacidade de agir do agente profissional. Como se os instrumentos, a partir de um dado momento da trajetória da profissão, prescindissem o próprio sujeito profissional.

Destarte, esta dissertação é relevante na medida em que coloca a dimensão da técnica em outro patamar, isto é, entende esta dimensão como uma propriedade - ineliminável - da ação humana no mundo, umbilicalmente atrelada ao plano da linguagem e da cultura (Pinto, 2005). Entende-se os efeitos deletérios à prática profissional de uma compreensão reducionista sobre a técnica, sobretudo no concernente à atribuição de um valor moral negativo ou positivo a esta. Faz-se preciso abordar técnica em seus determinantes universais e particularizá-la em consequência da prática profissional do assistente social, colocando sempre a centralidade da técnica incidindo no terreno do sujeito profissional.

Há, de fato, poucas produções do Serviço Social que realizaram esse movimento, tão necessário à profissão, de pensar a técnica a partir de suas bases ontológicas. Antes da vertente da Intenção de Ruptura, por exemplo, é difícil encontrar produções cuja reflexão sobre a técnica analise seus determinantes universais e particulares no trabalho profissional do assistente social, o que não necessariamente indica que tais produções anteriores ao Processo de Renovação tenham um caráter tecnicista, ancorado em um fazer pelo fazer. Tal dificuldade, no entanto, também persiste nas produções legatárias da vertente da Intenção de Ruptura, a despeito dos consideráveis avanços frente às produções do Serviço Social Tradicional.

Esta dissertação busca trazer, pois, ao Serviço Social, a contribuição de um autor quase desconhecido no campo profissional: Álvaro Vieira Pinto. As reflexões desse autor sobre a dimensão da técnica e da tecnologia propiciam um solo fértil à análise sobre o modo pelo qual a técnica incide no terreno profissional. De certo modo, busca-se, a partir das contribuições do supracitado intelectual, contrapor-se às análises que reduzem a técnica à um modo de agir ou a determinado instrumento considerado técnico. Entende-se que compreender, de modo científico, a técnica, faz com que se possa reflexionar sua importância ao Serviço Social, sem exageros messiânicos ou fatalistas.

Busca-se, neste trabalho, identificar e analisar criticamente as concepções sobre a dimensão da técnica da profissão expressas nos documentos históricos do Serviço Social brasileiro elaborados no contexto do movimento de reconceituação à luz do pensamento do filósofo Álvaro Vieira Pinto. Procura-se, de modo paralelo, discutir a relação entre o desenvolvimento do ser social e a técnica, a partir da categoria trabalho, destacando as particularidades da técnica no bojo da forma social baseada na propriedade privada dos meios de produção; e analisar as concepções que fundamentam o debate da técnica expressos nos documentos históricos do Serviço Social brasileiro (Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista), identificando as mudanças na compreensão da técnica naqueles contextos históricos;

1.2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa firma-se no método materialista dialético enquanto posição do sujeito perante o desvelamento do real. Tal método refere-se ao movimento do pesquisador diante do objeto com vistas a, mediante investigação, elevar-se, em termos de compreensão, do abstrato ao concreto (Netto, 2011). Em termos mais simples, é um método de natureza ontológica pelo qual o caminho do conhecimento teórico é sinalizado pelo objeto, e o sujeito pesquisador coloca-se em posição de enveredar-se pelo trilho inscrito sobre a processualidade do objeto pesquisado.

É um método que, uma vez ontológico, é dialeticamente unido à teoria marxiana, especificamente à crítica da economia política. Pressupõe, antes de mais nada, a prioridade ontológica do ser em razão da consciência e é balizado por princípios como a historicidade, a contradição, o movimento, mediação e a perspectiva

de totalidade. Não se propõe, de modo algum, à neutralidade, já que o sujeito pesquisador assume, por escolha, uma posição perante o objeto de desvelar a estrutura e a dinâmica deste e, pois, na elaboração teórica, reproduzir idealmente o movimento real do objeto, a partir de um compromisso com a objetividade (Netto, 2011).

A passagem do abstrato ao concreto, da aparência à totalidade, leva em consideração que o

[...] mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive graças ao seu contrário (Kosik, 1989, p.11).

Em outras palavras, a passagem do abstrato ao concreto pressupõe que a aparência de um dado objeto constitui-se simultaneamente de elementos que revelam e escondem a essência desse aparecer. Com vistas a passar da aparência à essência, faz-se preciso que o sujeito pesquisador identifique as particularidades do objeto em análise. Estas particularidades, por sua vez, configuram-se como elemento mediador que permite o movimento da aparência à essência. Percorrido esse trajeto, o pesquisador, ao desvelar a essência de seu objeto, precisa voltar-se ao aparecer deste para que, a nível de pensamento, capte o concreto pensado de seu objeto². O singular é, nesse sentido, ponto de chegada do real e linha de partida do pensamento. O particular, campo de mediação que possibilita o alcançar do universal e o retorno à análise do singular enquanto concreto pensado. Nas palavras de Marx (2008, p.258-259),

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como um

² “Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso. A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão social do trabalho assalariado, o capital etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 2008, p.258)

processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

Parte-se, portanto, do concreto enquanto resultado da processualidade histórica. Concreto esse que, na partida do processo de investigação, se apresenta de modo abstrato ao pensamento. A este, por sua vez, o concreto revela-se como processo de síntese, enquanto caminho de retorno a aparência fenomênica, a partir da síntese das múltiplas determinações do ser pesquisado. O cérebro, nesse sentido, “[...] não se comporta senão especulativamente, teoricamente” (Marx, 2008, p.260). E o “[...] objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência [...]” (Marx, 2008, p.260).

Ao explicitar a perspectiva materialista, Marx e Engels (2007, p.93) afirmam:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material.

A existência do real, portanto, independe da consciência humana. Esta é capaz apenas de apreender totalidades parciais do real, de modo retardatário. O real é, sempre, mais complexo do que a capacidade do pensamento de captá-lo. Portanto, sob o prisma desse método, objetivou-se desenvolver essa pesquisa. Em termos metodológicos, isto é, no que diz respeito aos “[...] meios de que se vale o pesquisador para apoderar-se da matéria [...]” (Netto, 2011, p.26), esta pesquisa possui um caráter fundamentalmente teórico-filosófico e documental e valeu-se do estudo e sistematização de alguns documentos e livros como instrumento elementar de pesquisa.

Dentre os documentos que foram analisados, estão: 1) Documento de Araxá (1967) - Teorização do Serviço Social; 2) Documento de Teresópolis (1970) - Metodologia do Serviço Social; 3) Documento do Sumaré (1978) - Cientificidade do Serviço Social; e 4) Documento do Alto da Boa Vista (1984). Tais documentos, por seu lado, estão contidos em dois livros, a saber: a) *Teorização do Serviço Social: documentos Araxá, Teresópolis e Sumaré*; b) *Teorização do Serviço Social: documento Alto da Boa Vista*. Ambos foram publicados pela Editora Agir, sendo sua organização de responsabilidade do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio

de Serviço Sociais (CBCISS), centro esse que promoveu os seminários que deram origem aos supracitados documentos profissionais.

A escolha dos documentos mencionados em detrimento de outras produções deu-se em virtude do entendimento de que tais documentos condensam, de modo sintético, embora preciso, as principais preocupações do Serviço Social no que diz respeito à operacionalização do sentido social da profissão, isto é, no tocante a técnica. Os seminários organizados pelo CBCISS contaram com a participação de profissionais de diversas localidades do Brasil, a maioria deles ligados aos cursos de formação em Serviço Social. Portanto, de certo modo, personificam grande parte dos estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito das universidades. Entende-se, pois, que os documentos em questão são fonte privilegiada ao estudo da forma como o Serviço Social concebe a técnica entre a década de 1960 e 1980. Indicando, também, os caminhos pelos quais a técnica foi tratada no Serviço Social, em momentos póstumos.

É evidente que outras bibliografias poderiam ser relevantes para o estudo de como a técnica foi concebida ao longo do desenvolvimento do Serviço Social — como, por exemplo, as produções de Mary Richmond, notória expressão da influência do pensamento norte-americano nas práticas do Serviço Social brasileiro. Todavia, compreende-se que — uma vez que o Processo de Renovação do Serviço Social engendrou as bases para o surgimento da vertente da Intenção de Ruptura, intenção essa que ainda imprime sua marca no Serviço Social brasileiro contemporâneo, especialmente no que se refere às produções teóricas, normativas e diretrizes —, os documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista constituem um importante arsenal analítico sobre como o Serviço Social pensou a si mesmo — e, portanto, a técnica — no processo de negação do que se denominava “Serviço Social Tradicional”, assim como nos dão indicativos póstumos sobre a relação da técnica e do Serviço Social.

De modo a dar sustento à análise proposta, foram estudados e analisados alguns livros que lançam luz, de modo direto ou indireto, para se pensar a temática da técnica. A escolha das bibliografias para além dos documentos, de modo algum, deu-se em caráter aleatório. Foram considerados os seguintes critérios de escolha: versar, ainda que indiretamente, sobre o objeto desta pesquisa; consonância com uma

perspectiva crítica; a disponibilidade e circulação no meio acadêmico; relevância histórica das produções; e a notoriedade dos autores.

As obras marxianas foram selecionadas com vistas a fundamentar a análise da técnica e da tecnologia através de uma perspectiva materialista e dialética, orientada pela crítica da economia política. Paralelamente, recorre-se às contribuições de autores da tradição marxista, como Álvaro Vieira Pinto, cuja obra possibilita uma apreensão filosófica mais aprofundada sobre o significado da técnica e da tecnologia no contexto da vida humana. Suas reflexões contribuem para analisar a técnica em uma perspectiva ontológica, recorrendo às bases da ontologia do ser social como mecanismo de situar a técnica em razão do homem, isto é, a técnica em caráter de uma qualificação do pensamento e da ação do ser humano no mundo.

1.3 ESTRUTURA EXPOSITIVA E SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Esta pesquisa, portanto, seguiu alguns passos no que diz respeito aos mecanismos de apreensão do supracitado objeto, que, em termos de retorno, em questão de exposição, culminará no evidenciar da compreensão de técnica disposta nas obras do intelectual Álvaro Vieira Pinto, bem como nos escritos marxianos. Também será abordado o debate sobre a relação da técnica com o desenvolvimento do ser social. Além disso, será discutido o modo pelo qual a técnica incide na esfera da valorização do valor, isto é, qual seu contributo no bojo da sociedade capitalista. Haverá, ainda, na condição de foco principal, a explicitação de como o debate sobre técnica aparece nos documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista.

Os critérios para a análise dos documentos profissionais supracitados se circunscrevem no entender do contexto político, social e econômico que gerou o Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, tendo em vista que os fundamentos do Serviço Social estão umbilicalmente atrelados às determinações que ultrapassam o próprio corpo da profissão; em uma compreensão crítica sobre a dimensão da técnica, propiciada especialmente pelos escritos marxianos e pela contribuição do filósofo Álvaro Vieira Pinto; bem como em um bom entendimento sobre a história da profissão, tendo em Marilda Vilella Iamamoto e José Paulo Netto dois autores de grande significância sobre essa temática.

Em termos de estrutura, esta dissertação organiza-se em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, as análises estão voltadas para a questão da relação entre o ser social e a técnica, buscando situar essa problemática em uma perspectiva histórico-crítica. Nesse sentido, apresenta-se, de forma sucinta, a vida e a obra de um dos principais interlocutores desta pesquisa, Álvaro Vieira Pinto, destacando suas contribuições teóricas para a compreensão da técnica enquanto mediação fundamental da prática humana, na condição de propriedade do intelecto humano. Em seguida, discute-se a interconexão entre o desenvolvimento do ser social, a categoria trabalho e a técnica, evidenciando como essas dimensões se articulam no processo histórico de produção e reprodução da vida social. Por fim, estabelece-se a relação da técnica com a dinâmica de valorização do valor, ressaltando seus vínculos com a lógica do modo de produção capitalista.

Na segunda seção, há um esforço analítico no qual se procura problematizar a técnica no interior da perspectiva modernizadora do Processo de Renovação do Serviço Social, tomando como principal referência os documentos produzidos a partir dos Seminários de Araxá e de Teresópolis. Nesse contexto, na referida seção, realiza-se uma breve retomada das principais características do Processo de Renovação Profissional, situando-o historicamente. Ademais, enfatiza-se a relevância dos denominados Seminários de Teorização do Serviço Social para a consolidação desse movimento, sobretudo em seu momento inicial, evidenciando o papel atribuído à técnica como elemento central na redefinição da prática profissional.

Na terceira seção, por fim, se analisa o momento histórico em que a Perspectiva Modernizadora perde a hegemonia na condução dos debates em torno do Processo de Renovação do Serviço Social, abrindo espaço para o acirramento de disputas teórico-políticas no interior da profissão. É nesse contexto que se realizam os Seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista, considerados marcos importantes desse período de inflexão. No que se refere a ambos, procede-se, de igual modo, à análise da técnica.

Os resultados indicaram que, no âmbito dos documentos analisados, houve uma tendência à substantivação da técnica na figura do assistente social (enquanto técnico), nos procedimentos e instrumentos do fazer profissional e/ou na representação da profissão enquanto sujeito coletivo (Serviço Social enquanto técnica). Isso indica uma redução parcial da compreensão de técnica presente nos

documentos em questão. Por não ser uma redução absoluta, a técnica e a prática do profissional de Serviço Social não foram concebidas como fins em si mesmas, mas sempre estiveram articuladas aos objetivos remotos e imediatos da profissão, aos valores, ao planejamento estratégico, ao embasamento em conhecimentos científicos e à avaliação dos resultados.

Embora tenha sido possível perceber, em certos momentos, uma substantivação e a consequente redução da compreensão da técnica nos documentos analisados, a grande problemática relacionada às considerações postas nos documentos em questão não se restringiu a essa compreensão reduzida, mas sobretudo ao tipo de conhecimento reivindicado pelo Serviço Social para “instrumentalizar” as práticas da profissão.

Por se tratar de um texto dissertativo construído sob determinadas condições objetivas e subjetivas que impactaram diretamente sobre o desenvolvimento do percurso investigativo, cremos que há lacunas ainda a serem preenchidas sobre o debate proposto. Contudo, acredita-se que, o presente estudo, pode suscitar novas questões e reflexões, bem como ensejar novas iniciativas de pesquisa que possam trazer ainda mais luzes sobre a questão da técnica no Serviço Social.

2 O SER SOCIAL E A TÉCNICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIDA E OBRA DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Um dos principais interlocutores desta dissertação é o intelectual brasileiro Álvaro Vieira Pinto, pensador cuja produção teórica se destaca pela profundidade e pela originalidade com que abordou temas como técnica, desenvolvimento e consciência nacional. Apesar da relevância de sua obra para o pensamento social e filosófico brasileiro, Vieira Pinto ainda é um autor relativamente pouco conhecido e explorado no campo do Serviço Social, o que torna necessária uma breve apresentação de sua trajetória intelectual. Nessa via, na presente subseção buscamos contextualizar a vida e obra de Álvaro Vieira Pinto, bem como colocar em evidência a importância desse autor para se pensar a técnica no Serviço Social.

Nascido em 11 de novembro de 1909, em Campos dos Goytacazes (RJ), e falecido em 11 de junho de 1987, no Rio de Janeiro (RJ), aos 77 anos, vítima de infarto decorrente de parada cardiorrespiratória, foi um destacado filósofo, professor, cientista, autor de livros, tradutor e também músico, atuando como violinista. Casou-se em 12 de junho de 1964 com Maria Aparecida Fernandes (Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto), com quem compartilhou sua vida, embora o casal não tenha tido filhos (Gonzatto; Merkle, 2025).

Filho de Carlos Maya Vieira Pinto e Arminda Borges Vieira Pinto, pertencentes a uma família de descendência portuguesa, teve dois irmãos, Arnaldo Borges Vieira Pinto e Ernani Borges Vieira Pinto, e uma irmã, Laura Vieira Pinto. Viveu a maior parte de sua vida no Brasil, residindo em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Entre 1949 e 1950, estudou na França, período em que também visitou Itália, Espanha e Portugal. Ministrou aulas brevemente no Paraguai, entre 1954 e 1955, e, durante o exílio imposto pela ditadura brasileira, residiu na Iugoslávia (1964-1965) e no Chile (1965-1968) (Gonzatto; Merkle, 2025).

Formou-se em Medicina e também cursou Física e Matemática, defendendo em 1949 sua tese em Filosofia. Desenvolveu trabalhos em diversas áreas, incluindo filosofia, educação, trabalho, demografia, ciência, terceiro mundo, tecnologia e cibernética. Ministrou cursos e foi diretor-proprietário da revista *Pelo Brasil*, além de atuar como cronista na *Revista Cultura Política* entre 1941 e 1942. Na Medicina, trabalhou como clínico por um ano em consultório próprio em São Paulo e,

posteriormente, por 16 anos, como laboratorista e pesquisador na Fundação Gaffrée e Guinle, no Rio de Janeiro. Como professor, iniciou lecionando Filosofia das Ciências na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal (UDF). Em 1939, com a extinção da UDF, seus cursos foram transferidos para a recém-criada Universidade do Brasil (UB), onde tornou-se professor adjunto, ministrando cursos de lógica na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e, a partir de 1941, o curso de História da Filosofia como professor substituto. Em 1951, reassumiu a cadeira de História da Filosofia como professor catedrático na FNFfi. Entre 1955 e 1961, chefiou o Departamento de Filosofia do ISEB, ministrando cursos e publicando livros, e de 1961 a 1964 atuou como diretor executivo da instituição, coordenando publicações, traduzindo e escrevendo obras. Durante seu exílio no Chile, trabalhou no Centro Latino-Americano de Demografía (CELADE) como professor, tradutor, autor e ministrante de cursos. Ao retornar ao Brasil, continuou sua atuação como tradutor e autor de livros (Gonzatto; Merkle, 2025).

Com vasta produção bibliográfica, o autor, ao longo de sua carreira, publicou contos, artigos e livros, demonstrando grande diversidade temática. Entre suas primeiras obras estão os contos *O Homem que Creou um Mundo* (1928) e *A Vara de Condão* (1928), seguidos de artigos em revistas como *Considerações sobre o milagre: A objeção da conservação da energia* (1929) e *Jubileo de S.S. Pio XI* (1930). Na década de 1930, publicou o artigo científico *Sciencias: a transmutação dos elementos* (1938), e, em 1941-1942, escreveu a coluna mensal de divulgação científica *Estudos e pesquisas científicas* na *Revista Cultura Política*. Em 1949, defendeu sua tese *Ensaio sobre a dinâmica na cosmologia de Platão* e publicou o artigo *Considerações sobre a lógica do antigo estoicismo*. Outros trabalhos incluem *Duas aulas de filosofia da educação* (1950), *Note sur la traduction de Platon, Timée 43 b* (1952), e livros como *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* (1956), *Consciência e Realidade Nacional* (1960), *A questão da Universidade* (1962), *Porque os ricos não fazem greve?* (1962) e *Ciência e Existência* (1969). Ainda publicou obras em espanhol sobre demografia, como *El Pensamiento Crítico en Demografía* (1973) e *La Demografía como Ciencia* (1975), além de *Sete Lições sobre Educação de Adultos* (1982) (Gonzatto; Merkle, 2025).

Obras póstumas incluem *O Conceito de Tecnologia* (2005), manuscrito de 1973-1974, e *A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos* (2008), manuscrito de 1975. Também contribuiu com prefácios, introduções e orelhas de livros de outros autores,

como Jaspers (1958), Lebrun (1959) e Werneck Sodré (1967) (Gonzatto; Merkle, 2025).

Ao todo, foi um caminho intelectual que nos presenteou com uma tese (1949), nove livros — sete publicados em vida e dois postumamente —, 16 artigos (científicos, de divulgação, acadêmicos e religiosos), três textos literários (dois contos e uma tradução de poema), além de uma apostila, um manual, prefácio, introdução e orelha de livros. Realizou 24 traduções identificadas, registrou a marca da revista *Pelo Brasil* e concedeu três entrevistas que se tem registro (Gonzatto; Merkle, 2025).

No Brasil, entre as obras mais conhecidas do autor, estão: *O Conceito de Tecnologia; Consciência e Realidade Nacional; Porque os ricos não fazem greve?; Ideologia e Desenvolvimento Nacional*; entre outras. Pode-se dizer que a questão nacional foi uma temática que perpassou grande parte das reflexões e produções do autor. Pinto possuía uma destacada preocupação com a temática do subdesenvolvimento e com o imperativo do desenvolvimento nacional, analisando a relação entre ideologia, economia, tecnologia e progresso do país. O tema da ciência, tecnologia e cibernética também ocupou um papel central no pensamento do autor, sobretudo em sua fase mais madura. O cerne contributivo sobre a temática da tecnologia reside na compreensão desta enquanto um produto da consciência humana e da práxis social. Toda invenção, máquina ou processo técnico, nesse lastro, reflete uma forma de pensar e agir no mundo (Pinto, 2005a).

Pelas datas da escrita de suas obras, é possível perceber como Álvaro Vieira Pinto esteve visceralmente preocupado com as questões candentes de seu tempo histórico. Na década de 1950 e 1960, por exemplo, a questão do desenvolvimentismo, pauta histórica de ambas as décadas, foi amplamente trabalhada pelo autor. A partir de 1970, por outro lado, o autor começa a pensar, de modo mais profundo, a dimensão da tecnologia. Esta década, bem como a subsequente, foram marcadas pelo avanço das tecnologias de base digital. Em 1970, tem-se, a exemplo, o surgimento dos primeiros microcomputadores. Dez anos depois, uma certa popularização destes. À vista dessas questões, pode-se perceber como a produção do autor foi consonante com as problemáticas emergentes de seu tempo.

Esta dissertação, diante da vasta produção intelectual do autor, centra-se no legado deixado pela obra póstuma intitulada *O Conceito de Tecnologia*, em seus dois volumes. Entende-se que Álvaro Vieira Pinto apresenta uma forma de conceber a técnica e a tecnologia bastante novas ao Serviço Social.

A despeito de ser possível observar uma convergência de temáticas entre o período de produção do Álvaro Vieira Pinto sobre determinadas temáticas e o momento em que o Serviço Social se preocupava com as mesmas questões, este autor não possuiu incidência no campo profissional. Em 1960, por exemplo, Álvaro Vieira Pinto escrevia sobre a questão do desenvolvimento. Na mesma década, o Serviço Social, no Seminário de Araxá (1967), colocava o desenvolvimentismo como uma proposta central ao Serviço Social. No período de 1980, o Serviço Social, no âmbito do documento do Alto da Boa Vista (1984), mostra-se preocupado em relação às novas tecnologias e o trabalho profissional do assistente social. Mesmo período em que o aludido intelectual já havia produzido importantes reflexões sobre a realidade brasileira, em particular sobre a questão da tecnologia.

Nesse trajeto, entende-se que a contribuição de Álvaro Vieira Pinto às reflexões feitas no âmbito do Serviço Social é suntuosa, apesar da pouca incidência que esse autor possui no campo do Serviço Social. Esta dissertação busca contribuir para reduzir a pouca influência do pensamento do autor na área, esclarecendo a dimensão técnica à luz de suas contribuições, no contexto dos documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista.

Compreender a contribuição de Álvaro Vieira Pinto pressupõe reconhecer que sua reflexão sobre a técnica está profundamente articulada à concepção de trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social. Assim, para apreender de modo mais consistente o lugar da técnica em sua obra — e, por conseguinte, sua relevância para o Serviço Social —, torna-se necessário retomar a categoria trabalho, em sua dimensão histórica e ontológica, tal como formulada por Marx. É a partir dessa base que se pode compreender o desenvolvimento do ser social e a constituição da técnica como mediação essencial ao processo de hominização.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DO SER SOCIAL E DA TÉCNICA A PARTIR DA CATEGORIA TRABALHO

De acordo com Marx (2013, p.255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Enquanto atividade prático-crítica (Marx, Engels, 2007), o trabalho é uma *práxis* ineliminável a todo e qualquer modo de produzir e reproduzir a vida humana. É claro que, a depender da

época histórica, essa categoria assume determinadas particularidades no que diz respeito, sobretudo, à sua forma.

Em termos universais, o trabalho fundamenta-se na capacidade teleológica do ser humano, isto é, a capacidade humana de projetar fins conscientes e elaborar meios para a concretização dessas finalidades. Como bem afirma Marx (2013, p.256), “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios.” No findar do processo de trabalho, “[...] chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente” (Marx, 2013, p.256).

A atividade do trabalho, assim sendo, é uma via de mão dupla no que diz respeito à transformação, isto é, ao mesmo tempo que o sujeito que executa a ação tece transformações no objeto no qual seu trabalho incide, ele é dialeticamente transformado, em termos subjetivos, em razão de sua ação. Transformação do sujeito que resulta tanto do processo de trabalho em si, como dos frutos obtidos através desta ação no mundo. A natureza da matéria e a natureza humana são, pois, dialeticamente transformadas pelo trabalho.

De acordo com Marx e Engels (2007, p.33), “[...] para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material.” Portanto, o trabalho diz respeito a uma dimensão de vida, diz respeito à manutenção e a criação da existência humana. O trabalho e a vida formam uma unidade, desde o primeiro fato histórico. Um existe em razão do outro, a despeito da diferença de suas propriedades constituintes.

O trabalho distingue-se de toda e qualquer outra forma de atividade com vistas a manutenção da existência no mundo animal.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera (Marx, 2013, p. 255).

A distinção entre o tecelão e uma aranha está no fato de que esta não modifica sua natureza mediante a atividade que desempenha. Em outras palavras, a aranha age por mero instinto ao executar determinada prática. Ao contrário do tecelão que, a partir de sua capacidade teleológica, projeta fins e provê meios para alcançar os fins pré-estabelecidos idealmente. Às intercorrências, o ser humano projeta

soluções. O processo torna-se, pois, um meio de desenvolver suas capacidades físicas e intelectivas. A cada recomeço da atividade, o ser humano aprimora sua destreza no trato com o objeto sobre o qual incide o trabalho, diferentemente do reino animal, em que o processo e o produto costumam ser sempre os mesmos.

Sendo assim,

o uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano, razão pela qual Franklin define o homem como “a toolmaking animal”, um animal que faz ferramentas (Marx, 2013, p.257).

O meio de trabalho, nessa lógica, “[...] é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto” (Marx, 2013, p.256). Destaca-se, nessa direção, que “o trabalho é uma categoria inteiramente simples” (Marx, 2008, p.262). Todavia, vale ressaltar que

[...] até as categorias mais abstratas [o trabalho no sentido geral] , apesar de sua validade - precisamente por causa de sua natureza abstrata - para todas as épocas, são, contudo, no que há de determinado nessa abstração, do mesmo modo produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas mesmas condições (Marx, 2008, p.264).

Essa passagem é, portanto, um alerta sobre a importância de localizar as categorias na história. E este trabalho não fugirá dessa imperativa responsabilidade, uma vez que o objeto de estudo e intervenção do Serviço Social manifesta-se em um contexto de generalização do trabalho sob a forma assalariada. No entanto, intuindo uma clareza expositiva, o trabalho, a técnica e a tecnologia sob a forma social capitalista serão trabalhados, aqui, nesta mesma seção. Por ora, o foco reside na exposição no caráter geral dessas categorias³. Isto é, o caráter que independe da forma social e histórica pela qual tais categorias se movimentam.

Em termos gerais, pode-se afirmar, nessa direção, que “a realização do trabalho é sua objetivação” (Marx, 2015 p.304). E “o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, *ele é a objetivação*” (Marx, 2015, p.304). Logo, no processo de trabalho, o sujeito objetiva-se e o objeto subjetiva-se, em constante troca dialética entre ambas as dimensões.

³Entende-se, aqui, que, em face de determinado ser, as categorias “[...] exprimem formas de vida, determinações de existência” (Marx, 2008, p.265). As categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais da produção (Marx, 2009, p.125).

O processo de trabalho, assim sendo, extingue-se no produto.

Seu produto [do processo de trabalho] é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [Gespinst] (Marx, 2013, p. 258).

O trabalho, sob esse prisma, transforma a natureza em valor de uso ao modificar sua forma desta para atender às necessidades humanas. Nesse processo, portanto, a atividade do trabalhador se incorpora ao objeto, tornando-se “visível” no produto final. Este é resultante do movimento antes realizado. Movimento esse que, ao final, se manifesta na estaticidade do produto do trabalho humano.

Assim como o trabalho, a técnica configura-se enquanto uma dimensão ineliminável da existência humana e da relação do ser humano para com o mundo. Enquanto projeção da consciência humana sobre o mundo (Pinto, 2005), a técnica articula-se, de modo seminal, a capacidade teleológica humana, sob a qual o ser social se funda, através do trabalho. Portanto, a técnica é “[...] o modo de ser humano que unifica a racionalidade objetiva da natureza à racionalidade subjetiva do homem” (Pinto, 2005, p.136). É “[...] a mediação na obtenção de uma finalidade humana consciente” (Pinto, 2005, p.175).

Enquanto modo de ser humano que articula a racionalidade objetiva e subjetiva, a técnica não se reduz a um mero conjunto de instrumentos ou saberes. Ela integra a própria essência do ser humano em sua relação com o mundo. Antes de mais nada, a técnica faz parte da capacidade humana de projetar, transformar e atribuir sentido à realidade. Ela é uma propriedade pelo qual o ser social é constituído.

Conforme Álvaro Vieira Pinto (2005, p.136), “[...] a noção de ‘técnica’ assume posição central na reflexão sobre a atividade criadora efetuada pelo homem no mundo.” Portanto, não há atividade criadora que não se vincule à técnica. E, por sua vez, não existe ser social sem uma atividade criadora. Portanto, deve-se tomar cuidado ao definir o que seria a técnica. “[...] Não tem sentido esforçar-se por descobrir uma definição de técnica, pelo simples fato de isolarmos a título de substantivo, a desencaixamos do ato efetivo em que se corporifica” (Pinto, 2005, p.199).

Nessa direção, o filósofo destaca que:

Desligada a técnica das bases no processo social produtivo, o que significa ao mesmo tempo desconhecer a inerência dela à ação racional do homem, converte-se em um fantasma filosófico, a respeito do qual pode contar-se as

mais impressionantes histórias, algumas otimistas, outras terroríficas (Pinto, 2005, p.50).

Portanto, a técnica é, essencialmente, propriedade humana que se ergue mediante a capacidade do ser humano de projetar. Substantivar a técnica, assim sendo, significa dar a ela um caráter de ser e acaba por, de algum modo, indicar uma certa independência desta para com a ação humana com relação a fins. A técnica nada mais é que um adjetivo que qualifica a ação do ser humano no mundo, ou melhor, um adjetivo que qualifica uma propriedade da ação humana no mundo fincada na capacidade de projeção do ser humano e ancorada em seu desenvolvimento cerebral: a possibilidade de adequar os meios aos fins, através de um processo de abstração de elementos do real, propriedade exclusivamente humana. A faculdade de projetar é, pois, exclusiva da biologia humana. “A essência do projeto consiste no modo de ser do homem que se propõe a criar novas condições de existência para si” (Pinto, 2005, p.54). Em sendo assim,

[o] poder da ação que o homem manifesta sobre a natureza distingue-se do possuído pelos demais seres vivos por se exercer em consequência da capacidade de projetar. Mas, ao contrário do que julgam as doutrinas idealistas, que transformam essa atividade num mistério existencial, o projeto na origem é pura e simplesmente a percepção mental das possibilidades de conexões entre as coisas. Cada conexão não é imediatamente dada, mas sugerida, pensada antecipadamente pelo organismo que adquiriu a faculdade de representação abstrativa em grau suficiente para se destacar do contato sensível, atual e direto com o mundo e para manejar as idéias correspondente às coisas, de forma a estabelecer entre elas relações tais que fazem configurar idealmente um corpo, um maquinismo, uma instituição ou um artefato ainda não existente, a ser fabricado, em consequência, de acordo com o “projeto”. [...] A possibilidade de tal ação depende da capacidade abstrativa, que conduz a criar a imagem reflexa das propriedades dos corpos e fenômenos objetivos, e do poder de ligar uma imagem a outra, dando lugar a uma terceira (Pinto, 2005, p.55).

As bases para a compreensão da técnica, pois, encontram-se na relação do ser humano com a natureza, no processo da produção material da existência humana, que acompanha o ser social desde sua constituição. “Toda reflexão da técnica enquanto dado atual, imediato, primitivo, fato original [...] estará desde logo viciada, visto não colocar nos devidos termos o verdadeiro problema” (Pinto, 2005, p.50). “Tal atitude, conforme dissemos, retira da história o ato técnico e conduz, muito inexplicavelmente, a essa forma particular de inversão idealista que consiste em fazer da história um produto da técnica” (Pinto, 2005, p.50).

A técnica é, portanto, coetânea ao desenvolvimento humano e apenas pode ser pensada sob as bases deste desenvolver do ser social. Há, assim, uma importante

coexistência dialética entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento da técnica. A história da técnica é, sob esse princípio, a história do ser humano, o desenrolar da contradição (geradora do campo das necessidades) ineliminável desse ser para com o mundo físico e social. A técnica, nesse preâmbulo, “[...] tem sempre valor revolucionário, porquanto consiste num aspeto da ação humana sobre a realidade, ação que nunca chega a um termo final e por isso encontra no próprio processo o estímulo para sua negação” (Pinto, 2005, p.209).

A categoria da contradição, nessa direção, carrega profundo laço com o desenvolvimento humano e o desenvolvimento da técnica. Em termos gerais, a contradição está dialeticamente atrelada ao movimento - e o consequente desenvolvimento - de um determinado ser. Melhor dito: a contradição constitui-se enquanto raiz do movimento⁴. A técnica, enquanto processo humano que visa o solucionar de um dado conflito, revoluciona-se incessantemente, em um processo simultâneo de conservação e negação de si mesma, buscando, sempre, o seu revolucionamento. Revolução que, sob outra dimensão do mesmo movimento, é a superação feita pelo homem de contradições naturais e sociais, através de sua ação direcionada a determinados fins. Logo, “[...] faz-se imprescindível mostrar que a contradição habita o coração da técnica. Nenhum dos seus aspectos deixa de acompanhar-se do aspecto oposto. [...] Toda técnica revela-se ao mesmo tempo conservadora e revolucionária” (Pinto, 2005, p.208).

O ser humano diante das contradições e consequentes necessidades com as quais se depara - sejam elas contradições/necessidades materiais ou espirituais (estas últimas aparecem em um segundo momento de evolução humana, proporcionadas em razão da complexificação do ser social, a partir da resolução de contradições materiais pretéritas)- produz algo novo e, invariavelmente, produz a si mesmo no bojo desse mesmo processo. Essa dupla produção cria as bases para o desenvolvimento da técnica, tanto sob a roupagem de conhecimentos, como pela de produtos que corporificam determinada técnica pelo sujeito elaborada.

⁴ “Esperar ou desejar o estado de repouso ou, em linguagem dialética, a resolução de todas as contradições seria enumerar uma aspiração não apenas utópica na perspectiva lógica como mortal do ponto de vista biológico. Somente para espécies extintas cessaram as contradições” (Pinto, 2005, p.206-207). E estas, por sua vez, deixaram de movimentar-se enquanto seres.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que há uma estreita relação entre a técnica, a fabricação de instrumentos, o desenvolvimento da cultura e da linguagem. Sobre esses aspectos, Álvaro Vieira Pinto afirma (2005a, p.188):

A cultura, cuja primeira manifestação consiste na fabricação intencional de instrumentos para o exercício da produção de bens alimentares, e outros, necessários à vida da espécie emergente, é coetânea do surgimento do homem. Pertence ao processo de antropogênese e nele se integra, juntamente com o aparecimento do pensamento e da concomitante linguagem articulada, meio de comunicação entre os novos seres. Por conseguinte, a cultura, tal como o pensar e o falar, não têm data inicial assinalável, porque se originam enquanto sinais da formação, em curso, do homem. [...] Os bens da cultura, as técnicas produtivas, que logo, em vista do concomitante desenvolvimento do pensamento, se diversificarão nas atividades culturais, tanto de caráter ideal quanto de ordem material, a arte, a invenção dos conceitos, a descoberta das propriedades dos corpos e fenômenos da natureza, a fabricação de objetos úteis e o conhecimento das relações sociais de que se participa, tudo isso será traço distintivo da realidade humana. Sempre com base nas exigências da produção econômica, em regime social, a cultura amplia-se e vem a estabelecer o sistema de idéias e criações materiais que serão propriamente reverenciadas como cultura.

Tem-se, pois, uma imperativa coexistência dialética entre a cultura, a técnica e a linguagem, enquanto dimensões que se desenvolvem de modo coetâneo. De certa maneira, pode-se dizer que a técnica, na condição de adjetivação de um processo humano, na “[...] qualidade de ato útil produtor da existência” (Pinto, 2005a, p.183), está intrinsecamente correlacionada à cultura, uma vez que a primeira manifestação desta é a criação de instrumentos com vistas a produção de bens alimentares, criação essa que se vale da capacidade técnica inerente à ação humana (Pinto, 2005a). Esses elementos, por seu lado, não existem sem a capacidade de pensamento e a linguagem. Nessa direção, entende-se que “a cultura não precede a formação do homem nem sucede a ela, porque só existe e só se expande ao longo dessa mesma formação, da qual é, e sempre foi, coetânea” (Pinto, 2005, p.189).

No referente à técnica e ao conhecimento, parte-se do seguinte princípio:

Na verdade, entretanto, o homem conhece mediante a técnica, ou seja, a práxis da produção, e ao mesmo tempo, porque produz, conhece novas coisas, representa na subjetividade, que vai se desenvolvendo pela evolução das estruturas nervosas, cada vez maior o número de noções referentes às propriedades do mundo material, com clareza sempre crescente. A técnica não existe à parte para servir à produção, como esta não se destina à engendrar idéias. Tudo se passa num ato só, subdividido para efeito de análise e exposição (Pinto, 2025a, p.199).

Todos esses elementos, portanto, coexistem em razão do princípio base: resolver, mediante a ação, as contradições existenciais do ser humano. E, à vista disso, parte-se do prisma de que “a técnica inicia-se com o homem pela mesma razão

de que faz o homem iniciar-se com a técnica. Se assim é, devemos ver na história das técnicas uma das faces da história natural do homem” (Pinto, 2005a, p.215). A técnica, portanto, só existe em razão do homem, na mesma intensidade que a existência do ser social só se torna possível mediante a capacidade de projetar deste, através do qual se pode pensar a técnica. A técnica não pode se depreender do ser humano.

De acordo com o supracitado autor, não se pode revestir a técnica de valor moral positivo ou negativo, uma vez que a técnica é um adjetivo que qualifica a ação humana no mundo. “A técnica, em si mesma eticamente neutra, jamais poderia converter-se em devoradora do homem, em aniquiladora da riqueza espiritual” (Pinto, 2005a, p.167). O único modo de trazer alguma “axiologia” à técnica é vislumbrar seu potencial no concernente ao desenvolvimento do ser social mediante a superação de conflitos com os quais este se depara. Todavia, esse potencial só existe em razão do ser humano. Desprovida deste, a técnica sequer poderia ser concebida.

[Se] quisermos atribuir à técnica alguma valoração moral será a de contribuir para a libertação do homem das situações desumanas de trabalho. [...] Significa em princípio o enriquecimento e a melhora da espécie ao dotá-la de maior poder produtivo (Pinto, 2005a, p.169).

Diante desse cenário de reflexão, faz-se salutar conceber o papel da técnica no que diz respeito ao desenvolvimento da história humana. Em alguma medida, pode-se dizer que a técnica se configura enquanto motor da história? Se se tem em vista que “a técnica está certamente ligada à vida [...]” (Pinto, 2005a, p.155), vislumbra-se que o fator principal que movimenta a história é o ser humano. A história, de modo algum, pode ser produto da técnica, uma vez “[...] não há ‘a técnica’, mas sim o homem executor de certos atos que recebem dele mesmo esta qualificação” (Pinto, 2005a, p.158). Portanto, pode-se dizer que a técnica, na condição de propriedade da ação humana, tem incidência no movimento da história, mas apenas quando compreendida sob esse aspecto do homem. A ação humana no mundo, por sua vez, ultrapassa a dimensão da técnica e constitui-se como motor da história. A técnica, como qualidade dessa ação, possui, pois, apenas um papel de caráter subsidiário no âmbito dessa equação. A relação que liga o homem ao mundo é um dado existencial, e não meramente técnico (Pinto, 2005a).

Conforme o autor, “as técnicas vão se desenvolvendo e complicando em consequência da ação humana derivada do melhor conhecimento do mundo” (Pinto, 2005, p.159). Portanto, é impossível uma entrega da história ao domínio da pura e

simples técnica. A história e seu movimento é, pois, resultante da ação de homens e mulheres, face às contradições com as quais se deparam.

[...] A técnica acompanha, enquanto índice, o progresso histórico de conquista da natureza pelo homem, mede o grau de extensão de resolver as contradições com que se defronta, mas não é de modo algum o fundamento, e muito menos o motor, do processo produtivo (Pinto, 2005a, p.156).

É importante destacar, diante do exposto, que a técnica não se resume enquanto um determinado modo de fazer algo e não se volte ao sujeito fazedor. Qualquer concepção que a reduza em uma de suas determinações, recai em um campo de reflexão predominantemente enganoso. A razão de ser da técnica está no ser humano. Esta representa uma vitória do homem sobre a natureza, a solução da contradição entre o ser humano e o mundo. Tal solução, por assim dizer, só pode ser humana, atrelada à capacidade do homem em, a partir dos elementos com os quais se defronta, produzir idealmente o novo e materializar sua pré-concepção, através da criação de meios com vistas à concretização dos fins.

Faz-se preciso frisar que, com o desenvolvimento do ser social, abre-se caminho para elaboração de técnicas cujo princípio está na satisfação espiritual do ser humano. Sobre esse aspecto, entende-se:

Para viver é preciso aceitar o confronto com a realidade do mundo, os obstáculos que ela opõe. Por isso constitui-se como finalidade existencial a superação de tais empecilhos ou insuficiências externas. Os atos solucionados da contradição exterior, sempre presente, irão manifestar-se em forma de técnicas, a princípio invenções e descobertas, cujo fundamento reside no reflexo da realidade objetiva no pensamento, logo a seguir transmutado em dados da cultura, que se transmitem e que asseguram antecipadamente o êxito da ação humana sobre a natureza. Mas o exercício contínuo da atividade técnica primordial em que consiste verdadeiramente o processo de hominização, agora, tal qual no passado, em pleno curso e dependendo do estabelecimento, pelo pensamento, da finalidade de superar as oposições exteriores, dá origem a um segundo gênero de atividades do cérebro humano, as que são destinadas a satisfazer finalidades que são produto do próprio pensamento, sem correspondência obrigatória com situações restritivas impostas pelo meio (Pinto, 2025a, p.210-211).

Portanto, são ações nas quais a técnica é utilizada como modo de superar determinadas contradições internas que atingem indivíduos sociais no contexto de suas necessidades de produção e de reprodução. Como exemplificação, encontram-se nesse arsenal as atividades esportivas e as atividades de caráter lúdico. Atividades essas que ultrapassam o âmbito das atividades vitais, isto é, de reprodução da existência física. São atividades resultantes de finalidades nas quais o ser humano se coloca a si próprio. No entanto, a existência desse tipo de finalidade depende, antes, da constante superação dos conflitos - no que se refere à conservação e

criação de sua existência física -, do homem em razão da natureza, ou seja, da atividade técnica primordial.

Nesse ínterim reflexivo, necessita-se, também, demarcar a relação da técnica com os instrumentos que são produto dessa atividade. Em hipótese alguma, pode-se reduzir a técnica em consequência dos instrumentos físicos ou mentais que o ser humano utiliza para satisfazer determinadas necessidades. É evidente que esses elementos compõem o universo da técnica, mas não a identificam em sua totalidade. A técnica é uma propriedade humana e, como tal, está inserida no âmago da ação humana no mundo. Ela encontra-se no fazer humano e assenta-se na evolução das estruturas cerebrais deste, sob roupagem da capacidade de projetar e de abstrair determinados elementos do real, no entrelaçamento de fins e meios. Nessa direção,

A técnica, nela incluída a atuação da ferramenta mais tosca e da máquina mais moderna, constitui uma manifestação da historicidade essencial do ser humano. O homem existe em virtude dos atos produtivos que exerce, em escala crescente de complexidade, resistindo às forças ambientes, que do contrário o esmagaram (Pinto, 2005a, p.204-205).

Por conseguinte, os instrumentos pelos quais o ser humano desenvolve suas ações fazem parte da historicidade do ser humano e, em si mesmos, isto é, quando descolados da esfera do agir humano, são obsoletos. De fato, uma ferramenta incorpora uma dada técnica humana, porém nunca em si mesma. Em termos mais simples, um dado instrumento pode carregar consigo a corporificação de uma técnica, pode executar determinados passos e procedimentos previamente estabelecidos pelo sujeito, independente da força motriz que movimenta uma dada ferramenta. Entretanto, para a ferramenta funcionar, seja ela mecanizada ou não, ela, invariavelmente, necessita da ação humana. Qual é a função de um martelo sem os órgãos corpóreos que o movimentam? Para que serve uma máquina, por mais bem programada que esteja para executar procedimentos, sem o ato de pô-la em funcionamento?

Dessa maneira, os instrumentos devem, sempre, ser pensados em razão da ação humana, já que a técnica, enquanto uma forma assumida pelo exercício da existência em seu papel criador (Pinto, 2005a), só existe em face da existência do ser humano. Os instrumentos, ferramentas, propriedades intelectuais apenas compõem o complexo da criação humana no mundo e são sempre condicionados ao sujeito

histórico, aos homens e mulheres que constroem a história, ainda que em condições socialmente determinadas (Marx, Engels, 2007).

Sobre essa determinação social na construção da história e sua relação com a técnica, Álvaro Vieira Pinto (2005a, p.49) fez um importante alerta:

A reflexão sobre a técnica que desliga dos alicerces no estado vigente de desenvolvimento das forças produtivas, e por conseguinte exclui a significação do homem e de seu esforço intelectual em racionalizar os dados da realidade para se aproveitar dos recursos oferecidos, tira-lhe toda a objetividade. Transforma a técnica num substantivo abstrato, estado final de um processo de degenerescência lógica e ponto de partida a ação da atividade especulativa dos fabricantes de impressionismos filosóficos.

À vista disso, no próximo subitem, buscar-se-á analisar a dimensão da técnica em razão do modo de produção capitalista, isto é, de uma organização social cuja finalidade teleológica sobredeterminante é valorizar o valor, de modo incessante.

2.3 A TÉCNICA FACE À VALORIZAÇÃO DO VALOR

Para relacionar a dimensão da técnica com uma sociedade que se ergue em torno da valorização do valor, faz-se preciso, antes de mais nada, elucidar as bases pelas quais a sociedade capitalista se desenvolve enquanto tal. O capital é, antes de mais nada, uma relação social bastante específica, e a compreensão desta relação social pressupõe, em primeiro lugar, a compreensão sobre a mercadoria. Partir-se-á, pois, desse elemento.

2.3.1 A mercadoria como constituição celular do capital

Conforme Marx (2013, p.113), “[a] riqueza onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*], como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. Portanto, análise sobre essa sociabilidade deve começar a partir do aparecer da riqueza no bojo da sociedade capitalista: a mercadoria.

Na condição de “[...] um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (Marx, 2013, p.113), a mercadoria deve ser examinada sob duas dimensões fundamentais: a qualitativa e a quantitativa. A qualidade, entendida como a substância do valor, refere-

se ao valor de uso⁵ da mercadoria, ou seja, sua capacidade de atender a uma necessidade social historicamente específica. Em contraste, a quantidade, que se manifesta como a grandeza ou magnitude do valor, representa a substância social comum entre as mercadorias, isto é, a quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado em suas propriedades corpóreas. Diz respeito à configuração social e histórica do processo produtivo e das relações de troca mercantil. Já o valor de troca, por seu lado, faz parte de uma grandeza relacionada à troca de equivalentes qualitativamente desiguais e quantitativamente equiparados, mediante a quantidade de trabalho. Em outras linhas, o valor de troca manifesta-se nas trocas, e é apenas no âmbito dessa equiparação que o valor de troca se realiza. O valor de troca é, antes de tudo, manifestação fenomênica (enquanto aparecer) do valor⁶ (Marx, 2013).

Seguindo nessa lógica, pode-se dizer que “[o]s valores de uso formam o conteúdo material [...] da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar [capitalista], eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [...] do valor de troca” (Marx, 2013, p.114). Essa afirmação mostra que, embora o valor de uso esteja relacionado à utilidade de uma mercadoria, sua importância à sociedade capitalista não reside apenas em sua capacidade de satisfazer necessidades humanas, mas, sobretudo, em sua propriedade como portador de valor e valor de troca. Em outros termos, para que uma mercadoria tenha valor de troca — isto é, para que possa circular no mercado e ser trocada por outras — ela deve necessariamente possuir um valor de uso, ainda que esse valor de uso não seja a finalidade central.

⁵ “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condição pelas propriedades do corpo da mercadoria [Warenkörper], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem” (Marx, 2015, p.114).

⁶ “Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca aparece-nos como algo completamente independente de seus valores de uso. Se abstrairmos agora do valor de uso dos produtos do trabalho, obteremos seu valor tal como ele foi definido anteriormente. O elemento comum, que se apresenta na relação de troca – ou no valor de troca – das mercadorias, é, portanto, seu valor. A continuação da investigação nos reconduzirá ao valor de troca como o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor, mas este tem de ser, por ora, considerado independentemente dessa forma. Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc” (Marx, 2013, p.116).

É possível analisar a mercadoria — a questão do valor de uso e do valor — sob outro aspecto: o do trabalho nela contido. Como já mencionado, “[...] é unicamente a quantidade de trabalho socialmente necessário, ou tempo de trabalho necessário para a produção de um valor de uso, que determina a grandeza de seu valor” (Marx, 2013, p. 117). Portanto, o valor de cada mercadoria depende da quantidade de trabalho. Contudo, esse mesmo trabalho pode ser visto sob um duplo caráter: como trabalho concreto (base do valor de uso da mercadoria) e como trabalho abstrato (base do valor da mercadoria).

De forma mais simples, em toda a mercadoria está contido trabalho em caráter concreto e trabalho em caráter abstrato, ou seja, valor de uso e valor. O trabalho concreto, também chamado de útil, é aquele que produz um bem específico e tem uma forma qualitativa determinada (carpintaria, costura). Enquanto o abstrato, a redução do trabalho humano útil, com propriedades corpóreas de utilidades diferentes, ao trabalho humano igual, isto é, ao que todos os tipos de trabalho têm em comum: o tempo de trabalho socialmente necessário.

Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos de seu valor de uso, abstraímos também dos componentes [Bestandteilen] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (Marx, 2013, p.116).

Ao se falar de trabalho socialmente necessário, um aspecto pertinente deve ser notado: a força produtiva do trabalho. De acordo com Marx (2013, p.118):

Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho (Marx, 2013, p. 118).

A força produtiva do trabalho é, portanto, a capacidade do trabalho produzir mais mercadorias em menos tempo, isto é, produzir um único artigo em menos tempo. O que acarreta, por seu lado, na diminuição da massa de trabalho cristalizada em uma única mercadoria, ou seja, foi necessário menos quantidade de trabalho para produzir

um único artigo. Portanto, o valor de uma mercadoria individual é inversamente proporcional à força produtiva do trabalho. Em palavras mais simples, quanto mais se produz uma mercadoria em tempo reduzido, menor será o seu valor, em termos unitários.

Seguindo esse princípio, é fundamental distinguir entre o tempo de trabalho individualmente gasto na produção de uma mercadoria e o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, que é o que efetivamente determina seu valor. O que isso quer dizer? Um produtor pode produzir cinco canetas em uma hora de trabalho, enquanto outro, mais produtivo, dez canetas por hora. À primeira vista, em termos de valor da mercadoria, pode-se inferir que o primeiro produtor tenha mais vantagem em termos do valor de cada mercadoria, na medida em que o aumento de produtividade não compensa ao segundo. No entanto, é preciso lembrar que o valor de uma mercadoria é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário a um determinado ramo da produção no que diz respeito à produção de uma certa mercadoria. Supondo que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma unidade de caneta seja 8,57 minutos, sete canetas por hora, pode-se perceber que o produtor um está em desvantagem com relação ao tempo médio, enquanto o produtor dois, ao vender suas canetas, terá vantagem em razão do produtor um e do tempo médio.

Mais adiante na exposição, essa questão será retomada a partir de novos determinantes, pois traz fortes indicativos para pensar a questão da técnica e da acumulação capitalista. Por ora, continuar-se-á a análise da mercadoria para além da ótica capitalista, em sua forma mais genérica.

A forma valor, isto é, o valor de troca, o aparecer do valor de uma mercadoria, precisa manifestar-se em um determinado ser, em outra mercadoria, e nem sempre o dinheiro foi o meio pelo qual tal manifestação se engendrou. Historicamente, é possível conceber quatro formas relativas de valor, a saber: a forma de valor simples, individual ou ocasional; a forma de valor desdobrada; a forma de valor universal; e a forma-dinheiro.

Antes de esmiuçar rapidamente cada forma, faz-se necessário observar que

[...] as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias. Partimos do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para seguir as pegadas do

valor que nelas se esconde. Temos, agora, de retornar a essa forma de manifestação do valor (Marx, 2013, p. 125).

O que confere valor às mercadorias, portanto, não é estritamente alguma qualidade física ou natural delas, mas o trabalho humano socialmente necessário para produzi-las. Dessa maneira, o valor é objetivo, mas sua objetividade é social. O valor é um dado objetivo que só se mostra socialmente, na comparação com outras mercadorias.

Em termos simples, a fórmula valor ocasional é concernente ao valor de uma mercadoria expresso em uma única outra mercadoria, enquanto forma relativa e equivalente. Já a forma desdobrada, o valor de uma mercadoria é expresso em várias outras mercadorias, estas enquanto equivalentes daquela. A forma de valor universal, por seu lado, ganha um pouco mais de complexidade, já que a forma de valor se centraliza em uma só mercadoria, que funciona como equivalente geral. Nessa forma, o valor de uma mercadoria se expressa em razão desse equivalente geral, que, a depender da época histórica, é uma mercadoria distinta. Por fim, tem-se a forma-dinheiro. Nela, todas as mercadorias expressam seu valor em uma única mercadoria: dinheiro. Este torna-se um equivalente universal pelo qual todas as outras mercadorias manifestam seu valor, conforme nos demonstra Marx (2013).

Vale a pena uma especial atenção à forma-dinheiro, pois, sem esta, a sociabilidade capitalista, sequer, teria como se estabelecer. Claro que essa forma de valor não é específica do modo de produção capitalista, mas sem dúvida é um dos pré-requisitos ao estabelecimento desse modo de produção. Fato esse que põe em xeque, mais uma vez, a compreensão da mercadoria como fonte indispensável ao entendimento do capital enquanto relação social e do modo de produção capitalista em suas múltiplas determinações.

Pode-se dizer, com relação às formas de valor, que

[...] alterações essenciais ocorrem na transição da forma I para a forma II, e da forma II para a forma III. Em contrapartida, a forma IV não se diferencia em nada da forma III, a não ser pelo fato de que agora, em vez do linho, é o ouro que possui a forma de equivalente universal. O ouro se torna, na forma IV, aquilo que o linho era na forma III: equivalente universal. O progresso consiste apenas em que agora, por meio do hábito social, a forma da permutabilidade direta e geral ou a forma de equivalente universal amalgamou-se definitivamente à forma natural específica da mercadoria ouro (Marx, 2013, p.145).

No capítulo III d'O Capital, Marx (2013) assinala determinadas funções ao dinheiro, sendo elas: medida dos valores, como já fora exemplificado; meio de circulação, uma vez que o dinheiro circula para possibilitar a troca de mercadorias, ele

é um mediador desse processo; meio de pagamento⁷, função que abre precedentes ao desenvolvimento do crédito e do capital bancário; e entesouramento, visto que as propriedades físicas do dinheiro, sobretudo no que diz respeito ao seu volume, abre caminho, em termos de facilidade, ao entesourar, bem como torna possível o delinear do sistema de créditos.

Portanto, o desenvolvimento da forma-dinheiro encontra-se como um dos fatores indispensáveis ao desenvolvimento do capital (mercantil, industrial, bancário e produtivo) e a posterior constituição do modo de produção capitalista enquanto forma preponderante de produzir e reproduzir a vida. A riqueza social capitalista, que, inicialmente, aparecia como uma enorme coleção de mercadorias, aqui, já começa a ganhar outros contornos: tem no trabalho o fundamento do valor, na mercadoria a forma de aparecer desse trabalho, mesmo que de modo fetichizado, e no dinheiro, o elemento mediador que permite a generalização das trocas. Todo esse desenvolvimento, nessa direção, permite que o dinheiro seja transformado em capital, a partir de um processo de valorização, que tem o trabalho, sob formas específicas, sua centralidade.

2.3.2 Processo de valorização capitalista

O trabalho, enquanto processo de valorização, constitui-se sob termos particulares, isto é, um trabalho que se desenvolve em relações sociais de produção específicas e em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

⁷ “Na forma imediata da circulação de mercadorias, que consideramos até o momento, a mesma grandeza de valor esteve presente sempre de um modo duplo: como mercadorias, num polo, e como dinheiro, no outro. Os possuidores de mercadorias, portanto, só entravam em contato entre si como representantes de equivalentes mutuamente existentes. Mas com o desenvolvimento da circulação das mercadorias desenvolvem-se as condições nas quais a alienação da mercadoria é temporalmente apartada da realização de seu preço. Basta, aqui, indicar a mais simples dessas condições. Para ser produzido, um tipo de mercadoria requer mais tempo e outro, menos. A produção de diferentes mercadorias está ligada a diferentes estações do ano. Uma mercadoria é feita para um mercado local, ao passo que outra tem de ser transportada até um mercado distante. Por conseguinte, um possuidor de mercadorias pode surgir como vendedor antes que o outro se apresente como comprador. Com a repetição constante das mesmas transações entre as mesmas pessoas, as condições de venda das mercadorias regulam-se de acordo com suas condições de produção. Por outro lado, o usufruto de certos tipos de mercadorias, como uma casa, é vendida por um período de tempo determinado. Somente após o término desse prazo o comprador obtém efetivamente o valor de uso da mercadoria. Ele a compra, portanto, antes de tê-la pagado. Um possuidor de mercadorias vende mercadorias que já existem, o outro compra como mero representante do dinheiro ou como representante de dinheiro futuro. O vendedor se torna credor, e o comprador, devedor. Como aqui se altera a metamorfose da mercadoria ou o desenvolvimento de sua forma de valor, também o dinheiro recebe outra função. Torna-se ‘meio de pagamento’ ” (Marx, 2013, 208)

A distinção marcante é que, aqui, a capacidade em potencial de trabalhar (força de trabalho) assume a forma de mercadoria e o consumo dessa mercadoria - ou seja, o trabalho-, gera e transfere não apenas valor, como, sobretudo, cria mais-valor (forma exclusiva da sociedade erigida em torno da valorização do valor). Todavia, para que a formação de valor e mais-valor seja possível, faz-se elementar que haja um processo de trabalho, uma vez que é impossível pensar o trabalho abstrato apartado do trabalho concreto. Em outras palavras, há uma unidade entre o processo de trabalho e o processo de formação de valor, entre valor de uso e valor.

O processo de valorização, assim sendo, tem como finalidade teleológica sobredeterminante a produção de valores de troca com vistas a valorização do valor. Já que, "na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca" (Marx, 2013, p.263).

No modo de produção capitalista, a força de trabalho assume a forma de mercadoria; por isso, o usufruto de seu valor de uso — isto é, o próprio trabalho, responsável pela criação de valor e de mais-valor — pertence ao seu comprador, o capitalista. Logo, o produto do trabalho também o pertence, já que o dono dos meios de produção paga pelo valor da força de trabalho, e não pelo valor do trabalho. Para melhor explicar esse processo, no entanto, faz-se necessário situar melhor como o dinheiro se transforma em capital, isto é, como se dá o processo de valorização.

Regido pelo movimento D - M - D'⁸, o processo de valorização tem seu princípio na esfera da circulação. Nesta esfera, o possuidor de dinheiro (ou o capitalista em reprodução ampliada) compra duas mercadorias: meios de produção (meio e objeto do trabalho) e força de trabalho. Em outras palavras, compra capital constante (fixo e circulante) e capital variável. O consumo dessas duas mercadorias adquiridas pelo capitalista corresponde à própria atividade do trabalho, a criação de um novo objeto com propriedades distintas das mercadorias que o originaram. Nas palavras de Marx (2013, p.241-242):

[a] mudança de valor do dinheiro destinado a se transformar em capital não pode ocorrer nesse mesmo dinheiro, pois em sua função como meio de compra e de pagamento ele realiza apenas o preço da mercadoria que ele

⁸ "No curso de nossa investigação, veremos que tanto o capital comercial como o capital portador de juros [*zinstragende Kapital*] são formas derivadas; ao mesmo tempo, veremos que elas surgem historicamente antes da moderna forma básica do capital" (Marx, 2013, p.240).

compra ou pela qual ele paga, ao passo que, mantendo-se imóvel em sua própria forma, ele se petrifica como um valor que permanece sempre o mesmo. Tampouco pode a mudança ter sua origem no segundo ato da circulação, a revenda da mercadoria, pois este ato limita-se a transformar a mercadoria de sua forma natural em forma-dinheiro. A mudança tem, portanto, de ocorrer na mercadoria que é comprada no primeiro ato D-M, porém não em seu valor, pois equivalentes são trocados e a mercadoria é paga pelo seu valor pleno. Desse modo, a mudança só pode provir de seu valor de uso como tal, isto é, de seu consumo. Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a capacidade peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor do dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho ou força de trabalho.

Portanto, há, na esfera da produção, a formação de uma nova mercadoria acrescida de mais-valor mediante uma relação social determinada. Este mais-valor, por sua vez, só irá se realizar enquanto tal quando for posto na esfera da circulação. O dinheiro, como produto final da circulação de mercadorias, representa, também, a forma inicial de manifestação do capital. A origem do capital está e, ao mesmo tempo, não está no bojo da circulação.

O capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela. Temos, assim, um duplo resultado. A transformação do dinheiro em capital tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente. Sua metamorfose de larva em borboleta [*Schmetterlingersentfaltung*] tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da produção (Marx, 2013, p.240-241).

Como mencionado, a especificidade do processo de valorização está na força de trabalho enquanto mercadoria. Mas como é possível que essa mercadoria - além de gerar valor e transferir das outras mercadorias ao produto final -, construa mais-valor? O cerne resposta está, mais uma vez, na relação social de compra e venda da força de trabalho (circulação)⁹ e o consequente modo capitalista de usufruto do valor de uso desta mercadoria. O valor desta mercadoria, por sua vez, é determinado pelo tempo de trabalho, em sentido abstrato, socialmente necessário para produzir as mercadorias que são, social e historicamente, aceitas como necessárias à produção daquela força de trabalho. Neste sentido, pode-se afirmar que

[o] limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa

⁹ O que pressupõe a propriedade privada dos meios de produção

renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária. Mas o valor de toda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal (Marx, 2013, p.247).

A unidade entre o processo de trabalho e o processo de valorização é, pois, processo de produção capitalista, isto é, o modo capitalista da produção de mercadorias. Esta, enquanto mercadoria capitalista, é a unidade entre valor de uso e valor, entre trabalho em sentido concreto e abstrato. O processo de valorização "[...] não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto" (Marx, 2013, p. 271). O que, em termos mais simples, significa um processo de formação de valor que se estende até um certo ponto? É a diferença entre o valor criado pelo trabalho e o valor pago pela força de trabalho, entre a quantidade de trabalho incorporada à mercadoria e a quantidade de trabalho, que condiz com o salário do trabalhador, incorporada à mesma mercadoria. Em outros termos, é a mais-valia.

Sobre o Ciclo do Capital Monetário, Marx (2014, p.107) afirma:

O processo cíclico do capital apresenta-se em três estágios, que, segundo a exposição do primeiro volume, constituem as seguintes séries: Primeiro estágio: O capitalista aparece no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho como comprador; seu dinheiro se converte em mercadoria ou passa pelo ato de circulação D-M. Segundo estágio: O capitalista consome produtivamente a mercadoria comprada. Ele atua como produtor capitalista de mercadorias; seu capital passa pelo processo de produção. O resultado é uma mercadoria de valor maior que seus elementos de produção. Terceiro estágio: O capitalista retorna ao mercado como vendedor; sua mercadoria é transformada em dinheiro ou passa pelo ato de circulação M-D. A fórmula para o ciclo do capital monetário é, portanto: D-M...P...M'-D', sendo que os pontos significam que o processo de circulação foi interrompido, e M' e D' indicam M e D aumentados pelo mais-valor.

Portanto, o ciclo do capital é constituído por três momentos distintos, dois deles processam-se na circulação e apenas um na esfera da produção. O ciclo, quando sob o imperativo da reprodução ampliada do capital, começa e termina através da forma equivalente universal dinheiro, tendo o início, o fim e o recomeço inscritos na esfera da circulação, a despeito da produção de valor e mais-valor ser exclusiva do processo de produção.

Nessa sequência lógica, destaca-se que

[...] os próprios meios de produção, só se tornam capital nas mãos de seu comprador, o capitalista, a quem cabe seu uso temporário. Os próprios meios de produção convertem-se em formas objetivas do capital produtivo ou capital produtivo, a partir do momento em que neles pode ser incorporada a força de

trabalho humana. Estes assumem tal caráter social específico sob condições determinadas. Historicamente desenvolvidas, assim como é apenas sob essas condições que o metal precioso assume o caráter de dinheiro, ou o dinheiro o caráter do capital monetário (Marx (2014, p.119-120).

Tal passagem reafirma a condição do capital enquanto relação social. Sem que exista uma relação social muito específica, o dinheiro sequer pode transformar-se em capital monetário, os meios de produção tampouco podem converter-se em formas objetivas de capital. Em outras palavras, a centralidade do ciclo do capital está inscrita em uma relação social bastante específica e historicamente determinada, tendo por pressuposto a expropriação do trabalhador da terra, a conversão dos meios de vida (meios de produção) em capital; a transformação de todos os desapropriados em vendedores de força de trabalho; bem como a concentração e centralização de riquezas (Marx, 2013).

Diante dessa premissa, é preciso que haja a compra e venda da força de trabalho e dos meios de produção, que o trabalhador trabalhe para além do limite de tempo para repor o valor de sua força de trabalho e que, pois, este trabalho produza uma mercadoria nova, prenda de mais-valor. E que esta mercadoria seja trocada, na circulação, por mais dinheiro. É importante perceber que “[...] não é o dinheiro que, pela sua própria natureza engendra essa relação, mas, antes, é a existência dessa relação que pode transformar uma simples função do dinheiro em uma função do capital” (Marx, 2014, p.114). É claro que a forma equivalente dinheiro foi um dos elementos que abriu porteira à generalização da forma social do capital. Contudo, a transformação do dinheiro em capital requer uma relação social específica, a qual já foi aludida.

Com relação à mercadoria final acrescida de mais-valor, destaca-se:

[a] mercadoria se torna capital-mercadoria [*Warenkapital*] como forma de existência funcional do valor de capital já valorizado e surgida diretamente do próprio processo de produção. Se a produção de mercadorias se efetuasse de modo capitalista em toda sua extensão social, toda mercadoria, seja ferro bruto ou rendas de Bruxelas, ácido sulfúrico ou charutos, seria, por sua natureza, um elemento de um mesmo capital-mercadoria [...] Quando reveste a forma da mercadoria, o capital precisa exercer uma função de mercadoria. Os artigos que o formam, inerentemente produzidos para o mercado, têm de ser vendidos, convertidos em dinheiro; têm, portanto, de passar pelo processo M-D (Marx, 2014, p.120, grifo do autor).

No modo de produção capitalista, a mercadoria não é apenas um objeto que satisfaz as necessidades individuais (valor de uso), ela é um momento basilar ao ciclo do capital, uma forma transitória do capital dentro de um ciclo maior. A mercadoria

configura-se enquanto um momento do capital em movimento, isto é, ela assume a função de capital mercadoria.

Conforme Marx (2014, p.184) assevera,

[o] capital, como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classes, um caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel. Aqueles que consideram a autonomização do valor uma mera abstração, esquecem que o movimento do capital industrial é essa mesma abstração in actu [em ato]. O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais ele se conserva e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumentando de tamanho.

O capital, de modo algum, pode ser considerado uma coisa, isto é, não pode ser propriamente identificado com o dinheiro, com as mercadorias. Ele é, essencialmente, um movimento que se expressa em fases, as quais já foram explicitadas. O capital é um processo que permite ao valor se autovalorizar, tendo o repouso sobre o trabalho assalariado pilar fundamental do constructo do capital.

Vale evidenciar que um dos pressupostos da existência do mais-valor - e, portanto, do modo de produção capitalista - é que as forças produtivas já tenham possibilitado o desenvolvimento do excedente econômico. Esta, por seu lado, se divide em mais-valor absoluto (extensão da jornada de trabalho para além do tempo necessário) e relativo (diminuição do tempo de trabalho necessário por meio do desenvolvimento das forças produtivas em caráter social e geral). Ambos, no entanto, só existem em relação. O desenvolvimento da técnica e da tecnologia acabam por incidir fortemente no âmbito do mais-valor relativo. Esses pormenores serão mais a frente discutidos com mais cautela, ao analisar o uso capitalista da técnica e da tecnologia e queda tendencial das taxas de lucro.

Ademais, faz-se preciso frisar que

[...] além da produção em grande escala, o modo de produção capitalista pressupõe a venda em grande escala – portanto, a venda ao comerciante, não aos consumidores individuais. Quando esse consumidor é ele mesmo um consumidor produtivo, ou seja, um capitalista industrial (ou, dito de outro modo, quando o capital industrial de um ramo de produção fornece meios de produção a outro ramo), ocorre também (na forma de encomenda etc.) a venda direta de um capitalista industrial a diversos outros. Cada capitalista industrial é, nesse sentido, vendedor direto, seu próprio comerciante, o que ele continua a ser, de resto, quando vende a outro comerciante (Marx, 2014, p.190).

Isso significa afirmar que o modo de produção capitalista tem como premissa a produção e a venda em grande escala, seja essa venda feita a um capitalista

comercial ou a outro capitalista produtivo de capital. Mas, qual a importância da técnica e da tecnologia no processo de valorização do capital? Na subseção seguinte nos ocuparemos dessa reflexão.

2.3.3 Capital, técnica e a tecnologia

Como mencionado, a técnica constitui uma propriedade inerente à ação humana no mundo e, portanto, é ineliminável desse agir criativo do homem. Da mesma forma, entende-se que a técnica é um adjetivo que qualifica as ações humanas, não cabendo ser ela substantivada (tornar-se um ser) ou, tampouco, adjetivada, isto é, ser valorada em razão do seu suposto ser — enquanto boa, má, neutra, não neutra, geradora de crises ou causadora de desemprego. Em outras palavras, a técnica não deve ser revestida de qualidades, uma vez que depende, em absoluto, da ação humana no mundo, existindo unicamente em razão desse agir.

À vista disso, qualquer reflexão que busque situar a técnica no bojo da valorização do valor, isto é, no movimento realizado pelo capital, deve, necessariamente, partir dessa premissa. Entender que, em si, isoladamente, a técnica não tem capacidade de ser messiânica ou deletéria permite que a atenção dada aos problemas que o gênero humano enfrenta esteja centrada no sujeito fazedor da história: o próprio ser humano que, a depender da época histórica, pode personificar os interesses de determinada classe social.

No contexto da sociabilidade capitalista, a técnica, em razão da ação humana, é determinada sob particularidades. Isto é, enquanto elemento universal, ela continua centrada na ação dos seres humanos e no desenvolver destes, mas é justamente no âmago dessa ação que ela ganha outros contornos, que a diferenciam de outros períodos da história, pois os objetivos humanos assumem certas especificidades. A ação humana é condicionada por fins socialmente específicos e, portanto, a técnica - como o modo ser humano une elementos subjetivos e objetivos - condiciona-se a tais fins, tal como evidenciam Marx (2013) e Álvaro Vieira Pinto (2005a, 2005b).

A finalidade sobredeterminante do mundo capitalista é valorizar incessantemente o valor, ou seja, por meio de uma relação social específica — sob os condicionantes da separação entre o trabalhador e as condições sociais de realização do trabalho (meios de trabalho, objeto de trabalho); da transformação da capacidade de trabalhar, isto é, da força de trabalho, em mercadoria; da generalização

da forma mercadoria e do dinheiro na condição de equivalente universal; bem como mediante a concentração e centralização de riquezas —, tornar possível que o processo de trabalho ganhe o contorno de processo de valorização (Marx, 2013). A humanidade subverte-se a tal lógica e, portanto, a técnica do mesmo modo.

Conforme Marx, ao tratar da maquinaria (2013, p. 513):

[é] um fato indubitável que a maquinaria não é, por si mesma, responsável por “liberar” os trabalhadores de sua dependência em relação aos meios de subsistência. Ela barateia o produto e aumenta sua quantidade no ramo de que se apodera, deixando intocada, num primeiro momento, a massa de meios de subsistência produzida em outros ramos da indústria. Depois de sua introdução, portanto, a sociedade dispõe de tantos ou mais meios de subsistência para os trabalhadores deslocados do que dispunha antes, e isso sem considerar a enorme parcela do produto anual que é dilapidada pelos não trabalhadores. E esse é o argumento central da apologética econômica! As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria inexistem, porquanto têm origem não na própria maquinaria, mas em sua utilização capitalista! Como, portanto, considerada em si mesma, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta a jornada de trabalho; como, por si mesma, ela facilita o trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta sua intensidade; como, por si mesma, ela é uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela subjuga o homem por intermédio das forças da natureza; como, por si mesma, ela aumenta a riqueza do produtor, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela o empobrece etc.

Tendo em vista o imperativo do capital - na condição de relação social entre classes - se autovalorizar ampliadamente, todos os elementos que conformam essa lógica subvertem-se a tal imperativo. Nessa quadra, encontram-se a técnica e as criações resultantes da capacidade técnica do ser humano sendo utilizadas, por excelência, para dinâmica de valorização do valor. Marx, ao tratar da maquinaria na passagem acima, o autor desloca o eixo do problema não à maquinaria em si, mas a utilização dela. Em si mesma, a maquinaria, como um avanço tecnológico, carrega em potência a possibilidade de aprimorar a relação da humanidade com o mundo, isto é, ela significa um avanço ao processo de hominização. No entanto, a maquinaria, assim como a técnica e os produtos tecnológicos, não “existem” em si mesmos. Embora a capacidade de abstração humana possa isolá-los, a concreção analítica só poderá ser feita ao considerar outros determinantes. Um deles, por conseguinte, é a forma de utilização humana destes elementos.

No capítulo 23 d’O *Capital*, Marx (2013) assinala, como tendência do modo de produção capitalista, uma produção cada vez mais social e uma apropriação cada vez

mais privada da riqueza socialmente produzida¹⁰. Por esse ângulo, a acumulação capitalista, conforme o autor, baseia-se em dois processos distintos e interdependentes: a concentração e a centralização de capital. Esta, por seu lado, em determinado momento, é consequência daquela. Ou seja, o processo de concentração de capital pressupõe a centralização de riquezas e, ao mesmo tempo, à medida que a concentração de capital avança em função da reprodução ampliada deste, resulta na centralização do capital — o que significa que, em termos mais simples, a concentração de capital engendra expropriações de diversas ordens, fato que dá forma ao processo de centralização. O primado do processo, quando a riqueza ganha forma de capital, diz respeito à concentração de capital. Esta, nesse lastro, dá os contornos à centralização capitalista. Vale destacar que tanto a concentração como a centralização de capital existem em unidade dialética.

O processo de centralização, vale ressaltar, engendra revoluções na composição técnica do capital, isto é, acelera o desenvolvimento dos meios de produção, o que implica em um desenvolvimento técnico e tecnológico do processo produtivo. Nas palavras do autor:

[...] enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa de trabalho (Marx, 2013, p.703).

No mesmo capítulo, Marx (2013) apresenta uma tendência ineliminável ao desenvolvimento da acumulação capitalista: a queda tendencial das taxas de lucro. Essa queda constitui uma característica intrínseca do desenvolvimento capitalista e manifesta-se nas diversas crises cíclicas do capital. A crise e o desenvolvimento, sob esse aspecto, perfazem uma unidade dialética, enquanto elementos indissociáveis. Em razão dessa tendência à queda das taxas de lucro, torna-se necessário reorganizar constantemente a composição do capital — o que, em termos técnicos,

¹⁰ “Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a *lei geral, absoluta, da acumulação capitalista*” (Marx 2013, p.719-720).

implica um aumento relativo dos meios de produção em relação à força de trabalho e, em termos orgânicos, um aumento do capital constante em relação ao capital variável.

A utilização da técnica e a tecnologia, no bojo desse contexto, contribuem no sentido do desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, no aumento da produtividade do trabalho. Em termos mais precisos, o incremento técnico e tecnológico aplicados aos processos de produção capitalistas propiciam a produção de mais bens em menos tempo, com menos força de trabalho humana direta, bem como atuam no sentido de reduzir o tempo necessário para produzir os bens - historicamente compreendidos como necessários - que compõem o valor da força de trabalho do trabalhador. O aumento do capital constante em relação ao variável, isto é, o aumento da composição do capital abre portas à subversão do trabalho vivo para com o trabalho morto. De acordo com Antunes (2023), os avanços tecnológicos da nossa atual quadra histórica intensificam a subsunção real do trabalho ao capital, levando-a a outro patamar de agravo.

No livro *II d'O Capital*, Marx (2014) adota como eixo analítico central a dinâmica da circulação do capital, entendida como o processo pelo qual o capital transita entre suas diferentes formas: capital monetário, capital produtivo e capital mercadoria. No âmbito dessa obra, o autor traz a noção de rotação do capital, isto é, o tempo necessário para que o capital complete todo o seu processo de valorização inscrito pela fórmula $D - M - D'$. Alguns elementos podem interferir sobremaneira no encurtamento do tempo de rotação do capital. Os avanços tecnológicos e técnicos, nessa quadra, fazem parte destes fatores. Nessa problemática, tais avanços propiciam a diminuição do tempo de produção e de circulação do capital. Fato esse que permite, portanto, a aceleração do processo de acumulação de capital.

Tais avanços referem-se, por exemplo, à ampliação do capital fixo nos processos produtivos, a melhorias estruturais no setor de transportes — incluindo rodovias, ferrovias, portos e aeroportos —, à implementação de uma gestão científica mais rigorosa da produção, com o intuito de elevar a produtividade do trabalho, bem como ao aperfeiçoamento das logísticas de transporte de mercadorias, entre outros fatores. O cerne da problemática, vale destacar mais uma vez, não diz respeito aos avanços tecnológicos e técnicos vistos em si mesmos, mas sim residem na utilização capitalista destes.

Nos primeiros capítulos do Livro II d' *O Capital*, Marx indica que o capital só se valoriza efetivamente ao completar seu ciclo — $D-M-P-M'-D'$ — e que a diminuição

do tempo de rotação é fundamental para ampliar a massa de mais-valor produzida em um mesmo intervalo de tempo. Nessa perspectiva, o revolucionamento das forças produtivas, em especial por meio da utilização da tecnologia e do aperfeiçoamento e domínio de técnicas, torna-se decisivo, pois possibilita a redução tanto do tempo de produção, mediante máquinas mais eficientes e maior produtividade do trabalho, quanto do tempo de circulação, em função dos avanços nos transportes, nas comunicações e na logística. Ao acelerar a rotação do capital, a utilização da tecnologia permite que o mesmo capital se movimente mais vezes ao longo do ano, elevando sua valorização anual e diminuindo a quantidade de capital que precisa ser antecipada para produzir a mesma massa de mercadorias (Marx, 2014).

Além disso, essa aceleração da rotação do capital, viabilizada pela utilização da tecnologia, não se limita a um efeito quantitativo sobre a valorização, mas incide diretamente sobre a organização do processo produtivo e sobre as condições sociais da produção. Ao encurtar os tempos mortos entre produção e circulação, o capital, na condição de relação social, tende a impor ritmos mais intensos de trabalho, maior integração entre as diferentes etapas do processo produtivo e uma dependência crescente de sistemas tecnológicos complexos. Com isso, amplia-se a subordinação do trabalho vivo ao capital, ao mesmo tempo em que se reforça a necessidade permanente de inovações técnicas para manter ou ampliar as taxas de lucro. Isto é, a busca pelo mais-valor relativo – ao lado das inovações ao processo de circulação –, torna-se premente, podendo ou não desaguar na obtenção de mais-valor extraordinário. Nessa via, a utilização da tecnologia aparece não apenas como um meio de acelerar a rotação do capital, mas como um elemento estrutural da dinâmica capitalista, articulando a valorização do valor às transformações contínuas das formas de produção e circulação (Marx, 2014).

Com a manifestação da chamada crise estrutural do capital a partir sobretudo a partir dos anos 1980 (Mészáros, 2011), a utilização da técnica e da tecnologia foi feita cada vez mais a partir de uma racionalidade mais deletéria à classe trabalhadora. Conforme o autor, a crise estrutural do capital diz respeito a uma crise permanente e sistêmica do modo de produção capitalista, que atravessa o então caráter cíclico das crises capitalistas e se generaliza sem precedentes. Faz parte de uma crise insolúvel dentro do sistema sócio-metabólico do capital. As tentativas de atenuação dessa crise perpassam pelo corte de direitos trabalhistas, privatização de serviços públicos, financeirização da economia, reestruturação da produção, introdução de tecnologias

que aumentam a produtividade do trabalho, abertura de novos mercados, corte de gastos sociais, transferência de recursos do Estado para o capital via dívida pública e disputa pelo fundo público, entre outros aspectos.

Portanto, como assinala Mészáros (2011), a resposta do capital à sua crise permanente implica a intensificação de mecanismos de controle e subsunção do trabalho ao capital, nos quais o desenvolvimento tecnológico ocupa lugar central. Assim, a incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos não se orienta (racionalidade) prioritariamente pela satisfação de necessidades humanas, mas pela ampliação da extração de mais-valor e pela gestão das contradições sociais produzidas pela forma de organizar a vida baseada na valorização do valor. É nesse movimento que se gestam novas expressões da “questão social”, com impactos diretos sobre o trabalho do assistente social no que diz respeito às condições nas quais o trabalho se realiza e às demandas que chegam ao assistente social.

Nessa via, ao Serviço Social, considerando que o assistente social atua no âmago da chamada “questão social” — cuja ancoragem teórica se encontra na lei geral da acumulação capitalista —, as dinâmicas de aplicação da técnica e da tecnologia aos processos produtivos incidem diretamente sobre o trabalho profissional desse/a trabalhador/a. Esse impacto, entretanto, não se limita às atividades diretamente produtivas de capital, mas se estende também às atividades consideradas “improdutivas”, porém essenciais à reprodução social ancorada na valorização do valor¹¹. Essas transformações, como dito, repercutem tanto nas demandas sociais que chegam ao Serviço Social — resultado das alterações no mundo do trabalho — quanto no próprio exercício profissional, manifestadas em novas formas de contratação, reorganização do trabalho, incorporação de tecnologias e mudanças nos ritmos e metodologias de atuação do assistente social.

É um contexto que, para o Serviço Social, se expressa na redução de concursos públicos; no aumento de vínculos precários, como contratações temporárias via processos seletivos simplificados, por meio do microempreendedor individual (MEI), entre outros; no uso de sistemas informatizados para o

¹¹ Nesse contexto, é importante destacar que o trabalho do assistente social, assim como o de outros profissionais, pode se configurar como produtivo ou improdutivo de capital, dependendo da posição que ocupa na relação social de produção. Essa distinção evidencia que a geração de mais-valor não é determinada pela atividade em si, mas pelo lugar que o trabalhador ocupa na lógica de valorização do capital, reforçando a necessidade de analisar a produtividade ou não de capital pelo tipo de relação social estabelecida.

cadastramento e acompanhamento dos usuários; no atendimento remoto ou híbrido; no uso de redes sociais e aplicativos para a venda da força de trabalho do assistente social; e na pressão por produtividade, com metas, relatórios de desempenho e avaliações quantitativas; dificuldade, por parte dos usuários, de acesso aos serviços digitalizados; ampliação do controle e vigilância sobre os usuários; individualização da responsabilidade do acesso às políticas sociais; entre outros aspectos (Hillesheim, 2024).

O cerne da problemática, no entanto, não reside nos avanços técnicos e tecnológicos tomados de forma isolada, e sim na generalização da lei geral da acumulação capitalista e no consequente agravamento da “questão social” e suas formas de aparecer. Agudização essa que, sendo o assistente social um trabalhador assalariado, as novas manifestações inerentes ao desenvolvimento capitalista interferem tanto a sua condição de trabalhador, quanto de profissional que lida, cotidianamente, com as necessidades sociais da classe trabalhadora.

Seguindo essa lógica

Mudanças técnicas e organizacionais ocorrem em todo lugar e por toda sorte de motivos na história das sociedades humanas, afetando todos os tipos de atividades. Às vezes parece que a engenhosidade técnica e organizacional dos seres humanos não conhece limites. Algumas das novas técnicas e formas organizacionais duram, outras não. A China Antiga tem uma longa história de notáveis inovações técnicas e organizacionais, mas nenhuma foi duradoura ou amplamente adotada. É somente sob o regime capitalista que encontramos uma força sistemática e poderosa impulsionando o dinamismo tecnológico e organizacional, com efeitos duradouros e acumulativos. Marx entende que essa força se concentra no momento da valorização por motivos muito particulares. Ela é moldada pela busca perpétua, sob o capitalismo, por mais-valor relativo (Harvey, 2018, p.111-112).

Portanto, entende-se que as inovações técnicas e tecnológicas usadas de modo capitalista atuam no sentido de reduzir o tempo de trabalho necessário e, com isso, aumentar o tempo de trabalho excedente. O que, em termos categoriais, diz respeito ao aumento do mais-valor relativo. No capitalismo, portanto, tem-se a busca incessante por mais valor relativo e as inovações técnicas e tecnológicas auxiliam nessa empreitada. Vale destacar, no entanto, que o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo são grandezas interdependentes e, portanto, existem apenas em relação

A utilização capitalista dos avanços técnicos e tecnológicos enquanto mediação da busca por mais-valor frente a tendência da queda das taxas de lucro tem como resultado a ampliação da superpopulação relativa. Sobre esta, Marx (2013, p.708) assevera que

[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista.

Portanto, essa população excedente é, ao mesmo tempo, condição de existência, produto e alavanca da acumulação capitalista. A superpopulação relativa, dessa maneira, exerce um papel fundamental na aceleração dos ciclos de rotação do capital ($D - M - P... - M' - D'$), ao assegurar uma oferta constantemente renovada de força de trabalho para os diferentes ramos de investimento e crédito do capital. Além disso, contribui para a redução do valor da força de trabalho, uma vez que amplia de forma contínua a sua disponibilidade no mercado. Essa condição também favorece o crescimento da produtividade, pois intensifica a exploração tanto da mais-valia absoluta quanto da relativa, incentivando os trabalhadores a se vigiarem e manterem uma disciplina mais rigorosa em suas atividades (Lara; Maranhão, 2019).

Entretanto, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto possui limites, haja vista que a criação de valor e mais-valor só pode ser feita mediante o trabalho vivo. À vista disso, as alterações na composição orgânica do capital no sentido de sua elevação sempre são feitas de modo relativo, isto é, há um aumento do capital constante em relação ao variável. Se o denominador (capital variável) for zero, a operação não terá resultado no conjunto dos números reais ou mesmo nos complexos. Portanto, não existe capital sem trabalho vivo. Apenas o trabalho humano vivo, no ato da produção, gera valor e mais-valor. As alterações na composição do capital são feitas apenas de modo que preservem o trabalho vivo.

Como faz-se possível desnudar, a grande problemática, reitera-se, não se localiza nos avanços tecnológicos e técnicos, e sim no modo pelo qual eles são utilizados. Na racionalidade burguesa, tais elementos são mediadores ao processo de acumulação e propiciam a redução do trabalho necessário e a ampliação do excedente. Qualquer análise que busque a decifrar as bases ontológicas da técnica e da tecnologia deve pautar esse princípio. O cerne dessa questão, de modo algum, deve ser moral, e sim um dado objetivo: o desenvolvimento da técnica e da tecnologia propiciam um aumento da produtividade do trabalho, seja ele produtivo ou improdutivo. Esse dado objetivo de aumento da produtividade pode ser usado desde uma racionalidade capitalista à que tenha por princípio a emancipação humana.

É preciso deslocar o eixo das problemáticas que circunscrevem a técnica e a tecnologia ao ser humano. O que, na sociedade burguesa, implica em compreender a

raiz de classe que perpassa o uso dos avanços técnicos e tecnológicos. Portanto, parte-se do pressuposto de que a tecnologia como instrumento de dominação e reprodução das condições de exploração fazem parte de um modo bastante específico de uso destas, ancorado na racionalidade que tem por princípio fundamental a obtenção de mais-valor.

Entendemos que, de modo geral, apresentamos os fundamentos para a discussão sobre a questão da tecnologia e, particularmente, da técnica para se considerar tanto uma como outra aspectos correlacionados ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada forma social. Na forma social e histórica do capitalismo, a tecnologia e a técnica respondem às necessidades da produção e da valorização do valor. Esse fato tem desdobramentos em todas as esferas da vida social e, por certo, em todas as práxis sociais, inclusive naquelas de natureza profissional. Por isso, tais fundamentos nos servem de diretriz para discutirmos a questão da técnica como dimensão ineliminável do trabalho de profissionais de serviço social, razão pela qual a questão, de um modo ou de outro, está e esteve presente nos debates da categoria. Nosso intento, como evidenciado na seção introdutória deste trabalho dissertativo, é problematizar as abordagens sobre o tema da técnica expressas em documentos históricos do serviço social brasileiro, com vistas a desvelar dimensões, neste particular, nem sempre elucidadas de maneira consequente, ao nosso ver. Eis o que passamos a fazer nas seções subsequentes.

3 A TÉCNICA NA PERSPECTIVA MODERNIZADORA DA RENOVAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 O PANORAMA GERAL DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO PROFISSIONAL E DA IMPORTÂNCIA DOS SEMINÁRIOS DE ARAXÁ, TERESÓPOLIS, SUMARÉ E ALTO DA BOA VISTA

A partir da década de 1960, o Serviço Social passa por um momento de sua história compreendido como Processo de Renovação Profissional¹², onde intenta-se conceber pensar a profissão a partir de outros paradigmas, teóricos, metodológicos, operativos e políticos. Em outras palavras, a profissão se põe como objeto de pesquisa. Conforme Netto (2015, p.175),

[n]ão é um puro acaso, portanto, que um dos traços mais salientes dessas elaborações seja a *ênfase na análise crítica do próprio Serviço Social*: a profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido – é só no marco dessa abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal.

Os documentos que serão analisados fazem parte desse processo do Serviço Social em colocar-se a si como objeto de investigação. Nessa quadra, o Serviço Social busca tanto pensar a sua prática profissional, como recorrer às teorias que fundamentam tal prática. Portanto,

[...] de um lado, procura-se dar fundamento sistemático a todos os componentes do processo profissional e a um arco de intervenientes cada vez maior – das análises e diagnoses, passando pelos passos interventivos, às variáveis sociais que interferem na ação profissional. De outro, recorre-se a um diversificado elenco de fontes teóricas e ideoculturais para operar aquela fundamentação. Vale dizer: a validação teórica da profissão adquire a dimensão de uma reflexão inscrita num marco que desborda o corporativismo e o exclusivismo, circunscrevendo um terreno de preocupações que incorpora impostações investigativas diversas para questionar o conjunto de supostos procedimentos profissionais (Netto, 2015, p.174-175).

À vista disso, entende-se que a dimensão técnica esteve fortemente presente nas reflexões e produções referentes ao Processo de Renovação do Serviço Social. A busca da profissão por teorias e metodologias científicas esteve bastante atrelada ao intento de fundamentar a prática profissional a partir de critérios mais científicos,

¹² Esse processo tem sido objeto de múltiplas e variadas análises na literatura especializada, contando com contribuições seminais e de maior densidade teórica, especialmente nas obras do Professor José Paulo Netto. Em razão da vasta e consolidada produção intelectual já existente sobre o tema, não nos deteremos em uma análise pormenorizada de seus desdobramentos, limitando-nos a indicar referências fundamentais que discutem o processo de renovação.

ao intento de deslocar a prática profissional do universo do senso comum e trazer a esta uma racionalidade pautada na ciência.

Os principais documentos legatários desse movimento empreendido pelo Serviço Social de conceber a si mesmo a partir de outros paradigmas são os Documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista. É claro que o Processo de Renovação Profissional ultrapassa as fronteiras desses escritos, mas entende-se que neles estão condensadas muitas das preocupações profissionais em relação ao Serviço Social, especialmente no que se refere à redefinição de seus fundamentos teórico-metodológicos, de seus princípios ético-políticos e de suas formas de intervenção na realidade social, em consonância com as transformações históricas e sociais do período.

É importante destacar que, a partir da análise dos documentos, foi possível observar que os Seminários de Teorização do Serviço Social se constituíram como espaços relativamente abertos às disputas teórico-políticas em torno da direção social a ser conferida à profissão. Em outras palavras, percebe-se que os seminários, especialmente o de Sumaré, configuravam-se como arenas de debate, marcadas por divergências de perspectivas entre os assistentes sociais participantes, as quais eram frequentemente colocadas em pauta para o conjunto dos participantes. Tal dinâmica revela a preocupação desses profissionais com os rumos que os encontros imprimiam à profissão, bem como o empenho na busca pelo caminho — considerado nas disputas da direção social da profissão — mais coerente a ser trilhado pelo Serviço Social. O que não significa, de nenhuma forma, portanto, a ausência de limites históricos — de cariz conservador — nas reflexões e encaminhamentos dos encontros.

O Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro tem como base histórico-social a instauração da autocracia burguesa, que abriu caminho para o processo de erosão do chamado Serviço Social Tradicional. Esse processo, segundo Netto (2015), antecede a própria instauração da autocracia, embora ganhe maior densidade e aprofundamento a partir dela.

[...] o quadro econômico-social do final dos anos 1950, em plena alavancagem da industrialização pesada, colocava as demandas de intervenção sobre a 'questão social' que desbordaram amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias de sua atividade [...] De onde, já então, o empenho profissional para desenvolver outras modalidades interventivas, com a assunção da abordagem 'comunitária' enquanto outro 'processo' profissional (Netto, 2015, p.179-180).

Tendo em vista que a prática do assistente social é a primeira forma de manifestação da profissão, a referida erosão do Serviço Social tradicional face às mudanças históricas e sociais nada mais é do que a deslegitimação da prática do Serviço Social perante os objetivos societários postos no início dos anos 1960. À vista disso, todo o esforço de conferir um status ao Serviço Social fincado na cientificidade ocorre na medida em que poderá elevar o nível científico da prática profissional. Até as discussões de caráter mais filosófico, bastante típicas ao Seminário de Araxá, por exemplo, são feitas tendo como foco primeiro alimentar, ainda que em status, o fazer profissional do assistente social.

Pode-se perceber, pois, que a busca da profissão em compreender a si mesma perpassa umbilicalmente a dimensão da prática profissional do assistente social e está estritamente vinculada às necessidades sócio-históricas do período no qual o Movimento de Renovação Profissional se inscreve. Tal processo profissional, vale o destaque, tem características mais exógenas do que endógenas, isto é, uma vez que o Serviço Social não existe em si mesmo, as suas contradições internas advêm de movimentos que o ultrapassam, mas que, simultaneamente, o afetam sobremaneira.

Na beira desses aspectos, conforme Iamamoto (2000, p.205), o Processo de Renovação foi marcado por “[...] um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideó-teóricos, de suas raízes sócio-políticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”. O questionamento dos seus fundamentos teóricos e ideológicos e das raízes sociais e políticas, nessa via, não eram fins em si mesmos. Eles foram feitos como consequência do imperativo de cientificização da prática do Serviço Social. Como é sabido, o reconhecimento do Serviço Social enquanto área de conhecimento é um dado mais recente. Na época de vigência do Processo de Renovação Profissional, a prática de caráter mais “direta” era o elemento que conferia maior legitimidade social à profissão. Portanto, não é estranho afirmar que a cientificização do Serviço Social se processou em função da prática profissional, embora, em um dado momento, se autonomize (nunca de modo absoluto) em função desta.

Levando isso em conta, reforça-se a importância dos documentos de Araxá, Sumaré, Teresópolis e Alto da Boa Vista, enquanto produtos desse processo de renovação, no que concerne à análise de como a técnica vem sendo debatida no

âmbito do Serviço Social, já que a prática profissional se tornou a capa das preocupações dos profissionais de Serviço Social ao longo desse processo.

Vale rememorar que o Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil foi um processo cumulativo, com diversos estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica distintos. Embora esses estágios se sobreponham, é possível identificar três momentos distintos — ainda que não estanques — na história do Processo de Renovação, a saber: o período marcado pela perspectiva modernizadora, que tem seu ápice na segunda metade da década de 1960, sendo erigido muito em razão dos esforços empreendidos pelo CBCISS; o momento da reatualização do conservadorismo, cristalizando-se na metade da década de 1970, ainda sob influência do CBCISS, mas agora também contando com a participação dos cursos de pós-graduação na disseminação de ideias e debates; e, por fim, no início dos anos 1980, consolida-se o terceiro momento, marcado pela intenção de ruptura. Nesse período, as discussões passaram a ser fomentadas não apenas pelo CBCISS e pelos cursos de pós-graduação, mas também por novas instâncias coletivas da categoria, como a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), associações profissionais e sindicatos da categoria (Netto, 2015, p.172).

No marco do debate sobre a constituição do Serviço Social enquanto profissão, o processo de renovação é apresentado nos seguintes termos

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das construções da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e de assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (Netto, 2015, p.172).

A despeito do pungente lastro desenvolvimentista presente no Processo de Renovação do Serviço Social, faz-se preciso destacar que tal ideologia chegou tardiamente ao terreno da profissão, quando comparado ao período de sua preponderância no caldo político-econômico do país. De acordo com Carvalho e Iamamoto (1982, p. 361–362), o período desenvolvimentista brasileiro impactou tardiamente o Serviço Social no país; isto é, até o final da década de 1950, a profissão mostrou-se alheia às requisições impostas pelo desenvolvimentismo, em razão de alguns fatores, como a subordinação juscelinista à ideia de solução de todos os problemas mediante a expansão econômica; além disso, a face populista da política

desenvolvimentista da época chocava-se com a tendência conservadora do Serviço Social, entre outros aspectos.

A partir da década de 1960, o Serviço Social começa a aproximar-se dos preceitos desenvolvimentistas e é justamente nessa quadra histórica em que a profissão se expande consideravelmente. “No decorrer desses anos, o Serviço Social sofrerá suas mais acentuadas transformações, ‘modernizando-se’ tanto o agente como o corpo teórico, métodos e técnicas por ele utilizados” (Iamamoto, Carvalho, 1982, p.358). Observa-se, do mesmo modo, uma ampliação das funções exercidas pelos assistentes sociais como a coordenação e o planejamento, o que, conforme os autores, evidenciam a evolução do *status* técnico da profissão. É nesse período em que há uma evolução dos métodos de Serviço Social de Grupo e, sobretudo, do Serviço Social de Comunidade (Iamamoto, Carvalho, 1982).

Isso mostra, mais uma vez, que o Serviço Social tinha como objetivo primeiro renovar as práticas da profissão. E claro que, para que estas se desloquem do terreno referente ao senso comum, faz-se preciso recorrer a conhecimentos científicos e filosóficos que iluminem a prática profissional e deem sustentação ao ideário da profissão sobre si.

Entre 1960 e 1990, realizaram-se quatro dos chamados Seminários de Teorização do Serviço Social, acompanhados por diversos encontros regionais que tinham como objetivo discutir os conteúdos produzidos e indicar novos rumos para a profissão, contribuindo, assim, para a elaboração dos documentos dos seminários subsequentes.

Antes da realização dos aludidos seminários — Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista — no entanto, ocorreram dois Congressos Brasileiros de Serviço Social. Segundo Iamamoto e Carvalho (1982), os congressos e seminários realizados no período se inscrevem na necessidade de produzir-se uma autojustificação do Serviço Social, isto é, estear a necessidade social da profissão. Nesse lastro, o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social ocorreu em 1947, promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), sem uma temática central delimitada; enquanto o segundo aconteceu em 1961, no Rio de Janeiro, tal qual o primeiro (Iamamoto, Carvalho, 1982).

Nos anais desse primeiro congresso, apesar da multiplicidade de temáticas abordadas, já se observam debates em torno da técnica. O evento foi organizado em seis eixos de discussão, conforme apontam Iamamoto e Carvalho (1982), sendo que

um deles trata dos “Agentes do Serviço Social”. Na sistematização realizada por esses autores na obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, encontra-se a seguinte observação na nota de rodapé 13:

Agentes do Serviço Social: visão do Serviço Social como atividade científica; também como filosofia de vida; incremento do número de Escolas de Serviço Social; formação de supervisores; intercâmbio entre escolas; criação de associações de alunos; necessidade da seleção dos alunos — o Assistente Social necessita ter aptidões específicas; reuniões para melhorar o preparo técnico, regulamentação da profissão etc. (Carvalho, Yamamoto, 1982, p. 350).

Portanto, percebe-se uma preocupação histórica da profissão para com a dimensão da técnica. O assistente social, como se constata na sistematização dos autores, necessita de aptidões específicas, precisa realizar reuniões cujo objetivo é melhorar o preparo técnico. Na mesma direção, faz-se necessário o incremento do número de Escolas de Serviço Social, um cuidado com a formação de supervisores etc. Todos esses elementos fazem parte de uma preocupação do Serviço Social para com a dimensão da técnica, ainda que nem sempre esta era compreendida a partir de uma visão não reducionista.

Posteriormente, a partir da década de 1960, como já assinalamos, documentos profissionais resultantes dos Seminários de Araxá, Sumaré, Teresópolis e Alto da Boa Vista dão o tom de como o Serviço Social esteve pensando seu lugar na realidade social, o que implica em uma forte concepção da profissão com relação à prática profissional, buscando tanto refletir filosoficamente sobre esta quanto balizar o fazer profissional de preceitos científicos. O Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis, neste quadro, são importantes marcos para a consolidação da Perspectiva Modernizadora, enquanto os Documentos de Sumaré e do Alto da Boa Vista compreendem o descolamento dessa perspectiva, culminando nas perspectivas da Reatualização do Conservadorismo e da Intenção de Ruptura¹³. Tais documentos permitem compreender o solo histórico pelo qual o Serviço Social atravessou e se ergueu, sendo fundamentais para a análise do modo pelo qual o Serviço Social tratou a técnica.

Entende-se, nessa linha de pensamento, que o Serviço Social brasileiro, na atualidade, é caudatário do movimento estabelecido pela vertente intitulada de Intenção de Ruptura. Ao contrário das outras duas vertentes, esta tem como substrato

¹³ Vale destacar que ambas as perspectivas foram propagadas por instâncias que extrapolaram a fronteira do CBCISS.

central a crítica sistemática ao Serviço Social 'tradicional', tendo por base o pensamento marxista, ainda que, de início, a partir de um “marxismo sem Marx”. Essa vertente é responsável por marcar o debate na primeira metade da década de 1980, projetando a sensação de exercer uma hegemonia incontestável no âmbito profissional, a despeito do claro hiato entre intenção de ruptura com o passado conservador e a possibilidade sócio-histórica de consumá-la (Netto, 2015).

Em termos mais amplos, o Serviço Social contemporâneo tem muitos dos seus fundamentos ancorados nas três vertentes do processo de Renovação Profissional: a Perspectiva Modernizadora (ou Modernização Conservadora), a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura. Afirma-se isso, pois a forma e o conteúdo impressos em cada vertente só se tornaram possíveis no trato com as demais. De forma mais simples, a luta de direcionamento posta na vertente da Intenção de Ruptura é legatária dos processos anteriores, ainda que em um movimento de superação dialética.

Os Seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista foram promovidos pelo CBCISS. Este centro, por seu lado, reuniu importantes assistentes sociais com grande influência intelectual e profissional, o que possibilitou uma ampla difusão dos principais fundamentos do Movimento de Reconceituação no Brasil, assim como de suas articulações em contextos internacionais (CBCISS, 2002). Como já explicitado, vale destacar que, no primeiro momento do Processo de Reconceituação, a organização desse movimento é majoritariamente impulsionada por esse centro, sobretudo a partir da realização dos chamados “seminários de teorização”. No entanto, a partir de meados da década de 1970, ele perde a exclusividade no encaminhamento dos debates acerca da Teorização do Serviço Social e direciona o debate em conjunto com outras instâncias (Netto, 1990, p.198).

No entanto, o CBCISS manteve uma presença constante e ativa ao longo do Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, mesmo diante do surgimento e da incorporação de outras instituições ao aludido processo. Nessa linha de análise, compreende-se que os Seminários de Teorização do Serviço Social constituem fontes profícuas para a compreensão desse movimento profissional, das principais aspirações profissionais da época, bem como das inquietações relacionadas à dimensão técnico-operativa da profissão.

Não necessariamente há, nesses documentos, uma reflexão precisa sobre o que é a técnica. Isto é, o objetivo dos referidos seminários não foi refletir teórica ou

filosoficamente sobre a dimensão da técnica, mas sim trazer à prática do assistente social status e critérios científicos. A partir das reflexões sobre o fazer profissional, é possível desvendar a concepção de técnicas que lhes são inerentes. É justamente sobre os documentos resultantes dos quatro Seminários de Teorização que nos debruçaremos a seguir.

3.2 O DOCUMENTO ARAXÁ: ORGANIZAÇÃO E QUESTÕES SUSCITADAS

O Documento de Araxá é produto da realização do Seminário de Araxá, ocorrido na cidade em que dá nome ao documento, entre 19 a 26 de março de 1967, em Minas Gerais. A temática central do seminário intitulava-se Teorização do Serviço Social. Com a participação de 38 assistentes sociais, o Seminário de Araxá constituiu-se como elemento catalisador ao Movimento de Renovação Profissional e, não raro, seu conteúdo foi devidamente rememorado e adensado nos seminários subsequentes, especialmente em Teresópolis. A despeito do foco central de Araxá seja responder o que é o Serviço Social¹⁴, o caminho que foi feito para responder tal pergunta percorreu, muito fortemente, a explicitação da dimensão da prática profissional.

É possível perceber que — embora a categoria dos assistentes sociais pareça buscar, por meio dos Seminários de Teorização, uma resposta sobre o significado social da profissão —, os esforços realizados, de modo geral, concentraram-se, em grande parte, na instrumentalização, no papel atribuído ao Serviço Social ou na reflexão filosófica da prática da profissão.

No Documento de Araxá, esse aspecto está fortemente presente. A análise da dimensão da intervenção profissional é o meio pelo qual busca-se concretizar o significado social da profissão, isto é, a delimitação da função social da profissão é feita, com muita intensidade, através de reflexões filosóficas e proposições de metodologias de ação diversas. Portanto, percebe-se uma linha muito tênue que segmenta a indicação de modos de agir profissionais e a denotação social atribuída

¹⁴ A busca por responder o que é o Serviço Social passa pela explicitação da prática do Serviço Social. Em Araxá, a procura de bases filosóficas para conceber a profissão e a prática profissional é premente. Em comparação com os seminários subsequentes, em Araxá, é onde menos se encontram indicações acerca de modelos de ação, embora não sejam ausentes. As reflexões são, em peso, bastante filosóficas. Uma das explicações para isso deve-se ao fato da vinculação do grupo com muitos preceitos do neotomismo.

ao Serviço Social. E, como dito, esta significação, não raro, tem como substrato de sustentação sua instrumentalização através de metodologias propostas à prática do Serviço Social.

Diante desses aspectos, o Documento de Araxá estrutura-se em três capítulos. O primeiro aborda três temáticas centrais, a saber: considerações sobre a natureza do Serviço Social; objetivos do Serviço Social; e funções do Serviço Social. O segundo capítulo, por sua vez, contempla sete eixos principais: metodologia de ação do Serviço Social; adequação da metodologia às funções do Serviço Social; Serviço Social de Caso; Serviço Social de Grupo; Desenvolvimento de Comunidade; integração do Serviço Social; e utilização da administração em Serviço Social. Por fim, o terceiro capítulo, de forma mais sucinta, trata do Serviço Social e a realidade brasileira.

Duas metodologias foram inicialmente propostas para a condução dos trabalhos. A primeira consistia em dividir os participantes em cinco grupos, atribuindo-se a cada um uma temática específica, com preparação antecipada de um roteiro que, posteriormente, seria discutido em plenário. Na segunda metodologia propunha-se que todos os participantes discutissem coletivamente o mesmo roteiro, abordando os conceitos básicos e estudando a metodologia sob um ponto de vista mais genérico. Esta segunda proposta foi aprovada por unanimidade no plenário. A partir disso, organizaram-se quatro grupos, compostos por nove a onze membros cada. A redação final do documento ficou a cargo de uma comissão formada por um representante de cada um dos quatro grupos.

No capítulo um do documento se faz uma análise dos objetivos remotos e operacionais do Serviço Social, destacando sua natureza e funções, tendo por base sua evolução histórica e projetando-se no sentido de mudança social. No segundo, de modo mais cuidadoso, se expõe a metodologia do Serviço Social. Ao mesmo tempo, neste mesmo capítulo, confrontam-se as concepções correntes na época acerca dos processos básicos, na mesma medida em que busca identificar os elementos constituintes de cada processo. Outrossim, coloca-se em xeque a problemática de maior eficiência na utilização da instrumentalidade metodológica do Serviço Social. Por fim, no capítulo três, o exame se volta à adequação do Serviço Social à realidade brasileira, tendo como foco a dinâmica operacional da profissão (CBCISS, 1986).

O Seminário de Araxá foi presidido por Helena Iracy Junqueira e contou com a coordenação de Balbina Ottoni Vieira (grupo 1), Ana Adelina Lins (grupo 2), Neide

Lobato Soares Santos (grupo 3) e Marta Teresinha Godinho (grupo 4). Diferentemente de outros encontros, no documento derivado do Seminário de Araxá apresenta-se um texto unificado, resultado da colaboração entre os quatro grupos. Por esse motivo, não é possível identificar ou analisar divergências entre eles. Ainda assim, considerando que a redação do documento envolveu representantes de cada grupo, entende-se que ele expressa uma síntese coletiva das discussões realizadas no âmbito de cada grupo, considerando consensos construídos naquele momento.

3.2.1 O Serviço Social como técnica, disciplina de intervenção ou prática institucionalizada

Logo na introdução do Documento de Araxá, é possível constatar a seguinte afirmação:

Ressaltando como fundamental a integração do Serviço Social no processo de desenvolvimento, propõe uma abordagem técnica operacional em função do modelo básico do desenvolvimento, abrindo novos horizontes para uma presença atuante que venha a constituir-se em plena resposta ao desafio do momento presente (CBCISS, 1986, p.21).

Essa passagem traz à tona a questão mais elementar do Documento de Araxá: adequar a abordagem técnica operacional do Serviço Social face às mudanças ocorridas no contexto brasileiro à época. E é justamente essa necessidade que dá a tônica ao aludido documento.

A década de 1960, no Brasil, foi marcada pelo início da Ditadura Civil-Militar. Especificamente um ano após a realização do Seminário de Araxá, a economia brasileira passou pelo chamado “milagre econômico”

Mas se em 1968 é o ano do auge repressivo da ditadura, é também o da retomada do crescimento econômico. O modelo econômico adotado rende finalmente seus frutos e o Brasil, até 1973, apresenta taxas bastante elevadas de desenvolvimento industrial, superando mesmo os 10% ao ano. Fala-se em milagre econômico, mas um milagre que, alguns anos mais tarde, cobraria seu preço (Piore, Venancio, 2016, p.184).

Desse modo, era um cenário muito propício para ideologia desenvolvimentista ganhar densidade no Serviço Social. O potencial de superar o chamado “atraso econômico” começava a ganhar materialidade cotidiana. A técnica, nesse lastro, passa a receber bastante proeminência no âmbito do Serviço Social e os assistentes sociais passaram a se reivindicar enquanto técnicos do desenvolvimento, isto é, enquanto profissionais que podem contribuir, sobremaneira, ao desenvolvimento

socioeconômico do Brasil. Essa busca, tal qual analisou Pinto (2005a), enquanto ideologia alheia aos interesses da classe trabalhadora, reflete um aprisionamento da razão criadora. De acordo com Álvaro Vieira Pinto:

O aprisionamento da razão criadora em formas supostamente progressistas, e sobretudo julgadas desde agora promulgadas para um futuro indefinido, estabelece grave malefício para a liberdade de criação, que deve ser o apanágio do pensar crítico da consciência histórica emergente. Ver-se conduzido por mão alheia, e com malévolas intenções ainda por cima, é a mais perigosa das ilusões a que pode vergar-se o espírito nascente dos povos que aspiram a libertar-se de tutelas lesivas. A concepção da 'tecno-estrutura' como centro de poder na organização empresarial ou no Estado mostra a autêntica face da simples hipocrisia sociológica, quando refletimos na verdade elementar de que os 'técnicos', coletivamente, nunca foram classe social. Verifica-se facilmente a assertiva, em primeiro lugar pelo fato evidente de todos os homens serem 'técnico', porque têm de trabalhar de alguma maneira, e além disso porque, nas formações atuais a que nos estamos referindo, o poder sempre pertence a uma classe restrita de indivíduos, definida por sua função específica na produção social. Os técnicos não passam de trabalhadores intelectuais, ou a meio caminho na escala entre os intelectuais e os braçais assalariados, por modalidades atualmente disfarçadas com novos nomes e diferentes canais de pagamento, mas não menos explorados do que as massas trabalhadoras em geral, sofrendo ademais a agravante de serem doutrinados para não chegarem à consciência da sua situação e para se julgarem superiores aos confrades operários, servindo na qualidade de exemplos, de instrumentos para a domesticação destes últimos. Para firmar-se definitivamente, não basta à 'tecno-estrutura' confinar-se exclusivamente na função de peça da engrenagem administrativa da empresa capitalista. Tem de ser muito mais que isso. Precisa provar que é uma escola de moralidade, regida por um rigoroso código ético, que obriga por imperativo de consciência a conduta de seus participantes (Pinto, 2005a, p.465-466).

Nessa via de análise, o autor critica a concepção da "tecno-estrutura" como centro de poder na empresa ou no Estado, qualificando-a como uma hipocrisia sociológica, uma vez que os técnicos não constituem uma classe social específica. Embora exerçam funções especializadas, os técnicos são trabalhadores intelectuais assalariados, situados em posição intermediária na divisão social do trabalho e não menos explorados que as massas trabalhadoras. Diante de tal aspecto, o enquadramento da razão criadora em formas consideradas progressistas, especialmente quando apresentadas como diretrizes já definidas para um futuro não manifesto, produz um grave prejuízo à liberdade de criação, elemento essencial do pensar crítico próprio de uma consciência histórica em formação. Tal processo implica, pois, em submeter-se à condução de instâncias externas ao país.

A proclamação da racionalidade da 'tecno-estrutura' induz a crer que tal forma de organização da empresa capitalista possui caráter universal e modelar. Está implícito portanto que os países subdesenvolvidos chegarão às formas superiores da produção industrial se desde agora seguirem, naquilo que lhes seja aplicável, ou começarem a se preparar para seguir no futuro os modos

de sistematização das empresas em vigor nas áreas soberanas (Pinto, 2005a, p.463-464).

Ante ao apresentado pelo autor, a proclamação da racionalidade da tecno-estrutura faz com que a organização da empresa capitalista seja percebida como um modelo universal e exemplar, válido para qualquer realidade. Desse modo, está implícita a ideia de que os países subdesenvolvidos somente alcançariam níveis superiores de produção industrial se passassem a adotar, desde já ou como preparação para o futuro, os modos de sistematização empresarial vigentes nos países desenvolvidos. Essa concepção, pois, associa o desenvolvimento à assimilação progressiva dos padrões organizacionais dos países centrais, tomando-os como referência necessária para a modernização industrial (Pinto, 2005a).

É nesse contexto de valorização da técnica e da sistematização procedimental que se insere o documento de Araxá. No intento da profissão de conceber a si mesma, percebe-se um forte lastro desenvolvimentista. Nesse ínterim, a reivindicação da técnica destacou-se, sobretudo por evocar conceitos como efetividade, eficiência e eficácia — valores centrais ao momento em que a profissão buscava contribuir, enquanto sua razão de ser, para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, para a superação do atraso econômico, político e social do Brasil.

Dada a teorização do Serviço Social como um imperativo inadiável à profissão em 1967, é possível constatar algumas concepções sobre o Serviço Social no Documento de Araxá. Este é visto “[...] como disciplina de intervenção na realidade social, constituído por um conjunto de conhecimentos e técnicas (CBCISS, 1984, p.19); “[...] como prática institucionalizada” (CBCISS, 1984, p.19); “[...] instrumento eficaz para propiciar ao homem meios à plena realização de sua concepção humana” (CBCISS, 1984, p.19); “[...] justifica-se, também, considerá-lo como uma técnica social, porquanto influencia o comportamento humano e o meio, nos seus inter-relacionamentos” (CBCISS, 1984, p.23). Há questionamentos também sobre o que seria o Serviço Social: seria uma técnica social? Um conhecimento especulativo-prático (voltado à aplicação)? Uma ciência autônoma? Ciência Social aplicada? Apenas produz conhecimento científico?

Portanto, no bojo do documento de Araxá, não se tem apenas a explicitação das metodologias de ação do Serviço Social, mas sobretudo o revelar de uma concepção de técnica. O que significa conceber o Serviço Social como uma técnica social? Uma profissão pode assumir o caráter de técnica? Seria equivalente entender

a profissão como uma prática institucionalizada, uma técnica social, um instrumento ou uma disciplina de intervenção na realidade? Essas concepções carregam o mesmo significado? De que modo essas compreensões se expressam nas metodologias de ação indicadas no documento? Há um entrelaçamento no âmbito do documento entre o que é o Serviço Social, quais suas funções, objetivos, objeto, metodologias? O que significa conceber o assistente social como um técnico do desenvolvimento? A técnica, no âmbito do documento, é subjetivada e ganha mais centralidade que a capacidade intelectual do assistente social? O objeto do Serviço Social não é delimitado no Documento de Araxá, de que modo isso rebate na explicitação das metodologias de ação? As questões são muitas.

Sobre o Serviço Social constituir-se como uma técnica social tem-se alguns elementos para se pensar tal problemática. Conforme Álvaro Vieira Pinto (2005), existem algumas formas de substantivação da técnica. A primeira delas é transferir a técnica a propriedade de certos agentes que realizam atos técnicos (técnica ganha substância na pessoa do operador) e a segunda forma é entificar a técnica nos instrumentos e produtos da ação humana. Nas palavras de Álvaro Vieira Pinto (2005a, p.174):

[a] principal confusão envolvente da consciência simplista quando trata da técnica consiste em considerá-la uma substância, um objeto, ao qual é lícito atribuir efeitos, como se estivéssemos em face de uma 'coisa', e até, em casos de extremo desordenamento, de uma pessoa.

Portanto, a técnica não se refere a uma coisa, mas diz respeito a uma qualidade da ação humana no mundo. Reificar a técnica é uma forma, negativa, de ideologizá-la.

À vista disso, uma profissão, de modo algum, pode ser considerada uma técnica. Ao se considerar a profissão como técnica, abrem-se precedentes para que a técnica seja entificada e reduzida à estrutura de uma profissão. Ou seja, a profissão, na condição de “sujeito” coletivo, passa a receber a substância da técnica. Esse deslocamento é problemático na medida em que transfere a centralidade do sujeito profissional em favor de um suposto “sujeito” coletivo — uma entidade representativa de um grupo de pessoas que exercem a mesma atividade.

Longe de ser uma questão meramente semântica, deslocar a centralidade da técnica do sujeito implica certa passividade e subserviência profissional diante de uma técnica tida como “inerente” à cultura de determinada profissão — uma técnica que se consolidou nessa profissão e em seus instrumentos. A técnica, nesse lastro, acaba

por tornar-se um mecanismo que subjuga o trabalho de um determinado profissional. Este, diante da técnica, teria um papel passivo, de seguir o caminho “proposto” pela técnica.

No documento de Araxá, tem-se a seguinte afirmação que percorre esse aspecto:

O Serviço Social, como técnica, dispõe de uma metodologia de ação que utiliza diversos processos. Os processos de Caso, de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade foram considerados, até o momento, o “modus operandi” do Serviço Social em sua intervenção na realidade social, sendo que só recentemente se inicia a utilização também do processo de trabalho com populações de maneira mais sistematizada (CBCISS, 1984, p.31)

O Serviço Social, diante do exposto, seria uma técnica que dispõe de certas metodologias de ação. Metodologias essas que se utilizam de diversos processos (Caso, Grupo e Comunidade). A profissão seria um grande fazer composto por determinados modos de fazer, os quais têm como objetivo precípua contribuir para o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. A técnica, tendo como lastro a eficiência, ocupa, pois, a centralidade do processo. A razão social do Serviço Social perpassa seu contributo ao processo de desenvolvimento. É bastante problemático reduzir a profissão a um fazer composto por procedimentos relacionados ao fazer. Além de ser tautológico, pode levar ao engessamento da prática do Serviço Social e a redução da profissão à dimensão do fazer.

Além do mais, há uma considerável implicação ideológica na concepção do Serviço Social enquanto técnica social, uma vez que essa compreensão afasta a profissão de seu eixo ético-político e a coloca em uma esfera supostamente neutra, de um grande agir técnico e, pois, supostamente imparcial.

Vale o destaque que, no bojo do documento de Araxá, foi frisada a necessidade de adequar o caráter do Serviço Social aos contextos em que o profissional é chamado a atuar, bem como reconhecer a importância de não aceitar esses contextos de modo passivo — sendo, por vezes, necessário transformá-los. Portanto, não há um engessamento absoluto da atuação profissional. É colocada uma devida importância no direcionamento da ação dada pelo assistente social. Importância essa que, por vezes, entra em contradição aos encaminhamentos dados no documento (CBCISS, 1986).

Entendemos que, ancorado no pensamento de Álvaro Vieira Pinto, há diferenças entre conceber o Serviço Social como uma técnica, uma disciplina de intervenção na realidade social, uma prática institucionalizada ou um instrumento. No

entanto, do ponto de vista da compreensão dos participantes a respeito do que seria a dimensão da técnica (uma compreensão reducionista dessa), pode-se dizer que as diferenças entre cada uma das concepções não são, de fato, tão significativas, mas existem. Entender o Serviço Social como técnica social diz respeito à percepção de que a profissão se traduz num modo de fazer social; já enquanto instrumento, o Serviço Social ganha um cariz de mediador; como uma prática institucionalizada se relaciona, também, muito fortemente, com um modo de fazer; na condição de disciplina de intervenção, parece que há uma certa ampliação da concepção de profissão, uma disciplina pressupõe a articulação entre teoria e prática, fundamentando-se em princípios éticos, metodológicos e instrumentais que orientem a atuação profissional em contextos práticos.

Seguindo a lógica analítica de Álvaro Vieira Pinto (2005a), pode-se considerar como ideológico a identificação do Serviço Social enquanto uma técnica social. Melhor dizendo, o deslocamento da técnica como propriedade do sujeito à materialidade de uma profissão oculta o caráter humano, histórico e social da técnica. Não se faz possível engessar a técnica a uma profissão, embora a dimensão da técnica, enquanto propriedade humana, seja ineliminável a toda e qualquer profissão, pois uma profissão é constituída por sujeitos e é legatária de uma cultura historicamente construída por seus agentes.

Dessa forma, é possível que uma dada profissão sistematize alguns elementos que se inscrevem no universo da técnica, como, por exemplo, determinados instrumentos, maneiras de fazer, conferindo-lhes um sentido próprio e transformando-os em referências legitimadas no campo profissional. No entanto, tais elementos não são a materialidade da técnica, apenas compõem o universo desta, uma de suas dimensões. A técnica depende do ser humano como uma obra depende do artista — só existe porque ele a projeta no mundo.

No âmbito do Documento de Araxá, vale destacar, há uma certa crítica ao pragmatismo e imediatismo das atuações pretéritas do Serviço Social. Diante desse problema, no documento se aponta a necessidade do assistente social, preferencialmente nas estruturas sociais, entendidas como solos de maior racionalidade e eficiência. Para tanto, se faz necessário uma organização técnica das formas primeiras de atuação do Serviço Social (de caráter assistencialista, ancoradas na concepção de um Estado paternalista). Busca-se, em outras palavras, trazer a “técnica” ao Serviço Social. O profissional de Serviço Social deve, conforme se

depreende da análise do documento, passar a ser visto não mais como executor de ações caritativas - como se estas fossem estéreis de dimensão técnica -, mas sobretudo como agente técnico, capaz de contribuir para o desenvolvimento social dentro de uma lógica modernizadora.

Partindo do aporte legado por Pinto (2005a), a técnica sempre esteve presente nas ações profissionais dos assistentes sociais, mesmo no tocante às atividades mais confessionais e pouco sistematizadas. A reivindicação da profissão, a partir da década de 1960, para com a dimensão da técnica é, em verdade, a procura do Serviço Social em afirmar-se como uma profissão atrelada a um fazer racional, com conhecimentos e práticas institucionalizadas. A reivindicação da profissão para com a técnica configura, também, a busca por conhecimentos científicos que possam instrumentalizar a prática do assistente social.

O Serviço Social, no bojo desse período histórico, estava buscando uma atuação mais planejada e estruturada, em que os recursos disponíveis fossem aproveitados com racionalidade, os objetivos das intervenções fossem efetivamente atingidos e, sobretudo, as ações produzissem transformações reais na vida da população atingida e no desenvolvimento da sociedade brasileira. Portanto, a reivindicação da profissão pela técnica, chegando ao ponto de auto conceber-se como uma, em razão primeira, faz parte do intento de afirmar o Serviço Social como uma profissão cujas práticas podem e devem contribuir ao processo de desenvolvimento do Brasil e da consequente superação do atraso econômico, político e social. Neste sentido, percebe-se que

[a] ilusão tecnocrática marca os seus tentos [do Seminário de Araxá]: remetendo-se à 'ideologia do desenvolvimento integral', os assistentes sociais reunidos em Araxá não hesitam em imaginar que um dos modos da sua macroatuação compreenderia 'um amplo processo de conscientização dos centros de poder de decisão da sociedade (Netto, 2015, p.225).

O Documento de Araxá, pois, expressa uma ilusão tecnocrática, marcada pela crença excessiva na capacidade técnica do Serviço Social para intervir na realidade social. Ao se apoiar na ideologia do desenvolvimento integral, o documento pressupõe que os problemas sociais poderiam ser enfrentados por meio de planejamento racional e da atuação profissional qualificada, tendo no processo de conscientização um importante pilar que dá densidade ao intento. Nessa via, a proposta de uma macroatuação voltada à “conscientização dos centros de poder de decisão” revela um

otimismo político ingênuo, pois ignora que tais centros são orientados, em última instância, por interesses de classe.

3.2.2 - Objeto e metodologias de ação do Serviço Social em Araxá

É diante dessa premissa que foram, por parte dos assistentes sociais partícipes do seminário, situadas e analisadas as metodologias de ação do Serviço Social no âmbito do Documento de Araxá. No documento, os assistentes sociais que participaram do Seminário de Araxá afirmavam que novas exigências do desenvolvimento mundial impunham novas demandas ao Serviço Social, exigindo enfoques que ultrapassassem o uso exclusivo dos processos de caso, grupo e comunidade. Indicava-se que se fazia necessário criar novos métodos e processos. Sob esse aspecto, buscava-se, pois, situar a metodologia de ação do Serviço Social.

Conforme constata-se no âmbito do documento, a metodologia de ação do Serviço Social assentava-se em determinados princípios e postulados. Estes eram considerados pressupostos de natureza ética e metafísica para atuação do Serviço Social, enquanto aqueles diziam respeito a pontos básicos norteadores que norteavam a atuação profissional. Dentre os postulados, encontravam-se o postulado da dignidade da pessoa humana, o postulado da sociabilidade essencial da pessoa humana e o postulado da perfectibilidade da pessoa humana. Quanto aos princípios, enfatizava-se o estímulo ao exercício da livre escolha e da responsabilidade das decisões; respeito aos valores, padrões e pautas culturais; ensejo a mudança no sentido da autopromoção e do enriquecimento do indivíduo, do grupo, da comunidade, das populações; e a atuação dentro de uma perspectiva de globalidade na realidade social.

Com relação aos postulados, eles se expressavam nas noções de que o homem, na ordem ontológica, se auto-realiza no plano da historicidade humana, em razão das potencialidades naturais dos indivíduos, grupos e comunidades, bem como do reconhecimento da dimensão social como intrínseca à natureza humana e do direito de se encontrar na sociedade meios para a auto-realização humana. Além disso, no documento se ressaltava o fato de o ser humano estar em uma posição de eminência ontológica na ordem universal, de modo que todas as coisas estejam referenciadas a ele. A metodologia de ação do Serviço Social, assim sendo, deve partir de tais premissas (postulados e princípios).

Como pode-se perceber, não eram premissas meramente operacionais. Muito pelo contrário, eram bastante substanciosas ainda que fortemente limitadas, tendo por base a perspectiva de globalidade, o ser humano em posição ontológica e central frente ao demais condicionantes¹⁵, a auto-realização humana na história centrada no âmbito das ações, entre outros. Portanto, pode-se perceber que a dimensão da prática do Serviço Social era pensada para além da esfera meramente procedimental, e esta era concebida atrelada a princípios éticos e teóricos. Portanto, a metodologia de ação que é conferida ao Serviço Social naquele momento histórico não tinha, de modo absoluto, um caráter engessado, tal qual uma receita. Ao contrário, ela era concebida de modo a ser adequada à realidade social que o profissional se deparava.

No bojo de documento, são expostos dois níveis de atuação ao Serviço Social: o nível da microatuação e o nível da macroatuação. Este “[...] compreende a integração das funções do Serviço Social ao nível de política e planejamento para o desenvolvimento” (CBCISS, 1986, p.31). Aquele, por seu lado, é um nível “[...] essencialmente operacional, compreendendo as funções do Serviço Social aos níveis de administração e prestação de serviços diretos” (CBCISS, 1986, p.31). No concernente ao nível de macroatuação,

[...] o ‘modus operandi’ do Serviço Social consiste em: a) participar de todas as fases de programação para o macroplano; b) formular a metodologia e estratégia de ação para elaborar e implantar a política social; c) planejar e implementar a infra-estrutura social (CBCISS, 1986, p.32).

A vista disso, não há como assinalar que a proposição da metodologia do Serviço Social foi elaborada de modo apartado de outras dimensões, como a do planejamento. Ao longo do documento, a dimensão do planejar ganha uma significativa importância, em conjunto com outras. Contudo, dada a perspectiva teórica hegemônica no interior da profissão, a necessidade de planejar não significava, no nosso entendimento, que esta configurava uma ideação prévia calcada na realidade concreta, considerando as contradições no contexto de uma sociedade de classes. Nesse lastro, de todo modo, as proposições contidas no documento traziam à tona elementos profícuos à prática profissional do assistente social, como a importância da

¹⁵ Aqui, percebe-se uma tentativa de romper com os preceitos religiosos, evocando uma característica que marca o pensamento renascentista: o antropocentrismo. O Serviço Social, nas décadas anteriores, esteve muito atrelado a correntes de pensamento anteriores à era da modernidade, de cariz teocêntrico, como as contribuições de São Tomás de Aquino e a derivação neotomista. Ao mesmo tempo, em outros princípios e postulados, a influência neotomista é, ainda, muito evidente. Há, de fato, uma coexistência de matrizes do conhecimento – tal qual afirma Netto (2015) – como o neotomismo, o estrutural-funcionalismo e o neopositivismo.

integração da docência, da pesquisa e do exercício profissional com objetivo de proporcionar um maior rendimento ao Serviço Social.

Três principais metodologias de ação, em Araxá, foram atribuídas ao Serviço Social, a saber: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade. Apesar de tais metodologias não serem exclusivas do Serviço Social, a particularidade da profissão no uso destas referia-se, de acordo com o documento, ao enfoque dado pelo Serviço Social no trato com as metodologias. Enfoque esse que, em certa medida, colocava uma relativa centralidade do sujeito profissional, ou da profissão como um todo, em face a metodologia de ação propriamente dita.

Vale ressaltar que há uma falta de coerência entre as proposições feitas no Documento de Araxá. Em algumas passagens, as reflexões caminhavam no sentido de uma visão mais ampla sobre a prática do Serviço Social. Em outras, os encaminhamentos vislumbrados no âmbito do documento com relação à dimensão da intervenção apontavam um percurso um tanto distinto, propondo modelos de ação de considerável engessamento. Além de uma escolha histórica, tal contradição revela, sobretudo, os limites da cientificidade do Serviço Social postas na década de realização do Seminário de Araxá. A profissão, sem nenhuma clareza do seu objeto científico e de intervenção, acabou por não conectar devidamente o solo do qual se partia e o local a que se queria chegar, já que o caminho não poderia ser revelado por um objeto difuso. Não que o objeto não existisse. Caso contrário, sequer a necessidade social da profissão apareceria. A grande questão é que, diante da necessidade, que aparece no documento de forma difusa, não se definiu um objeto de intervenção. Sem um objeto estabelecido, era difícil fazer a conexão entre conhecimentos/pressupostos/finalidades e a própria ação.

Nessa via, de acordo com o disposto no documento, o Serviço Social de Caso era composto por um conjunto de conhecimentos teórico-práticos identificáveis e transmissíveis. A metodologia de Serviço Social de Caso deveria ser aplicada com vistas a capacitar a integração do cliente em sua comunidade e no processo de desenvolvimento. Fazia parte de um tratamento cujo princípio terapêutico atravessava a relação entre assistente social e cliente. O Serviço Social de Caso deveria atrelar-se, preferencialmente, ao Serviço Social de Grupo e ao Desenvolvimento de Comunidade, o que, mais uma vez, mostrava que não havia, em termos de

proposição, uma atomização das três metodologias em questão, e sim a identificação de uma complementaridade entre estas.

No concernente ao Serviço Social de Grupo, os participantes do Seminário de Araxá entenderam que o conceito correlato à metodologia sofreu transmutações ao longo do tempo, e a natureza do processo de grupo passou a ser compreendida como sócio-educativa, podendo possuir caráter terapêutico e/ou preventivo. A experiência de grupo, segundo se expõe no registro histórico, atuava no sentido de melhorar o relacionamento social do cliente. Nesse sentido, as tendências de Serviço Social de Grupo referentes à época

[...] implicam o uso consciente do grupo como um instrumento para alcance dos objetivos visados, o alargamento das funções tradicionais do Serviço Social, conseqüentemente, a inclusão de novas funções, o engajamento dos membros em programas sociais mais amplos e uma preocupação com o indivíduo, o grupo e as mudanças sócio-culturais (CBCISS, 1986, p.34).

O Desenvolvimento de Comunidade, por fim, que integrava a trajetória do Serviço Social desde a gênese histórica da profissão no Brasil, passou por quatro fases de implantação, sendo a quarta correspondente ao período do Seminário de Araxá. Nesta fase, estavam inscritos os esforços de definição e elaboração técnica da metodologia, bem como a busca de participação popular no processo de desenvolvimento. O Desenvolvimento de Comunidade foi considerado um processo interprofissional, com projetos integrados. A contribuição específica do Serviço Social às equipes profissionais ao processo de Desenvolvimento de Comunidade

[...] pode ser assim definida: a) participar em pesquisas operacionais; b) contribuir na elaboração das variáveis para o estudo, a análise-diagnóstico e a avaliação dos programas; c) estabelecer canais de comunicação com a comunidade, suscitando sua participação no estudo, análise-diagnóstico, planejamento e avaliação; d) contribuir para adequação das prioridades técnicas às prioridades sentidas pela comunidade; e) dinamizar a comunidade para integração no processo de desenvolvimento; f) suscitar inovações que estimulem a comunidade a adotar atitudes e comportamentos que a levem a optar e a assumir decisões (CBCISS, 1986, p.36).

Há uma diferenciação entre as prioridades técnicas e as prioridades sentidas pela comunidade. Aquelas seriam definidas a partir de critérios institucionais e especializados, enquanto que as prioridades sentidas pela comunidade expressam suas necessidades, demandas e percepções concretas. Nessa via, caberia ao assistente social, enquanto um grande técnico do desenvolvimento, contribuir para a adequação entre essas prioridades, dinamizando a comunidade, estimulando sua integração no processo de desenvolvimento e suscitando inovações que favoreceriam a adoção de atitudes e decisões conscientes e participativas.

A consciência tem um papel bastante importante nas reflexões feitas em Araxá. O assistente social — munido pela técnica e seu lastro de eficiência e “neutralidade” — era concebido quase como um agente técnico conscientizador da população com relação aos imperativos do desenvolvimento. O mudar de consciência, nesse lastro, seria a grande base da atuação profissional.

Por vezes, a reivindicação da técnica é feita de modo muito abstrato no Documento de Araxá, isto é, faltam determinações que tragam mais concreção a ela no que diz respeito às reflexões feitas. Reiteradas vezes, os profissionais partícipes do Seminário de Araxá utilizavam-se da expressão técnica entendendo-a como um ente que dá respaldo a necessidade de desenvolvimento da sociedade brasileira e da possibilidade do Serviço Social contribuir a tal processo. Melhor dizendo, a técnica era praticamente concebida como um elemento que fundamentava os intentos da profissão postos em Araxá, a despeito dos profissionais não a entenderem para além da dimensão do “modo de fazer” ancorado em preceitos supostamente neutros e direcionados a objetivos universais.

Diante disso, “as funções do Serviço Social em DC são principalmente orientadas para a deflagração dos processos de conscientização, motivação e engajamento de lideranças individuais, de grupos e instituições” (CBCISS, 1986, p.38). Aos assistentes sociais caberia

[...] aplicar técnicas, atualmente, em diferentes graus de elaboração, tais como a de abordagem individual e de grupo, de capacitação de liderança, de nucleação e organização de grupos, de utilização construtiva de situações de conflito e tensões sociais (CBCISS, 1986, p.38-39).

A ideia da aplicação de técnicas é bastante corrente ao documento de Araxá. Não estava, de todo, errada, mas facilmente pode-se constatar que se caía no terreno da substantivação da técnica (Pinto, 2005a). É evidente que uma cultura profissional sistematiza conhecimentos procedimentais com relação a sua prática, fato que é absolutamente esperado, tendo em vista que o conhecimento e a técnica, no que se refere às prioridades ontológicas, desenvolvem-se de maneira coetânea e conformam uma unidade na diversidade. No entanto, em que medida é possível aplicar uma técnica? Se ela é adjetiva, como pode ser aplicada? A única substância possível da técnica é o ser humano. Como é possível a aplicação de uma propriedade humana?

Com relação aos conhecimentos procedimentais, se percebe a ideia de que estes poderiam ser “aplicados” no sentido de dar uma direção à prática profissional, indicando os passos a serem tomados, a maneira de organização da prática

profissional. Mas não na direção de uma hierarquia para com o sujeito profissional. Em termos mais simples, se constata no documento em análise que as formas de conhecer a realidade (teórica, procedimental, cotidiana) tinham fundamentação material — a despeito do maior ou menor grau de fidedignidade para com a realidade — e davam direção às ações humanas, indicando a maneira de leitura do real. Ao cotidiano do assistente social, os conhecimentos teóricos e procedimentais tinham o mesmo significado. Eles eram entendidos como meios que tinham o condão de lançar luzes à ação, mas não são do desenrolar da desta. Infelizmente, por vezes, há uma identificação integral entre ação e procedimento, o que acabava por dar a este uma hierarquia perante àquela. Tal fato retirava o assistente social da centralidade da condução da prática profissional.

Na sequência das reflexões de Araxá, uma importante questão sobre a metodologia de ação colocada no documento é a necessidade de adequar o “modus operandi” do Serviço Social à realidade brasileira, face ao imperativo do desenvolvimento, e as programáticas mundiais. Nos termos expressos no documento, “[p]ara a instrumentalidade da intervenção do Serviço Social no Desenvolvimento, faz-se mister a elaboração de modelos que sistematizam a programação global e/ou setorial” (CBCISS, 1986, p.41). Tal colocação, em alguma medida, reconhecia que a técnica e a prática são dimensões sócio-historicamente determinadas, e que não havia modelos enquadráveis de forma rígida ou universal, capazes de servir a qualquer contexto sem consideração das especificidades sociais, econômicas e culturais de cada realidade.

Percebe-se que, na ausência de uma coerente cientificidade do Serviço Social capaz de respaldar a profissão, em Araxá, os profissionais tentavam amenizar essa lacuna sistematizando, sobretudo, modelos e procedimentos da prática profissional do assistente social, buscando torná-la mais consistente e articulada aos imperativos do desenvolvimento.

Sob tal lógica, no Documento de Araxá, foi apresentado um esquema de modelo de atuação do Serviço Social. Tal modelo foi composto pelos seguintes elementos: 1) Ideologia do Desenvolvimento Integral; 2) Planejamento; 3) Mobilização de forças organizadas; 4) Capital (recursos humanos e materiais); e 5) Técnica. Para cada elemento que compõe o modelo de atuação, são sugeridas funções e atividades do Serviço Social em uma escala de microatuação e macroatuação.

O primeiro elemento, tanto no referente a microatuação quanto à macroatuação, dizia respeito à processos de conscientização com relação à ideologia do desenvolvimento, como um imperativo necessário à atuação do assistente social. O planejamento configurava-se como o segundo elemento do modelo de atuação do Serviço Social, desenvolvendo-se em dois níveis de intervenção, de modo que o planejamento em nível macro estabelecia as diretrizes para a atuação em nível micro. A mobilização das forças organizadas, nessa via, fazia parte do escopo de atuação do Serviço Social, também podendo se dar no âmbito dos dois níveis de atuação do Serviço Social. O capital, entendido como recursos humanos e materiais (dinheiro, infraestrutura, gestão de recursos), também era constituído de dois níveis de atuação. A técnica, por fim, era vista como um elemento que fazia parte do modelo de atuação do Serviço Social. Nesse lastro, no âmbito desse elemento,

[...] a microatuação do Serviço Social seria a utilização dos processos de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade, bem como de técnicas auxiliares, procedendo-se sua seleção em vista da melhor aplicabilidade ao desenvolvimento, enquanto que a macroatuação do Serviço Social seria: a) a utilização de formas operacionais no sentido de transformação das estruturas; b) estabelecimento realístico das condições e das etapas do processo da participação popular, para que os programas se efetivem, revigorando as decisões e ações humana, com vistas ao desenvolvimento; c) participar do estabelecimento de sistemáticas de coordenação de atividades interprofissionais; d) estabelecimento de política de estímulos quanto a empresa e técnicos, objetivando despertar atitude inovadoras capazes de levá-los a aderirem ao processo de mudança; motivação do empresariado para utilização dos investimentos que lhe são oferecidos pelas instituições públicas e privadas, visando maior rentabilidade a suas iniciativas e esforços; incentivo do espírito empresarial, visando ao aperfeiçoamento de iniciativas empíricas e, conseqüentemente, maior contribuição ao processo do desenvolvimento; e) aprofundamento e/ou elaboração da teorização, das técnicas do planejamento e das técnicas operacionais do Serviço Social, tendo em vista as exigências atuais de abertura de campos e/ou mercado de trabalho ao nível de macroatuação (CBCISS, 1986, p.43-44).

Portanto, no âmbito da técnica, a microatuação do Serviço Social referia-se à intervenção direta junto a indivíduos, grupos e comunidades, por meio dos processos de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade, utilizando técnicas selecionadas conforme sua aplicabilidade ao desenvolvimento; já a macroatuação compreendia ações em nível estrutural e estratégico, voltadas à transformação das estruturas sociais, ao planejamento e fortalecimento da participação popular, à coordenação interprofissional, ao estímulo a empresas e técnicos para adesão aos processos de mudança, à motivação do empresariado e ao incentivo do espírito empresarial, bem como ao aprofundamento teórico, metodológico e técnico do Serviço Social, visando

responder às exigências do desenvolvimento e à ampliação de seus campos de atuação

A Ideologia do Desenvolvimento Integral parece ser um grande guarda-chuva do qual se desdobram o planejamento, a mobilização de forças organizadas, o capital e a técnica. Já que

o esforço do Serviço Social, nesta perspectiva, tem em mira uma contribuição positiva ao desenvolvimento entendido este como um processo de planejamento integrado de mudanças nos aspectos econômicos, tecnológicos, sócio-culturais e político-administrativos (CBCISS, 1986, p.41).

Há diferenças, como constata-se nas passagens acima, entre as técnicas do planejamento e as de caráter operacional. Precisamente, falar em técnica operacional pode ser, de alguma maneira, um pouco tautológico. O universo da técnica, como já explicitado, compreende procedimentos, operações, conhecimentos, projeções. Infelizmente, essa questão das duas técnicas foi apenas mencionada nos registros, sem maiores detalhamentos. Enquanto ressalva, provavelmente o sentido impresso pelo grupo ao diferenciar as técnicas foi na direção de um modo de fazer mais ligado ao processo de planejamento e um modo de fazer de mais instrumentalizador das práticas diretas com a população atendida pelos serviços.

Na passagem, há também a menção da utilização de “formas operacionais” com intento de transformar as estruturas sociais, o que reforça a utilização da técnica pelo grupo que se ocupou dessa discussão quase como um legitimador frente às proposições de “teorização” do Serviço Social contidas no Documento de Araxá.

É difícil encontrar uma coerência nas proposições do referido documento no concernente à dimensão da prática profissional. Este foi o primeiro grande intento da profissão de autoconceber-se e de reivindicar sua necessidade social, o status de profissão. No entanto, essa busca, pela incipiência do movimento e pelas escolhas políticas da categoria, não foi fundamentada em premissas sólidas ou em uma base científica coerente.

Sob tal aspecto, Netto (2015, p.227) afirma: “embora expressamente preocupado com a anunciada ‘teorização do Serviço Social’, o *Documento de Araxá* não a enfrenta explicitamente. De fato, é impossível localizar em sua arquitetura uma concepção teórica objetivada sobre a profissão [...]”, ao contrário, o documento tem como características ser uma abordagem técnica operacional em consequência do modelo de desenvolvimento.

[...] Uma vez que não se rompe profunda e consequentemente com o tradicionalismo, seus traços [Documento de Araxá] rebatem e replicam na justificação da ação interventiva, na delimitação dos meios e objetos de intervenção e na própria representação da funcionalidade da profissão. A dominância teórica, nesta mesclagem heteróclita, se realiza subrepticiamente, dando o sentido técnico-operacional da intervenção profissional. Vale dizer: a ausência de uma explicitação teórico-metodológica rigorosa não equivale à ausência de uma dada orientação teórica e metodológica; assim, na afirmação da perspectiva modernizadora, a composição de vetores teórico-metodológicos e ideoculturais diversos se garante em indicativos prático-operacionais que não deixam de conter feixes de colisões. Somente a sua inteira redução a uma estrita pauta técnico-burocrática de intervenção poderia obviar os dilemas dessa composição — e, simultaneamente, conferir uma congruência máxima dessa intervenção à dinâmica da autocracia burguesa. Este passo caberá ao Documento de Teresópolis (Netto, 2015, p. 228-229).

Portanto, nos registros se identificam diferentes correntes teóricas, metodológicas e ideoculturais que são combinadas sem uma articulação coerente e explícita, e essa combinação aparece principalmente nas orientações práticas e operacionais da intervenção profissional, sob a roupagem técnico-burocrática.

No Documento de Araxá não há uma delimitação clara do objeto do Serviço Social. Tal lacuna tem um impacto bastante significativo sobre todas as proposições apresentadas. Afinal, como é possível definir o que é uma profissão sem considerar a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional? E como compreender a dimensão técnica sem o entendimento do objeto do Serviço Social? Essas são questões que exigem cautela nas respostas, mas que evidenciam uma grande fragilidade do Documento de Araxá.

É notória a impossibilidade de se falar em um *modus operandi* desvinculado de determinado objeto, uma vez que não é possível realizar uma atividade no vazio. Logo, no âmbito do documento, pode-se constatar, de modo vago, determinados objetos nos quais a ação do assistente social incide: a realidade social, a pessoa humana, o desenvolvimento. Mas, de modo algum, estes são situados enquanto objeto do Serviço Social. Fato esse que traz um impacto significativo às proposições contidas em Araxá. Como é possível delimitar as funções de uma profissão, um modelo de ação, os objetivos do Serviço Social sem que a profissão enxergue sua razão de ser inscrita em seu objeto? De certo modo, a razão do ser do Serviço Social não foi explicitamente exposta no âmbito do Documento de Araxá, mas foi atribuída aos problemas sociais, à contribuição para o processo de desenvolvimento entendido sob o aspecto de uma lógica formal, entre outros aspectos.

Portanto, a ausência de uma delimitação clara do objeto do Serviço Social no Documento de Araxá compromete de maneira decisiva a consistência de suas proposições, notadamente com relação às próprias abordagens sobre a técnica, foco de nossa análise. Embora no texto se faça referências genéricas à realidade social, à pessoa humana e ao desenvolvimento, esses elementos não são efetivamente definidos como objeto específico da intervenção profissional. Tal indefinição fragiliza a compreensão do próprio fazer profissional, uma vez que não é possível conceber um *modus operandi* desvinculado de um objeto determinado, conforme já assinalamos. Sem explicitar sobre qual “matéria” incide o trabalho do assistente social, torna-se igualmente problemática a definição de suas funções e objetivos. Dessa forma, a razão de ser do Serviço Social aparece de modo difuso, associada de forma imprecisa aos problemas sociais e à contribuição para um processo de desenvolvimento, o que evidencia, mais uma vez, a limitação teórico-metodológica do Documento de Araxá.

Em linhas gerais, é difícil analisar a partir de quais paradigmas a técnica é pensada no Documento de Araxá, uma vez que falta a este uma maior explicitação teórico-metodológica. No entanto, em muitas considerações, foi possível perceber, em grande peso, o que Pinto (2005a) chamou de ideologização da técnica, a partir de sua substantivação, tanto na pessoa do assistente social quanto na profissão como sujeito coletivo. Tal movimento fez parte da necessidade da profissão alinhar-se com os paradigmas mais gerais do desenvolvimentismo e, com isso, afirmar-se enquanto profissão, explanando suas potencialidades inscritas nos parâmetros da racionalidade, da eficiência, burocratização, desempenho, neutralidade.

Em contraponto, não é possível afirmar que exista uma compreensão reduzida da prática do Serviço Social. É certo que a falta de uma explanação teórico-metodológica concisa — incluindo a delimitação do objeto profissional — rebata negativamente a indicação de parâmetros à prática do assistente social. No entanto, no âmbito do documento, não há nenhum tipo de valorização de práticas imediatistas e estritamente centradas no indivíduo isolado. Ao contrário, em razão da microatuação, a macroatuação tem um relativo destaque, muito em função do imperativo de promover processos de conscientização em instâncias macrosociais atrelados ao desenvolvimentismo. A questão de fundo, no entanto, é que este processo é entendido, na nossa percepção, de modo ainda ideal prescritivo,

dissociado, portanto, do fato de que a consciência não pode ser outra coisa que não o “ser consciente”, conforme asseveram Marx e Engels (2017).

A dimensão do planejamento ganha muita preponderância nas reflexões de Araxá, e a participação social, sob a aludida “mobilização de forças organizadas”, também está muito presente. À vista disso, não se pode afirmar que exista um pragmatismo em Araxá ao conceber a prática do assistente social. Da mesma maneira, não se pode deixar de frisar os limites teórico-políticos ancorados em um ecletismo acrítico, no qual as práticas passam a ser guiadas por valores hegemônicos ou institucionais, e não pela prática social enquanto critério da verdade.

3.3 DOCUMENTO DE TERESÓPOLIS: A METODOLOGIA E O CARÁTER OPERATIVO DA PROFISSÃO EM EVIDÊNCIA

A realização do Seminário de Teresópolis, nesta quadra, tem muitos dos seus fundamentos inscritos nas insuficiências contidas no Documento de Araxá. Este seminário teve como temática central a Metodologia do Serviço Social, ocorreu entre 10 a 17 de janeiro de 1970, no Rio de Janeiro, em Teresópolis e contou com a presença de 38 assistentes sociais. A comissão organizadora do seminário foi composta pelos seguintes membros: Helena Iracy Junqueira, Edith Motta (coordenadora); Maria Augusta de Luna Albano, Maria das Dores Machado e José Lucena Dantas. Antecedido por sete encontros regionais, a realização desse seminário buscou suprir uma lacuna presente em Araxá: estudo sobre a Metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira.

O seminário concentrou-se em três eixos fundamentais, a saber: fundamentos da metodologia do Serviço Social; concepção científica da prática do Serviço Social; e aplicação da metodologia do Serviço Social. O estudo do primeiro eixo, conforme os registros históricos, embasaria as reflexões sobre os dois últimos, isto é, os fundamentos da metodologia do Serviço Social lançariam luz para uma compreensão científica da prática profissional e à aplicação da metodologia em Serviço Social. Em vista disso, o debate do primeiro tópico deu-se em plenário com todos os participantes, enquanto foram criados dois grupos (A e B) para o debate dos dois outros eixos. Há diferenças de abordagem e aprofundamento em cada um dos grupos.

No que diz respeito aos participantes do grupo A, tem-se os seguintes nomes: Angela A. Cardoso (MG); Ir. Angela Beleza (PB), Ana Alves Pereira (RJ), Edith Mota (RJ), Edy Pinto Maciel Monteiro (RJ), Eva Faleiros (DF), Francisco de Paula Ferreira (RJ), Isa Maia (PB), Jocelyne Chamuzeau (SP), Maria da Glória Nin Ferreira (RJ), Maria das Dores Machado (RJ); Maria do Carmo C. Falcão (SP).

Com relação ao eixo dois e três, cada um deles, no temário, foi dividido em dois subitens. Logo, no tocante à concepção científica do Serviço Social, tem-se como subitens os conhecimentos científicos que embasam a prática do Serviço Social e a apreciação dos critérios e das tendências que vêm orientando a formulação da metodologia do Serviço Social. No que se refere ao eixo três, a aplicação da metodologia do Serviço Social, este se divide em: teorias que fundamentam o diagnóstico e técnicas para sua elaboração, bem como teorias que fundamentam a intervenção e técnicas para sua elaboração.

No concernente ao primeiro tema, foram debatidos três trabalhos em específico, a saber: *Introdução às Questões de Metodologia – Teoria do Diagnóstico e da Intervenção em Serviço Social*, por Suely Gomes Costa; *Teoria Metodológica do Serviço Social, uma Abordagem Sistemática*, por José Lucena Dantas; e *Bases para Reformulação da Metodologia do Serviço Social*, por Tecla Machado Soeiro.

O grupo A aprofundou-se no tema dois, enquanto o grupo B seguiu fielmente o esquema proposto no temário. Diante das diferenças significativas entre ambos, a fusão dos relatórios mostrou-se inviável. Assim, cada grupo sistematizou as discussões realizadas em seu próprio relatório, que foram apresentados separadamente.

De acordo com Netto (2015), o Documento de Teresópolis representa a congruência máxima entre a autocracia burguesa e os preceitos do Serviço Social. Tal aproximação, já existente em Araxá, ganha muita densidade em Teresópolis e a reivindicação da pauta técnico-burocrata alavanca tal adensamento.

A maturação do processo de renovação do Serviço Social, no marco da perspectiva modernizadora, alcança nestas formulações o seu ponto mais alto. Há um nítido avanço em face dos resultados que o Documento de Araxá consagrou: se, neste, a ênfase na ‘teorização’ conseguira atrelar as concepções profissionais ao projeto da ‘modernização conservadora’, a reflexão desenvolvida em Teresópolis configura, no privilégio à questão da “metodologia”, a exclusão de vieses tendentes a problematizar a inserção do Serviço Social nas fronteiras dos complexos institucional-organizacionais que promoviam o processo da “modernização conservadora”. Os valores ideoculturais que embasam a visão de Araxá não são ultrapassados, a noção de desenvolvimento permanece; mas a herança “tradicional” é irremissivelmente dissolvida no cariz operativo que se concretiza em

Teresópolis: o que está no centro das formulações, aqui, não são teorias, valores, fins e legitimidade (antes, esses componentes são dados como tácitos), mas sim a determinação de formas instrumentais capazes de garantir uma eficácia da ação profissional apta a ser reconhecida como tal pelos complexos institucional-organizacionais. Em Araxá, coroa-se uma indicação do sentido sociotécnico do Serviço Social; em Teresópolis, cristaliza-se a *operacionalidade* deste sentido: obtém-se a evicção de qualquer tematização conducente a colocá-lo em questão, consolida-se o seu trato com o conjunto sistematizado de procedimentos prático-imediatos suscetíveis de administração tecnoburocrática (Netto, 2015, p.244-245).

Nessa via, no processo de renovação do Serviço Social sob a perspectiva modernizadora, as formulações de Teresópolis representam seu ponto mais elevado, ao avançarem em relação ao Documento de Araxá. Enquanto Araxá enfatizava o sentido da profissão ao projeto de modernização conservadora, Teresópolis privilegia a metodologia e a operacionalidade. Mantêm-se os valores ideoculturais e a noção de desenvolvimento, mas a herança tradicional é dissolvida em favor de procedimentos técnicos e instrumentais, voltados à eficácia da ação profissional e à sua adequação à administração tecnoburocrática.

Como adiante será possível vislumbrar, as diferenças entre as reflexões registradas por ambos os grupos antes mencionados são, acima de tudo, acessórias, a despeito de o Grupo B apresentar maior coerência em suas formulações. Ambos os grupos seguem a lógica de não apenas afirmar a perspectiva modernizadora como concepção profissional, mas sim colocá-la como pauta interventiva (Netto, 2015).

Nos dois relatórios, malgrado as suas diferenças, há um denominador comum: a 'concepção científica da prática do Serviço Social' é assumida como uma intervenção: (1) sobre elementos intelectualmente categorizados da empiria social; (2) ordenada a partir de variáveis de constatação imediata; e (3) direcionada para generalizar a integração na modernização (entendida como já era posta em Araxá: como sinônimo de superação do subdesenvolvimento). A 'cientificidade' da prática profissional aparece como derivada quer da análise formal (classificatória) dos intervenientes diretamente verificáveis em cada 'fenômeno significativo' e da sua correlação (esta também constatável empiricamente), quer de procedimentos articulados na ação do assistente social. A referência à 'globalidade', como horizonte da ação profissional, remete de fato à interação entre as 'variáveis' — num jogo em que tudo 'interage' com tudo. Em realidade, o caráter 'científico' da prática é identificado a uma *racionalidade manipuladora*, que pode ser desmontada em operações singulares e regulares passíveis de controle burocrático-administrativo. Em ambos os relatórios, a 'concepção científica da prática do Serviço Social' é efetivamente reduzida ao estabelecimento de *conexões superficiais* entre dados empíricos da vida social e à intervenção *metódica* sobre ele, consideradas aquelas conexões (Netto, 2015, p.242-243).

A concepção científica da prática do Serviço Social, pois, era assentada na ideia de que a intervenção estaria parametrada sobre elementos empiricamente

observáveis, organizados a partir de variáveis de constatação imediata e orientada para a integração à modernização, concebida como superação do subdesenvolvimento. A cientificidade da prática profissional era associada tanto à análise formal e classificatória dos fenômenos sociais quanto à articulação de procedimentos operacionais na ação do assistente social. Nenhum dos dois grupos deixou de se situar levando em conta tais aspectos, como constata-se na sequência. Do que nos interessa, nossa abordagem dará ênfase aos debates em torno da técnica.

3.3.1 A dimensão técnica no Grupo A no Documento de Teresópolis

O grupo A dividiu sua exposição a partir dos elementos propostos pelo temário. Começa, então, com a discussão do tema dois: Concepção Científica da Prática do Serviço Social. Para fazer tal discussão, buscou identificar os fenômenos e variáveis significativas para a prática do Serviço Social. Esta identificação se desenvolveu em cinco etapas, a saber: levantamento de fenômenos significativos observados na prática do Serviço Social; identificação das variáveis significativas para o Serviço Social, nos fenômenos observados; identificação das funções correspondentes às variáveis inventariadas; redução das funções; e classificação das funções.

Para uma melhor compreensão de como esse processo se desenvolveu, nada mais adequado do que apresentar o produto final resultante do percurso realizado pelos participantes do grupo A do Seminário de Araxá.

Figura 1 - Modelo de intervenção profissional proposto pelo Grupo A

QUADRO A 1

NÍVEL BIOLÓGICO			
FENÔMENOS SIGNIFICATIVOS OBSERVADOS NA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	VARIÁVEIS SIGNIFICATIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NOS FENÔMENOS OBSERVADOS	POSSÍVEIS FUNÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL (DETALHADAS)	FUNÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL (REDUZIDAS)
1. Subnutrição	1. Tabus alimentares 2. Hábitos alimentares inadequados 3. Baixa renda 4. Baixa produtividade 5. Doenças carenciais e falta de higiene	1. Introdução e/ou substituição de valores no comportamento alimentar e higiênico 2. Substituição de hábitos alimentares 3. Assistência financeira 4. Planejamento social 5. Assistência alimentar e medicamentosa 6. Participação em pesquisas médico-sociais	1. De substituição de padrões 2. Assistencial 3. De planejamento 4. De pesquisa de recursos
2. Doença de massa e endemias	1. Subnutrição 2. Habitação inadequada 3. Flutuação de mão-de-obra 4. Baixa renda 5. Baixo nível de educação sanitária 6. Falta de equipamento da medicina preventiva e curativa 7. Mal aproveitamento dos recursos existentes	1. Introdução e/ou substituição de valores no comportamento alimentar e higiênico 2. Substituição de hábitos alimentares 3. Assistência financeira 4. Planejamento 5. Assistência alimentar e medicamentosa 6. Planejamento social, educação habitacional 7. Introdução e/ou substituição de valores e hábitos de saúde e higiene 8. Pesquisa das necessidades e participação em planejamento 9. Divulgação e coordenação dos recursos existentes	1. De planejamento 2. De educação-base 3. Assistencial 4. De substituição de padrões 5. De pesquisa de necessidades 6. Mobilizadora
3. Alto índice de morbidade e baixa expectativa de vida	1. Baixa renda 2. Baixo nível de educação sanitária 3. Absenteísmo no trabalho 4. Entrave à mobilidade social 5. Falta de equipamento da medicina preventiva e curativa 6. Subnutrição 7. Habitação inadequada 8. Orfandade e viuvez precoce 9. Baixa de produtividade no trabalho 10. Doença de massa e endemias	1. Assistência financeira 2. Planejamento 3. Pesquisa de necessidades 4. Assistência medicamentosa e familiar 5. Criação de recursos 6. Divulgação e coordenação dos recursos existentes 7. Introdução e/ou substituição de valores no comportamento alimentar e higiênico 8. Substituição de hábitos alimentares 9. Assistência alimentar 10. Planejamento social e educação habitacional 11. Colocação familiar 12. Educação sanitária e criação de recursos 13. Introdução e/ou substituição de valores e hábitos de saúde e higiene 14. Pesquisa de necessidades 15. Participação no planejamento	1. Assistencial 2. De pesquisa de recursos 3. De planejamento 4. De criação de recursos 5. Mobilizadora 6. De educação de base 7. De coordenação de recursos 8. Terapêutica 9. De substituição de padrões

Fonte: CBCISS (1986)

No âmbito do documento, foram elencados e sistematizados em tabela diversos níveis, como o nível biológico, o nível doméstico e familiar, o nível educacional, o nível residencial, o nível cívico-municipal, o nível sociocultural e o nível de segurança. A imagem acima refere-se ao nível biológico. Diante desse nível, foram sistematizados os fenômenos significativos para a prática do Serviço Social, como, por exemplo, a subnutrição. A partir desse fenômeno, foram expostas as variáveis significativas à prática do Serviço Social. No exemplo apresentado na imagem, percebe-se que foram consideradas variáveis significativas ao fenômeno da subnutrição os tabus alimentares, os hábitos alimentares inadequados, a baixa renda, entre outros. Pode-se dizer que as variáveis significativas seriam quase como as causas de um determinado fenômeno identificado. A partir da identificação de tais variáveis, foram determinadas algumas funções ao Serviço Social, como, no caso do fenômeno da subnutrição, o planejamento social, a assistência financeira.

O grupo teve como alicerce, para tratar o tema dois, referente ao temário do Documento de Teresópolis, o chamado Modelo de Lebre. Tal modelo foi desenvolvido pelo economista e sociólogo francês Louis-Joseph Lebre, tendo como objetivo principal a análise do desenvolvimento socioeconômico de uma região mediante a interação entre três elementos principais: fenômenos, variáveis e funções. Os fenômenos representam os aspectos concretos da realidade observada, como

condições de vida, estrutura produtiva, cultura. As variáveis, nessa via, dizem respeito aos fatores que influenciam esses fenômenos, podendo ser econômicos, sociais, políticos ou ambientais. Já as funções correspondem às ações que devem ser realizadas para enfrentar ou modificar o fenômeno.

Percebe-se na imagem anterior que tanto os fenômenos como as variáveis significativas (causas) apresentadas não se deslocam da esfera fenomênica, isto é, ambos ficam no terreno do aparecer, de sua manifestação mais imediata. Portanto, a dimensão da prática profissional pode até não ser reduzida ao chamado “fazer por fazer” (sem delimitar meios e objetivos), mas é um fazer cujo limite da ação se situa no plano da imediatez, restrito à aparência dos fenômenos, sem alcançar a apreensão de suas determinações mais profundas e estruturais.

Conforme o relatório do Grupo A,

os fenômenos apontados enquadram-se no princípio de causação circular acumulativa (Gunnard, Myrdal), o que leva a crer que tal princípio deva ser considerado no estudo metodológico do serviço social. Dada a interdependência entre as variáveis e fenômenos, não se pode atuar sobre um sem considerar os demais. Impõe-se, assim, uma visão global (CBCISS, 1986, p.64-65).

Em conta disso, é possível perceber o imperativo da globalidade na análise da concepção científica da prática do Serviço Social. Tendo por pilar a concepção de Gunnar Myrdal e, também, Lebrecht — a necessidade de uma boa visão do todo ao conceber das metodologias de ação do Serviço Social é reconhecida pelo grupo de trabalho e registrada no documento de Teresópolis. Em contraponto, a explicitação da concepção científica da prática do Serviço Social não veio acompanhada de grandes teorias explicativas da realidade, e sim de um conhecimento de cunho bastante operacional, mesmo que voltado à apreensão, a nível de aparência, dos fenômenos da realidade social. Em termos mais precisos, a reivindicação da globalidade para se pensar a metodologia do Serviço Social era feita de modo apartado do contributo de conhecimentos que, de fato, se adequam a esse intento. Logo, há um hiato entre o vislumbrar da necessidade de uma perspectiva de globalidade à concepção científica da prática do Serviço Social e a possibilidade de efetivá-la a partir dos autores aclamados pelo grupo A.

O princípio de causação circular acumulativa foi formulado pelo economista e sociólogo sueco Gunnar Myrdal (1898–1987), no intuito de demonstrar de que modo as causas e os efeitos dos processos econômicos e sociais se reforçam mutuamente, e a forma pelo qual os efeitos retroalimentam as causas. Myrdal utiliza-se desse

[...] conceito para falar de um ciclo virtuoso ou vicioso, que tanto pode ocorrer de forma ascendente quanto descendente, ou seja, uma sequência de fatos que desencadeia outros fatos de forma cumulativa e propulsora. Ele utiliza esse conceito tanto no campo econômico, quanto no campo social (Oliveira; Strassburg, 2019, p.1).

A causação circular cumulativa pode ter tanto efeitos negativos quanto positivos, em um esquema onde a causa reforça o efeito, e o efeito reforça a causa, num ciclo contínuo. As diferentes causas e efeitos, nessa perspectiva, se implicam mutuamente. No entanto, diante do esquema feito pelo grupo relacionando os níveis, fenômenos, variáveis significativas e funções do Serviço Social, nota-se que não se explicitou a relação suficientemente clara entre as causas e os efeitos, uma vez que, no que diz respeito àquelas, o grupo não chega a desvelá-las, pela falta de uma grande teoria explicativa do real. Logo, a relação entre causa e efeito acaba por se constituir enquanto uma relação de efeitos adjetivamente diferentes e mutuamente implicados.

Gunnar Myrdal, no que lhe diz respeito, foi um pensador bastante ligado à tradição da social-democracia escandinava e, ao longo de sua trajetória intelectual, pautou bastante a questão do subdesenvolvimento, os chamados países de terceiro mundo. Fez a defesa de que nos países subdesenvolvidos não se pode isolar a análise econômica da análise social e política. O subdesenvolvimento, segundo o autor, somente poderia ser superado por meio da igualdade de oportunidades e do fortalecimento da democracia. Myrdal, diante da problemática do subdesenvolvimento, propôs a criação de um “Estado de Bem-Estar Mundial”, que, através de um planejamento e redistribuição em escala global, poderia evitar o agravamento do hiato entre as nações ricas e as pobres.

A evocação do Serviço Social ao supracitado autor à explicitação da concepção científica da prática profissional faz parte da busca da profissão pela possibilidade de contribuir para o processo de desenvolvimento do país. Há sempre uma relação seminal entre os projetos societários em disputa e os projetos profissionais, uma vez que o Serviço Social, como profissão, não está imune à realidade societária na qual se insere, ao contrário, é sobredeterminado por esta.

No caso de Louis-Joseph Lebret (1897–1966), padre dominicano e economista francês, este destacou-se por sua profunda preocupação com a questão do subdesenvolvimento. Nas décadas de 1950 e 1960, realizou diversas pesquisas no Brasil — especialmente na região Nordeste — com o objetivo de formular estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico e social da área.

O pensamento do supracitado autor orientou as ações da esquerda católica em sua vertente desenvolvimentista e contribuiu para a formulação da Teologia da Libertação.

O acompanhamento da trajetória, do pensamento e da ação de Lebrecht procurou observar a formação dessa linhagem de pensamento, que orientou parte das ações da esquerda católica desde os anos 1940 e contribuiu, a partir dos anos 1970, para a formulação da Teologia da Libertação. Esta linhagem desenvolvimentista do pensamento católico progressista foi importante na construção de um conjunto de métodos de diagnóstico econômico e social e técnicas para o planejamento estatal, intervindo intensamente na formulação de políticas industriais e urbanas, inicialmente na França e, depois, em várias regiões do mundo, estendendo influências a todos os continentes. No Brasil, essa linhagem de pensamento foi introduzida por Lebrecht, Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Jacques Maritain, entre outros. Retomar aspectos da práxis de Lebrecht envolve a intenção de destacar uma importante vertente intelectual, política e técnica que colaborou intensamente com o debate sobre a questão do desenvolvimento nos países periféricos como o Brasil. A observação das particularidades da linhagem católica do pensamento desenvolvimentista visa contribuir para a reflexão sobre os ciclos ideológicos do desenvolvimentismo e para os estudos sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro (Godoy, 2016, p.190).

À vista da ligação do autor ao pensamento desenvolvimentista, a utilização de suas ideias pelo grupo A foi coerente tendo em vista as respostas que o Serviço Social necessitava dar ao processo de desenvolvimento brasileiro e, a partir disso, legitimar seu status de profissão. Em resumo, o Serviço Social estava procurando seu contributo à sociedade a partir de critérios mais racionais e científicos, e o fez mediante o destaque da contribuição da profissão ao desenvolvimento do país, inscrevendo sua prática no interior do projeto desenvolvimentista e alinhando-a às demandas do Estado e do planejamento social então em curso. Nessa via, o contributo de Lebrecht munuiu a profissão de uma concepção de prática orientada por racionalidade mais procedimental e pela ideia de desenvolvimento como horizonte normativo da ação profissional.

O grupo A deixou uma questão em aberto à reflexão posterior da profissão: a partir de outro ponto de vista (outro referencial), a análise do Serviço Social acerca da concepção científica da prática da profissão levaria a outros resultados?

No atinente ao tema três, a Aplicação da Metodologia do Serviço Social, o estudo partiu de alguns pressupostos, os quais são chamados pelo grupo de reflexões. São algumas delas: 1) a compreensão de que a necessidade gera função; 2) o entendimento que cada necessidade é manifesta em uma ou mais variáveis significativas. Cada variável gera uma ou mais funções; 3) as variáveis, geradoras de um dado fenômeno, podem se estabelecer em níveis distintos, correspondentes às

diversas intervenções profissionais; 4) uma profissão, no âmbito do mesmo nível de necessidade, pode atuar em vários degraus de intervenção profissional; 5) dentro de um mesmo nível de necessidade, pode atuar as várias maneiras de intervenção profissional; 6) a frequência do fenômeno com as mesmas variáveis indica a relevância deste; 7) pela relevância do fenômeno, é possível classificá-lo em fenômeno particular e fenômeno coletivo (CBCISS, 1986).

Na sequência, 8) é possível perceber as seguintes correlações para a intervenção profissional: para fenômenos coletivos, se as variáveis significativas transcendem a capacidade dos indivíduos, é necessário que, para além do nível particular (indivíduos, grupos e comunidades), seja feita a intervenção em nível de estrutura, já os fenômenos coletivos em consequência de variáveis dependentes dos indivíduos, exige intervenção em nível particular e de estrutura. Os fenômenos individuais, nessa sequência, que transcendem os indivíduos, exigem intervenção no âmbito particular e de estrutura. Por fim, os fenômenos individuais cujo as variáveis dependem dos indivíduos, faz-se mister a intervenção em nível particular e, se preciso, no nível de estrutura; 9) na intervenção do Serviço Social é possível compreender que o fenômeno, seja ele particular ou coletivo, exige intervenção em nível particular e de estrutura. Ao Serviço Social, a variável significativa demanda uma intervenção específica, esta de reduz a uma dada função; 10) por fim, a intervenção dos Serviço Social nos níveis particular e de estrutura demandam processos definidos de ação que estejam em coerência com a fenomenologia da ação identificada (CBCISS, 1986).

Tem-se, pois, uma proposição de um esquema de pressupostos à prática do Serviço Social. Conforme abordaremos na sequência de nossa análise, tanto o grupo A como o B, se evidenciam aspectos da cultura profissional da época, dentre os quais se destaca a não percepção da unidade teoria e prática, pois, ambos os grupos

[...] dão perfeita consequência, no tratamento da 'aplicação da metodologia do Serviço Social', ao encaminhamento contido na 'concepção científica da prática' da profissão; realmente, se esta surge como uma racionalidade manipuladora, aquela não pode senão tomar forma de uma sequência de passos que ordena a manipulação mesma. A relação de continuidade é propriamente orgânica: da 'concepção científica da prática', tomada como manipulação intelectivamente ordenada, decorre a 'aplicação da metodologia' como *modus faciendi* da ação (CBCISS, 1986, p.245)

A aplicação de metodologias e técnicas, tanto em Araxá como em Teresópolis, ganha destaque no âmbito das reflexões. No entanto, em Teresópolis, há uma delimitação muito mais precisa dos passos que compõem a dimensão da

prática do Serviço Social. O documento fornece um receituário — bastante substancioso no que se propõe, embora elaborado a partir de uma concepção fenomênica sobre o real — de intervenção profissional.

Ainda no lastro dos receituários, foi proposto um levantamento da Sequência do Procedimento Metodológico de Intervenção do Serviço Social, sendo estes divididos em dois momentos: o da investigação-diagnóstico e o da intervenção. No concernente ao primeiro deles, são delimitados seis passos pelos quais o assistente social deve seguir, a saber: levantamento das necessidades; levantamento das variáveis significativas de cada necessidade; verificação da relevância do fenômeno; verificação da interdependência das variáveis (causação circular acumulativa); formulação de hipóteses; determinação, com base nas hipóteses formuladas, das funções, escalas ou níveis de atuação e formas de atuação.

Já no que diz respeito à intervenção, são postos três procedimentos, sendo eles: a montagem do plano de intervenção nas variáveis, selecionando o processo em função da fenomenologia da(s) variável(eis) significativa(s); a implantação e execução do plano, etapa de controle das variáveis; e avaliação, momento no qual ocorrerá a confirmação ou infirmação das hipóteses.

Portanto, não se pode afirmar que haja uma redução da compressão do grupo com relação à prática do Serviço Social e que apenas exista uma valorização de ações de caráter pragmático. O modelo interventivo do Grupo A, por exemplo, pressupõe que haja uma adequação da intervenção em face da variável identificada. A dimensão da investigação e do diagnóstico compõem, inclusive, a prática profissional. A necessidade de articulação de microatuação e macroatuação também aparecem com bastante peso nas reflexões dos profissionais.

O que falta nas análises feitas pelos assistentes sociais em Teresópolis é uma teoria cujo potencial explicativo seja maior. A reivindicação de autores e correntes de pensamento feitas pelo Grupo A não o possibilitou construir análises e uma proposição de metodologias para o Serviço Social que ultrapassassem o terreno de uma manipulação procedimental do fenômeno, ainda que tal manipulação fosse composta por investigação, diagnóstico e intervenção, e que necessitasse se adequar ao caráter da variável identificada. As variáveis, sob tal aspecto, eram entendidas quase como uma causa que se traduz em determinada demanda ao Serviço Social. A intervenção profissional, portanto, deveria levar em conta a particularidade da demanda, ainda que estivesse situada dentro de uma metodologia de intervenção

previamente determinada. Isso revela uma dimensão constitutiva da própria técnica, na medida em que busca adequar os meios aos fins, evitando transformar a metodologia de intervenção em algo rígido, que desconsidere as particularidades da demanda.

Diferente do Documento de Araxá, em Teresópolis, a palavra técnica não aparece com a mesma densidade nas proposições documentais. O que não significa a impossibilidade de decifrar sob quais aspectos a técnica foi pensada pelo grupo em questão, como já aludimos no parágrafo anterior. Há, portanto, uma forte vinculação entre a técnica e a maneira de proceder a atuação profissional, no que diz respeito aos modos de fazer e aos instrumentos servíveis ao Serviço Social.

Mas a grande questão que se apresenta não é a problemática de como a técnica foi concebida (a despeito de uma compreensão reduzida desta poder levar a uma subserviência do profissional para com a dimensão da técnica), e sim a reivindicação de um tipo de conhecimento predominantemente operacional para se pensar a dimensão da prática do Serviço Social. A técnica, enquanto propriedade humana, pode basear-se em determinadas maneiras de conhecer o real. Nem sempre a racionalidade reivindicada, fruto da maneira de conhecer a realidade, tem afínco na busca pela verdade enquanto princípio filosófico e prática científica.

3.3.2 A dimensão da técnica no grupo B no Documento de Teresópolis

Assim como ao Grupo A estava previsto o estudo o tema dois e do tema três referente ao temário de Teresópolis, ao Grupo B estava posto o mesmo imperativo. Porém, com relação ao tema três, a Aplicação da Metodologia do Serviço Social, o grupo seguiu um esquema diferente do indicado no âmbito do temário de Teresópolis.

No concernente aos participantes do grupo B, estes foram: Balbina O. Vieira (RJ); Gisela Bezerra (RJ); Helena Iracy Junqueira (SP); José Lucena Dantas (DF); Leda Del Caro (MG); Maria Augusta de Luna Albano (RJ); Maria Helena M. Duarte (MG); Marília Diniz Carneiro (RJ); Marisa Meira Lopes (RJ); Marta Teresinha Godinho (SP); Mary Catherine Jennings (USA); Maria Nazaré Moraes (BA); Suzana Medeiros (SP); Tecla Machado Soeiro (RJ); e Vicente Faleiros (DF). Em termos percentuais, 40% são do Rio de Janeiro, 20% de São Paulo, 13,3% do Distrito Federal, 13,3% de Minas Gerais, 6,7% dos Estados Unidos e 6,7% da Bahia.

Relativamente ao tema dois, a Concepção Científica da Prática do Serviço Social, o grupo em questão também buscou delimitar todos os fenômenos e variáveis significativas à prática do Serviço Social. Para tanto, a conceituação dos níveis de vida e a delimitação dos setores de necessidades que compõem esses níveis foi feita com base no resultado das pesquisas do United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD). Os níveis de vida, nesse lastro, podem ser conceituados como atinentes ao atendimento das necessidades humanas básicas e superiores. Necessidades essas que se encontravam classificadas em seis setores, a saber: saúde, alimentação, habitação, educação, segurança social e lazer. Pelo Grupo B considerar que os seis níveis não eram correspondentes à totalidade das áreas de atendimento do Serviço Social, o grupo incluiu o intitulado “sistemas de relações sociais” na condição de aglutinador das necessidades, tal como os níveis de vida.

A figura a seguir, extraída do documento, exemplifica esse processo:

Figura 2 - Modelo de intervenção proposto pelo Grupo B

QUADRO B 1

QUADRO DE FENÔMENOS E VARIÁVEIS SEGUNDO O CRITÉRIO DE NECESSIDADES E PROBLEMAS					
ESPECIFICAÇÃO	NECESSIDADES	PROBLEMAS	ESPECIFICAÇÃO	NECESSIDADES	PROBLEMAS
Níveis de Vida	Saúde	Baixos níveis sanitários Carência e má utilização de recursos Dificuldade de acesso aos recursos existentes	Sistema de Relações	Renda	Baixa renda, má distribuição da renda Pauperismo Padrões de consumo inadequados
	Alimentação	Carência alimentar Alta incidência do gasto alimentar no orçamento familiar Padrões alimentares inadequados		Integração Social	Marginalidade estrutural Estratificação social Ausência de participação social Grupos minoritários Migrações desordenadas
	Habitação	Deficit habitacional Más condições habitacionais Ausência e insuficiência do equipamento urbano		Mudança Cultural	Paternalismo Defasagem de valores e padrões culturais Massificação Conflito e indefinições do sistema de valores Pensamento mágico
	Educação	Analfabetismo Evasão escolar e baixa escolaridade Despreparo profissional Despreparo para integração na sociedade em transformação Inadequação do sistema educacional		Transformação Institucional	Desorganização e desorientação familiar Clientelismo Imediatismo e empirismo no processo de tomada de decisões sociais Conflitos e distorções no sistema de relações do trabalho
	Segurança Social	Desemprego e subemprego Categorias profissionais não atendidas pela Previdência Social Atendimento deficiente e insuficiente dos beneficiários da Previdência Social Insuficiência de sistema de amparo legal Distorções no sistema de proteção legal		Comunicação Social	Bloqueios étnicos, culturais, psicológicos e sociais à comunicação Uso inadequado e insuficiente dos meios de comunicação de massa
	Lazer	Falta de recursos para o lazer Inadequação das oportunidades e condições de lazer Substituição de padrões de lazer			

Fonte: CBCISS (1986)

Diante do quadro, pode-se perceber que havia três elementos norteadores no esquema proposto pelo grupo: a especificação - daquilo que poderia ser

considerado níveis de vida ou sistemas de relações; as necessidades, que eram diferentes para cada especificação; e os problemas que se vinculavam a cada necessidade. Como exemplo, ao nível de vida “alimentação”, o grupo fez a delimitação dos “problemas” que, no caso desse nível, diziam respeito à carência alimentar, a alta incidência do gasto alimentar no orçamento familiar, bem como padrões alimentares inadequados

Ao discorrer sobre as concepções científicas que embasavam a prática do Serviço Social, foram demarcados três níveis de atuação do Serviço Social: prestação direta de serviços; administração de serviços sociais; e planejamento de serviços sociais — o que, em face das proposições do Grupo A, expressou um alargamento das esferas de atuação do Serviço Social. Para cada nível de atuação, foram elencados conhecimentos básicos à prática do Serviço Social, tanto os conhecimentos específicos como os conhecimentos de caráter mais geral, ambos elaborados pelas ciências sociais. Em verdade, houve mais a indicação das áreas do conhecimento mais pertinentes a cada um dos níveis de atuação, como a economia, sociologia (da previdência, do lazer), do que efetivamente referências de conhecimentos mais delimitadas.

No concernente aos conhecimentos do campo da profissão já elaborados ou que poderiam ser pelo profissional ou pelo cientista social, as áreas conhecimento foram classificados em “para”, “em” e “sobre” o Serviço Social, tal qual é possível constatar na seguinte figura:

Figura 3 - Conhecimentos *para, em e sobre* o Serviço Social elencados pelo Grupo B

CONHECIMENTOS PARA A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Especificação	Nível Teórico	Nível Prático
Conhecimentos para o serviço social	Economia, Antropologia Cultural, Sociologia, Planejamento, Instituições de Direito, Ciência Política, Filosofia e Ética, Ciências de Administração, Política Social, Pesquisa, Estatística, Demografia, Ecologia, Dinâmica de Grupo, Higiene e Saúde Pública, Pedagogia e Didática, Teoria da Educação de Base, Teoria da Recreação, Metodologia Científica, Teoria e História das Profissões, Desenvolvimento Brasileiro, Axiologia.	Metodologia Científica Aplicada (1)
Conhecimentos em serviço social	Teoria Científica do Serviço Social, Política Social (2), conhecimentos sobre intervenção no social, conhecimento sobre relações sociais, deontologia, teoria do planejamento, teoria da administração, teoria da supervisão (3).	Métodos e técnicas de diagnóstico e intervenção ao nível da problemática individual, grupal, comunitária, de populações, de sistemas de serviços sociais, de infra-estrutura social, métodos e técnicas de planejamento e pesquisa, métodos e técnicas de administração, técnica de supervisão.
Conhecimentos sobre o serviço social	Teoria Geral do Serviço Social, conhecimentos históricos e sociológicos sobre o serviço social (4).	Pesquisas e avaliações sobre determinadas áreas, campos ou projetos de serviço social

- (1) Foi discutida a validade da inclusão da Metodologia Científica aplicada neste nível. Consideram alguns que a matéria se constitui na própria metodologia do serviço social.
- (2) Foi discutida a validade da inclusão da Política Social neste nível — existe ou não uma política social do serviço social?
- (3) Foi discutida a possibilidade de a Teoria da Supervisão estar incluída na Teoria da Administração, dadas as ligações intrínsecas entre ambas. Ressaltou-se, no entanto, sua importância e destaque para o serviço social.
- (4) A evolução histórica da ajuda e da assistência poderia tanto se constituir numa outra área de conhecimentos quanto ser incluída na evolução histórica do serviço social, visto constituir sua proto-história.

Como se denota do conteúdo do extrato apresentado na Figura 3, os conhecimentos são separados em “para”, “em” e “sobre” o Serviço Social. Com relação ao primeiro, entendia-se que este tipo de conhecimento era o que servia como elemento básico e propedêutico ao estudo do Serviço Social. Já os conhecimentos “em” Serviço Social vinculavam-se à profissão em suas atividades teóricas e práticas, isto é, eram aqueles conhecimentos que serviam para instrumentalizar a prática profissional. Por fim, os conhecimentos “sobre” a profissão que tinham o Serviço Social como objeto de investigação específica.

No que diz respeito à especificação da metodologia em Serviço Social a partir dos critérios mais utilizados, recorreu-se às concepções hegemônicas atinentes ao

Serviço Social Tradicional, ao Documento de Araxá e ao Instituto Social de São Paulo, com vistas a identificar a validade ou não das proposições. A metodologia do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade (ou Desenvolvimento de Comunidade) esteve no âmbito das três concepções hegemônicas. A diferença entre estas diz respeito a determinados acréscimos feitos, os quais podem ser constatados na figura a seguir:

Figura 4 - Delimitação das Metodologias mais utilizadas pelo Serviço Social na época de realização do Seminário de Teresópolis

ESPECIFICAÇÕES DA METODOLOGIA DO SERVIÇO SOCIAL SEGUNDO OS CRITÉRIOS MAIS USADOS						
	SISTEMA-CLIENTE	OBJETIVOS OPERACIONAIS DO MÉTODO	VARIÁVEIS DA SITUAÇÃO HUMANA	INSTRUMENTOS DE TRABALHO	NÍVEIS DE ATUAÇÃO	PROCEDIMENTO LÓGICO FACE A SITUAÇÃO SOCIAL-PROBLEMA
E S P E C I F I C A Ç A O	I. Tradicional	Tradicional			Araxá	
	1. S. S. Caso S. S. Grupo S. S. Comunidade	Prestação direta de serviços	O Homem individualmente	A base da Entrevista	Macro	Documentos preparatórios de Teresópolis
	2. S. S. Caso S. S. Grupo S. S. Comunidade					
	Pesquisa Social	Previsão de dados e recursos para a prestação de serviços	O Homem em grupo	A base da Reunião		Diagnóstico
	Administração de Bem-Estar Social					
	II. Araxá					
	S. S. Caso S. S. Grupo Des. Comunidade					
	S. S. c/Populações					
	S. S. c/Organizações					
	III. Instituto Social São Paulo					
	S. S. Caso S. S. Grupo S. S. Comunidade S. S. Societário S. S. Institucional					

Fonte: CBCISS (1986)

Nessa linha, o grupo afirmou que a apreciação da metodologia ao sistema-cliente a limita ao caráter da prática direta, deixando de se considerar válidos outros níveis de atuação. Este sistema, segundo as considerações do grupo, deveria fazer parte de um sistema mais amplo, que englobasse outras escalas de atuação do Serviço Social.

O grupo, na sequência, optou pela não apreciação da metodologia de ação do Serviço Social a partir dos objetivos operacionais do método. Os objetivos da prática, no entendimento do grupo, eram determinados no próprio processo de intervenção. Determinar objetivos permanentes requereria que fosse feita a categorização dos próprios objetivos. Isso quer dizer que, para o grupo, objetivos da prática profissional surgiam e se definiam durante o próprio processo de intervenção,

conforme o assistente social conhece a realidade, as demandas dos sujeitos e as condições institucionais. Determinar objetivos permanentes só seria viável caso houvesse o esforço de categorizar diversos objetivos.

Sobre as variáveis da situação humana, o grupo vislumbrou que estas apresentavam uma tônica mais psicologista e ligada à microatuação. O critério foi reconhecido como válido, mas dever-se-ia superar tais limitações. Com relação aos instrumentos de trabalho, entendeu-se que estes não seriam pertinentes para a análise da especificação do método de Serviço Social. Para o grupo, os instrumentos faziam parte de um caráter mais operativo do método do Serviço Social, isto é, diziam respeito às técnicas que instrumentavam a aplicação do método.

No correspondente aos níveis de atuação, de início, o grupo os reconheceu como válidos para especificar o método em Serviço Social. A distinção entre os níveis “micro” e “macro” era bastante pertinente à profissão. Diante desse aspecto, o grupo retomou o documento de Araxá e buscou melhorar os critérios de categorização dos dois níveis. Para o grupo, o nível “macro” remetia a noções de magnitude pequena, agregação e a ausência de relação direta entre agente profissional e sistema-cliente. Correspondente ao nível “micro” estariam noções de magnitude pequena, individualização ou alcance social restrito e, no processo de prestação de serviços, uma relação direta entre o agente profissional e o sistema-cliente.

Por fim, no concernente ao procedimento lógico face à situação social problema, houve dificuldade por parte do grupo em estabelecê-lo como critério de especificação metodológica, uma vez que, para tanto, seria preciso debater o objeto do Serviço Social. O grupo entendeu que o objeto condiciona a determinação dos métodos, embora seja possível o estudo do método e do objeto de forma concomitante. Da mesma maneira, afirmou que a questão do objeto não está devidamente aclarada na literatura do Serviço Social

O grupo, portanto, reconheceu a imperatividade do reconhecimento do objeto ao condicionamento das metodologias do Serviço Social, reconhecendo, pois, uma certa prioridade daquele em relação à estas. Em contraponto, o grupo não buscou esclarecer a questão do objeto e, mesmo assim, propôs, em demasia, a aplicação de um método científico ao Serviço Social. Há, portanto, um acerto no pressuposto, e um erro na condução das reflexões diante da premissa acerca do objeto. É evidente que, em muitos momentos, as chamadas situações sociais-problemas parecem assumir o

posto do objeto profissional. Mas, em contraponto, não foram precisamente delimitadas enquanto tal.

É possível perceber que as reflexões feitas pelo Grupo B — embora muito semelhantes, em termos de encaminhamento, às feitas pelo Grupo A — são um pouco mais densas e coesas. Não é à toa que, no âmbito dos encontros regionais posteriores ao Seminário de Teresópolis, a aceitação do relatório do Grupo B foi maior do que o elaborado pelo Grupo A (CBCISS, 1988).

Especificamente no Grupo B estava um autor cuja obra serviu de base à preparação do Seminário de Teresópolis e teve maior capilaridade no seio profissional: José Lucena Dantas. De acordo com Netto (2015, p.236),

[...] Dantas forneceu as mais adequadas respostas a duas demandas que à época amadurecem no processo renovador: a requisição de uma fundamentação 'científica' para o Serviço Social e a exigência de alternativas para redimensionar metodologicamente as práticas profissionais

Conforme Netto (2015), a contribuição de Dantas veio no sentido de preencher uma brecha deixada em Araxá: a de trazer uma concepção teórica acerca do Serviço Social. Nessa via, Dantas estabeleceu uma estreita relação entre método científico e método profissional, dando subsídio à construção de uma credibilidade científica do Serviço Social. Nesse movimento de fundamentação teórica, destaca-se o apelo de Dantas à lógica formal como estratégia de legitimação científica do Serviço Social. Ao estruturar seu discurso de modo rigoroso e sistemático, recorrendo a fontes consagradas e a enunciados logicamente encadeados, o autor buscou conferir coerência interna e aparência de cientificidade à profissão, conforme analisa Netto (2015):

[...] expressando esta alocação através de um discurso severo e amarrado, recorrendo a fontes consagradas e apelando a anunciados rigorosos do ponto de vista lógico-formal, Dantas oferece a uma profissão que carecia de um novo universo simbólico uma legitimação 'teórico-metodológica' pretensamente ancorada numa 'cientificidade sistemática'. Atribuindo objetivamente ao Serviço social o estatuto decorrente da 'aplicação das ciências', Dantas solucionava (ou melhor: parecia fazê-lo) de um só golpe tanto a fundamentação epistemológica da profissão quanto a sua conexão com as ciências sociais (Netto, 2015, p.236-237).

Apesar de conferir ao Serviço Social uma aparência de solidez teórico-metodológica, a proposta de Dantas não rompeu com os limites históricos e ideológicos que marcaram a profissão naquele contexto, inclusive no que diz respeito ao solo da prática profissional. De todo modo, a influência do seu pensamento marcou

tanto as reflexões do Grupo B quanto – e sobretudo – a contribuição de Teresópolis ao Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil.

Nesse itinerário analítico, o método do Serviço Social foi dividido – com base nas práticas correntes da profissão na época de elaboração do documento – em duas categorias de maior peso, a saber: as fases predominantemente de conhecimento e as fases predominantemente de ação. No primeiro momento, encontram-se o estudo, o diagnóstico e o prognóstico. Com relação ao segundo, constata-se o plano de tratamento; tratamento; planejamento e implementação; formulação dos planos; e tratamento ou execução.

Especificamente sobre a fase predominantemente do conhecimento,

[...] verificou-se que, na prática, a autonomização das fases de estudo, diagnóstico e prognóstico tem levado ao assistente social a dedicar-se, predominantemente, à coleta e análise de dados sem, muitas vezes, formular de modo consistente um diagnóstico com o respectivo prognóstico. Acresce, também, que até o momento, os assistentes sociais não receberam o instrumental necessário para elaboração do diagnóstico que é feito num processo dinâmico de aproximações sucessivas (CBCISS, 1986, p.86).

Logo, na prática, a separação rígida das fases de estudo, diagnóstico e prognóstico levava o assistente social a concentrar-se quase exclusivamente na coleta e análise de dados, muitas vezes sem conseguir formular um diagnóstico consistente ou um prognóstico adequado. Mostra, pois, a dificuldade de articulação entre os fatores que compõem a fase do conhecimento referente ao processo de intervenção do assistente social. Há também uma menção a necessidade de um instrumento que possibilitasse a elaboração de diagnósticos a partir de aproximações sucessivas com a realidade demandante de intervenção profissional. Fato que revela a debilidade da fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social expressa em Teresópolis, uma vez que os conhecimentos reivindicados para instrumentalizar a prática profissional eram, em predominância, de cariz fenomênico e manipulatório.

No concernente ao tema três, a Aplicação da Metodologia do Serviço Social, o grupo enumerou dez operações que faziam parte de tal aplicação, sendo elas: 1) enumerar e descrever; 2) Comparar e distinguir; 3) Classificar e conceituar; 4) Relacionar as variáveis; 5) Sistematizar; 6) Singularizar; 7) Indicar a viabilidade ou prever tendências; 8) Preparar as ações; 9) Executar; e 10) Avaliar

Não seguindo o modelo proposto pelo temário de Teresópolis no concernente ao tema três, o grupo decidiu discorrer sobre a metodologia aplicável ao

nível de planejamento, administração em Serviço Social e de prestação de serviços diretos.

No processo de planejamento, conforme as sistematizações do grupo, encontravam-se quatro etapas que se sucediam, estas eram de natureza política, técnica, administrativa e técnico-administrativa. Os passos correspondentes às quatro etapas eram respectivamente: definição de políticas; elaboração de planos; implantação dos planos; e controle da avaliação.

O papel do Serviço Social no âmbito do processo de planejamento ancorava-se nas etapas técnicas. Eram elas: a elaboração de planos e o estabelecimento da participação da população no planejamento mediante as suas organizações representativas. O processo de planejamento, nessa seara, possuía, para o grupo, um caráter interdisciplinar, e uma destas disciplinas era o Serviço Social. Como afirma-se, “no processo de planejamento, a intervenção se situa em dois momentos: decisão e execução. O primeiro corresponde à etapa de elaboração de planos (de natureza técnica) e o segundo à etapa de implementação (de natureza administrativa)” (CBCISS, 1896, p.89)

Diante desse aspecto, o grupo analisou o papel desempenhado pelo Serviço Social na etapa de natureza técnica no âmbito do processo de planejamento. Há, em certos aspectos, uma vinculação entre a técnica e os chamados conhecimentos mais especializados¹⁶, como se aquela só existisse em função desse tipo de conhecimento. Nota-se que, ao grupo, a etapa de implementação de um plano possuía, ao contrário da elaboração, uma natureza mais administrativa. Há, pois, uma certa identificação entre a técnica e determinados conhecimentos e metodologias particulares dos quais o Serviço Social se utiliza¹⁷.

¹⁶ No volume um da obra *O Conceito de Tecnologia*, Álvaro Viera Pinto problematiza a relação entre técnica e conhecimento especializado, destacando que o conhecimento técnico tende a personificar quem o detém, transformando o especialista no “portador” da própria técnica. Com isso, estabelece-se uma distinção entre indivíduos sociais: aqueles que criam ferramentas, instrumentos e formas de produção, e aqueles que apenas executam ações ou seguem orientações de forma prescritiva (Pinto, 2005a). A partir dessa divisão, o autor desafia o “técnico” — neste caso, o assistente social, definido pelo domínio de certos conhecimentos e técnicas — a assumir uma postura reflexiva, questionando criticamente o significado da tecnologia dentro das relações sociais de produção (Pinto, 2005a). Nos registros analisados, entretanto, essa reflexão crítica não se evidencia. Ao contrário, existe, como ressaltado, uma vinculação entre técnica e conhecimento especializado. O assistente social, sob esse aspecto, na condição de técnico do desenvolvimento, seria o profissional que traduziria, em ações, quase que uma *persona* da técnica.

¹⁷ Percebe-se que se abstrai, nos debates do grupo em comento, o fato de que a técnica pressupõe uma interpretação objetiva da realidade e, ao mesmo tempo, implica um processo de subjetivação dessa realidade (Pinto, 2005a). Para o autor, a técnica, como já sinalizamos, é expressão do próprio desenvolvimento do ser humano, constituindo, assim, sua cultura em cada tempo histórico.

Na sequência, os participantes do Seminário de Teresópolis integrantes do Grupo B, ao tratar da metodologia aplicável ao nível de administração em Serviço Social, elaboraram o conceito de diagnóstico e o conceito de intervenção. O diagnóstico, conforme consta, seria um “conjunto de operações visando à coleta e à interpretação de dados, à luz de hipóteses para determinação dos objetivos dos programas, metas e projetos” (CBCISS, 1986, p.90). A intervenção, em troca, seria o “conjunto de operações administrativas visando à execução e à avaliação dos resultados” (CBCISS, 1986, p. 90).

O grupo, no lastro das reflexões sobre a metodologia aplicável ao nível da prestação de serviços diretos, teceu uma crítica ao modelo de “caso” e de “grupo”, indicando que estes especificavam sobremodo as operações que deveriam ser realizadas. Fato que, como os participantes constataram, torna a tarefa do diagnóstico bastante difícil. De forma mais simples, os participantes criticaram o fato dos modelos de “caso” e “grupo” serem uma espécie de receituário da intervenção profissional e, portanto, indicam o que o profissional deveria realizar no âmbito de sua atuação.

De acordo com Netto (2015, p.245),

O avanço que se processa nas reflexões de Teresópolis é inequívoco, se se considera que, na perspectiva afirmada em Araxá, urgia conferir à profissão indicadores, pautas e referenciais que normativizassem o seu desempenho de modo a enquadrá-lo nas lógicas operativas dos aparatos institucionais-organizacionais a que se alocava. Mesmo que se levem em conta os cuidados dos profissionais reunidos em Teresópolis para não apresentar como conclusivas as suas pontuações (CBCISS, 1986, p.64, 76), em nenhum outro documento brasileiro conhecido do Serviço Social se alcançou um nível similar de discriminação, classificação e categorização de ‘situações sociais-problema’ e de procedimentos técnicos para enfrentá-las. Nesse sentido, o esforço então empreendido – oferecendo as ferramentas que a própria caracterização do Serviço Social como ‘técnica social’, expressa em Araxá, estava a exigir – foi inquestionavelmente produtivo.

Em linhas gerais, a discussão apresentada pelo Grupo B, assim como pelo Documento de Teresópolis de modo geral, apresenta uma concepção da prática profissional, em relação a Araxá, mais alinhada a uma elaboração teórico-metodológica sobre o Serviço Social, tendo no contributo de José Lucena Dantas um importante fundamento para as tessituras analíticas desenvolvidas pelos participantes. “[...] É ao aporte pessoal de Dantas que se deve creditar o substrato

Ela é algo imanente ao ser social; portanto, faz parte de sua essência enquanto tal e é produto desse mesmo ser, na medida em que este precisa elaborar respostas às necessidades. A técnica é expressão da capacidade humana de refletir e produzir meios para enfrentar determinados problemas que se impõem no próprio processo de desenvolvimento humano (Pinto, 2005a).

teórico-metodológico e ideocultural que embasa predominantemente os resultados do encontro de Teresópolis” (Netto, 2015, p.239).

Embora tenha sido ímpar a contribuição de Dantas ao Seminário de Teresópolis e ao Processo de Renovação do Serviço Social, a reivindicação científica feita pelo autor não ultrapassou o solo da fenomenalidade.

Esta a importância central das elaborações de Dantas aqui referidas: ao conduzir ao limite o transformismo até então subjacente à perspectiva modernizadora, ele conferiu a esta uma organicidade teórica: de fundo estrutural-funcionalista, sem prejuízo do seu ecletismo; ideológica: com o viés da ‘modernização conservadora’ embasando inteiramente a angulação desenvolvimentista, na qual o papel profissional está enquadrado pela dominância tecnoburocrática) antes ausente. A cristalização da perspectiva modernizadora, tal como se verifica no Documento de Teresópolis, seria impensável sem a sua contribuição (Netto, 2015, p.239).

Logo, as reflexões e encaminhamentos acerca da prática do Serviço Social tinham como necessidade a transformação do assistente social em um profissional intitulado de técnico, cuja contribuição residia na possibilidade de dinamizar o processo de desenvolvimento do país, a partir de uma prática guiada por conhecimentos operacionais e de manipulação de variáveis fenomênicas.

Nessa via, Netto (2015, p. 247) afirma que

[o] detalhamento da pauta operativa da intervenção profissional, tal como vem sistematizada (em maior ou menor escala) no *Documento de Teresópolis*, supõe uma formação bem diversa daquela que foi predominante até meados dos anos 1960. O desempenho das funções que se atribuem ao Serviço Social implica um técnico capaz de se mover com uma familiaridade mínima entre as disciplinas acadêmicas como o Planejamento, a Administração, a Estatística, a Política Social, a Economia, os mais diversos ramos da Sociologia etc. As exigências aí contidas não poderiam ser atendidas pela formação tradicional, nem pelos assistentes sociais nela forjados; o padrão de requisições instrumentais suposto em Teresópolis determinava uma requalificação profissional, com uma ponderável modificação nos seus quadros intelectuais de referência e a inscrição do Serviço Social no mundo acadêmico, já em curso quando da realização do seminário de 1970, haveria de algum modo de responder à demanda da criação de condições para a formação reclamada.

Portanto, a redefinição da formação profissional colocava-se como condição indispensável para a consolidação de um novo perfil de assistente social, alinhado às demandas técnico-operativas emergentes e às transformações institucionais em curso. Tal requalificação visava não apenas ao domínio de instrumentos e técnicas específicas, mas também à incorporação de referenciais “teóricos” capazes de orientar uma intervenção mais sistematizada e funcional às exigências do planejamento social com vistas ao desenvolvimento. Assim, a valorização do saber mais voltado à operacionalidade e da racionalidade instrumental reforçava a

perspectiva de um Serviço Social voltado para a eficiência e a operacionalização das políticas públicas, ainda que essa orientação mantivesse suntuosos limites quanto à apreensão crítica das determinações estruturais nas quais se inscreviam a atuação profissional. Tem-se, aí, uma convergência com os avanços de uma “razão técnica”, muitas vezes, tratada também na produção intelectual do Serviço Social, como uma “racionalização técnica”. Contudo, como nos lembra Álvaro Vieira Pinto (2005a), em verdade, não é a técnica que se racionaliza, mas, por pressuposto, o sujeito que a produz, ou seja, o próprio ser humano. E, à medida que este ser a produz, esta se torna parte da própria condição de existência desse ser e possibilita, concomitantemente, novos saberes, novas descobertas e a criação de novas invenções humanas.

O debate da técnica, no âmbito do Grupo B, também não foi feito de maneira explícita, embora estivesse presente. Nota-se, novamente, uma valorização de modelos de intervenção profissional, explicitando as etapas inerentes às diversas fases que compõem a prática do Serviço Social. Mas, em contraponto, no que se refere à atuação microsocial, a partir das Metodologias de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade, o grupo questionou, como explicitado, o quanto tais moldes de intervenção poderiam dificultar a investigação e o diagnóstico para com a situação social problema. Parece um questionamento um tanto redundante, uma vez que o grupo, sob outros parâmetros, propôs demasiadamente modelos de intervenção. A grande questão, que, aqui se apresenta como diferente e motiva as críticas feitas pelo Grupo B a tais metodologias, é que o grupo em questão — a partir sobretudo do contributo de Dantas — buscou trazer uma identificação entre método científico e método profissional, isto é, quis enquadrar a intervenção profissional nos parâmetros de uma metodologia científica.

Diante de tais aspectos, pode-se afirmar que, nas reflexões do Grupo B, assim como nos debates do Grupo A, a técnica está fortemente vinculada a três aspectos primordiais: o tipo de conhecimento especializado, o agente técnico e os modelos de intervenção profissional. Em nenhum momento, a técnica é vislumbrada na condição de uma propriedade ineliminável da ação humana no mundo (Pinto, 2005a). De modo algum, esse deslocamento da técnica para os três elementos elencados se configura como um problema meramente semântico ou estritamente filosófico. Muito pelo contrário, a redução da técnica teve implicações práticas ao trazer uma centralidade muito maior aos modelos de intervenção, aos conhecimentos

de caráter procedimental e ao agente técnico (em função de sua capacidade de “operar” procedimentos previamente delimitados). cremos que este aspecto teve desdobramentos importantes nos períodos ulteriores do “vir a ser” do Serviço Social brasileiro e tem, ainda hoje, provocado debates em face de posições controversas.

A supervalorização dos procedimentos sob a roupagem técnica deu ao documento de Teresópolis um tom que minou a centralidade do assistente social na criação de sua prática profissional. Isso não quer dizer que um contraponto viável à Teresópolis seria uma prática profissional livre de qualquer cultura normativa e operacional, mas que faltou ao documento uma teoria que possibilitasse uma apreensão do real a partir das suas múltiplas determinações e que, portanto, permitisse ao profissional um campo maior de escolhas, no que diz respeito aos objetivos, procedimentos. Para operar, é preciso, antes de tudo, conhecer em que solo a intervenção se engendra. E, quanto mais esse modo de conhecer for fiel às determinações do real, menos limitações — de caráter analítico e de projeção de meios, pois há limitantes institucionais — terá a intervenção profissional.

Em Teresópolis, a criatividade — entendida como a formulação de possibilidades — da ação profissional foi bastante coibida em razão dos do esquema formal de atuação profissional. No entanto, não se pode dizer que haja um pragmatismo cujo teor seja a ausência de reflexões sobre os objetivos, meios e consequências da ação profissional. Há, de fato, uma valorização de um agir mais procedimental e, portanto, aparentemente mais “eficaz”, mas o intento de Teresópolis foi justamente retirar a atuação profissional do senso comum, mediante a reivindicação de metodologias científicas que poderiam ser aplicáveis à prática do Serviço Social. Portanto, não é uma intervenção desprovida de parâmetros e análises de teor mais científico, mas o caráter das proposições de ações profissionais se dá mediante a aclamação de uma lógica formal-abstrata.

Entendemos que estes aspectos são importantes para refletirmos sobre a historicidade do Serviço Social e dos seus próprios fundamentos. Como a profissão tem hoje um acúmulo crítico sobre este processo, muitas vezes os avanços alcançados pelo conjunto da categoria no tempo histórico que marca o Seminário de Teresópolis (e os dos demais, também), nem sempre são valorizados, a despeito de todos os limites já expressos na produção intelectual da área. Por isso, nosso intento tem sido o de perceber, a partir de um recorte bastante específico — o debate em

torno da técnica — tais avanços. É o que continuaremos a fazer na sequência utilizando-nos de nossas fontes documentais.

4 EM BUSCA DA DESVINCULAÇÃO DA PERSPECTIVA MODERNIZADORA: A TÉCNICA EM SUMARÉ E ALTO DA BOA VISTA

A desvinculação da perspectiva modernizadora é coetânea à perda do monopólio do CBCISS na condução do Processo de Renovação do Serviço Social. Como já mencionado, a partir de meados da década de 1970, quando houve a preponderância da vertente de reatualização do conservadorismo, o Processo de Renovação do Serviço Social ganha densidade também no âmbito da pós-graduação. Isto é, além dos Seminários de Teorização, o ambiente universitário mostrou-se profícuo quanto ao adensamento da perspectiva de reatualização do conservadorismo, mediante a disseminação de ideias e debates, conforme aponta Netto (2015).

Diferentemente da Reatualização do Conservadorismo, a perspectiva de Intenção de Ruptura¹⁸, cuja consolidação, em termos de hegemonia, se dá na década de 1980, se espraia para outras instâncias profissionais (sindicatos, ABESS), distanciando-se um pouco mais da perspectiva precedente, dos ditames do CBCISS, e extrapolando o solo universitário. É importante salientar que tais vertentes da

¹⁸ Conforme Netto (2015), convencionou-se denominar de “intenção de ruptura” um determinado momento do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, em razão da ausência de outra designação mais precisa para caracterizá-lo. Trata-se de um movimento que tem início na década de 1970, no interior das universidades, destacando-se especialmente um grupo vinculado à Universidade Católica de Minas Gerais, cujos estudos, orientados pela tradição marxista, passaram a ser conhecidos como “Método de BH”. Essa produção teórica expressava a busca por uma crítica radical às bases conservadoras da profissão e pela afirmação de novos referenciais analíticos comprometidos com a compreensão das determinações estruturais da sociedade capitalista. No interior desse processo, a vertente da intenção de ruptura pode ser apreendida em três momentos distintos e articulados. O primeiro corresponde à sua emergência, situada entre os anos de 1972 e 1975, quando emergem as formulações iniciais e os primeiros esforços sistemáticos de crítica ao Serviço Social tradicional. O segundo momento refere-se à consolidação acadêmica, observada sobretudo no início dos anos 1980, período em que essas formulações se aprofundam teoricamente e ganham maior densidade no âmbito da produção intelectual. Por fim, o terceiro momento diz respeito ao espraio junto à categoria profissional, especialmente a partir da década de 1990, quando tais concepções passam a influenciar de forma mais ampla o debate profissional, a formação e o exercício do Serviço Social no Brasil. Embora a vertente da intenção de ruptura possa aparentar certa hegemonia no interior do Serviço Social, tal percepção carrega imprecisões. Permanecem atuantes, no interior da categoria profissional, vertentes de orientação conservadora que disputam projetos profissionais, teóricos e políticos. Ademais, a intenção de ruptura não se configura como uma ruptura efetivada, mas como um projeto histórico e profissional em construção, marcado por tensões e limites próprios do contexto social e político em que emerge. A singularidade dessa vertente, em relação às demais expressões do Processo de Renovação do Serviço Social, reside fundamentalmente em sua dimensão ideopolítica (explícita ou implicitamente assumida), uma vez que se coloca em confronto com a autocracia burguesa (Netto, 2015).

Renovação Profissional não dizem respeito a momentos estanques ao espaço e ao tempo, mas é inegável que cada uma delas teve um momento de predominância. De acordo com Netto (2015, p.251)

A documentação de Sumaré e do Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como estão, para seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis. No tocante à dimensão ideopolítica, a expectativa também não se comprovou cabalmente: nos dois seminários, notadamente no Alto da Boa Vista, é perceptível um movimento de abertura de referências distintas do caldo conservador

Há uma incidência dessa abertura de referências tanto no Seminário de Sumaré quanto no Alto da Boa Vista, ainda que não com a mesma profundidade que a realizada, na mesma quadra histórica, em outras instâncias, como universidades, associações profissionais e sindicatos. De todo modo, ainda com debilidade de aprofundamento face ao caldo político e cultural da época, no que diz respeito ao Processo de Renovação Profissional, ambos os documentos resultantes da realização dos supracitados seminários demonstram, apesar das debilidades, aspectos da maneira como a profissão se auto-concebia naquele momento histórico (Netto, 2015).

Portanto, em face dos Seminários de Araxá e de Teresópolis, o encontro de Sumaré e do Alto da Boa Vista são muito mais plurais em perspectivas e filiações teóricas, embora menos “inovadores” perante os precedentes e mais lacunosos frente ao arsenal já produzido pelo Processo de Renovação Profissional naquele momento histórico. Mas é preciso ressaltar que o Seminário de Sumaré, por exemplo, levou ao CBCISS, com ecletismo e debilidades, a reivindicação da dialética para se pensar a cientificidade do Serviço Social e as práticas profissionais. No Alto da Boa Vista, acentuou-se o confronto de perspectivas e a multiplicidade de temáticas, tendo trabalhos cujo conteúdo dizia respeito desde afirmações do Marxismo como Filosofia até os que tratavam do Serviço Social como um Sistema Cibernético. É inconteste, como aponta Netto (2015), que, em outras instâncias da profissão, o debate e a busca por referenciais teóricos que se distanciaram de Araxá e Teresópolis estavam mais densos. Mas tal fato não reduz, em absoluto, a importância das discussões realizadas nos dois últimos Seminários de Teorização.

Os debates do Documento de Sumaré e do Alto da Boa Vista saem, em alguma medida, do terreno do desenvolvimento e da tecnicidade, a despeito das preocupações para com a dimensão do fazer do assistente social continuarem bastante presentes. Mesmo diante das fragilidades dos documentos resultantes de ambos os seminários, há neles uma sistematização de elementos bastante

pertinentes para a análise de como a técnica e a dimensão da prática profissional esteve presente nos seminários promovidos pelo CBCISS. A única ressalva que precisa ser feita é de que eles não permitem, como ocorreu em Araxá e Teresópolis, ter uma visão mais total do caldo teórico-político do Processo de Renovação Profissional.

4.1 O DOCUMENTO DE SUMARÉ E OS INDICATIVOS DOS DEBATES SOBRE A TÉCNICA

O Documento de Sumaré, produzido durante o III Seminário realizado de 20 a 24 de novembro de 1978 no Centro de Estudos de Sumaré, no Rio de Janeiro, reuniu 25 assistentes sociais convidados pelo CBCISS para discutir a temática da *cientificidade do Serviço Social*. O objetivo central do encontro foi dar continuidade ao processo de teorização do Serviço Social iniciado em Araxá, considerado por muitos como um importante marco teórico para a profissão no Brasil.

A comissão coordenadora do seminário foi composta pelos seguintes membros: Leila Maria Vieira Bugalho (coordenação geral), Anna Augusta de Almeida (consultora), Creusa Capalbo (consultora); Helena Iracy Junqueira (consultora), Maria Augusta de Luna Albano (grupo de apoio); e Maria das Dores Machado.

Como momento antecedente ao Seminário de Sumaré, foram feitas pesquisas com assistentes sociais no Brasil, em anos anteriores, objetivando, especialmente, saber a opinião desses profissionais sobre o Documento de Araxá. Identificou-se a necessidade de preservação histórica desse documento e, portanto, sua não alteração. No âmbito dessas discussões, o segundo objetivo desse momento que antecede Sumaré foi ensejar reflexões sobre novas proposições que, no momento, estavam a exigir um esforço de crítica e formulação teórica por parte da categoria profissional dos assistentes sociais.

Dessas pesquisas anteriores com os profissionais, emergiram três proposições importantes de discussão ao Serviço Social, a saber: o Serviço Social numa perspectiva do método científico de construção e aplicação do Serviço Social; o Serviço Social a partir de uma abordagem de compreensão, ou seja, uma interpretação fenomenológica do estudo científico do Serviço Social; e o Serviço Social a partir de uma abordagem dialética, entendida como uma teoria de interpretação baseada no método dialético, no sentido metodológico da relação entre

o objeto construído por uma ciência, o método empregado e o objeto real visado por essa ciência (CBCISS, 1988).

A elaboração dos documentos de base do seminário, nesse sentido, foi feita com base nos tópicos acima elencados. Tais tópicos, por seu lado, deram a tônica para a própria estruturação do Documento de Sumaré, uma vez que o seminário se organizou a partir dos documentos base elaborados previamente ao evento. A coordenação do seminário, pois, comunicou-se com os cursos de mestrado seguintes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. O critério de escolha utilizado para contatar os profissionais foi justamente a existência de cursos de mestrado, os quais só existiam nas supracitadas cidades. Já o critério para a escolha dos participantes do grupo foi que os membros deveriam ser assistentes sociais brasileiros. O número de integrantes dos grupos era irrestrito, ainda que o quantitativo máximo de representantes de cada grupo habilitados a participar do Seminário de Sumaré fosse de seis assistentes sociais. Em cada grupo, deveria ser designado um coordenador, responsável pela interlocução com a comissão organizadora do referido seminário. A coordenação do Seminário de Sumaré recebeu seis trabalhos, três de São Paulo e três do Rio de Janeiro. Porto Alegre, em contraponto, não enviou nenhum trabalho, apesar de ter realizado reuniões preparatórias (CBCISS, 1986).

O terceiro objetivo do Seminário consistiu em suscitar questionamentos acerca da viabilidade das proposições apresentadas, considerando a realidade brasileira. Para esse fim, foram especialmente convidados assistentes sociais — um representante de cada Estado — com a finalidade de elaborar documentos que descrevessem os programas desenvolvidos em suas regiões, explicitando a aplicação de métodos ou teorias, dados referentes à intervenção profissional, campos de atuação, escolas e número de assistentes sociais em exercício. Ao total, foram recebidos oito trabalhos sobre a realidade brasileira (CBCISS, 1986).

O programa do Seminário, vale destacar, estruturou-se a partir de três temas centralizados no Serviço Social: a cientificidade, a fenomenologia e a dialética. Esses conteúdos foram desenvolvidos por meio de conferências, estudos em grupos e sessões plenárias. Os documentos elaborados sobre o Serviço Social e a cientificidade foram os seguintes: *A cientificidade do Serviço Social* (Rio de Janeiro) e *Reflexões sobre o processo histórico de construção do objeto do Serviço Social* (São Paulo).

No concernente à relação do Serviço Social com a Fenomenologia, o título do trabalho do Rio de Janeiro foi: *Reflexões sobre a construção do Serviço Social a partir de uma abordagem de compreensão, ou seja, interpretação fenomenológica do estudo científico*. Já em São Paulo, o título do trabalho era: *Roteiro de reflexão: Fenomenologia e Serviço Social. Proposições a serem discutidas*.

Por fim, no que compete à temática do Serviço Social e à Dialética, os trabalhos foram: *Serviço Social e Cultura: uma alternativa para discussão das relações assistente social/clientela* (Rio de Janeiro) e *Roteiro de reflexão: Dialética e Serviço Social* (São Paulo) (CBCISS, 1986).

O documento síntese do Seminário de Sumaré foi dividido em três capítulos. O primeiro deles versa sobre o Serviço Social e a Cientificidade, e incluiu dois documentos de base, um do Rio de Janeiro e outro de São Paulo. Ambos os documentos foram seguidos por questionamentos feitos em sessão plenária sobre estes. O capítulo dois, na sequência, aborda o Serviço Social e a Fenomenologia. Este capítulo incluiu uma conferência inicial da professora Creusa Capalbo; o documento do Rio de Janeiro sobre o tema do capítulo, seguido das considerações e questionamentos feitos em sessão plenária; bem como o roteiro de reflexão sobre a abordagem fenomenológica preparada pelo grupo de São Paulo (CBCISS, 1986).

Por fim, no último capítulo, intitulado O Serviço Social e a Dialética, foi novamente iniciado pela conferência da professora Creusa Capalbo, acerca do pensamento dialético; seguido pelo documento base do grupo do Rio de Janeiro e pelas posteriores considerações e questionamentos feitos em sessão plenária; assim como um roteiro de reflexão preparado pelo grupo de São Paulo sobre o mesmo tema (CBCISS, 1986).

Ao grupo do Rio de Janeiro, faziam parte personalidades como Balbina Ottoni Vieira, Maria Cristina Salomão de Almeida, Maria da Glória Nin Ferreira (coordenadora), Maria Teresinha Bruzzi de Andrade e Techa Machado Soeiro. Já em São Paulo, Denise M. F. P. Delgado, Helena Iracy Junqueira; Maria do Carmo B. Falcão; Maria José T. Peixoto, Maria Lucia Carvalho da Silva (coordenadora); Suzana A.R. Medeiros e, como consultores. Evaldo A.Vieira e Geraldo Pinheiro Machado (CBCISS, 1986).

4.1.1 Técnica, Ciência e Prática Profissional

O grupo de São Paulo e o grupo do Rio de Janeiro, no trato de todas as temáticas atinentes ao seminário, divergiram sobremodo entre si. Não foi diferente com a questão da cientificidade. Diante desse aspecto, ao grupo do Rio de Janeiro, foi possível identificar forte lastro fenomenológico e funcionalista nos autores reivindicados para se pensar a temática da cientificidade. Enquanto que, em contraponto, o grupo de São Paulo tendia — ainda que introdutoriamente e, por vezes, de modo eclético —, ao enfoque dialético.

A vista disso, o grupo do Rio de Janeiro levantou a temática da cientificidade a partir, fundamentalmente, de alguns autores como: Paul De Bruyne, Jacques Herman e Marc De Schoutheete, autores do livro “Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais”, bem como e com especial destaque ao Howard Goldstein, sobretudo em sua obra *Social Work Practice - A unitary approach*.

O grupo do Rio de Janeiro, de fato, tinha um cariz mais conservador perante o grupo de São Paulo. No âmbito do Seminário de Sumaré, o grupo de São Paulo questionou, com veemência, as posições do grupo, questionando, inclusive, uma incompatibilidade entre os preceitos do que o grupo chama de Movimento de Reconceitualização e a utilização do Modelo de Goldstein, de cariz funcionalista, como parâmetro para se pensar a cientificidade do Serviço Social. A postura fenomenológica do grupo do Rio de Janeiro é, também, questionada pelo grupo de São Paulo. Este aponta uma certa incongruência entre os objetivos sistêmicos implícitos em Goldstein e os princípios fenomenológicos dos participantes do Rio de Janeiro, conforme se depreende das análises de CBCISS (1986) que aqui nos servem de fonte.

O grupo, no início de sua exposição, diz não se preocupar se o Serviço Social é considerado uma arte ou uma ciência e não pretende, pois, trazer nenhum ineditismo com relação à teorização do Serviço Social. Busca, sobretudo, trazer a contribuição do pensamento de Howard Goldstein ao Serviço Social no trato com a temática da cientificidade.

Diante da importância do pensamento de Howard Goldstein ao grupo do Rio de Janeiro, faz-se mister discorrer um pouco sobre o referido autor. Nascido em 1922, era este um teórico e professor do Serviço Social. Um dos maiores contributos do autor era uma concepção integradora da prática profissional, a qual deveria transcender o modelo de caso, grupo e comunidade. A prática do Serviço Social, para

o autor, deveria possuir uma abordagem unitária, mediante uma base comum de conhecimentos, métodos e princípios (CBCISS, 1986).

A produção de Goldstein ajudou, sobretudo, a ampliar o entendimento do Serviço Social como profissão, contrapondo-se aos preceitos confessionais, da caridade, da ajuda. Como principal obra de Goldstein, tem-se: *Social Work Practice - A unitary approach* (*A Prática do Serviço Social - Uma abordagem unitária*), publicado em 1973, na Carolina do Sul, Estados Unidos. Esta obra, no que lhe diz respeito, condensa, em muito, os elementos acima referenciados como contributos do autor. Goldstein, em uma época marcada por práticas fragmentadas, trouxe ao Serviço Social uma abordagem holística e sistêmica acerca da prática do Serviço Social. Muitas das produções do autor, diante de tais aspectos, tinham por princípio analítico a não neutralidade da ciência, bem como os atravessamentos éticos e morais que conformam o terreno da prática do Serviço Social. O autor referenciado foi, também, editor da obra *Creative Change: A Cognitive Humanistic Approach to Social Work Practice* (*Mudança Criativa: Uma Abordagem Cognitiva e Humanista para a Prática do Serviço Social*). Igualmente, foi líder do grupo *Philosophical Issues in Social Work Education* (CSWE) – Conselho de Educação em Serviço Social. (CBCISS, 1986; Hartman; Laird, 2008)

O grupo do Rio de Janeiro baseou-se, em grande peso, no livro em questão e, ao longo das reflexões, traz algumas citações diretas de passagens que compõem a obra acerca do objetivo do Serviço Social, da competência profissional e da prática do assistente social, como tais: “o objetivo do serviço social é a orientação do processo de aprendizagem social, um processo que se desenvolve dentro do contexto e como consequência de um relacionamento humano intencional” (Goldstein, 1973, p.5 apud CBCISS, 1986, p.123); “o ajustamento social e a mudança são produtos de uma série lógica de experiências de aprendizagem que não se referem a modos, técnicas ou práticas escolares” (Goldstein, 1973, p.154 apud CBCISS, 1986, p.123).

[...] competência profissional do serviço social está na habilidade para, responsável e conscientemente, entrar e tornar-se uma parte do complexo sistema da interação humana para produzir mudanças nos padrões existentes de cognição e comportamento (Goldstein, 1973, p.6 apud CBCISS, 1986, p.123).

Ainda no início das análises do grupo, os participantes do Rio de Janeiro trazem uma consideração de suma pertinência para se refletir sobre a dimensão da prática no Serviço Social, a saber:

Desde o momento em que a ação desempenha um papel, existe inevitavelmente referência a motivações, objetivos, valores. Será que essa ordem de realidade é possível de ser objetivada? Duas possibilidades se apresentam: a primeira é encontrar um meio de analisar os fenômenos sociais em particular, colocando as agentes entre parênteses e fazendo aparecer os 'sistemas', que poderiam ser tratados pelos métodos que demonstram seu valor no estudo dos sistemas materiais [...] A outra possibilidade consiste em renunciar completamente a todos os recursos sugeridos pelas ciências da natureza e forjar um instrumental original de análise, adaptado à própria natureza do objeto estudado, *i.e.*, do que pertence propriamente ao contexto da ação. Ora, a ação não é um processo 'em terceira pessoa', passível de ser analisado em termos de variáveis, de ser inscrito num esquema de exterioridade; é um processo que é a aplicação de um sentido e que é constituído de um extremo ao outro por tal aplicação (CBCISS, 1986, p.116-117).

O excerto supracitado expõe a dificuldade de estudarmos cientificamente a ação humana, uma vez que este intento implica levar em conta alguns determinantes como as motivações, intenções, valores e sentidos. Ao questionar sobre a possibilidade de objetivar tal ordem da realidade, o grupo apresenta duas possibilidades. A primeira delas implicaria em abstrair os agentes e suas intenções e observar apenas padrões, estruturas e regularidades. A segunda, no que lhe diz respeito, demandaria abandonar a tentativa de imitar os métodos das ciências naturais, bem como criar um instrumental próprio para estudar ações humanas, entendendo que estas são sempre ações com sentido dado por sujeitos, e não são um processo mecânico "em terceira pessoa".

Percebe-se, portanto, uma clara referência tanto ao pensamento de Durkheim quanto ao de Weber. Na primeira perspectiva, os fatos sociais devem ser tratados como coisas, conforme propõe Durkheim (2004), permitindo a análise de padrões objetivos e regularidades sociais. Na segunda, a questão central é o sentido da ação: para Weber (2016), a ação social é orientada por significados, sendo necessário compreender as intenções e interpretações atribuídas pelos indivíduos, de modo a captar a lógica subjetiva que orienta seus comportamentos. Essa distinção evidencia não apenas diferentes metodologias de análise, mas também concepções epistemológicas distintas sobre o que constitui o objeto da sociologia. O grupo, diante dessas indagações e dos diferentes enfoques, acaba por não se filiar, organicamente, a nenhuma delas. Tal qual afirmam os participantes:

Assim, ao esquema da explicação que utiliza a linguagem do sistema, opõe-se o esquema da compreensão que utiliza a linguagem do sentido. Cada um desses procedimentos traz dificuldades. No primeiro, ao tratar dos fatos como coisas, rejeitamos o que é da ordem das significações, das intencionalidades, das finalidades, dos valores, enfim, tudo aquilo que *face interna* da ação. Na segunda, o caminho da compreensão poderá nos levar de maneira inevitável a uma perspectiva subjetivista (CBCISS, 1986, p.117).

A cientificidade, para o grupo, seria uma ideia reguladora, e não um modelo determinado. O objeto científico, diante desse aspecto, não estaria colocado na esfera ideal de sua existência. Ele é elaborado em um meio preexistente. A pesquisa, nessa via, se daria em um espaço metodológico quadripolar, constituído, pois, de quatro polos, a saber: o polo epistemológico, o polo teórico, o polo morfológico e o polo técnico (CBCISS, 1986).

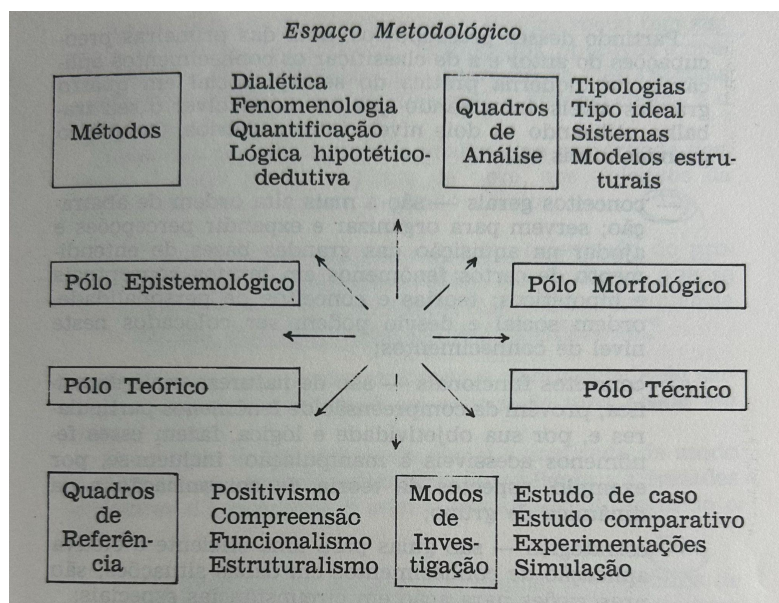
Com base na contribuição de Goldstein, o grupo assevera que a prática do Serviço Social não pode ser orientada pelos conceitos de uma só teoria e deve levar em consideração o contributo de várias delas. Neste sentido, se afirma que

[a] prática do serviço social não é orientada pelos conceitos de uma única teoria. Ao contrário, a aquisição de uma variedade de teorias e conceitos que explicam as várias dimensões da personalidade, a dinâmica dos grupos e das famílias e a atividade das organizações e das comunidades prepara o assistente social para selecionar e utilizar, com liberdade e flexibilidade, os que forem aplicáveis às suas tarefas (Goldstein, 1973, p.17 apud CBCISS, 1986, p.121).

Diante de tal aspecto, o assistente social precisaria, de acordo com os argumentos do grupo do Rio de Janeiro, conhecer múltiplas teorias, porque cada uma explica um aspecto diferente da vida social. O Serviço Social é considerado, pois, uma prática complexa e interdisciplinar. À vista da complexidade da intervenção em Serviço Social, o assistente social deveria conhecer teorias sobre personalidade, grupos, famílias, organizações e comunidades, e escolher com liberdade e flexibilidade aquelas mais adequadas às situações com as quais se deparava. O autor que subsidiava a discussão do grupo, diante de tal premissa sobre a prática do Serviço Social, defende que esta, com vistas a possuir lastro científico, deveria estar ancorada em quatro principais polos.

Para exemplificar tal afirmativa e dar mais densidade à compressão dos polos indicados por Goldstein, os participantes do Rio de Janeiro elaboraram um esquema acerca do espaço metodológico do Serviço Social, o qual segue abaixo:

Figura 5 - Esquema elaborado pelo grupo do Rio de Janeiro acerca do Espaço Metodológico do Serviço Social



Fonte: CBCISS (1986)

À proposta da cientificidade do Serviço Social, foram atribuídos quatro polos: epistemológico; morfológico; teórico; e técnico. Ao polo epistemológico, foram atribuídos determinados métodos; ao morfológico, quadros de análise. Em termos do polo teórico, quadros de referências. E, no concernente ao polo técnico, modos de investigação. Posteriormente, para cada polo, foram elencadas determinadas funções. Tais funções, sob esse prisma, demandariam certos conhecimentos e procedimentos (CBCISS, 1986).

No mais, o autor trabalhado pelo grupo, Howard Goldstein, oferece uma proposta pela qual os conhecimentos das ciências sociais e do comportamento podem ser sistematizados e ordenados, com vistas a oferecer ao Serviço Social uma fundamentação coerente com a prática. A sistematização se daria em quatro grandes níveis: 1) conceitos gerais; 2) conceitos funcionais; 3) estratégias; e 4) ações. Os primeiros dizem respeito à conceitos da mais alta ordem de abstração. Já o segundo tem uma natureza mais específica, contemplando a compreensão de fenômenos de cariz mais particular, como aspectos da teoria da comunicação e da dinâmica de grupo. O terceiro nível, as estratégias, são prescrições para ação em circunstâncias especiais. Já as ações, o quarto nível, "[...] são operações táticas; são os procedimentos explícitos empregados em relação a unidades sociais, problemas ou tarefas específicas, dentro de limites particulares" (CBCISS, 1986, p.122).

Ainda com base no autor trabalhado, este construiu um modelo topológico de pesquisa para perscrutar uma teoria sobre a prática do Serviço Social. Foi

identificado quatro polos – que já foram explicitados na imagem acima – e as referências de conhecimento que os podem lançá-los luz, a saber: no polo epistemológico, o método fenomenológico; no polo teórico, o quadro de referência estrutural-funcionalista; no polo morfológico, o quadro de análise sistêmico; e, no polo técnico, o estudo comparativo (CBCISS, 1986, p.122).

No Serviço Social, conforme afirmam os participantes do grupo a partir do legado de Goldstein, a prática se dá mediante a interação de três sistemas elementares: o sistema-assistente social, o sistema-cliente e o sistema-mudança. A prática do Serviço Social, tal qual foi asseverado, deve ser vista na condição de um meio e não um fim em si mesma. Pode-se inferir que o autor coloca em xeque o que se chama “fazer pelo fazer”. A ação do Serviço Social, em contraste de ser uma finalidade em si mesma, deve constituir-se enquanto um meio que tem como objetivo elementar a orientação no processo de aprendizagem social.

Os processos desenvolvidos pelo sistema-cliente são a solução de problemas e aprendizagem. Já os processos desenvolvidos pelo sistema assistente social é a intervenção. A comunicação, nesse lastro, seria um processo bidirecional. “Tais processos ocorrem simultaneamente durante as três fases da prática do serviço social: inicial, nuclear e final. O grupo, mediante a contribuição de Goldstein, elaborou um esquema acerca desse modelo topológico de pesquisa, onde, para cada polo , são atribuídas determinadas funções e órbitas, a saber:

Figura 6 - Explicitação do Modelo Topológico de Pesquisa

MODELO TOPOLÓGICO DE PESQUISA		
Pólo	Função	Órbita
<i>Epistemológico</i>	— vigilância crítica — garantia da objetivação, i.e., da produção do objeto científico — explicitar regras de transformação do objeto científico — criticar seus fundamentos	— processos discursivos ou métodos muito gerais • dialética • fenomenologia • lógica hipotético-dedutiva • quantificação (não se excluem mutuamente)
<i>Teórico</i>	— guiar a elaboração das hipóteses e a construção dos conceitos — é o lugar da formulação sistemática dos objetos científicos	— quadros de referência • positivista • compreensivo • funcionalista • estruturalista (inspiram o pólo teórico — fornecem os paradigmas)
<i>Morfológico</i>	— enunciar regras de estruturação, de formação do objeto científico — impõe uma certa figura, uma certa ordem em seus elementos — modelos/cópia ou simulacros	— quadros de análise • tipologia • tipo ideal • sistema • modelos estruturais
<i>Técnico</i>	— controlar a coleta de dados — constatar os fatos para confrontá-los com a teoria que os suscitou	— modos de investigação • estudos de casos • estudos comparativos • experimentações • simulação

Fonte: CBCISS (1986)

Como exemplificação, tomemos o polo técnico. Para tal polo, foram atribuídas determinadas funções, sendo estas: 1) controlar a coleta de dados e 2) constatar os fatos confrontá-los com a teoria que os suscitou. A órbita, sob esse aspecto, seriam os modos de investigação, os quais compreendem: estudos de caso; estudos comparativos; experimentação; e simulação. O polo, nessa equação, seria determinada dimensão da pesquisa. A função, no que lhe diz respeito, seria o papel de tal polo, o que ele faz. A órbita, por fim, seria o conjunto de métodos, formas de análise, abordagens ou instrumentos que giram em torno daquele polo. No exemplo em específico, o polo técnico seria uma dimensão da pesquisa mais envolta pela prática profissional do assistente social, cujas funções, o papel desempenhado no processo de investigação, é de controle de dados e de constatação de “teorias”. Para

as referidas funções, há maneiras de investigar, as quais perpassam estudos, experimentações e simulação.

Percebe-se que o grupo, em nenhum momento, faz uma desvinculação da prática com relação à teoria, bem como da técnica em razão da teoria/conhecimento. Diferente do Documento de Araxá e de Teresópolis, aqui, a questão do desenvolvimento é posta de escanteio e, de certa maneira, os conhecimentos que não possuem um caráter predominantemente manipulatório ganham mais destaque e importância, vide a constatação do grupo de que a prática do serviço social não se baseia em uma única teoria, mas na integração de diferentes teorias e conceitos que explicam as diversas dimensões da personalidade, a dinâmica dos grupos e das famílias, bem como o funcionamento das organizações e comunidades, permitindo ao assistente social escolher e “aplicar”, com autonomia e flexibilidade, aqueles mais adequados às suas intervenções (CBCISS, 1988).

O que não significa que o grupo não delimite modelos de atuação profissional. Mas os próprios passos ganham um pouco mais de densidade frente a um referencial teórico que se propõe mais robusto quando comparado à extensiva delimitação de operações no Documento de Teresópolis. No entanto, ainda, os preceitos do grupo do Rio de Janeiro são bastante fincados no terreno do funcionalismo e da fenomenologia, o que revela um hiato entre as intenções postas à prática profissional e a possibilidade de efetivá-las munindo-se do pensamento de Goldstein e de pressupostos fenomenológicos.

Delimitar demasiadamente modelos de atuação, como já explicitado antes, pode tirar a centralidade do sujeito profissional na condução de suas ações. Não que seja inconcebível determinado nível de sistematização procedimental, mas o que queremos enfatizar é que em sua trajetória, o Serviço Social, por meio de seus agentes, como se depreende da análise dos documentos históricos da profissão, parece reclamar de meios prescritivos da ação. Este fato coloca em relevo uma concepção de Serviço Social como “técnica social”, ainda que avanços em direção à ultrapassagem do agir manipulatório dissociado de fundamentos teóricos e epistemológicos sejam observados.

A despeito disso, no bojo do documento, como pode-se perceber, foram explicitadas as funções e órbitas aos demais polos que compõem a base científica do Serviço Social. Ao polo epistemológico, tem-se determinadas funções: vigilância crítica; garantia da objetivação, ou seja, da produção do objeto científico; explicitar

regras de transformação do objeto científico; criticar seus fundamentos. No plano da órbita, processos discursivos ou métodos muito gerais, tais quais a dialética, a fenomenologia, a lógica hipotético dedutiva e a quantificação. Já no concernente ao polo teórico, tem-se como funções guiar a elaboração das hipóteses e a construção dos conceitos, bem como o lugar da formulação sistemática dos objetos científicos. A órbita de tal polo diz respeito ao quadro de referências positivistas, funcionalista, compreensivo e estruturalista, os quais inspiram o polo teórico e fornecem paradigmas. Por fim, o polo morfológico tem como funções: enunciar regras de estruturação, de formação do objeto científico, ordenação dos elementos; e criação de modelos/cópias e simulacros (CBCISS, 1986). Enquanto órbita, o polo morfológico pressupõe quadros de análise com tipologia, tipo ideal, sistema e modelos estruturais. Afirma-se que

[s]e o Serviço Social for considerado simplesmente como descrição e transformação de situações existentes estará fora da prática científica, a qual supõe ter como objeto o conhecimento, a explicação. Em outras palavras, se os aspectos epistemológicos e teóricos forem negligenciados em proveito apenas de manipulações técnicas de caráter pragmático e terapêutico, a discussão sobre a cientificidade do Serviço Social talvez já se encontre encerrada antes mesmo de iniciada. Mas, se o caráter científico do Serviço Social puder ser interpretado como o da busca por um consenso intersubjetivo sobre um campo delimitado de análise sobre o qual se estruturam conhecimentos e conceitos próprios ou originados das ciências humanas de um modo geral, para uma posterior aplicação, então será possível declarar a sua existência e acolher as idéias de Goldstein como valiosa contribuição à construção do Serviço Social científico (CBCISS, 1988, p.126).

O grupo, de certa forma, traz ao debate a insuficiência das manipulações técnicas quando desvinculadas de aspectos teóricos e epistemológicos, o que faz com que o caráter de tais manipulações se torne meramente pragmático e terapêutico. A aplicação de conhecimentos, novamente, ganha destaque nas discussões sobre a prática do assistente social, muito em virtude dos próprios caracteres do funcionalismo, sob a roupagem do pensamento de Goldstein.

No concernente ao grupo de São Paulo, ao tratar da cientificidade no Serviço Social, o grupo optou por retomar, primeiro, algumas noções presentes nos Documentos de Araxá e Teresópolis, bem como nos encontros regionais que sucederam cada qual. O direcionamento do grupo se deu ao objeto do Serviço Social e ao imperativo de defini-lo como pilar que sustenta não só a cientificidade do Serviço Social, mas sobretudo a prática profissional.

Nessa via,

[...] o grupo enfatiza e defende que o estudo do objeto do Serviço Social não se esgota nas teorias do conhecimento ou da epistemologia, como foi considerado os diversos trabalhos até então produzidos, mas exige teorias da ação, pois para o Serviço Social a ação é sua própria razão de ser além de colocar-se como fundamento da teoria ou fonte principal de conhecimento (CBCISS, 1986, p.138).

Esse ponto em específico traz elementos para afirmar que a técnica, para o grupo, não é apartada da esfera do conhecimento. Muito pelo contrário, a ação é a razão de existir do Serviço Social, na mesma medida em que ação é também fundamento da teoria da profissão¹⁹. O grupo defende, nessa via, a importância de elaboração de teorias de ação para o estudo do objeto do Serviço Social, indicando que o lastro científico da profissão deve perpassar, invariavelmente, pela esfera da ação profissional.

É evidente que, por vezes, o grupo supervaloriza um conhecimento ancorado nas teorias da ação (da profissão). Tal modo de conhecer, no que lhe diz respeito, era precípuo, inclusive, para o estudo do objeto do Serviço Social. Portanto, o ponto de partida para elaboração de conhecimentos em Serviço Social seria a própria prática profissional. Nesse lastro, a reivindicação do grupo por teorias de ação faz parte, também, de uma certa busca da prática como critério da verdade e do intento de elaborar os conhecimentos profissionais a partir de uma perspectiva ontológica, de conhecimentos que se gestam a partir da práxis. O grupo, diante desse aspecto, afirma que “[...] o trabalho teórico deve fundamentar-se nos fenômenos, processos e fatos reais e nas ações empreendidas” (CBCISS, 1986, p.139).

Nesse trajeto, o grupo afirma que:

[...] A preocupação central do desenvolvimento científico do Serviço Social redireciona-se no sentido de procurar superar a antiga distância entre teoria e ação, com vistas a uma síntese entre ambas, ou seja, uma *práxis* dinâmica e continuamente renovada.

O desenvolvimento científico do Serviço Social, portanto, tem na ação e nas teorias o alicerce de sua constituição. Em verdade, não é possível afirmar, por mera inferência, que, para o grupo, tais teorias da ação possuam um caráter

¹⁹ No livro *Renovação e Conservadorismo* (2011), Iamamoto afirma que o fundamento da prática do Serviço Social é o trabalho. O Serviço Social, nesse lastro, é uma especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista. A prática profissional do assistente social é, pois, historicamente determinada pelas relações de produção e pelas formas de enfrentamento da questão social. Conforme Iamamoto (2011, p.59-60), “[a]o se pensar a prática profissional, existe a tendência de conectá-la diretamente à prática da sociedade. Alguns qualificam a prática do Serviço Social de ‘práxis social’, ainda que esta se refira à prática social, isto é, ao conjunto da sociedade em seu movimento e contradições. A análise da “prática” do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade”.

predominantemente instrumental. Diferentemente de muitos grupos participantes de diversos seminários, os quais já foram aludidos, observa-se, aqui, uma preocupação praticamente inexistente com a proposição de modelos de intervenção para a prática do assistente social. Fato que não significa, por parte do grupo de São Paulo, falta de zelo com a dimensão da prática profissional. Muito pelo contrário, busca-se teorizar sobre esse fazer, tendo como pilar analítico a “práxis” cotidiana do assistente social. Em outras palavras, para o grupo, a prática direta se apresenta como base estruturante para a construção integrada de teoria e ação no Serviço Social. Nas palavras do grupo:

O Serviço Social tem por pressuposto básico que sua teoria se elabora num processo dinâmico teoria/ação/teoria, o que faz, no âmbito da ciência, ser, pela ação, a descoberta de novos fatos e, pelo trabalho teórico, a criação de novas sínteses explicativas de domínios cada vez mais amplos da realidade, constituindo esta relação dialética teoria/ação/teoria um dos processos mais relevantes das ciências (CBCISS, 1986, p.140).

Diante desse aspecto, é possível perceber que, para o grupo, a teoria e prática não estão separadas, ao contrário, uma transforma a outra (CBCISS, 1986). O conhecimento, nesse âmbito, se desenvolve por meio do confronto e da superação entre teoria e ação. A teoria, nesse quadro, orienta, inicialmente, a intervenção profissional, oferecendo referenciais que fundamentam a ação. A prática, realizada na realidade concreta, por seu lado, revela novos fatos, problemas e contradições. Diante dessas novas determinações, a teoria precisa ser revisada, ampliada ou transformada, produzindo sínteses explicativas mais abrangentes sobre a realidade. Trata-se, portanto, de um processo contínuo de teoria–ação–teoria que enriquece, simultaneamente, a compreensão e a prática profissional.

Fica bastante evidente a aproximação do grupo com a tradição marxista, embora de modo preliminar e lacunoso. O grupo, nesse enfoque, enfatiza a necessidade de não absolutizar ou dogmatizar uma única abordagem científica, abrindo espaço para contribuições que ultrapassam o campo marxista, a despeito do evidente apreço dos integrantes de São Paulo por esse referencial, cujo princípio — conforme os próprios integrantes do grupo reconheceram —, se ancora na filosofia da práxis.

O grupo retoma as acepções acerca da natureza do Serviço Social em suas variadas significações, isto é, o Serviço Social como ciência²⁰, tecnologia, arte e

²⁰ No que se refere ao debate sobre o Serviço Social como ciência, pode-se afirmar que essa discussão se encontra hoje relativamente consolidada no âmbito da profissão. Conforme Ana Elizabeth

ciência técnica. Para o grupo, no entanto, o Serviço Social é, comprovadamente, uma prática ou disciplina profissional, com virtualidades para se tornar uma ciência praxiológica, ou seja, uma ciência que tem como objeto a práxis. Na condição de prática ou disciplina profissional, o Serviço Social, além de perseguir um caminho científico, possui um corpo de conhecimentos em relativo grau de sistematização no concernente aos seus componentes básicos, sendo eles:

valores, ideologias, princípios filosóficos e éticos que informam e norteiam a ação; objetivos ou finalidades que se propõe alcançar e que, sendo intencionados, postulam posicionamentos; conhecimentos sobre os fenômenos objeto da ação; método de ação na realidade e processos técnicos consentâneos; atitudes e habilidades relacionadas ao sentir e agir profissionais (CBCISS, 1986, p.140).

Percebe-se — ao elencar os conhecimentos básicos do Serviço Social —, uma certa compreensão global, por parte do grupo, acerca da intervenção profissional do assistente social. Em outros termos, a ação do profissional de Serviço Social é vislumbrada como vinculada aos valores, ideologias, princípios filosóficos e éticos. Na sequência das reflexões do grupo, tal vinculação mostra-se ainda mais precisa e madura. Fato que pode ser constatado em diversas passagens, como tais: “[...] o aspecto ideológico é parte integrante do Serviço Social, pois a direção para o qual é orientada sua ação transformadora pressupõe sempre uma opção ideológica” (CBCISS, 1986, p.143); “os valores, decorrentes dos posicionamentos ideológicos do Serviço Social, informam e dão sentido e direção à sua ação, orientado não apenas a formulação de finalidades ou objetivos, como a seleção de meios à aplicar” (CBCISS, 1986, p. 143); em vista dos valores, “a ação profissional deixa de ser pragmática, neutra e conformista e passa a se tornar uma exigência de ação intencional” (CBCISS, 1986, p. 143).

Portanto, há uma visão mais abrangente acerca da prática do assistente social. O que, em contraponto, não significa que o grupo entenda a técnica enquanto propriedade humana ineliminável a toda e qualquer ação humana no mundo (Pinto, 2005) e que não a reduza à um determinado modo de fazer. No entanto, esse modo de fazer, para o grupo, é constituído por diversos elementos associados, isto é, a prática do assistente social é marcada pela interdependência entre objeto, objetivos,

Mota, embora o Serviço Social não se configure como uma ciência, trata-se de uma profissão e de uma área de produção de conhecimento vinculada às ciências sociais aplicadas (Mota, 2013). De modo semelhante, José Paulo Netto sustenta que o Serviço Social não é uma ciência e, por isso, não dispõe de uma teoria própria, constituindo-se, entretanto, como uma profissão capaz de produzir conhecimentos científicos (Netto, 1999).

finalidades, posicionamentos ideológicos, filosóficos e valorativo e posturas metodológicas adequadas e pertinentes aos elementos acima elencados. Então, mesmo que o grupo reduza a técnica a determinados procedimentos e operações, estes não são concebidos em si mesmos. Fato que, portanto, permite uma visão mais global da prática profissional do assistente social.

A questão do valor, de certo modo, tem uma premência nas reflexões do grupo. E há uma clara distinção, por parte dos participantes, dos valores da profissão e dos valores pessoais dos sujeitos profissionais. Os valores que devem dar direcionamento à ação dos assistentes sociais são os valores da profissão. Diante disso, o grupo defende a centralidade da profissão adotar valores básicos e posicionamentos ideológicos que sirvam de alicerce à intervenção profissional, a despeito do que os agentes profissionais apenas professam. O Serviço Social, diante dessa questão, deve partir de valores universais, a despeito de estes não serem porventura respeitados em determinadas épocas históricas.

Face às diferentes correntes filosóficas que podem fundamentar a concepção e a operação do Serviço Social, seria de se desejar que, além de se definirem posições ideológicas, fossem adotados valores básicos, bem como valores culturais e outros de caráter conjuntural, que viessem a se constituir em posicionamento de uma profissão, cujos agentes professam diferentes filosofias (CBCISS, 1986, p.143).

Vale o destaque que, em 1975, o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1975 foi promulgado em 30 de janeiro daquele ano pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), estabelecendo direitos, deveres e princípios éticos para a atuação profissional. O Seminário de Sumaré, por seu lado, ocorreu três anos após a vigência do Código de Ética de 1975. Nessa normativa profissional, havia já determinados valores incumbidos ao Serviço Social, sendo o principal deles “[...] uma concepção personalista que permita ver a pessoa humana como o centro, objeto e fim da vida social” (CFAS, 1975, p.2), assim como os valores do bem comum e a justiça social (CFAS, 1975).

Percebe-se que o grupo não se opõe a esses valores, embora reconheça a necessidade de delimitá-los de forma mais clara, em consonância com a perspectiva ideológica do Serviço Social. Considerando que o aspecto ideológico é parte ineliminável do Serviço Social, percebe-se que o grupo tenta imprimir uma direção valorativa ancorada no marxismo. Tal movimento fica mais evidente quando os participantes reconhecem “[...] que não há ciência que não sofra influência de classe, pois os valores não são apenas pessoais, mas também grupais” (CBCISS, 1986,

p.142). Portanto, sob tal aspecto, o grupo defende a impossibilidade de separar completamente a produção científica das condições sociais em que ela ocorre. Diante disso, tanto a escolha dos temas investigados quanto às metodologias empregadas e a interpretação dos resultados são atravessados por determinações de classe (CBCISS, 1986).

O objeto, para o grupo de São Paulo, tem, também, um papel elementar à ação dos profissionais de Serviço Social. De acordo com os integrantes, “[...] o objeto merece destaque pela sua condição intrínseca de definir ‘o que’ recai a ação, podendo ser entendido, nesse sentido, como o conjunto de situações, fenômenos e variáveis passíveis de uma ação determinada” (CBCISS, 1986, p. 144). Logo, não há uma desvinculação entre ação e objeto, ao inverso, o objeto orienta a ação e tem, pois, um papel preponderante. O grupo afirma que: “quanto ao Serviço Social, o papel preponderante do objeto pode assumir a condição de especificador na concretização do processo de intervenção” (CBCISS, 1986, p.144). Portanto, o objeto ajuda a tornar o processo de intervenção profissional mais claro e direcionado, mostrando-se indispensável a sua definição, portanto.

Para o grupo, o objeto tem um alto destaque tanto nas teorias de ação quanto nas teorias de conhecimento. Acerca disso, o grupo assevera:

Na teoria do conhecimento, o objeto detém uma posição central de reflexão porque nele se encontram dois elementos-chave: o conhecedor e a realidade, cuja relação levanta questões de como se vai construindo o conhecimento e de como o objeto vai sendo conhecido pela experiência, que por sua vez é sempre uma atividade do sujeito (CBCISS, 1986, p.144).

O conhecimento, pois, é fruto da relação entre o sujeito e o objeto. O sujeito nunca tem uma experiência “pura” do objeto. O conhecer é, sempre, resultante da interação entre o sujeito e o objeto que o conhecimento se forma. Já na teoria da ação,

[...] o objeto também detém uma posição central, pois que dentre os componentes básicos de estrutura das disciplinas profissionais desempenha papel preponderante na composição dos referenciais para ação, dentro de um processo histórico (CBCISS, 1986, p.144).

De tal forma, o objeto, para o conhecimento sobre a ação, é central porque define o que a profissão faz, como faz e por que, servindo de referência para a prática dentro de um contexto histórico. Na teoria da ação, o objeto tem a capacidade de orientar a ação profissional, determinando quais metodologias, instrumentos e estratégias serão utilizadas.

Ainda sobre o objeto, o grupo atesta que “no Serviço Social o objeto não é definido a priori. Ele vai se definindo no próprio processo da ação, na interação do

processo entre: referencial teórico; fins e objetivos a serem alcançados; e método” (CBCISS, 1986, p. 146). Portanto, a despeito de o grupo vislumbrar a essencialidade do objeto para a ação profissional, este é definido no processo da ação profissional. O objeto do Serviço Social é, pois, bastante vago, embora referenciado, pelo grupo, na pessoa humana, no conjunto de situações, fenômenos e variáveis passíveis de uma ação determinada em torno do ser humano. Em paralelo ao quadro contemporâneo, a pessoa humana seria um objeto de maior complexidade, tal como a “questão social”, sobre o qual recaem determinados fenômenos que demandam intervenção profissional, o que, hoje, a profissão intitula de manifestações da “questão social”.

Na mesma intensidade, o grupo enfatiza que falta uma clareza acerca do objeto do Serviço Social e, diante disso, expõe algumas obras e autores que tratam da problemática do objeto no Serviço Social ao longo do Processo de Renovação do Serviço Social. À vista disso, o grupo dedica algumas páginas à reflexão do objeto do Serviço Social, as quais não cabem, aqui, serem explicitadas. O que interessa nesse ponto, é a centralidade que o grupo coloca no objeto do Serviço Social no engendramento das práticas profissionais. Mesmo assim, é evidente que a falta de uma compreensão fidedigna acerca do objeto profissional traz impactos ao direcionamento dado às ações profissionais.

Ainda sobre a questão do objeto e da intervenção profissional, os participantes fizeram uma importante reflexão, a saber:

O grupo admite uma distinção entre a teoria que se constrói sobre a realidade, ou seja, o objeto sobre o qual incide a ação do Serviço Social, e a teoria que orienta a ação propriamente dita, ressaltando sempre, porém, a estreita relação entre elas. Igualmente a metodologia da ação ou da intervenção difere da metodologia do conhecer, embora se inter-relacionem (CBCISS, 1986, p.167).

A passagem em questão evidencia a distinção entre teoria e prática, reconhecendo que, embora relacionadas, essas dimensões não se confundem. Segundo o CBCISS (1986), portanto, existe uma diferença entre a teoria construída sobre a realidade — isto é, o estudo e a compreensão do objeto de intervenção do Serviço Social — e a teoria que orienta a ação prática. Essa distinção é significativa porque evita a confusão entre o conhecimento sobre a realidade e os conhecimentos que dizem mais respeito aos procedimentos.

Nesse lastro, a teoria sobre o objeto e a teoria sobre a ação do Serviço Social teriam identidades distintas, a despeito do entrelaçamento entre ambas, tal qual a

metodologia de ação e do conhecer. O cerne da supracitada afirmação é, pois, o reconhecimento, por parte do grupo, da interdependência entre o conhecer de caráter mais global e o conhecimento de cariz mais instrumental, indicando que ambos não podem ser concebidos de modo separado. Fato que demonstra uma certa recusa do grupo a ações profissionais de caráter mais pragmático.

No que se refere ainda a essa questão da prática profissional do assistente social, os participantes do grupo frisavam que a prática não se confunde com fazer coisas ou usar técnicas. A produção material e técnica, nessa lógica, são meios. A prática, por outro lado, deve envolver a reflexão, a intenção e o propósito. Nas palavras do grupo:

Implica antes um posicionamento com relação à prática, compreendendo-a como atividade humana sobre dada realidade social, distinguindo-se da produção material e da técnica, direcionada à consecução de objetivos predeterminados, atuação que permite conhecer essa realidade com mais objetividade e testar a teoria que a interpretou e que gerou o modelo de intervenção, num processo constante de realimentação teoria – prática – teoria (CBCISS, 1986, p. 161).

Logo, especificamente nessa passagem, é possível perceber a concepção de técnica por parte do grupo de São Paulo. Há uma notória distinção entre a dimensão da prática e da técnica e, conseqüentemente, uma redução desta à esfera do procedimento. Mas, em termos de direcionamento, tal redução da técnica é compensada por uma compreensão abrangente acerca da esfera da prática, que envolve análise crítica, interpretação e tomada de decisões; é histórica e social (ocorre em um contexto social, político e cultural) e é fundamentada em teoria: a ação é orientada por conceitos, valores e objetivos.

De todo modo, a redução no que diz respeito à dimensão da técnica não é uma questão estritamente semântica e, em absoluto, compensada por um entendimento mais bem construído sobre a esfera da prática. A redução da técnica ao status de coisa, isto é, a reificação da técnica abre margem para apreensões que segmentam a técnica do ser humano. A própria separação entre a dimensão da técnica e a dimensão da prática deve ser feita com cautela, uma vez que, para Álvaro Vieira Pinto (2005a), toda prática humana é composta de uma dimensão técnica. A técnica é, para o autor, a capacidade humana de projetar, antecipar e executar transformações no mundo. Não se pode, portanto, restringi-la à manipulação material.

Ao fetichizar a técnica, ao coisificá-la, os artefatos técnicos ganham uma aura de independência, como se fossem portadores de racionalidade própria e a ação

humana subsumida à esta “racionalidade” imanente de tais artefatos. O grupo de São Paulo, sob esse aspecto, não chegou a tais considerações, mas, ao diferenciar a prática da produção técnica, abre precedentes para o que Pinto (2005a) intitula de substantivação da técnica.

Portanto, a concepção abrangente do grupo acerca da dimensão da prática profissional, em muitas nuances, traz elementos concisos para se pensar a ação do assistente social na realidade. Mesmo assim, a segmentação da técnica com relação à prática poderia acarretar em prejuízos históricos no concernente ao direcionamento das ações profissionais naquela quadra temporal. Nesse lastro, abre-se precedentes para que os sujeitos profissionais se vejam subordinados às exigências de eficiência e “racionalidade” impostas pelos dispositivos técnicos.

É evidente que a autonomização da técnica se torna mais nociva à medida em que há um desenvolvimento das forças produtivas, isto é, quando os artefatos técnicos complexificam-se a tal ponto de, cada vez mais, aparentar uma maior independência da ação humana. De toda maneira, em 1978, já havia um relativo avanço do debate, nas esferas que transcendem o campo profissional, acerca do denominado sistema cibernético. Não é por acaso que, em 1984, no Seminário do Alto da Boa Vista, é possível identificar um trabalho cujo título é *Serviço Social como Sistema Cibernético*.

Em tal circunstância histórica, a materialidade da vida humana e do trabalho profissional do assistente social, em face do desenvolvimento das forças produtivas, já cooperava com posturas cujo princípio analítico residia no que Pinto (2005a) entendeu por ideologização da técnica, mediante, sobretudo, a sua coisificação. A técnica, de nenhuma maneira, pode ser autopropulsora de si mesma (Pinto, 2005a). Sua razão de existência é indissolúvel da vida humana. A existência humana pressupõe e, ao mesmo tempo, é matriz da capacidade técnica.

Na sequência das reflexões, o grupo de São Paulo busca esboçar, no tema da cientificidade, a questão do objeto do Serviço Social, assim como traçar alguns dos elementos que compõem a abordagem dialética. Abordagem essa que, tal qual o grupo mesmo informa, é a perspectiva adotada pelos participantes do grupo de São Paulo.

A título de curiosidade, para tratar da dialética e de algumas categorias atinentes ao universo marxista, o grupo utiliza-se de alguns autores e obras, a saber: Paul Foulquié (*A Dialética*); George Politzer (*Princípios Fundamentais da Filosofia*), Franciso Pereira Nóbrega (*Para ler Hegel*), Henri Lefebvre (*Lógica Formal e Lógica*

Dialética); Adolfo Vázquez Sanchez (*Filosofia da Práxis*); Karel Kosik (*Dialética do Concreto*), entre outros.

Diante do grupo do Rio de Janeiro, é notória a busca do grupo de São Paulo pelo pensamento marxista. Tal busca expressa-se em passagens como tais: “para Marx, as leis da dialética são as do mundo material, o movimento do pensamento não é senão o reflexo do movimento real, transportado e transposto para o cérebro do homem” (CBCISS, 1986, p.157); “[...] sem entrar nas minúcias das leis da dialética, é fácil identificar, mesmo no nível de uma investigação elementar, que a contradição rege todos os fenômenos” (CBCISS, 1986, p.157); “[...] é ainda a *práxis* que proporciona o critério de sua verdade. A aferição da verdade de um pensamento tem que sair de si mesmo, plasmar-se, adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática (CBCISS, 1986, p. 160); “[...] a dialética hegeliana tem três unidades que ele denomina Tese, Antítese e Síntese, ou, mais frequentemente Afirmação, Negação e Negação da Negação (CBCISS, 1986, p.156), “[...] a historicidade não é apenas a busca daquilo que já se realizou, mas o tecido da vida que se perpetua” (CBCISS, 1986, p.161); “a *práxis* é ainda entendida como *práxis* revolucionária que transforma a sociedade apresentando-se como uma categoria sociológica [...]” (CBCISS, 1986, p.160). O grupo também menciona as quatro formas da lei da dialética: a da ação recíproca e da conexão universal, da mudança universal e do desenvolvimento incessante, da mudança qualitativa, assim como da luta dos contrários.

É perceptível, portanto, a busca do grupo pela tradição marxista. Essa busca, vale dizer, evidencia-se também na concepção da prática profissional, que pretende se distanciar de modelos predeterminados de atuação e se valer de uma concepção científica que se desenvolve a partir da *práxis*. No entanto, essa busca do grupo pela tradição marxista, embora tenha sido de suma importância, se deu com muita incipiência, debilidade e ecletismo. E, também em virtude disso, os aspectos atinentes às reflexões sobre a técnica carecem de uma análise pautada na perspectiva que o próprio grupo reivindica: a dialética.

4.2 AS REFLEXÕES SOBRE A TÉCNICA NO DOCUMENTO DO ALTO DA BOA VISTA

O Seminário do Alto da Boa Vista foi realizado entre os dias 5 e 9 de novembro de 1984, na localidade que lhe dá nome, no Rio de Janeiro. Diferente dos outros três seminários que o antecederam, no Alto da Boa Vista, houve uma forma peculiar de estruturação do evento. Este foi dividido em três grandes frentes, a saber: conferências, trabalhos apresentados e trabalhos de grupo.

No concernente às conferências, têm-se as seguintes: *“A Problemática Autoritária e Sociedade na Atualidade Brasileira”*, de Francisco Martins de Souza; *“O Marxismo como Filosofia — Um Pouco da Sua História no Brasil”*, por Leandro Konder; *“O Positivismo no Serviço Social”*, ministrada por Henrique Batista da Silva Oliveira; *“Método Fenomenológico e Ciências Humanas”*, proferida por Telma Aparecida Donzelli; *“Por que a Questão Social no Brasil Está Associada ao Estado”*, de Antônio Paim; *“Estado Autoritário e Ciências Sociais no Brasil”*, conduzida por Ricardo Vélez Rodríguez; assim como *“Tecnologia Social”*, oferecida por Cílio R. Ziviani.

Foram apresentados os seguintes trabalhos: *“Pensamento Científico e Serviço Social”*, de Edna Maria Donzelli Yahyabeyoglu; *“O Serviço Social e a Cientificidade”*, de Edna M. Donzelli Yahyabeyoglu; *“Teorização e Metodologia do Serviço Social — Os Encontros Regionais de Araxá (1967) e Teresópolis (1970)”*, por Balbina Ottoni Vieira; *“Esboço de Questionamento para Algumas Discussões do Serviço Social Segundo o Método Fenomenológico”*, de Anésia de Souza Carvalho; assim como *“Princípios e Elementos Operacionais da Metodologia de Ação do Serviço Social — Sua Aplicação Teórico-Prática ao Trabalho na Agência”*, de Marília Bini Pereira (CBCISS, 1988).

Especificamente acerca dos trabalhos de grupos, estes apareceram em menor quantidade. São eles: *“Serviço Social como Sistema Cibernético”*, de Eliane Maria Silva de Souza, Eliane Vieira e Martha Yamamoto; *“Consciência Crítica no Serviço Social: Alguns Elementos para Revisão”*, de Elaine Corradini Belém, Carmem Lúcia Nunes da Silva, Celina Magalhães Ellery, Suely Gomes Costa, Salete Cesconeto de Arruda e Virgínia Maria Bevilaqua Garcia; assim como *“Proposta de Produção de Conhecimento no IV Seminário de Teorização do Serviço Social”*, de Maria Clara Osório Pereira de B. Nogueira, Maria Helena Ruschel Cançado, Marlise Vinagre Silva, Mônica Cardoso Moreira e Suely Souza de Almeida (CBCISS, 1988).

No conjunto, a estrutura do Documento do Alto da Boa Vista resulta da sistematização de seis palestras, cinco trabalhos individuais e três produções coletivas, articulando um amplo espectro de temas e perspectivas.

Após a leitura de todos os trabalhos, entendeu-se que apenas três deles teriam serventia ao objetivo desta dissertação, a saber: *“Tecnologia Social”*, conferência oferecida por Cílio R. Ziviani; *“Serviço Social como Sistema Cibernético”*, trabalho de grupo apresentado por Eliane Maria Silva de Souza, Eliane Vieira e Martha Yamamoto; e *“O Serviço Social e a Cientificidade”*, de Edna M. Donzelli Yahyabeyoglu.

O objetivo central do Seminário do Alto da Boa Vista foi expresso na seguinte passagem:

Não basta afirmar que os Documentos resultantes desses Encontros [que deram origem aos Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré] apresentam-se como testemunho histórico e como auxiliar para estudos pelos profissionais no Brasil e no estrangeiro. Se os Seminários passados centraram-se no estudo do Serviço Social em seus aspectos teóricos e práticos para avaliar o progresso feito no sentido de caminhar para a cientificidade, **a preocupação deste IV Seminário está definida como uma tentativa de aproximação entre a prática atual e a proposta conceitual apresentada nos Documentos.** Para tanto, pretende desenvolver estudos e palestras com o objetivo de entender o contexto político e ideológico dos mesmos. Esta postura se deve ao argumento de que é necessária a contextualização do tecido histórico para a compreensão do pensar do Serviço Social. Dessa relação dialética entre a realidade e o conceito irá surgindo o pensamento do assistente social brasileiro, entendido em sua vinculação com a América Latina (CBCISS, 1988, p.3, grifo nosso).

Mesmo diante do imperativo de análise da aproximação entre a prática vigente na época e a proposta conventual apresentada nos documentos anteriores, em face aos outros seminários, o Documento do Alto da Boa Vista é mais tímido no debate da técnica e da tecnologia, embora seja possível identificar valiosas análises sobre tais dimensões no bojo do supracitado documento. Por outro lado, destaca-se que, como mencionado, neste evento o tema ganha certa relevância no espectro das reflexões sobre tecnologia social e sistema cibernético.

O trabalho de grande destaque, sem sombra de dúvidas, ao objetivo desta dissertação, é o seguinte: *“Serviço Social como Sistema Cibernético”*, de Eliane Maria Silva de Souza, Eliane Vieira e Martha Yamamoto. Os participantes, com um certo ineditismo, trazem à tona como a relação do Serviço Social pode e deve ser pensada em relação ao Sistema Cibernético. Inclusive, a atuação do Serviço Social, no âmbito do trabalho, é comparada ao funcionamento do Sistema Cibernético, por isso, o título do trabalho remete a tal paralelo. No desenrolar do trabalho, é possível identificar, por parte das autoras, um certo entusiasmo para com as potencialidades do uso desse sistema ao cotidiano de trabalho do assistente social, além de explicitações acerca da Teoria Geral do Sistemas e do Sistema Cibernético.

No que se refere ao trabalho *Tecnologia Social*, de Cílio R. Ziviani, o autor emprega o termo para designar a atividade voltada ao planejamento de soluções para problemas sociais mediante a articulação de conhecimentos oriundos de diferentes campos das ciências sociais. Além disso, considera-se que a noção de tecnologia social também envolve a incorporação de saberes psicossociais ao próprio comportamento do indivíduo e aos instrumentos de mudança por ele desenvolvidos (CBCISS, 1988).

O autor sustenta ser moralmente justificável recorrer a uma tecnologia social capaz de permitir, em termos sistêmicos, a implementação de uma engenharia social de caráter gradativo. Essa modalidade, apresentada como forma específica de tecnologia social, distingue-se por uma orientação não historicista e não utilitarista, evitando experimentos sociopolíticos de larga escala e privilegiando intervenções progressivas e de menor amplitude. Nessa linha de argumentação, afirma-se ainda que a engenharia social gradativa deve orientar-se pela identificação e pelo enfrentamento dos males mais urgentes da sociedade, em vez de perseguir um bem último ou um modelo ideal de organização social (CBCISS, 1988).

O último trabalho, “O Serviço Social e a Cientificidade”, de Edna M. Donzelli Yahyabeyoglu, teve como objetivo discorrer acerca da natureza dos conhecimentos implícitos em algumas tentativas de teorização acerca do Serviço Social. A autora começa recapitulando o contributo de Mary Richmond, passa pela tentativa da profissão de conferir mais cientificidade às práticas através da psicanálise e chega no terreno do marxismo. Sobre este, ela faz uma análise acerca de qual medida esse tipo de conhecimento pode ser instrumentalizador das práticas da profissão.

Assim, a seguir, desenvolve-se a apresentação analítica dos trabalhos selecionados, destacando seus aportes específicos e o modo como dialogam com a dimensão da técnica e da tecnologia no Serviço Social. Diante desse aspecto, em cada caso, delinear-se-ão os pressupostos teóricos mobilizados, as interpretações oferecidas acerca do fazer profissional e os desdobramentos que tais formulações imprimem ao debate sobre a dimensão técnico-operativa da profissão. No intento de problematização dos registros que nos servem de fonte, procuraremos fazer, no que couber e de acordo com nossa capacidade analítica, correlações com as reflexões do autor que tem sido nosso principal interlocutor: Álvaro Vieira Pinto.

4.2.1 - Serviço Social como Sistema Cibernético

De imediato, as três autoras do trabalho — Eliane Maria Silva de Souza, Eliane Vieira e Martha Yamamoto — colocaram-se atreladas à corrente do funcionalismo. As autoras optaram por tal vertente “[...] motivadas pela aquisição de um contexto teórico mais abrangente, visto que nossa formação acadêmica foi orientada numa direção de confronto a esta vertente filosófica” (CBCISS, 1988, p. 135).

As autoras apresentam, no início do trabalho, a hipótese de que a aplicação da Cibernética ao Serviço Social se oporia aos princípios humanísticos da profissão. Isso, no entanto, não significa que defendessem uma oposição direta entre os princípios da profissão e o Sistema Cibernético, mas sim que percebiam uma resistência, por parte dos profissionais, à incorporação da Cibernética no trabalho do assistente social. Observa-se, ainda, que havia uma tendência a associar essa incorporação à mecanização da prática profissional.

Partindo dessa premissa, as três participantes do Seminário do Alto da Boa Vista fazem uma importante justificativa com relação a fertilidade, para a profissão, dos estudos e pesquisas sobre o Sistema Cibernético, a saber:

É de ressaltar que, pelo fato de várias ciências virem se utilizando da Cibernética progressivamente, elevando desta forma seu desempenho, como também ampliando seu espaço profissional, vimos que o Serviço Social encontra-se bastante defasado diante dessas ciências, haja vista que sua prática profissional continua se dando em moldes não condizentes com as exigências deste momento histórico, onde diante do avanço científico e tecnológico encontramos-nos em um contexto social, político e econômico bem diverso de anos atrás, contando com diferentes recursos. Estamos frente a uma nova realidade, a qual exige uma visão apropriada, de modo que aprendamos a utilizar tudo aquilo que a presente tecnologia oferece, ou melhor, nos possibilite armazenar dados e ter acesso mais imediato aos mesmos, implicando a agilização dos processos face à morosidade burocrática do sistema (CBCISS, 1988, p. 136).

Há, na passagem acima, uma explicitação e exaltação da importância, vislumbrada, pelas autoras, do Sistema Cibernético à profissão. O Serviço Social, conforme consta, não alcançaria, à época, o ritmo das inovações tecnológicas. A prática da profissão estava, ainda, baseada em modelos tradicionais, não alinhados às exigências do contexto na qual escreviam. Diante de tais questões, as autoras frisam a importância de utilizar as tecnologias disponíveis, especialmente para armazenamento e acesso rápido a dados, permitindo a agilização dos processos como contraponto à lentidão burocrática do sistema, questões semelhantes ao que hoje são propagadas pelos defensores dos processos de digitalização do Estado, no contexto de perspectivas gerencialistas. Ao mesmo tempo, nos registros, as autoras

apresentam uma leitura da realidade na qual identificam que há, no interior da categoria, uma certa postura de resistência ao uso das tecnologias então disponíveis. Tanto a exaltação da tecnologia - depositando nela a solução de todos os problemas enfrentados no cotidiano de trabalho - como a negação do seu uso em face dos seus “efeitos perversos” que corroboram para a desumanização das relações - configuram uma consciência ingênua sobre a tecnologia, nos termos problematizados por Álvaro Vieira Pinto (2005a).

Os objetivos gerais do trabalho das autoras eram: “[...] obter maiores informações e material teórico sobre o enfoque sistêmico e a Cibernética” (CBCISS, 1988, p. 136); “[...] clarificar as possibilidades de aplicação da Cibernética no Serviço Social” (CBCISS, 1988, p.136); bem como “[...] possibilitar uma formação profissional condizente com uma prática reflexiva” (CBCISS, 1988, p.136), bem como testar a hipótese adotada pelo grupo (CBCISS, 1988).

A nível de exposição, o grupo a dividiu em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata, teoricamente, da Teoria Geral dos Sistemas. Já o segundo refere-se à história da Cibernética, tratando de sua origem e seu advento. No terceiro capítulo, no que lhe diz respeito, o Serviço Social é analisado como Sistema Cibernético. No último capítulo, é colocada a questão da intencionalidade de uso na relação entre Serviço Social e o Sistema Cibernético.

As autoras recorrem a diversos estudiosos para fundamentar a discussão sobre a temática, entre eles: West C. Churchman (*Introdução à Teoria dos Sistemas*); Waldemar Gregori (*Cibernética Social*); Morton Davis (*Teoria dos Jogos: Uma Introdução Não Técnica*); Franco lo Presti Seminerio (*Significado de Informazione nel Tensire e nell'Intelligenza*); e Norbert Wiener (*Cibernética e Sociedade*) (CBCISS, 1988).

Assim, ainda nas partes iniciais da reflexão, é analisado o que são os sistemas, tendo por chão os fundamentos teóricos da Escola de Sociologia Estrutural Funcional. De acordo com as pesquisadoras:

A Teoria Sistêmica não considera a sociedade como perfeita, acabada ou consumada. Ela, sim, está sempre à procura das grandes verdades. O que importa não é atingir um fim último, mas a convicção de que todos se encontram num permanente processo de busca. Acredito também que um sistema nunca sobrevive sozinho, e que seu equilíbrio se afirma, na medida de um eficaz relacionamento interno e externo. Tem convicções profundas no poder da informação, razão pela qual procura manter o seu grupo sempre atualizado e capaz de obter informações indispensáveis (CBCISS, 1988, p.137).

O sistema, diante de tal lógica, seria a formação de inter-relações entre os componentes que o conformam, constituindo um conjunto de itens relacionados de maneira dinâmica. Nesse sentido, o grupo assevera que os sistemas funcionam de acordo com um modelo: *input*, *processing* e *output*. O *input*, nessa via, corresponde aos elementos que ingressam no sistema, como dados, informações ou recursos necessários ao seu funcionamento; já o *processing*, por outro lado, envolve as operações internas pelas quais esses elementos são organizados, interpretados ou transformados; por fim, o *output* representa os resultados produzidos após esse processamento, manifestando-se em forma de informações tratadas, “decisões”, “ações” ou outros efeitos gerados pela dinâmica interna do sistema (CBCISS, 1988).

A atuação sistêmica, de acordo com o grupo, apresenta aspectos positivos, entre os quais: “uma das características altamente positivas da atuação sistêmica é que ela nos confere uma sensação de ordem, de lógica e de segurança quanto à posição que devemos tomar diante de uma problemática” (CBCISS, 1988, p.137). A partir dessa afirmação, pode-se interpretar que o grupo valoriza, sobretudo, a clareza proporcionada pelo pensamento sistêmico, que permite compreender melhor as problemáticas atinentes ao contexto de atuação do Serviço Social. A passagem sugere que essa abordagem ajuda a reduzir a incerteza diante das diversas problemáticas, mediante estrutura lógica que orienta decisões e ações.

O pensamento sistêmico, no que lhe diz respeito, tem bastante influência tanto neste trabalho sobre o Sistema Cibernético quanto no trabalho subsequente, acerca da Tecnologia Social. É importante perceber que, em 1984, ano de realização do Seminário do Alto da Boa Vista, o padrão de acumulação flexível ganhava bastante centralidade. Não é à toa que, no Serviço Social, resquícios dessa nova maneira de organizar a produção ganhavam fôlego especialmente sob o viés da Teoria dos Sistemas. Tal teoria relaciona-se à acumulação flexível ao compreender a produção como um conjunto de elementos interdependentes e articulados, organizados de forma integrada e adaptável, o que exige trabalhadores polivalentes e um fluxo contínuo de informações para o adequado funcionamento do processo produtivo.

A Teoria dos Sistemas teve como precursor o biólogo Ludwig von Bertalanffy ao publicar, em 1950, do *The theory of open systems in physics and biology*. Para o autor, o sistema aberto era definido como um complexo de elementos em interação e em intercâmbio contínuo com o ambiente (Buckley, 1971). Com o passar dos anos, houve um entrelaçamento entre a cibernética e a abordagem dos sistemas.

A miscigenação da cibernética e da teoria da informação ou comunicação com a pesquisa geral dos sistemas veio dar uma nova vitalidade do modo de tratar o assunto, especialmente nas suas aplicações no campo das ciências sociais. A introdução do conceito de elos de informação caracterizando as relações entre as "partes" ao invés de elos de energia, deram possibilidades aos investigadores de aplicarem o modelo de análise a fenômenos e situações que não se prestavam ao estudo sob a égide da abordagem preliminar (Buckley, 1971, p.207).

A Teoria dos Sistemas tem uma abordagem interdisciplinar, onde qualquer sistema é formado por partes independentes e interligadas. Isto é, o sistema é formado por um conjunto de elementos que são interconectados e interdependentes, que trabalham no sentido de uma finalidade comum, sendo formado por entradas e por saídas, em processo de retroalimentação. Nessa teoria, as partes fazem parte do todo e o todo é maior que a soma das partes (Menezes, 2023, p.1).

Tal teoria pode ser servível às diversas áreas do conhecimento, já que possui uma abordagem interdisciplinar. Um sistema pode ser o corpo humano, a família, um computador, uma empresa e até mesmo uma profissão e a sociedade. No caso das reflexões do grupo, a prática do Serviço Social é comparada ao sistema cibernético.

O grupo gasta poucos parágrafos para discutir a Teoria Geral dos Sistemas. Logo quando possível, adentram na história da Cibernética²¹. Para tratar desta, recorrem aos supracitados autores, começando com a seguinte constatação:

A Cibernética é uma ciência relativamente jovem. Criada por Norbert Wiener entre os anos de 1943 e 1947, concomitantemente à criação da Teoria dos Jogos, por Von Neumann e Morgenstern (1947), e a criação da Teoria Matemática da Informação, por Shannon e Weaver (1949). Nessa mesma

²¹ No volume II de O Conceito de Tecnologia, Álvaro Vieira Pinto (2005b, p.98-99) faz uma diferenciação dos seres cibernéticos por natureza e dos seres cibernéticos por construção: "Os sistemas e mecanismos auto-reguladores e processadores de informação precisam ser divididos, do ponto de vista lógico, em dois grupos fundamentais: (a) os que são cibernéticos por natureza; (b) os que são cibernéticos por construção. Esta distinção tem um valor absolutamente capital, porque no caso (a), que inclui os seres vivos e os processos sociais e econômicos, a compreensão cibernética é explicativa, enquanto no caso (b), autômatos, máquinas, servomecanismos, computadores, robôs, a compreensão é simplesmente representativa. Admitida a distinção entre os dois grupos, o pensamento teórico, para apreendê-los, tem de proceder em duas fases. A noção metodológica agora introduzida, mais complexa e capaz de alcançar a verdade completa, falta em geral a quase todos os comentaristas que até aqui compulsamos. A primeira fase, envolvendo aspectos pertencentes a ambos os grupos de sistemas cibernéticos, caracteriza-se por se valer do pensamento lógico que se mantém no plano formal, e aí a modalidade de raciocínio utilizada reduz-se à analogia. Na segunda fase o pensamento avança em profundidade, abarca a totalidade do problema nos dois gêneros de seres e então opera dialeticamente. Sem este enfoque metodológico global, que estabelece a moldura para o início do processo de compreensão, não nos parece haver possibilidade de adquirir senão aspectos fragmentários da verdade, os quais, permanecendo soltos, se convertem num problema ainda mais sério, o de reuni-los numa representação coerente". Álvaro Vieira Pinto distingue, pois, os sistemas cibernéticos em dois grupos fundamentais: os cibernéticos por natureza, que incluem os seres vivos e as sociedades humanas, e os cibernéticos por construção, como autômatos, máquinas, computadores e robôs. Essa distinção é decisiva porque, no primeiro caso, a abordagem cibernética tem caráter explicativo, enquanto, no segundo, é apenas representativa. Os seres cibernéticos por construção reagem e se adaptam de acordo com a projeção humana.

época, Von Bertalanffy (1947) já definia a Teoria Geral dos Sistemas (CBCISS, 1988, p.137).

Através de Norbert Wiener, o grupo buscou explicitar o nascimento da Cibernética. Conforme a alusão feita pelas autoras a Wiener, para este, a ciência iniciou-se a partir de generalistas (Gauss, Newton, Darwin etc.) e caminhou para especialidades isoladas e restritas, o que gerou lacunas ao conhecimento humano. Diante dessa questão importante, a Cibernética²² veio como uma ciência de base interdisciplinar, cumprindo um papel de uma ciência diretiva das demais ciências. É uma ciência que orienta o desenvolvimento das demais, resgatando o caráter generalista primeiro das ciências (CBCISS, 1988).

A Cibernética surge, então, para o grupo, como uma ciência interdisciplinar, capaz de orientar o desenvolvimento das demais ciências e resgatar o caráter generalista inicial. No entanto, segundo Álvaro Vieira Pinto (2005b), os princípios cibernéticos — como feedback, autorregulação e adaptação — já existem na natureza e nos sistemas vivos muito antes de serem formalizados como ciência. Ou seja, o objeto da Cibernética precede a própria ciência. Diferentemente dos sistemas cibernéticos por construção, como máquinas, computadores e robôs, cuja operação é

²² O Sistema Cibernético pode ser compreendido a partir da lógica da retroação e da informação. Esta não se identifica enquanto uma propriedade, e sim como uma forma a partir do movimento da matéria (Pinto, 2005b). “A informação é, pois, um conceito sintético, válido para todas as formas de movimento da matéria e, portanto, naturalmente, para a mais complexa e perfeita: o pensamento” (Pinto, 2005b, p. 32). Álvaro Vieira Pinto (2005b, p.31) afirma, acerca da informação, que é necessário partir das formas mais gerais do movimento da matéria, considerando inicialmente as reações inorgânicas do mundo físico e, em seguida, em um nível mais complexo, as formas de relacionamento da matéria quando se torna viva, nos seres vegetais e animais. Segundo o autor, esse processo ocorre em uma escala progressiva de complexidade e de clareza relativas, culminando na plena realização da condição existencial do ser humano no âmbito da consciência. O autor reconhece, pois, a informação como um fenômeno que tem origem material e que, apenas em um segundo momento, assume um caráter subjetivo. A informação, nessa via, está presente nos três níveis de organização da matéria: o inorgânico, o orgânico e o humano. Nas palavras do autor: “a informação define o aspecto abstrato pelo qual aprendemos, de forma geral, o exercício contínuo da atividade prática do homem sobre o mundo, resolvendo sua contradição fundamental com ele para produzir os meios de sobrevivência. Não tem origem anterior ao surgimento da matéria viva, exceto na forma de ações recíprocas puramente inorgânicas, e, no ser humano, se confunde com o desempenho da atividade racional, que consiste em analisar os dados da realidade e, a partir deles, conceber meios de transformá-la. Por isso, a informação apresenta-se sob o duplo aspecto de aquisição de dados objetivos e de atividade de transformação das estruturas materiais e sociais da realidade”. (Pinto, 2005b, p. 365). Já a retroação, outro componente explicativo do Sistema Cibernético, diz respeito a “[...] uma propriedade geral da matéria, que se apresenta, no plano físico elementar, em forma de lei da igualdade entre ação e reação, subindo a um nível mais alto no curso da evolução — ou quando, espontaneamente, as estruturas vivas chegam ao grau de complicação em que tais modos de movimento começam a se produzir nos seres animados; ou quando, pela inteligência do construtor humano, são produzidos nas máquinas, em virtude do domínio, pelo conhecimento racional, das propriedades dos corpos e relações de configuração que se prestam à montagem de sistemas com esse particular tipo de operação” (Álvaro Vieira Pinto, 2005b, p. 346).

limitada aos parâmetros projetados pelo homem, a cibernética da natureza refere-se aos processos cibernéticos que já existem na natureza e nos sistemas vivos antes de serem formalmente estudados ou descritos pela ciência.

Conforme consta no trabalho, em 1940, Wiener já possuía preocupações com os requisitos que deveriam ter os equipamentos de computação. “[...] procurava-se para os computadores as condições de autocontrole e auto-regulação, independentes da ação humana exterior, típicas do comportamento humano e dos seres vivos em geral” (CBCISS, 1988, p.138).²³ De modo inicial, a Cibernética tinha um caráter mais de uma ciência aplicada, se voltava à criação de máquinas de comportamento auto regulável. Com o passar do tempo, as aplicações da Cibernética se alargaram à outras áreas, como a Medicina, a Sociologia, a Biologia e a Psicologia. Logo, “a Cibernética não está apenas em uma ciência, mas em várias, encontrando campo de atuação em todas elas, através de suas ramificações” (CBCISS, 1988, p.139).

Ainda sobre o Sistema Cibernético, assevera-se que este apresenta três propriedades principais, a saber: são excessivamente complexos, são probabilísticos e autorregulados (CBCISS, 1988). A complexidade do Sistema Cibernético pode ser compreendida a partir da noção de um mecanismo oculto, uma vez que a Cibernética é um sistema cuja estrutura interna é desconhecida ou irrelevante; o que importa é observar entradas e saídas para entender seu comportamento. Nessa lógica, o grupo defende que “tanto a Cibernética quanto o Serviço Social utilizam-se do conceito de “caixa negra”, onde existem entradas que conduzem perturbações no interior da caixa e de onde emergem saídas, isto é, outras perturbações resultantes da primeira (CBCISS, 1988, p.139-140).

No que tange especificamente ao Serviço Social, a utilização da caixa negra dá-se à medida que o processo pode ser iniciado tanto pelo assistente social, quando este fornece um ‘in put’ num constante processo de “feedback”, ou é iniciado pelo cliente ao fornecer um ‘in put’ ao meio, revertendo ao cliente um “out put” que fundamentará um novo ‘in put’ (CBCISS, 1988, p. 140)

Há, pois, uma forte analogia entre o Serviço Social e o Sistema Cibernético. É nesse momento que o Serviço Social foi tratado como Sistema Cibernético, muito em razão da ideia de “caixa negra”. Ao Serviço Social, essa noção é utilizada para

²³ No entanto, essa perspectiva é criticada por Álvaro Vieira Pinto (2005b), que questiona a atribuição de centralidade ao dispositivo maquínico. Para o autor, a ênfase deve ser recolocada no sujeito, e não na máquina, uma vez que os processos de autocontrole e autorregulação não podem ser compreendidos de forma dissociada da ação e da interpretação humanas. Essa crítica dialoga diretamente com a discussão sobre retroação apresentada a seguir, na medida em que evidencia que os mecanismos de feedback dependem da mediação do sujeito para seu funcionamento.

exemplificar a maneira pela qual ocorre a interação entre o assistente social e o “cliente”, em um ciclo contínuo de entradas e saídas. Tanto o cliente quanto o assistente social podem iniciar o processo, mediante perguntas, orientação, demandas, isto é, o *input*. O assistente social, nessa rota, analisa e responde — essa resposta é o *output*, que, na sequência do processo, volta para o usuário e gera novo *input*, aparecendo como nova informação, nova pergunta, nova demanda.

Em termos mais simples, o atendimento profissional funciona como um processo contínuo, no qual cada ação de um gera uma resposta do outro. Essa troca constante de *inputs* e *outputs* é o que mantém a relação entre assistente social e cliente funcionando, em um constante processo de *feedback* (CBCISS, 1988).

Em parcial contraponto, de acordo com Álvaro Vieira Pinto, acerca do processo de *feedback* (retroação), tem-se a seguinte afirmativa:

O exame da retroação mostra a insuficiência dos quadros formais para explicá-la. Basta apontar, a título de exemplo, a impossibilidade de continuar sustentando um dos princípios tradicionais supremos, o do terceiro excluído [...]. Nas estruturas de retroação, conforme se verifica numa programação cibernética, a cada causa, além das possibilidades normais de produzir-se ou não o efeito previsto, acrescenta-se a eventualidade da ocorrência de um resultado formalmente inesperado, o retorno do efeito a qualquer dos momentos da série causal linear precedente. Esse acontecimento não significa, evidentemente, haver sido invertida a ordem do procedimento da natureza, mas indica que foi aproveitada uma das possibilidades objetivamente existentes nessa ordenação causal, apenas desconhecida pela lógica em que era concebida. A retroação sempre ocorreu a todo instante e por toda parte no mundo e na sociedade, mas foi preciso esperar que a evolução histórica do conhecimento levasse a teoria cibernética a pô-la em evidência, demonstrando-lhe o caráter de fenômeno objetivo, material. Essa conclusão tem profundas e universais consequências. Implica a necessidade de recorrer a outro instrumento lógico, o de tipo dialético (Pinto, 2005b, p. 346).

Álvaro Vieira Pinto (2005b) explica, portanto, que os processos de retroação sob ótica formal são limitados, pois não consegue explicar situações em que os efeitos retornam e influenciam as causas. Esses resultados inesperados não significam que a ordem da natureza foi invertida, mas que existem possibilidades reais que a lógica formal não consegue perceber. A retroação sempre existiu na realidade, mas só passou a ser compreendida com o avanço do conhecimento, especialmente da cibernética, o que torna necessária uma lógica dialética para entender esses fenômenos de forma adequada.

A despeito de tanto o grupo quanto Álvaro Vieira Pinto mencionarem o processo de *feedback*, eles o fazem de modos distintos. O grupo ancora-se na abordagem cibernética clássica e, ao utilizar a noção de “caixa-negra”, tende a

reforçar a lógica formal: pouco importa o que acontece dentro do sistema; o essencial é observar as regularidades entre entradas e saídas. Isso significa que o processo é compreendido mais pela forma, e não tanto pelo conteúdo histórico e social que o constitui. O grupo afirma ser irrelevante, como já explicitado, pensar sobre a estrutura interna da cibernética.

Pinto (2005b) assevera que a retroação (ou feedback), conceito central da cibernética, não se aplica só a máquinas, mas também à sociedade, economia, política, educação, propaganda e pesquisa científica. Logo, o feedback não é só um mecanismo interno de um dispositivo ou máquina, embora muitas pessoas — especialmente “técnicos” — tendam a pensar assim. Longe de uma abordagem dialética, parece que o feedback é apenas o circuito interno da máquina, que regula automaticamente seu funcionamento. Mas isso é uma visão limitada em termos de compreensão. O autor, pois, argumenta que o cerne do feedback não está dentro da máquina, e sim na relação entre a máquina e o ser humano que a criou e opera.

Para o técnico sem formação dialética, que vê em funcionamento a retroação na máquina calculadora ou diretriz, certamente parecerá que o único e autêntico circuito de feedback é o que está incluído no interior da máquina, no papel de órgão de regulação, e aí funciona. Não percebe que o fato de haver um circuito retroativo interno no engenho tem realidade mas possui significação lógica secundária. Engana-se na apreciação, porquanto está somente considerando uma peça ou montagem mecânica ou eletrônica incluída na estrutura do engenho pelo construtor. Do ponto de vista filosófico crítico, o verdadeiro circuito de retroação define-se como aquele que se passa entre a produção da máquina, seu output, e o produtor real, o homem. E este em última análise quem recolhe a informação final, representada pelo funcionamento total da máquina, informação de grau superior, dotada de realidade objetiva, com relação à informação menor, constituída simplesmente pelos dados de saída. Em razão da informação sobre o processamento da informação pela máquina, portanto em vista da forma superior e máxima de retroação com respeito ao funcionamento e rendimento de qualquer engenho cibernético possível, é que o homem decide conservá-lo em seu estado atual ou intervir no conjunto do maquinismo, regulando-o de outro modo, modificando-lhe em parte a estrutura e, no caso extremo, eliminando-o, ao substituí-lo por outro, para obter o resultado desejado expresso no projeto produtivo que criou a máquina na versão inicial, dotando-a de retroação interna. Por conseguinte, o verdadeiro órgão regulador de todos os reguladores, aquele que recebe o feedback final e supremo, é o cérebro humano. E o faz em função das finalidades de atuação existencial, dentro das condições sociais vigentes (Pinto, 2005b, p.428-429).

O autor aclamado pelo grupo, Norbert Wiener, em contraponto, tinha como horizonte atribuir aos computadores condições de autocontrole e autorregulação, independentes da ação humana externa, semelhantes às presentes no comportamento humano e nos seres vivos em geral (CBCISS, 1988).

Na sequência das reflexões, conforme o grupo:

O Sistema Cibernético que apresenta diversidades e é extremamente complexo, no fundo é uma máquina manipuladora de informações pelas suas relações com o ambiente, à medida que a atividade do seu mecanismo depende de sua capacidade de receber, armazenar, transmitir e modificar informações cotidianas. Assim, esse sistema ao começar a operar com a introdução de alguma ordem (informação) reduz a diversidade e é uma das principais técnicas de regulação. Não que simplifique o sistema, mas torna-o mais previsível (CBCISS, 1988, p.14).

Sobre a cibernética, Álvaro Vieira Pinto afirma:

A observação decisiva, sobre a qual, parece-nos, devemos insistir, é esta: a última ratio da cibernética não é a máquina mas o homem. Com efeito, em última instância, a cibernética, tanto na teoria quanto na prática, incorpora e fornece um conjunto de informações que, uma vez constituído em ciência, não retorna à máquina mas ao homem. Na verdade, a cibernética não faz progredir a máquina mas sim progredir o homem, que avança no desenvolvimento de sua essência racional, ao se mostrar capaz, graças a esse saber, de conhecer melhor os processos naturais e sociais, valendo-se das indicações, das informações que recolhe do mundo objetivo, inclusive do próprio organismo enquanto estrutura viva, onde se desencadeiam acções e reacções em função de suas finalidades e das condições do ambiente. Veremos em pouco a natureza profunda da relação dialéctica entre o homem e a máquina, especialmente a de tipo cibernético (Pinto, 2005b, p.25).

Enquanto CBCISS (1988) descreve a cibernética como um sistema complexo que regula sua própria operação e torna seu comportamento mais previsível - o que, novamente, aponta para uma preocupação de fomentar intervenções padronizadas e “seguras” sob o ponto de vista das instituições nas quais atuam os assistentes sociais -, Pinto (2005b) desloca o foco da máquina para o homem, afirmando que o verdadeiro propósito da cibernética é fornecer conhecimento que permite ao ser humano compreender, controlar e progredir, usando as informações coletadas do ambiente para desenvolver sua racionalidade.

A cibernética, nesse lastro, faz parte da complexificação do ser humano no trato com a natureza, tendo o trabalho como mediador. Enquanto objetivação humana posta no mundo, está suscetível à cadeia das casualidades. E é justamente no lastro das causalidades sociais, da relação entre a cibernética e o homem, que este e aquela podem se desenvolver. Isto é, não é viável um desenvolvimento autônomo da cibernética. O autocontrole e a auto regulação independentes da ação humana externa não são possíveis. A razão de ser da cibernética é o homem. Posições teóricas que se opõem a este fato constituem, como nos ensina Álvaro Vieira Pinto (2005a), narrativas ideológicas que servem a determinados interesses numa sociedade de classes e que reforçam perspectivas tecnocêntricas.

A despeito de, em alguns momentos, o grupo atribuir mais centralidade à cibernética do que ao ser humano, acerca da relação entre o Serviço Social e a

Cibernética, os participantes fazem uma importante consideração: a impossibilidade de atribuir valor moral aos recursos tecnológicos, destacando que o que define seu impacto positivo ou negativo é a intencionalidade de uso destes pelos profissionais. Tal constatação do grupo abre precedentes para uma menor valorização dos artefatos técnicos em função da capacidade crítica e ética do assistente social. Logo, as questões morais que circunscrevem o terreno da tecnologia não devem estar centradas na tecnologia em si, mas na maneira como ela é empregada no exercício profissional. O que queremos asseverar é que, a despeito dos limites das análises em torno da relação entre cibernética e Serviço Social, os registros do grupo em comento expressam uma interpretação que não pode ser considerada algo menor em relação à tecnologia e aos recursos científicos. Nos termos do próprio grupo:

Observamos que o homem no decorrer do tempo evoluiu impulsionado pela sua criatividade, inventando e descobrindo. Contudo, frente a cada novidade, havia um relativo temor do 'desconhecido' gerando diferentes opiniões, frequentemente pessimistas quanto ao futuro. Esta situação ocorreu na Revolução Industrial (1a Revolução). Em termos comparativos com a Cibernética (2a Revolução), ambos acontecimentos enfrentam resistência ao surgirem, devido às expectativas das pessoas em relação a uma suposta desvalorização do homem, gerando o medo de que as máquinas viessem a dominar o mundo. Percebiam estas como meios de substituição do homem, quanto à sua força muscular e pensamentos, e não como uma extensão de seus membros e órgãos. Os recursos científicos e tecnológicos por si próprios não determinam a desumanização, pois a questão está diretamente ligada à intencionalidade de uso de tais recursos. Assim como a industrialização ocasionou uma série de problemas, também oportunizou a melhoria de condições de trabalho (minas). Na era cibernética temos como exemplo o laser, usado tanto para matar (armas) como para "curar" (instrumentos cirúrgicos) (CBCISS, 1988, p.141).

O grupo também faz uma observação bastante pertinente: a evolução do ser humano ao longo da história da humanidade. Isso remete a uma importante consideração feita por Álvaro Vieira Pinto (2005a): não vivemos em uma chamada "era tecnológica", já que, para ele, toda era é considerada tecnológica.

O conceito de 'era tecnológica' encobre, ao lado de um sentido razoável e sério, outro, tipicamente ideológico, graças ao qual os interessados procuram embriagar a consciência das massas, fazendo-as crer que têm a felicidade de viver nos melhores tempos jamais desfrutados pela humanidade. Para dar esta impressão, faz-se mister recorrer a diversos sofismas, que ao longo destas páginas tentaremos indicar. Um deles, que desde já convém mencionar, consiste na conversão da obra técnica em valor moral. A sociedade capaz de criar as estupendas máquinas e aparelhos atualmente existentes, desconhecidos e jamais sonhados pelos homens de outrora, não pode deixar de ser certamente melhor do que qualquer outra precedente [...] Com esta cobertura moral, a chamada civilização técnica recebe um acréscimo de valor, respeitabilidade e admiração, que, naturalmente, reverte em benefício das camadas superiores, credoras de todos esses serviços prestados à humanidade, dá-lhes a santificação moral afanosamente

buscada, que, no seu modo de ver, se traduz em maior segurança (Pinto, 2005a, p.41).

Conforme Pinto (2005a),

O conceito de 'era tecnológica' constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: (a) revesti-lo de valor ético positivo; (b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas e, muito particularmente das nações subdesenvolvidas (Pinto, 2005a, p.43).

Dessa forma, o conceito de “era tecnológica” funciona como um instrumento ideológico de poder das classes dominantes. Ao transformar a técnica em valor moral positivo e escamotear o caráter social desta, a classe capitalista justifica sua posição de classe, apresentando-se, pois, como responsável pelo progresso da humanidade. Assim, a tecnologia e a técnica deixam de ser elementos inerentes a toda e qualquer formação social para se tornar símbolos de superioridade moral e civilizacional.

Na sequência das reflexões, as autoras em questão fazem a seguinte afirmativa acerca do modo pelo qual os assistentes sociais, à época, se utilizavam dos recursos tecnológicos disponíveis.

Sabemos que diversas instituições, de modo geral, possuem recursos avançados; porém, o Serviço Social utiliza-se eventualmente, não inserindo em sua rotina meios que até poderiam facilitar o desempenho do Assistente Social, assim como possibilitar a elevação qualitativa e quantitativa dos serviços. Esta possibilidade não surge somente dos recursos materiais, mas também pela absorção de novos conhecimentos próprios ou formulados pelas diferentes ciências existentes. Isto pode ser visto ao sugerimos a utilização de computadores (arquivos e pesquisa) e o aprofundamento de conhecimentos teóricos frente a uma nova realidade vivida pelos Assistentes Sociais no desenvolvimento do seu trabalho, considerando que a utilização desses recursos virá proporcionar uma melhoria nas condições de trabalho e na qualidade do atendimento à clientela; evidenciamos que o decorrente respeito aos princípios humanísticos está na intencionalidade implícita na atuação do Assistente Social (CBCISS, 1988, p.142).

Aqui, o grupo atribui a potencialidade dos avanços tecnológicos não apenas à materialidade destes, mas também à absorção de novos conhecimentos, o que revela a inseparabilidade entre os dispositivos tecnológicos e os conhecimentos, que podem ultrapassar a operacionalidade dos novos artefatos técnicos e se ancorar nas diversas ciências.

A questão da neutralidade, da não neutralidade ou da impossibilidade de se fazer esse debate acerca da tecnologia é um debate bastante polêmico e diverso em perspectivas. Providos de certos aspectos do contributo de Pinto (2005a), há um entendimento da impossibilidade de se fazer uma discussão acerca da neutralidade ou não neutralidade da tecnologia e da técnica. Entende-se que, como aponta o autor,

a reflexão acerca de ambas as dimensões deve estar, sempre, centrada no ser humano. A técnica nada mais é que produto da razão humana que se coloca em evidência no momento da ação. A compreensão da técnica e da tecnologia deve estar em primeiro lugar centrada no ser humano, e não somente nos métodos, procedimentos ou nos artefatos que materializam as operações realizadas (Pinto, 2005a).

Segundo Pinto (2005a),

O universo dos artefatos constitui a técnica corporificada. Se apenas por meio destes, particularmente as máquinas produtivas e os instrumentos da pesquisa científica, o homem civilizado tem acesso à realidade natural do mundo, esta tem de aparecer-lhe nas condições permitidas pelos instrumentos de que dispõe para investigá-la. Assim, a técnica, cujo surgimento na qualidade de conteúdo da consciência procuraremos em seguida compreender, acaba sendo imaginada na condição de realidade objetiva. O homem, porque tem de operar tecnicamente sobre a natureza, termina por exteriorizar de si aquilo que é um aspecto da sua realidade e a defrontar-se com ela como algo que lhe fosse estranho. O mundo passa a ser aos olhos da consciência desprevenida o 'lugar natural' da técnica. De fato, nas condições do exercício do conhecimento, especialmente o científico não afinado pelo pensar dialético, parece originariamente ser assim. Sabemos, porém, que essa impressão resulta tão-somente da sedimentação dos artefatos humanos de que foi sendo recoberta a superfície da realidade, especialmente a que é vivida pelo habitante das civilizações humanas (Pinto, 2005a, p.141).

Consideramos, nessa via, que a capacidade teleológica é unicamente humana e que apenas este pode imprimir uma racionalidade de uso aos artefatos que são frutos da capacidade humana. Debater acerca da neutralidade ou não neutralidade da técnica e da tecnologia é deslocar o verdadeiro norte de debate. É claro que tal posição não é unânime. Conforme demonstra Harvey (2013, p.360-361)

[...] Marx parece sugerir que o problema não são as máquinas (a tecnologia), mas o capitalismo (as relações sociais). A partir daí, podemos deduzir (erroneamente, a meu ver) que as máquinas são neutras em si mesmas, portanto poderiam ser usadas na transição para o socialismo. Historicamente, parece ser verdadeiro que os trabalhadores pararam de quebrar máquinas e se voltaram contra os capitalistas que utilizavam essa tecnologia de modo mais brutal. Mas isso parece violar a linha geral de argumentação de Marx, sobretudo se for considerada minha leitura da nota 89, na qual as tecnologias e as relações sociais estão mutuamente integradas. De acordo com essa leitura, há um problema que diz respeito às próprias máquinas, porque elas foram concebidas e introduzidas para interiorizar certas relações sociais, concepções mentais e modos de produzir e viver. Certamente, não é uma coisa boa que os trabalhadores se tornem apêndices das máquinas. Nem a privação das capacidades mentais associada ao emprego das tecnologias mecânicas capitalistas. Assim, quando Lênin louvou as técnicas fordistas de produção, introduziu sistemas fabris semelhantes aos das fábricas norte-americanas e afirmou que a transformação das relações sociais ocasionada pela revolução era o que importava, ele entrou num terreno perigoso. O próprio Marx parece ambíguo nessas passagens. Em outras partes de sua obra, ele é mais crítico acerca da natureza das tecnologias em que o

capitalismo assentou suas bases. As tecnologias discutidas nesse capítulo são adequadas ao modo de produção capitalista. Isso deveria nos levar automaticamente ao problema das tecnologias adequadas ao modo de produção socialista ou comunista. Se você pegar as tecnologias do modo de produção capitalista e tentar construir o socialismo com elas, que resultado você terá? Provavelmente uma versão diferente de capitalismo, como tendeu a acontecer na União Soviética após a disseminação das técnicas fordistas. Apesar de criticar Proudhon por ter simplesmente se apropriado das noções burguesas de justiça, Marx corre o risco, aqui, de endossar a apropriação das tecnologias capitalistas.

O autor, nesse trajeto de análise, entende haver uma internalização nos artefatos técnicos de certas relações sociais, concepções mentais e formas de produzir e viver. Portanto, a tecnologia, em si mesma, imprime uma determinada direção social, como se elas incorporassem determinada teleologia. O ponto de Harvey parece estar, de algum modo, centrado na organização (tecnológica) da produção capitalista. Tal organização, conforme o autor, não é neutra e representa um projeto de classe. Diante desse aspecto, ele questiona, inclusive, a possibilidade de uma sociabilidade comunista poder valer-se do mesmo aparato tecnológico de uma sociedade capitalista, em razão da impressão de tal sentido. É como se os aparatos técnicos e tecnológicos corporificassem determinada intencionalidade.

Entendemos, nesse trajeto, que a concepção de Harvey parece situar-se na quarta acepção de tecnologia formulada por Pinto (2005a), a tecnologia como ideologização da tecnologia, onde é atribuído um potencial à tecnologia e a técnica que não a compete. Claro que, como Harvey (2013) aponta, a organização da produção capitalista é feita com base na obtenção de mais-valor, mas ela, a organização da produção, não existe apartada de uma intencionalidade que é humana. Por exemplo, uma caneta pode tanto ser utilizada para escrever uma obra literária, quanto para falsificar documentos, desenhar ou até como instrumento de defesa em uma situação de emergência. A questão do uso dela é o que determina a possibilidade de atribuir moralidade à ação praticada.

Com a complexificação do desenvolvimento de tecnologias e técnicas, talvez seja um pouco mais difícil perceber a impossibilidade de valorar a técnica e a tecnologia. A crescente digitalização da vida, juntamente com a chamada “inteligência artificial”, fez com que, aparentemente, as novas tecnologias se mostrassem autônomas em relação à intervenção humana. Mas é preciso lembrar que a lógica algorítmica não é um elemento recente. Um exemplo são as receitas — de poções, remédios ou pratos — que são algoritmos manuais: seguem passos precisos, com os

ingredientes como entradas e o resultado final como saída. Um erro na sequência altera, pois, o resultado final.

No Serviço Social, a atuação profissional muitas vezes segue uma lógica algorítmica, semelhante a uma receita detalhada: ao atender uma família em situação de “vulnerabilidade”, o assistente social inicia pela identificação do caso, coleta informações sobre renda, composição familiar e acesso a serviços, analisa os riscos e necessidades, define encaminhamentos e ações, como benefícios sociais, acompanhamento psicológico ou vagas em creche, e, por fim, acompanha e avalia os resultados. Cada etapa depende da anterior, de modo que um erro na coleta ou na análise pode comprometer todo o processo.

Portanto, a lógica algorítmica faz parte do desenvolvimento da humanidade. A base digital apenas traz outros contornos aos algoritmos, mas a base estruturante destes continua sendo a mesma e depende, em primeira e última instância, da ação humana e da sua capacidade teleológica, sua capacidade de pensamento. O mesmo vale para o Sistema Cibernético: ainda que este aparente ter alto grau de autonomia e ser uma inovação jamais vista, ele precisa das capacidades humanas no que se refere a sua programação, bem como a sua alimentação, no aludido processo das entradas e das saídas.

É inegável o otimismo dos autores do trabalho acerca do sistema cibernético em relação às possibilidades que os avanços tecnológicos e os sistemas cibernéticos oferecem à atuação profissional. Eles percebiam à época que essas ferramentas poderiam otimizar processos, facilitar o acesso a informações, aprimorar a organização do trabalho e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento e para uma atuação mais eficiente e fundamentada. Mas, mesmo diante do otimismo, o grupo, novamente, ressalta a centralidade da questão na intencionalidade implícita da atuação profissional, a qual pode ou não estar alinhada aos princípios humanísticos. O que demonstra que, face aos aparatos técnicos e tecnológicos, a centralidade da condução do processo de intervenção profissional reside no assistente social, e não nos “novos” intermediadores da ação profissional. Como dissemos, esta não é uma síntese menor e sem importância, ainda que no contexto de interpretações limitadas em virtude das perspectivas sobre as quais tais análises se assentavam à época.

4.2.2 - O Serviço Social e a Tecnologia Social

A conferência sobre Tecnologia Social no Seminário do Alto da Boa Vista, conforme asseverou o autor, Cilio R. Ziviani, dividiu-se em quatro partes. A primeira delas tinha como eixo analisar os conceitos de necessidade e justiça distributiva. A segunda, no que lhe diz respeito, buscou tecer uma descrição dos dois problemas sociais. Já a terceira voltou-se mais o debate do conceito da tecnologia social de microssistemas. A última parte foi uma justificativa do encaminhamento proposto, do porquê o ator acha "[...] moralmente defensável valer-se de uma tecnologia social que possibilite a aplicação, em termos sistêmicos, de uma engenharia social gradativa" (CBCISS, 1988, p.60).

O autor, com relação aos conceitos de necessidade e justiça distributiva, não os conceituou de modo preciso. Ele retomou aspectos a psicologia social da justiça distributiva e asseverou que

[...] o princípio da necessidade, ao lado dos princípios da igualdade e da proporcionalidade, ocupa posição destacada, dado que o conceito de justiça relaciona-se com a distribuição das condições e dos recursos que afetam o bem-estar do indivíduos, seja o bem-estar psicológico, fisiológico, econômico ou social (Deutsch, 1974, 1975). O problema central da justiça distributiva surge da observação empírica de que a desigualdade na distribuição dos recursos sociais, a desigualdade na alocação do produto da cooperação social, pode ser aceita ou percebida, em princípio, como justa (Ziviani, 1981). Em outras palavras, pode ser percebido como justo o princípio de se tratar desiguais desigualmente. Como consequência, emerge a questão de como essas desigualdades são justificadas por indivíduos que delas participam, enquanto representantes ativos ou passivos do mesmo sistema sociopolítico (Ziviani, 1983) (CBCISS, 1988, p.60).

Ao trazer os dois problemas a quadra de análise, o autor os coloca nos seguintes termos: No primeiro problema, descreve-se a situação de um hospital universitário no Rio de Janeiro, onde cerca de 100 pessoas por mês procuram atendimento e, por não estarem cobertas por nenhum sistema previdenciário, são entrevistadas por assistentes sociais. Com base nessas entrevistas, as pessoas são classificadas em diferentes percentuais de pagamento pelos serviços, variando de uma taxa mínima simbólica até o pagamento integral. O texto questiona a fidedignidade e validade do instrumento utilizado (questionário), já que algumas variáveis medidas são problemáticas e os participantes percebem o processo de forma desigual. Levanta-se a questão da justiça desse método e se ele não acaba produzindo uma distribuição desigual, penalizando ou favorecendo injustamente determinados grupos (CBCISS, 1988).

O segundo, no que lhe concerne, trata especificamente da atuação de mais de dois mil assistentes sociais no âmbito do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), especialmente no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), destacando que uma de suas principais funções é a concessão da chamada “ajuda supletiva”, definida como um instrumento auxiliar no tratamento social dos usuários. Essa ajuda consiste na concessão de auxílios materiais e financeiros (como documentação, transporte, auxílios especiais e capacitação para o trabalho), destinados a atender necessidades emergenciais dos “clientes” da Previdência Social. Os recursos para esses auxílios, conforme asseverou o autor, provêm de uma pequena parcela do orçamento da Previdência Social (até 0,5%), o que limita sua utilização. Além disso, a ajuda supletiva não é um benefício obrigatório nem direito do contribuinte, ficando sua concessão a critério do Serviço Social, com base em normas internas da instituição (CBCISS, 1988).

Apesar de ser normatizada, a ajuda emergencial não está sujeita a critérios estabelecidos previamente (a priori), o que gera dificuldades na operacionalização e na avaliação da justiça da distribuição. Na prática, observa-se baixa fidedignidade nos critérios adotados, o que resultou, por exemplo, em 1983, na concessão de mais de 50% dos auxílios sob a forma de auxílios especiais, mesmo sem critérios claramente definidos (CBCISS, 1988). Sob tal aspecto, “[...] a baixa fidedignidade dos resultados da distribuição, decorrente da dificuldade técnica de operacionalização dos critérios em vigor, e a validade desses critérios, questionada por muito desses profissionais, têm impedido sua total utilização” (CBCISS, 1988, p.62).

Portanto, o autor traz para a reflexão duas problemáticas referentes à intervenção do Serviço Social e a dificuldade de uma distribuição coerente dos recursos e da subutilização dos recursos disponíveis inerentes a tais problemáticas. Diante desse aspecto, a falta de critérios claros e confiáveis aliada à escassez de recursos pode transformar políticas de proteção social em mecanismos injustos ou inconsistentes. À vista dessa questão, o primeiro questionamento de peso feito pelo autor foi o seguinte:

[...] como tratar desiguais desigualmente de forma que tanto quem concede estes auxílios quanto quem os recebe percebam a distribuição enquanto justa? E mais, dado que se trata de dinheiro público, como se chegar a estruturas de distribuição que sejam justificáveis publicamente? (CBCISS, 1988, p.62).

A tecnologia²⁴ social, no bojo dessa problemática, foi trazida enquanto uma solução à questão posta pelo autor. Esta foi concebida

[...] como a atividade que conduz ao planejamento de soluções de problemas sociais através de combinações de achados derivados de diferentes áreas das ciências sociais; ou, ainda, tecnologia social refere-se à incorporação de conhecimento psicossocial ao próprio comportamento de uma pessoa e aos instrumentos de mudança que essa pessoa venha a criar. Nesta última conceituação, o objetivo da tecnologia social é fornecer a grupos e organizações um agente catalisador que aperfeiçoe seu funcionamento [...] (CBCISS, 1988, p.62).

Os autores mencionados pelo proponente ao tratar do tema em questão foram: Jacobo A. Varela (*Psychological Solutions to Social Problems; Can Social Psychology Be Applied?; Social Technology*), Aroldo Rodrigues (*Aplicações da Psicologia Social*) e Hornstein (*Social Psychology as Social Intervention*).

O autor buscou retomar a tentativa, corrente à época, de analisar a relação entre a psicologia social e o Serviço Social. A psicologia social poderia fornecer ao Serviço Social uma estrutura de interpretação e uma tecnologia de ação, enquanto que o Serviço Social poderia, na relação, ofertar dados à psicologia social. Ou seja, haveria uma relação simbiótica entre Serviço Social e Psicologia Social. A Tecnologia Social pode-se dizer que seria uma mediadora da relação entre Psicologia Social e Serviço Social.

Obviamente, problemas que envolvem qualquer aplicação da psicologia social serão encontrados nas tentativas de utilizá-la no serviço social. Os psicólogos sociais podem, fazer análises que lhe satisfaçam, mas para ter impacto suas recomendações devem ser implementadas e traduzidas em

²⁴ Acerca do conceito de tecnologia, Álvaro Vieira Pinto identificou quatro acepções para esta. A primeira delas diz respeito à tecnologia como epistemologia da técnica. Aqui, a tecnologia seria uma ciência cujo objeto seria a técnica. Na segunda acepção, a tecnologia seria sinônimo de técnica, ou seja, seriam elementos correspondentes. Na terceira, no que lhe diz respeito, a tecnologia é compreendida enquanto o conjunto de todas as técnicas presentes na sociedade (esta acepção é bastante parecida com a anterior). Por fim, tem-se a tecnologia como a ideologização da tecnologia, isto é, o desenvolvimento tecnológico passa a ser um critério de valorização social; o termo tecnologia refere-se à ideia de que, à medida que as técnicas são desenvolvidas, elas passam a ser valorizadas socialmente e transformadas em símbolos ideológicos na sociedade. Com relação à tecnologia como ideologização da tecnologia, aqui percebe-se que a tecnologia desperta uma sensação de entusiasmo extremo e a convicção em sua capacidade quase divina de criar e transformar, o que acarreta a já analisada substantivação da técnica. Para isso, procura-se mostrar a técnica como algo que não tem determinações socio-históricas; nesse processo, ela se apresenta como uma realidade superior, que parece estar acima das limitações humanas (Pinto, 2005a). O autor do trabalho em questão, como é possível captar, trata a tecnologia como uma atividade que conduz ao planejamento. A tecnologia social, nessa base de análise, seria um fazer que conduz ao planejamento ou à incorporação de conhecimentos ao próprio comportamento de uma pessoa. Portanto, há uma certa identificação da tecnologia para com a técnica, ao mesmo tempo em que, por vezes, a tecnologia será superestimada na resolução dos problemas sociais, ainda que não dissociada do agir humano. Há momentos, também, em que a tecnologia passa a ser concebida como aplicação de uma ciência, o que remete à primeira acepção de Álvaro Vieira Pinto (2005a).

política (de ação) imediata pelas autoridades do serviço social (grifo meu) (Breakwell, 1982, p.222 apud CBCISS, 1988, p.62).

O autor citado no trabalho não menciona o modo pelo qual será possível dar materialidade à relação entre a Psicologia Social. E é justamente esse movimento que o conferencista buscou elucidar. Para este, essa questão poderia ser trabalhada, em primeiro plano, mencionando a diferença entre uma ciência “pura” e a tecnologia, entendida como aplicação dessa ciência. Diferenciação essa que é feita por Jacobo A. Varela. Tal autor foi bastante mencionado na conferência do Cílio Ziviani, sobretudo para trazer o debate da Tecnologia Social. Engenheiro de formação, o contato de Varela com a psicologia ocorreu a partir de longas leituras de obras e artigos especializados, bem como do relacionamento direto com vários psicólogos americanos de grande notoriedade. Varela buscou entender a complexidade do comportamento humano, dedicando-se, pois, ao estudo autodidata da psicologia (Rodrigues, 1997).

Após adquirir familiaridade com a psicologia, Varela passou a desenvolver a Tecnologia Social, que consistia, para o autor, no planejamento de soluções para questões sociais por meio da integração de conhecimentos oriundos de distintas áreas das ciências sociais.

Varela era totalmente fascinado por este tipo de atividade [Tecnologia Social]. Tornou-se um eloquente propagandista da Tecnologia Social em universidades e reuniões científicas. Em 1971, a *Academic Press* publicou seu livro *Psychological Solutions to Social Problems*. Pouco tempo depois, Varela iniciou sua carreira de professor-visitante em várias universidades. Ele ministrou, a meu convite, seu primeiro curso sobre Tecnologia Social no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1973. No ano seguinte, por intermédio de Leon Festinger, tornou-se professor-visitante na Universidade de Columbia. Em seguida, lecionou por dois anos na Universidade de Vancouver. Terminou suas atividades de professor-visitante na Universidade de Wayne State, onde lecionou Tecnologia Social por dois anos, regressando em seguida a Montevideo (Rodrigues, 1997, p. 1).

Ainda sobre a trajetória de Varela e a relação entre a ciência e a tecnologia, Rodrigues (1997, p.1) afirma:

Varela foi um visionário. Ele acreditava firmemente que as ciências sociais já produziram um corpo de conhecimentos confiável, o qual quando aplicado competentemente à solução de problemas específicos pode trazer grandes benefícios à sociedade. Ele considerava sem sentido o debate sobre a relevância da “ciência pura”, de vez que, para ele, qualquer descoberta, relevante ou não, tem o potencial de eventualmente ser utilizada pelo tecnólogo na solução de problemas concretos. Ciência e aplicações da ciência, para Varela, caminham juntas, sendo ambas necessárias e igualmente importantes.

Sobre o posicionamento de Varela, o conferencista faz a seguinte afirmação no âmbito do Documento do Alto da Boa Vista:

Portanto, a posição de Varela é a de tratar problemas sociais — geralmente problemas relativos à dinâmica das relações interpessoais — em termos de ‘rede’ ou ‘malha’ aberta, sem preocupação de manutenção contínua do ‘tratamento’, talvez por ser visto como desnecessário, dada a especificidade dos problemas que aborda. Outra abordagem é a que, também reconhecendo a natureza dinâmica desses sistemas, trata-os como tal, ou seja, a dinâmica do sistema, em termos da monitoração constante das consequências de seu próprio comportamento, é realimentada por feedback negativo, para que, gradativamente, aproxime-se, por equilibrações sucessivas, de um equilíbrio em torno de sua meta ou objetivo — isto, se essa meta for atingível (CBCISS, 1988, p.65).

Logo, o conferencista não estava tratando de qualquer Tecnologia Social. O ponto chave de suas reflexões era a Tecnologia Social aplicada aos denominados microssistemas psicossociais. Portanto, o conferencista parte, em suas reflexões sobre a tecnologia social e os microssistemas psicossociais, da seguinte questão: “Que método poderia produzir estruturas de distribuição por desigualdade, desigualdade esta percebida, tanto pelo mais favorecido quanto pelo menos favorecido, como equânime?” Como uma resposta possível, ele traz um modelo desenvolvido a partir da teoria matemática da comunicação de Shannon.²⁵ Na face dessa perspectiva, os problemas sociais deveriam ser tratados como sistemas dinâmicos, onde as pessoas são componentes dos sistemas e as decisões são tomadas com base nos indicadores (variáveis e características de cada pessoa). Os participantes desse sistema são avaliados de modo distintos, isto é, as decisões

²⁵ Álvaro Vieira Pinto (2005b) critica a teoria da informação de Shannon sob uma perspectiva filosófica e dialética. Ele aponta que a fórmula de Shannon e a teoria que a fundamenta estão presas a uma lógica binária, que classifica todo dado ou acontecimento de forma absoluta como verdadeiro ou falso, “o é” ou “não é”. Esse modelo formal, para o autor, é insuficiente para compreender a realidade, pois não captura as relações internas e dinâmicas entre os acontecimentos, que são sempre de caráter dialético. O valor informativo de um dado, diante de tal aspecto, não precisa se restringir a duas categorias opostas, isto é, uma informação pode pertencer simultaneamente a várias categorias, não pertencer a nenhuma, ou até mesmo resistir a uma decisão categórica. “Assim, a fórmula de Shannon, e necessariamente a teoria da informação que sobre ela assenta ou a que está ligada, revela-se tributária à lógica binária da disjunção formal. Supõe, em sentido filosófico, que todo acontecimento ou valor quantitativo a que se aplica tem necessariamente de ser decidido por um critério de verdade que discerne e separa racionalmente os dados cognoscitivos em duas classes opostas, o é e o não é. Ora, esse modo de apreender a realidade não corresponde à definição do conteúdo informativo transportado por uma mensagem, não corresponde à relação interna entre os acontecimentos, objeto de eventual informação, relação sempre de caráter dialético e não formal. Por si, o conteúdo de valor de uma informação não está obrigado a incluir-se em uma de duas classes opostas, mas tem a possibilidade de pertencer a ambas, a nenhuma ou mais de duas, sendo ainda admissível a impossibilidade da decisão” (Pinto, 2005b, p. 187).

distributivas são baseadas em critérios “técnicos”. O sistema, sob tal prisma, ao longo do tempo, se autoajusta, mediante avaliação contínua e feedback.

Novamente, a Teoria Geral dos Sistemas se fez bastante presente nas proposições de maneiras de conduzir a atuação profissional. O autor parece vincular, com relativo peso, técnica, eficiência e os sistemas dinâmicos. Os problemas sociais seriam o todo do sistema, enquanto as pessoas são as partes interligadas que dão estrutura ao sistema. As decisões que conformam o sistema deveriam ser feitas mediante critérios técnicos — aqui há uma vinculação entre técnica e neutralidade —, e o ajuste do sistema se daria através das entradas e saídas, em um processo de feedback.

As políticas e intervenções sociais, nesse lastro, devem ser compreendidas na condição de sistemas dinâmicos, com avaliações contínuas, através da comparação entre metas e resultados reais. Fato que permite a revisão da própria meta. O erro, do ponto de vista do sistema, faz parte essencial de seu funcionamento, não sendo um acidente externo. O erro, portanto, também informa o sistema, podendo ser um erro de medida relacionado à fidedignidade dos instrumentos ou um erro resultante da corrupção dos indicadores (os sujeitos passam a se adaptar aos indicadores, corrompendo-os). Portanto, pode haver um erro na construção dos instrumentos ou o corrompimento dos indicadores quando estes viram a base da decisão. Sobre o último corrompimento, vale destacar que, “[...] quanto mais qualquer indicador social quantitativo for usado para tomada de decisão social, tanto mais sujeito estará a pressões de corrupção e tanto mais apto estará para distorcer e corromper o processo social que tem a intenção de monitorar” (Campbell, 1979, p.85 *apud* CBCISS, 1988, p.65). Isto é, esse erro de funcionamento do sistema passa a acontecer no momento em que o indicador passa a “produzir” a realidade que ele mede, deixando de ser um reflexo desta.

Nessa via, microssistemas psicossociais são vistos como um sistema de comunicação e as decisões baseiam-se no modo pelo qual são distribuídas determinadas informações ao longo do sistema. O autor apontou, ao decorrer da análise, determinadas formas de reduzir tais erros, como não confiar em indicadores isolados (múltiplos indicadores, múltiplas formas de avaliação, diferentes formas de informação), usar um conjunto de processos de realimentação, tornar a informação pública (transparência do sistêmica, expor critérios de decisão, permitir contestação), assim como apostar na confiabilidade do sistema (CBCISS, 1988).

Portanto, o autor trabalha com três elementos fundamentais, uma certa tríade que deve acompanhar a intervenção do assistente social, a saber: a tecnologia social, os microssistemas psicossociais e a engenharia social gradativa. A primeira delas seria a maneira de intervir. A segunda, no que lhe diz respeito, o local no qual se dá a intervenção. Enquanto que o último, a engenharia social gradativa, seria a base valorativa e política que atravessa a intervenção. Sobre esta, o ator afirma:

O termo 'engenharia social gradativa' é utilizado por Popper (1962/1966) como distintivo, dentro das possibilidades de uma tecnologia social, de uma posição não-historicista (por exemplo, tal como proposta por Marx, 1891 [1978]) e não-utilitarista. Estas duas últimas são conceituadas por Popper como engenharia social utópica: utópica porque ambas as posições exigiriam a escolha da meta, a definição do 'estado ideal' para a sociedade como um todo, antes de qualquer ação no terreno da prática. Já a engenharia social gradativa — por ser, precisamente, gradativa — dispensa o experimento sociopolítico em larga escala. Pode ser desenvolvida sob condições realistas, isto é, no meio da sociedade tal como ela é em determinado momento, a despeito de ser em pequena escala, ou seja, sem revolucionar a sociedade como um todo. Além disto, por ser gradativa e em pequena escala, permitiria experimentos repetidos e contínuos reajustamentos. Isto, quanto à natureza do processo (CBCISS, 1988, p.66).

Há uma distinção, pois, entre a engenharia social gradativa e uma engenharia social de caráter mais "utópico" (as de caráter mais historicista ou utilitarista). A utopia, nessa via, estaria centrada na definição do "estado ideal" da sociedade e no planejamento de transformações amplas e totais, em larga escala. Ao passo que a engenharia social gradativa teria como sustentação às mudanças pequenas progressivas, mediante ações feitas dentro da sociedade como ela é, não como se gostaria que fosse. São intervenções limitadas, não revoluções totais. Não exige, pois, um grande experimento sociopolítico (CBCISS, 1988).

Quanto à sua base em termos de filosofia moral, é a seguinte. O método da engenharia social gradativa poderá ter, ou não, uma idealização da sociedade, poderá, ou não, esperar que a humanidade, um dia, atingirá o estado ideal, e alcançará a felicidade e a perfeição na terra. Mas quem aplica este método estará consciente de que a perfeição, se atingível, está muito distante, e que cada geração de pessoas, e portanto também as que vivem, tem suas próprias exigências; talvez não a exigência de ser feliz, mas uma exigência de não ser transformada em infeliz, sempre que isto puder ser evitado. Exigem receber a ajuda possível, se sofrem. A engenharia social gradativa adotará assim o método de identificar e lutar contra os males maiores e mais urgentes da sociedade, ao invés de identificar e lutar a favor do bem último, do estado ideal, da sociedade (CBCISS, 1988, p 66 - 67).

O autor, pois, explica qual é a base moral da engenharia social gradativa, segundo Popper²⁶. Entende-se que a prioridade ética de tal engenharia não é criar uma sociedade perfeita a partir de um “modelo ideal”, mas lutar contra questões mais emergentes e com condições mais práticas de melhorar a qualidade de vida. O ideal de perfeição, nessa via, é possível, embora distante. Logo, do ponto de vista moral, a engenharia social gradativa defende que a ação social deve priorizar a redução do sofrimento humano concreto e imediato, combatendo os males mais urgentes da sociedade, em vez de buscar, em primeiro lugar, a realização de um ideal abstrato de perfeição social. A idealização da sociedade pode ou não acontecer. No entanto, o cerne do método não está em atingir a perfeição, e sim em lutar contra os males mais urgentes

Em síntese, o autor busca se valer da tecnologia social enquanto atividade que tem como chão o planejamento de soluções para questões sociais mediante a integração de conhecimentos oriundos das distintas áreas das ciências sociais. Os microssistemas sociais, portanto, seriam o solo pelo qual a tecnologia social poderia entrar em “atividade”; e a engenharia social gradativa, os elementos valorativos que compõem a intervenção.

O que nos parece importante ressaltar da proposição apresentada pelo autor no Seminário do Alto da Boa Vista é que sua abordagem estava pautada numa perspectiva psicologizante, num evidente esforço de aproximação entre as duas áreas: Psicologia e Serviço Social. Nesta aproximação, o termo “tecnologia social” é usado para expressar uma proposta de orientação à intervenção do assistente social. Nos registros analisados a referida expressão não é objetivamente conceituada ou definida. A esse respeito, com base nos pressupostos teóricos assumidos no

²⁶ Popper foi um filósofo do século XX, “[...] sua obra trata de diversos assuntos que vão da ciência, lógica, política, metafísica e da questão da mente. Além de criticar severamente e rejeitar a indução na ciência, Popper tem um critério de demarcação inovador para classificar a ciência da não ciência. Este critério batizado de falseabilidade veio como uma substituição ao critério de verificação. Este critério defende que uma teoria científica é sempre provisória e nunca definitiva. Uma teoria científica é sempre uma conjectura que pode a qualquer momento ser refutada. Com base neste critério, Popper faz uma crítica ao status epistemológico do marxismo e da psicanálise. Para ele, estas duas áreas do conhecimento não passam no seu critério de falseabilidade. O marxismo porque teve algumas proposições de sua teoria refutadas e não foi entendida por seus adeptos como uma refutação do marxismo. Estes, para Popper, estavam agindo como dogmáticos. Já a psicanálise, para Popper, colocava suas proposições de tal forma que não poderia ser refutada. Para ele, havia a necessidade de que os teóricos da psicanálise reformulassem a estrutura desta para que suas proposições estivessem abertas à refutação. Para ele, o marxismo deixou de ser ciência quando não aceitou a refutação e a psicanálise, ainda, não é ciência até apresentar suas proposições, de tal forma, que possam ser refutadas [...]” (Araújo; Neto; Araújo, 2018).

desenvolvimento do presente texto dissertativo, podemos questionar: há alguma tecnologia que não seja social, tendo em vista que esta é coetânea a existência humana?

De todo modo, percebe-se que a proposta defendida se orienta pela necessidade de se buscar meios que permitam uma intervenção eficiente e eficaz em relação ao uso de recursos institucionais. De modo geral, não se pode dizer que tal intento aparece como algo estranho ao desenvolvimento da própria tecnologia, haja vista que esta, assim como a técnica, são criações humanas servíveis para responder a problemas com os quais a humanidade se depara no seu processo de desenvolvimento, a partir de certas racionalidades.

Em síntese, ainda que hoje a “tecnologia social” seja conceituada de formas diversas, na essência, nos registros do documento em análise, ela parece ser entendida como um meio capaz de assegurar respostas imediatas a demandas que se colocam no cotidiano da intervenção profissional, de modo a subsidiar, ao fim e ao cabo, a elaboração de políticas de ação. No nosso ponto de vista, tem-se, aí, uma ideia de que as práticas desenvolvidas neste intento poderiam ser “replicadas”, de maneira que se espraiassem para contextos institucionais diversos, constituindo-se naquilo que o autor denomina de “tecnologia social”.

Hodiernamente, essa denominação é usada para diferenciar as “tecnologias convencionais” - utilizadas para atender interesses privados na esfera da produção - daquelas voltadas para a “inclusão social”, por isso “tecnologia social” (Dagnino, 2014). Neste sentido, parece que a proposta se alinha às ideias que convergem para um movimento presente também à época do seminário em análise que vislumbrava, em alguma medida, a apropriação da tecnologia para além dos interesses privados das corporações com o objetivo de aumentar a produtividade e os lucros. Atualmente, esse debate também se coloca no campo da própria luta da classe trabalhadora, particularmente em relação à tese de que a referida classe precisa se apropriar das tecnologias, por se entender que há nelas um potencial emancipador, quando usada a partir de racionalidades que convirjam com esta perspectiva emancipadora. As discussões em torno da criação de plataformas produzidas e geridas por

trabalhadores (Grohmann, 2020) é um exemplo do que aqui estamos tentando problematizar²⁷.

Ainda que essa perspectiva de apropriação social da tecnologia pareça estar presente na abordagem sobre o tema da tecnologia social apresentada por Cilio R. Ziviani, constata-se uma preocupação com a “funcionalidade” e com a eficiência dos fluxos institucionais, de modo que questões estruturais geradoras das demandas a serem respondidas por meio do uso da tecnologia social, não têm peso nos registros analisados. Tanto é assim que o autor expressa sua preocupação com uma “justiça distributiva” sem fazer qualquer menção ao fato de que as desigualdades existentes na esfera da distribuição são determinadas pelas desigualdades na esfera da produção.

4.2.3 O Serviço Social e a Cientificidade: a busca do marxismo à prática profissional do assistente social

Embora o título do trabalho apresentado por Edna M. Donzelli Yahyabeyoglu, *O Serviço Social e a Cientificidade* indique uma busca pela reflexão do fazer científico no Serviço Social, o trabalho, antes de mais nada, traz à tona a validade do marxismo a uma prática profissional ancorada em critérios científicos.

A autora, no início das suas reflexões, aponta:

O que vai nos interessar diretamente é levantar o debate sobre a natureza do conhecimento implícito nas diversas tentativas do Serviço Social de formular teoricamente o seu conhecer e o seu agir, e a maneira pela qual essas tentativas construíram esse conhecimento, o que, ao nosso ver, se devidamente aprofundado, deverá romper a circularidade de certos questionamentos atuais [...] Nossas considerações, pois, neste trabalho, ficaram limitadas, em primeiro lugar, aos esforços de teorização de Mary Richmond, como um primeiro passo em direção à organização de um saber científico. Abordaremos em seguida a influência psicanalítica em Serviço Social, em uma tentativa de ilustrar em desvio metodológico na construção de um saber operativo que se quer científico. E, finalmente, analisaremos rapidamente a proposta histórico-estrutural enquanto tentativa de operacionalização diretamente decorrente de determinadas teorias de

²⁷ Para uma maior apropriação deste debate na atualidade, ver também: GROHMANN, Rafael. Plataformas de propriedade de trabalhadores. Revista Jacobina - Brasil, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/07/plataformas-de-propriedade-de-trabalhadores/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

natureza científica e filosófica, sem vínculos de natureza epistemológica com a prática tradicional (CBCISS, 1988, p.78).

De acordo com a autora, a teorização desenvolvida por Mary Richmond foi precursora na cisão entre assistencialismo e prática social organizada.

Vemos no trabalho de Mary Richmond um primeiro esforço de cientificidade na medida em que, pela observação sistemática da prática do cotidiano, distingue algumas características passíveis de generalizações, fundamentando-as nos conhecimentos retirados de ensaios teóricos dominantes em sua época, e justificando, desta maneira, a intervenção dentro de um quadro teórico-prático próprio. Isto nos leva a considerar sua proposta como uma ruptura com a postura anterior, a do assistencialismo originário, onde o Serviço Social se organiza e atua pela ótica do senso comum e da vontade humanitária. Na nova postura, procura-se o objeto prático do Serviço Social, ao nível das generalizações da prática pesquisada e de afirmações inspiradas em teorias suficientemente operacionais para a fundamentação e enriquecimento de regras de ação específicas. O que permite, na operacionalização da intervenção individualizada, a caracterização dos fatores concretos responsáveis pela incapacitação ao nível particular dos sujeitos e uma atuação em vista de mudanças já previstas pelas próprias generalizações fundantes. Os fatores externos percebidos como bloqueadores, e que somente o são porque considerados assimilados como tal pela personalidade, determinam o duplo caráter da ação do Assistente Social e constituem seu objeto de intervenção (CBCISS, 1988, p.80-81).

A contribuição de Mary Richmond, portanto, representou um primeiro esforço de cientificidade no Serviço Social, ao distinguir características da prática cotidiana passíveis de generalização e fundamentá-las em teorias de sua época, justificando a intervenção dentro de um quadro teórico-prático próprio. Sua proposta rompe com o assistencialismo originário, que se baseava no senso comum e na vontade humanitária, buscando definir o objeto prático do Serviço Social, identificar fatores concretos responsáveis pela incapacitação dos sujeitos e orientar a intervenção com base em generalizações e teorias operacionais, considerando fatores internos e externos como objeto de ação.

No que diz respeito a influência psicanalítica no Serviço Social, a autora afirma que

Essa tentativa, entretanto, parece ter orientado seus esforços em assimilar os conhecimentos da psicanálise, não sob a forma de embasamento do seu conhecer prático, como seria próprio da construção de uma teoria prática científica, mas sob a forma de uma tentativa de aplicação, de caráter complementar, da teoria e prática psicanalíticas, epistemologicamente estranhas ao objeto de ação do Serviço Social, o que, a nosso ver, tem levado o Serviço Social a uma falsa abordagem da cientificidade. [...] Em outras palavras, para se ajudar pessoas através do método psicanalítico será necessário psicanalizar. A psicanálise, conseqüentemente, não poderá, enquanto metodologia de intervenção, decidir do objeto da ação do Serviço Social. Atuar diretamente sobre a realidade intrapsíquica do sujeito é função que a psicanálise tornou específica de seu fazer, buscando o equilíbrio do Eu, por meio da ação sobre a realidade profunda, inconsciente ou pré-consciente,

desse mesmos sujeitos. Qualquer tentativa nesse sentido, no caso a do Serviço Social, será sempre uma réplica mal feita da psicanálise ou então se confundirá com ela (CBCISS, 1988, p.82-83).

Portanto, a autora aponta que, embora haja uma tentativa de incorporar conhecimentos psicanalíticos à prática do Serviço Social, essa tentativa tem sido uma réplica débil da psicanálise. A psicanálise, para a autora, com um objeto distinto do Serviço Social, não pode ser utilizada como metodologia de intervenção sem que se corra o risco de reproduzir de forma inadequada seus princípios ou de se confundir com ela. Enquanto a psicanálise atua diretamente sobre a realidade intrapsíquica do sujeito, o Serviço Social tem um campo de ação distinto, e a tentativa de aplicar métodos psicanalíticos a esse campo resulta em uma abordagem que aparenta cientificidade, mas que, na verdade, não respeita as especificidades da prática profissional do Serviço Social.

A grande questão que a autora trouxe à debate, no entanto, era a proposta histórico-estrutural como uma tentativa de tornar “operacionais”, de forma direta, determinadas teorias de caráter científico e filosófico, sem estabelecer relações epistemológicas com a prática tradicional. Conforme a autora:

O esforço vai se situar justamente na negação da prática individualizada, e se apoiar em teorias que desvendam e caracterizam os movimentos responsáveis pela transformação radical da estrutura social. A tentativa será, pois, de configurar a ação intervenção diretamente inspirada nas teorias marxistas, construídas em outros campos do conhecimento, na operacionalização de leis e conceitos por elas formulados. Não busca, então, recursos nos modelos retirados da prática já instituída, mas cria um novo modelo de intervenção. Na construção de seus modelos, as propostas assimilam diretamente do marxismo uma série de posições específicas e básicas desta teoria, tais como a afirmação de que a construção do conhecimento e da realidade é de caráter dialético; toda transformação é movimento por contradição; a ação é práxis, aqui ao nível da consciência de classe ou ideologia (CBCISS, 1988, p.84-85).

A utilização do arsenal marxista torna possível a negação das práticas individualizadas. Nessa estrada, a operacionalização do marxismo, para a autora, perpassa uma prática de natureza pedagógica.

Vistas sob esse ângulo, as propostas de intervenção se encaminham e se delineiam como uma prática de natureza pedagógica. Dentro do contexto dessa prática, a práxis se organiza como um processo orientado por técnicas de participação na redescoberta e aprendizado da verdadeira ideologia. Dessa forma, a nosso ver, a proposta entraria nos parâmetros da cientificidade pelo fato de se orientar como operacionalização de um conhecimento proposto como científico, já sistematizado anteriormente pelo saber marxista e desenvolvendo técnicas específicas para propiciar aos sujeitos implicados no processo a redescoberta, no particular, de um conteúdo ideológico de natureza geral preestabelecido pelas teorias que constituem esse saber. Trata-se de um trabalho de teorização que entraria

na categoria das práticas substantivas, havendo pois razão em não querer incluí-la nas práticas tradicionais que, como já dissemos, desde suas origens tendem a se estruturar como práticas operativas (CBCISS, 1988, p.85-86).

As chamadas técnicas de participação ganham considerável proeminência nessa proposta de intervenção profissional ancorada no marxismo. Técnica essa que tem como pilar a redescoberta e o aprendizado da verdadeira ideologia. A cientificidade do Serviço Social, no âmbito dessa proposta, estaria na operacionalização de um conhecimento científico. Esse tipo de “operacionalização” foi chamado pela autora de prática substantiva (contraponto às práticas operativas). As práticas substantivas lidam com o sentido, com a ideologia²⁸. É uma prática pedagógica que se organiza em torno de uma ideologia. Acerca desta, no entanto, afirma-se algumas ressalvas:

Um outro aspecto importante, relacionado com o caráter e prática substantiva, é o da coerência desse saber com a perspectiva de intervenção enquanto práxis. Se estruturado sob a forma de prática substantiva, o Trabalho Social, por exigência da própria lógica implicada na construção desse tipo de saber, cairá nos moldes da predeterminação e do controle do objeto de intervenção no caso a ‘conscientização’. De fato, como vimos anteriormente, trata-se da aprendizagem de um conhecimento anterior ao sujeito, recuperado no particular e dinamizado pela participação de pessoas gradualmente integradas no processo. A avaliação se faz por etapas sucessivas com a finalidade de se formalizar um conhecimento cada vez mais pregnante do grau de compreensão dos conflitos ideológicos (determinados pela teoria e redescobertos em particularidades de classe), e da capacidade de agir guiada por uma consciência cada vez mais pregnante das razões desses conflitos (razões essas também reveladas pela teoria original). Havendo, pois, predeterminação (mesmo se em sentido amplo) dos objetivos e controle das etapas do processo de concretização desses objetivos, seria interessante questionar se essa organização do saber não entraria em contradição com a noção de práxis, enquanto processo de criação original do homem no fazer de sua própria história (CBCISS, 1988, p.86-87).

O alerta feito, aqui, diz respeito à percepção da autora de uma linha tênue entre a busca da práxis no sentido de criação humana da sua própria história e a possibilidade de uma condução dogmática da prática substantiva ancorada na ideologia marxista, onde a teoria é tomada como uma fonte de verdade estanque e a prática deixa de questionar a teoria. A práxis, tal qual se menciona, é um processo aberto. Parece que a grande questão posta no documento é um certo receio a um

²⁸ No âmbito do trabalho da autora, não há uma devida explicitação do que entende-se por ideologia, apesar das diversas polêmicas acerca deste termo no âmbito do marxismo. No entanto, nota-se, por fácil inferência, que o marxismo é compreendido enquanto uma ideologia e que ciência e ideologia, para a autora, não são dimensões dicotômicas. Portanto, parece haver um deslocamento do entendimento da ideologia enquanto falsa-consciência, como proposto nos primeiros escritos marxianos sobre o tema (Marx; Engels, 2017).

demasiado controle da intervenção profissional, com objetivos pré-fixos e avaliação estritamente baseada na teoria. A problematização da autora consiste em alertar acerca dos dilemas de uma intervenção profissional muito controlada, a despeito dos motivantes críticos. O excesso de previsibilidade²⁹, nessa via, retiraria o caráter dialético da intervenção profissional, em favor de uma conduta ancorada em dogmas.

Mas isso leva toda tentativa de operacionalização a uma prática fechada de uma teoria percebida como verdade absoluta, incorrendo-se necessariamente em erro em relação à própria fundamentação do conhecimento como processo dialético. O risco maior, entretanto, de fechamento da práxis em aprendizado de um real predeterminado pela teoria, será o de transformar essa prática de ideologizar, em princípio objetiva, em ideologia ela mesma, incorrendo no impasse do dogmatismo, tão temido e condenado pelos próprios criadores da tese marxista, e que será certamente obstáculo à reflexão sobre as experiências já realizadas, à crítica objetiva e necessária para o crescimento e vigor da teoria e consequentemente da própria prática (CBCISS, 1988, p.86).

A despeito da ressalva feita pela autora acerca de uma prática de base marxista que pode tender a uma postura anti-dialética, parece existir um certo apreço da autora pela tradição marxista e pela organização das práticas profissionais a partir desse referencial. Edna Donzelli buscou apresentar a natureza do conhecimento implícito em algumas tentativas de teorização, passando por Mary Richmond, pela posterior tentativa de utilizar o referencial psicanalítico no Serviço Social e concluindo com a análise do potencial do referencial marxista para as práticas do Serviço Social.

Para compreender a dinâmica das transformações sociais, conforme o trabalho da autora, é necessário examinar os mecanismos que geram desequilíbrios na sociedade de forma mais profunda. Nesse caminho, a análise não se limita a relações lineares entre partes e todo, nem ao contrário, mas busca compreender os fatores estruturais que moldam a sociedade enquanto um sistema dinâmico. O processo de conscientização, sob tal aspecto, é o elemento central — objeto do conhecimento prático — na superação das falsas ideologias das classes alienadas e na construção de ideologias verdadeiras, como se afirma:

²⁹Sobre o aspecto do excesso de previsibilidade, este remete às formas de proceder do assistente social que levam ao reducionismo da técnica, isto é, voltadas para procedimentos interventivos que buscam a eficiência do ponto de vista das instituições nas quais os profissionais atuam, mas que nem sempre se sustentam nas necessidades efetivas da população usuária. Essa situação evidencia a tensão entre a lógica institucional – que prioriza metas, protocolos e resultados mensuráveis – e a complexidade das demandas sociais, marcada pela dinâmica contraditória da sociedade de classes. No caso da situação apontada pela autora, de fato, quando o marxismo se torna dogma e não se entende a teoria marxista como mediadora de análises, mas como condutora de práticas, existe a possibilidade de ocorrer um excesso de previsibilidade na intervenção profissional do assistente social, haja vista que a prática profissional seria conduzida por uma “práxis” pré-definida, ainda que o viés desta perpassasse a esfera da conscientização.

Nessa perspectiva, o processo de causação de desequilíbrio social não vai das partes para o todo (ótica da integração), nem vem do desenvolvimento concomitante do todo em função das partes (ótica da diversificação), mas é considerado como decorrente dos próprios fatores estruturais e estruturantes da sociedade como totalidade dinâmica; o objeto do conhecimento prático é o processo de transformação das falsas ideologias das classes alienadas do sistema em ideologias verdadeiras (processo de “conscientização”) (CBCISS, 1988, p.85).

Na sequência das reflexões, a primordialidade de pensar sobre o sentido e o propósito da ação, levando em conta fatores científicos, morais e políticos, é, também, levantada pela autora:

Tendo em vista o grau de responsabilidade do qual é investida a ação quando no trato direto com os fenômenos humanos, a reflexão sobre as possíveis e intrincadas respostas ao ‘para que’ dessa ação deverá se constituir em um campo próprio de investigação concomitante ao da construção objetiva de seu conhecer prático. Ela implica o discernimento entre os objetivos específicos dados pelo conhecimento fundamentado na ciência (juízo de fato) e as finalidades que em última instância se fará ao nível do pensamento filosófico e político (juízo de direito). É quando será, pois, necessário se citar também na ordem do fenômeno moral, justificando pelo fator humano implicado na ação, e do significado político dessa ação, portanto de seu sentido dentro da lógica do momento histórico e cultural do contexto onde se opera. Ao nosso ver, será quando o Serviço Social souber justificar moral e politicamente suas práticas sobre o homem e a sociedade que sua ação profissional se firmará coerente com seus princípios e se estabelecerá ao nível do realmente útil. E será também no processar dessas justificativas que o Serviço Social determinará com responsabilidade o próprio caminho na construção racional de seu conhecer. Será, pois, na dialética da razão científica e da razão moral e política que essa prática voltada, em sentido largo, para o ‘bem-estar’ de pessoas deverá se organizar como conhecimento refletido e se firmar de fato como necessária (CBCISS, 1988, p.87-88).

A prática do assistente social, sob tal viés, deve equilibrar ciência, ética e política. Logo, cada ação profissional demanda ser justificada moralmente e politicamente. No Serviço Social, pois, a prática profissional exige não apenas agir, mas refletir constantemente sobre o “para quê” de cada ação, equilibrando o conhecimento científico (juízo de fato) com considerações éticas e políticas (juízo de direito)³⁰. Faz-se mister, diante de tais aspectos, a integração da razão científica, moral e política em função do bem-estar humano.

³⁰ Para Max Weber (2016), juízo de fato e juízo de valor devem ser claramente diferenciados na análise científica: o juízo de fato refere-se à descrição objetiva da realidade, baseada em dados observáveis e verificáveis, dizendo respeito ao que é, enquanto o juízo de valor envolve avaliações normativas, opiniões morais, éticas ou políticas sobre o que deve ser. Weber defende que a ciência social deve se orientar pelos juízos de fato e manter neutralidade valorativa, isto é, evitar que os valores pessoais do pesquisador influenciem a explicação dos fenômenos sociais, mesmo reconhecendo que esses valores podem orientar a escolha do objeto de estudo. Percebe-se, pois, que, mesmo diante da reivindicação do marxismo, a autora o fez de modo eclético, inclusive valendo-se de concepções weberianas.

Portanto, pode-se concluir que, para a autora, cientificidade não se reduz à aplicação mecânica de teorias ou à execução de procedimentos, mas se constrói a partir da articulação entre o conhecimento prático, o conhecimento teórico, a reflexão crítica e a consideração ética e política de cada ação. Observa-se, ao longo do percurso histórico analisado por Edna M. Donzelli, os esforços de Mary Richmond, que buscaram sistematizar e generalizar a prática cotidiana para fundamentar a intervenção dentro de um quadro teórico-prático próprio, passando pelas tentativas de incorporação da psicanálise, que se mostraram inadequadas por tratar de um objeto distinto do Serviço Social, até a proposta histórico-estrutural de inspiração marxista, em que a prática se organiza como substantiva, pedagógica e orientada à conscientização, voltada à transformação das estruturas sociais. No entanto, a autora alerta para o risco de predeterminação e controle excessivo da intervenção, que pode transformar a “práxis” em uma reprodução rígida da teoria, comprometendo seu caráter dialético, criador e aberto à reflexão crítica.

Especialmente nas reflexões feitas pela autora, observa-se um movimento, embora bastante eclético, que vai na contramão da substantivação da técnica (Pinto, 2005a). A centralidade da condução da prática do Serviço Social foi atribuída ao assistente social, em detrimento de modelos pré-determinados. A postura dogmática, frente à ideologia marxista, foi bastante criticada pela autora. Percebe-se que, a despeito de a autora reivindicar que o Serviço Social se utilize de técnicas participativas na condução do processo de conscientização acerca da ideologia marxista, ela critica uma postura profissional dogmática, o que traduz a singularidade de cada “práxis”, mesmo diante de uma ideologia passível de ser utilizada na condução de processos participativos. O excesso de previsibilidade da intervenção e o engessamento dos procedimentos frente ao quadro teórico marxista, para a autora, seria se tornar forma anti-dialética de conduzir a intervenção profissional do assistente social.

É notório que se trata de um trabalho bastante curto, mas, em nenhum momento, a autora traz modelos pelos quais a “conscientização” acerca da ideologia marxista poderia ser conduzida. O grande debate colocado em pauta é justamente a validade da dialética diante da determinação procedimental. Portanto, a ausência de modelos prescritivos não se configura como uma fragilidade teórica, mas como uma escolha coerente com a perspectiva defendida pela autora, na medida em que reafirma a primazia da práxis reflexiva sobre a normatização procedimental. Assim, a

dialética se afirma como um movimento permanente de análise e construção da ação. A teoria marxiana deve, pois, ser considerada mediadora da intervenção sobretudo no que concerne à dimensão investigativa da intervenção profissional do assistente social, e não condutora direta de práticas referentes ao processo educativo para com a conscientização em torno da ideologia marxista.

A proposta da autora reafirma, pois, a centralidade do assistente social enquanto agente reflexivo e crítico, capaz de integrar ciência, ética e política em sua intervenção. A “práxis”, nesse contexto, caso não fosse excessivamente predeterminada, se manteria aberta, dinâmica e dialética, garantindo que a teoria seja mediadora do conhecimento acerca da realidade e não guia absoluto da ação educativa do assistente social.

É notório que as reflexões da autora se deram de modo bastante eclético, incorporando considerações weberianas e a partir de uma certa identificação do objeto do Serviço Social com a “conscientização”, entendida como um processo de despertar crítico que permite ao indivíduo compreender sua posição nas relações sociais de produção e intervir sobre elas. Mesmo diante das limitações, a autora apresenta uma proposta inovadora para a prática do Serviço Social, sobretudo ao rejeitar um excesso de determinação procedimental, defendendo a necessidade de uma atuação que valorize a reflexão crítica e a autonomia do profissional

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No interior da cultura profissional, é comum ao universo do Serviço Social atribuir às práticas anteriores à hegemonização da vertente de Intenção de Ruptura um alto grau de pragmatismo. Essa atribuição ancora-se, em demasia, nos conhecimentos propostos por diversas frações profissionais para à época do Processo de Renovação para edificar a dimensão teórico-metodológica da profissão. O caráter de tais conhecimentos eram bastante procedimentais e, com frequência, desdobrava-se em modelos de ação do Serviço Social, com relativo grau de engessamento.

Considerando que os documentos, aqui analisados, fizeram parte do imperativo de uma teorização acerca do Serviço Social e que, portanto, não revelam necessariamente o modo pelo qual as práticas da profissão caminhavam nas quadras históricas da teorização — isto é, a partir dos documentos é possível analisar qual era o modo ideal de estruturar as práticas, e não como elas de fato se estruturam —, não é possível afirmar, como já dito anteriormente, que as proposições de práticas ao Serviço Social tinham como tônica “um fazer pelo fazer”. Até porque, o processo de Renovação Profissional no Brasil tinha como pilar de sustentação a busca de uma cientificidade ao Serviço Social, com vistas à afirmação deste enquanto uma profissão.

Quando se fala de um “fazer pelo fazer”, pressupõe-se que os objetivos daquela ação sejam o próprio procedimento (preencher um relatório, realizar uma entrevista) ou a aparente finalidade do procedimento, que, no caso do Serviço Social, está muito atrelada à concessão ou não de determinado benefício social. Enquanto teorização, isso não faz parte do ritmo de nenhum dos quatro seminários analisados. Os fins almejados centram-se na melhoria da qualidade de vida da pessoa humana, no contributo ao processo de desenvolvimento brasileiro, no fortalecimento dos indivíduos, famílias e comunidades, entre outros intentos.

Por outro lado, isso não indica que, em muitos momentos, a dimensão da operacionalidade não tenha sido premente. A questão é que, a despeito da precipuosidade dessa operacionalização nas reflexões postas no âmbito dos documentos, houve uma vinculação entre fins e meios que ultrapassou o proceder. Melhor dizendo, os modelos operativos receberam atenção central nas reflexões feitas nos quatro seminários, especialmente em Araxá e Teresópolis, mas as finalidades que extrapolavam a esfera da operacionalização não eram inexistentes.

Portanto, no âmbito das reflexões dos supracitados seminários que foram sistematizados nos documentos aqui analisados, a operacionalidade ganhou destaque e esteve vinculada ao planejamento, à avaliação das ações, entre outros aspectos. O cerne da problemática de grande parte das reflexões dos seminários foi o excesso de modelos de intervenção profissional, uma vez que estes engessam não só a prática como os objetivos desta.

À vista disso, é possível que, sob determinado aspecto, o excesso de modelos operativos tenha tirado o destaque dos objetivos do Serviço Social presentes em alguns dos documentos, fazendo com que as operações se confundissem com os propósitos da prática profissional. Foi justamente nessa rigidez procedimental que se notou o que Pinto (2005a) chamou de substantivação da técnica. Em termos gerais, a técnica foi substantivada, ao longo dos documentos, seja na profissão como sujeito coletivo, seja nos procedimentos e instrumentos da ação do assistente social.

É claro que nem todas as reflexões postas nos documentos seguiram a lógica de substantivação acima referenciada. Em Sumaré e no Alto da Boa vista, como já foi feito menção, há um alargamento de temáticas e referenciais teóricos. Ainda com muito ecletismo e debilidades, a profissão buscou uma aproximação do referencial marxista, reivindicando a lógica dialética para se pensar as práticas profissionais vinculadas à renovação profissional. A busca da Teoria Geral do Sistemas, igualmente, é fruto da perda da hegemonia da perspectiva modernizadora na condução do Processo de Renovação Profissional.

A compreensão dos participantes acerca da técnica não necessariamente esteve presente de modo explícito no âmbito dos quatro documentos. Em Araxá, muito em virtude da base filosófica do documento, o debate está mais explanado. Nos demais, foi preciso tecer um esforço maior de apreensão, com vistas a compreender o modo pelo qual a técnica foi compreendida.

Em Araxá e Teresópolis, como foi exposto, o intento do Serviço Social de se colocar como uma profissão cujo contributo incide no processo de desenvolvimento brasileiro passou pela reivindicação da técnica como um elemento imparcial e eficiente, capaz de munir a profissão na busca por esse objetivo. Tanto que, em Teresópolis, a construção de modelos interventivos ocupou a centralidade das reflexões profissionais. Como aponta Netto (1990), nenhum documento do Serviço Social, até a data em que escreve o autor, sistematizou, com tamanha força, os modelos de intervenção da profissão.

Já no Seminário de Sumaré e no Seminário do Alto da Boa Vista, como mencionado, há um alargamento dos debates. Não que seja inexistente a busca de modelos interventivos; a Teoria Geral dos Sistemas e o estudo da Cibernética fazem parte, inclusive, desse ensejo de delimitação dos procedimentos da prática do assistente social. A busca do grupo do Rio de Janeiro, no Documento de Sumaré, pelo legado de Goldstein e pela elaboração de modelos interventivos, de igual forma, se faz muito constante. Complementarmente, em Sumaré, há a reivindicação do grupo de São Paulo acerca da basilaridade do pensamento dialético para o Serviço Social e para as práticas da profissão. No Alto da Boa Vista, em um dos trabalhos, a intervenção do assistente social tem como objeto a “conscientização” acerca da ideologia marxista e uma certa ressalva à delimitação de protótipos interventivos.

Portanto, é difícil afirmar que a concepção acerca da prática do Serviço Social tenha se constituído de modo reduzido nos fragmentos que, aqui, foram analisados referentes ao Processo de Renovação do Serviço Social. Ao mesmo tempo, é visível a centralidade que ocupou o debate dos procedimentos na grande maioria dos seminários. Portanto, como já colocado em questão, parece haver, não raro, um hiato entre as premissas postas e os encaminhamentos feitos com relação à prática do Serviço Social. Um outro problema apontado é que as formas de conhecimentos reivindicadas, em grande peso, no âmbito dos documentos, foram de cariz mais manipulatório com pressupostos ligados a operacionalidade e condução também alinhada a esta.

Ao final das discussões, é preciso, novamente, colocar em pauta que o debate acerca da técnica legado por Álvaro Vieira Pinto não é uma questão estritamente semântica. Ela, antes de tudo, permite que os instrumentos e procedimentos da ação profissional tenham sua importância alçada no agente profissional. O pensamento formalista tende a apartar os diversos elementos que dão conformidade à ação profissional do assistente social. O que se buscou, aqui, foi trazer a lógica dialética à análise da técnica.

Se a técnica é a condição para a hominização do ser humano e se complexifica, apenas, por meio do desenvolvimento deste, não há como reduzi-la a procedimentos ou instrumentos. A razão humana, em essência, é técnica. Logo, não existe racionalidade profissional que não seja técnica e, de modo algum, esse fato se configura como um problema. A separação entre as três dimensões do fazer profissional (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política), em verdade, é

um recurso didático para a exposição, pois as fronteiras entre tais planos de atuação não existem para além de um espaço expositivo. Melhor dizendo, essas três dimensões se cristalizam na prática do assistente social. Na ação profissional, tais dimensões são unitárias.

A priorização de uma dimensão do fazer profissional em relação ao outro nada mais é do que a priorização de uma determinada forma de conhecimento em detrimento de outra. Dito de modo mais pormenorizado, como aponta o professor José Paulo Netto (2011) ao retomar o pensamento marxiano, há diversos modos de conhecimento (teórico, artístico, religioso). É impossível projetar uma ação desprovida de algum tipo de conhecimento.

O compromisso do Serviço Social para com o conhecimento teórico e, pois, fidedigno ao real (Netto, 2011), diz respeito ao comprometimento da profissão para os interesses da classe trabalhadora, pois permite ao assistente social vislumbrar objetivos profissionais que ultrapassem o circuito procedimental e do senso comum. Esse vislumbrar possibilita que o profissional de Serviço Social se coloque mais próximo dos interesses da população trabalhadora e que os procedimentos e meios de trabalho subvertam-se a um campo de finalidades críticas propiciado pelo conhecimento teórico como mediador de uma análise qualificada da realidade social na qual o trabalho profissional se inscreve.

De modo algum, isso diminuiu a importância dos procedimentos ao trabalho do assistente social. A problemática é quando estes são tomados como fins em si mesmos. Tendo em vista que a ação primeira dos assistentes sociais deve ser pensar ontologicamente a realidade social e a razão de ser da atividade profissional que desenvolve — e isso faz parte da dimensão da técnica — existe uma hierarquia de conhecimentos à uma profissão que quer colocar-se ao lado da ciência. Hierarquia essa que é diamantada pelo conhecimento teórico, onde o conhecimento procedimental deve unir-se ao primeiro quase como uma consequência.

Álvaro Vieira Pinto (2005a) traz uma compreensão de técnica que, por si mesma, coloca, em termos expositivos, um relativo destaque a dimensão teórico-metodológica e ético-política do Serviço Social. Não se trata de pensar a técnica engessada na dimensão técnico-operativa. Ela é uma propriedade do agir humano que mobiliza e pressupõe conhecimentos, escolhas, valores, direção, operações. A técnica tem como razão de existência o homem. E, de modo algum, pode substantivar-

se do agente que realiza atos técnicos ou nas objetivações humanas, uma vez que a técnica é, em essência, um adjetivo que dá qualidade às ações do ser humano.

Vale ressaltar que Serviço Social, como foi possível perceber, desde sua gênese histórica, não só se valeu de tecnologias e técnicas, como também as sistematizou, uma vez que estas são elementos inerentes à ação humana no mundo e, pois, ao agir do assistente social. Do ponto de vista filosófico, se as tecnologias são de base digital ou não importam apenas na medida em que houve uma mudança na forma de aparecer destas. O fincar da técnica, a essência e o conteúdo da técnica, está na relação entre o ser humano e a natureza, no processo de produção material da existência, presente desde a constituição do ser social.

Há muita relevância na afirmação de que a dimensão técnico-operativa é o modo pelo qual aparece o movimento das três dimensões do fazer profissional referidas (Santos; Souza Filho; Backx, 2017, p.27). Isso, de certo modo, remete a concepção de que a técnica, enquanto propriedade da ação humana no mundo, é fundamentalmente constituída pela linguagem e pela cultura e, conseqüentemente, pelo conhecimento. A técnica, vista em razão do ser humano, inscrita nas ações desse ser, pressupõe escolhas, valores, conhecimento, destreza (Pinto, 2005a). Elementos esses que aparecem nas ações e no resultado destas. O que não significa, jamais, conceber que exista intencionalidade ou alguma racionalidade imanente nos produtos da ação humana. Mas esses resultados, de certo modo, são frutos de uma dada intencionalidade humana.

De fato, as produções que buscaram pensar ontologicamente a técnica no âmbito do Serviço Social foram escassas. No entanto, tal fato não reflete a impossibilidade de apreender o modo através da técnica foi pensada ao longo da trajetória da profissão. O *lócus* desta pesquisa foi o período da profissão intitulado de Processo de Renovação por meio das lentes do Documento de Araxá, Sumaré, Teresópolis e Alto da Boa Vista. Apesar de chegar temporalmente na fase história de hegemonização da vertente de Intenção de Ruptura (Netto, 2015), tendo em vista que essa intenção continua aberta até o tempo presente, não foi possível delinear de que modo a técnica foi tratada pela profissão na regência deste intento de romper com o passado conservador do Serviço Social.

À vista disso, faz-se mister — apesar da impossibilidade de um maior aprofundamento — rememorar os trabalhos de algumas intelectuais da área: Myrian Veras Baptista, *Prática social e prática profissional: a natureza complexa das relações*

profissionais cotidianas; Marilene Coelho, *Imediatividade na prática profissional do assistente social*; Yolanda Guerra, *A instrumentalidade do Serviço Social, A instrumentalidade no trabalho do assistente social e No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”*; Cláudia Mônica dos Santos, *Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social* e *A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social*; Cláudia Mônica dos Santos, Sheila Backx e Yolanda Guerra, *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*; bem como Rosa Lúcia Predes Trindade, *Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais*, entre outros autores.

De modos diferentes, tais autoras contribuíram no sentido de propor ao Serviço Social uma outra racionalidade de intervenção para além do modo de pensar e agir predominantemente atrelado aos procedimentos. Em muitas das obras elencadas, o conhecimento teórico — por meio do qual os assistentes sociais podem valer-se para pensar a realidade — ganha bastante centralidade na condução da prática da profissão. A reivindicação da lógica dialética foi um movimento feito, também, por algumas autoras, com vistas a trazer outros contornos à prática do Serviço Social e de colocar a intervenção da profissão no campo político e teórico do marxismo.

No contexto atual, diante da intensificação do uso das tecnologias digitais nos processos de trabalho do assistente social, corre-se o risco de supervalorizar a técnica no sentido de ora atribuir um valor moral muito positivo a ela, outrora culpá-la por todos os males que atingem a dimensão do fazer profissional do assistente social. É preciso ter bastante cuidado com tais análises que emergem em razão de uma ingênua compreensão sobre o que é a técnica. Ao possuir uma compreensão pueril sobre a técnica, desloca-se o eixo propulsor do sujeito para o objeto, o que, nessa circunstância, sucumbe em colocar as novas tecnologias no centro de uma problemática que é essencialmente humana. Em outros termos, o problema passa a residir exclusivamente nas novas tecnologias e, portanto, desloca-se da esfera do agir do assistente social, em um processo de humanização da técnica e das novas tecnologias. E uma coisa é certa: se a profissão não tem clareza dos caracteres que conformam a problemática das novas tecnologias, como será possível enfrentar essa séria questão?

De Araxá à Intenção de Ruptura, os procedimentos e instrumentos que formam a prática do Serviço Social não possuem agência própria. Assim, a centralidade do debate deve permanecer no sujeito que atua – o assistente social – e na qualidade de sua intervenção ancorada em sua capacidade de subjetivar a objetividade e objetivar a subjetividade de forma crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

A historicidade da profissão demonstra que, mesmo em contextos marcados pela ênfase nos modelos interventivos, a tensão entre o real, a técnica, o conhecimento e a ética nunca desapareceu, sendo esse um dos motores que possibilitou a contínua construção da identidade profissional do assistente social

É igualmente relevante destacar que, ao considerar a técnica como uma propriedade do ser humano e, portanto, inseparável de sua capacidade teleológica, abre-se a perspectiva de que qualquer ação profissional é simultaneamente técnica, ética e baseada em alguma forma de conhecimento da realidade. Essa concepção rompe com visões reducionistas que tratam os instrumentos e procedimentos como elementos autônomos e desloca o centro da análise para o sujeito, o assistente social, reafirmando o papel deste como mediador crítico entre a realidade social — tendo como lastro analítico a “questão social” — e a intervenção planejada. Assim, a técnica deixa de ser um fim em si mesma e se consolida como elemento constitutivo de uma prática intencionalmente dirigida.

Portanto, ao longo de todo o Processo de Renovação Profissional, evidencia-se que a técnica, longe de constituir um “elemento” meramente instrumental, esteve intrinsecamente vinculada à constituição do sujeito profissional e à sua capacidade de compreender e transformar a realidade social. A trajetória do Serviço Social revela que a operacionalidade dos procedimentos, mesmo quando central nos debates dos seminários, nunca se deu de forma autônoma, mas sempre atravessada pela articulação com o conhecimento e pelos imperativos ético-políticos da profissão, postos enquanto finalidades ancoradas em determinados valores.

É preciso lembrar que os quatro Seminários de Teorização, aqui analisados, fizeram parte da autorepresentação do Serviço Social. Portanto, não indica diretamente como se deu as práticas do Serviço Social naqueles períodos históricos. Como representação, foi possível perceber que a grande questão ao tratar da dimensão da técnica e da prática profissional não foi a ausência, em grande parte do material analisado, de inter-relações entre meios e finalidades que ultrapassaram

a esfera dos procedimentos, mas a ausência de uma teoria que poderia contribuir no desvelamento do objeto do Serviço Social e da realidade na qual o trabalho profissional se insere. A profissão almejava finalidades que ultrapassam a esfera do proceder e, na mesma toada, reivindicava conhecimentos de caráter fenomênico e operacional. Houve, pois, um hiato entre a intenção posta e a possibilidade de objetivá-la nas próprias reflexões que foram feitas nos documentos.

Na introdução deste trabalho, partimos de algumas questões acerca dos documentos que foram analisados, sendo elas: A técnica nos documentos se reduz a procedimentos e instrumentos? O foco está no sujeito ou nos instrumentos? O que significa o Serviço Social como técnica social ou “arte de fazer”? Qual o fundamento que torna o assistente social técnico? Como o conhecimento da realidade influencia o proceder profissional? Qual o impacto da compreensão do objeto profissional na técnica? Buscamos, dentro do possível, respondê-las ao longo desta dissertação.

Portanto, conclui-se que, em grande parte do material analisado, houve uma redução na compreensão da técnica, em razão de sua substantivação (Pinto, 2005a), tanto no agente profissional — enquanto técnico do desenvolvimento — quanto nos instrumentos e procedimentos utilizados pelo Serviço Social. Além disso, foi possível observar que, quando se atribuiu ao Serviço Social a natureza de técnica social, ocorreu a substantivação da técnica no âmbito de um sujeito coletivo (profissão).

A pouca delimitação do objeto do Serviço Social tornou-se notória nos documentos analisados. Entende-se que a dificuldade em captar o objeto do Serviço Social esteve vinculada às fragilidades dos conhecimentos utilizados como base para a teorização do Serviço Social. A maioria desses conhecimentos possuía um caráter operacional e fenomênico. Mesmo nos trabalhos que chegaram a recorrer ao marxismo e à dialética, faltou o conhecimento das categorias da crítica da economia política marxiana para que os pressupostos do “método” ganhassem concretude e para que a possibilidade de compreender o objeto da profissão para além dos fenômenos se tornasse viável. Uma vez que a profissão não compreende o objeto sobre o qual ação profissional se dá, as finalidades podem tornar-se incoerentes para com este, bem como as metodologias.

A técnica, como propriedade humana, como o processo de subjetivação da objetividade e objetivação da subjetividade (Pinto, 2005a), sofre influência também da falta de clareza acerca do objeto do Serviço Social. A relação entre o ser humano e a natureza pressupõe a existência de um objeto. A relação de uma profissão para com

o real também. Essa é uma questão ontológica. Mas, à medida que as ações humanas e a realidade ganham complexidade, nem sempre é tão fácil desvelar todos ou o principal objeto que a intervenção profissional mobiliza. Quando o profissional não apreende o objeto na sua integralidade, não subjetiva a objetividade com fidedignidade, a objetivação da subjetividade é afetada. A apreensão parcial ou fragmentada do real tende a produzir respostas profissionais imediatistas, pragmáticas ou predominantemente instrumentais, esvaziando o potencial da intervenção profissional.

Um conhecimento crítico, fidedigno e totalizante da realidade possibilita ao profissional apreender as múltiplas determinações que conformam o objeto do Serviço Social, superando leituras imediatas ou aparentiais dos fenômenos sociais. Dessa forma, o proceder profissional deixa de se limitar à resposta pontual às demandas e passa a se orientar por uma intervenção precisa, eticamente comprometida, capaz de articular meios e fins de modo coerente com o projeto profissional filiado aos interesses da classe trabalhadora.

Portanto, a grande problemática que se apresentou no âmbito dos quatro documentos não foi uma relativa redução da técnica ao sujeito profissional, à profissão como sujeito coletivo ou aos instrumentos e procedimentos dos quais o assistente social se utiliza. É claro que, como evidenciamos, tal redução da técnica pode deslocar a centralidade, no que se refere à intervenção profissional, do sujeito à técnica entificada, fazendo com que aquele siga os ditames desta, sem compreender que a técnica é uma propriedade do intelecto e do agir humano, que permite a este unificar a objetividade e a subjetividade e que coexiste dialeticamente com as esferas da cultura (conhecimento) e da linguagem. No entanto, a despeito dos desdobramentos referentes à relativa redução da técnica, a problemática do conhecimento teve, como dito, em comparação, um peso muito maior no atinente às considerações sobre a prática do Serviço Social.

Em outros termos, ainda que se percebeu, em diversos momentos, uma compreensão não redutora da técnica e da prática do Serviço Social, verificou-se um descompasso entre a intenção atribuída ao Serviço Social enquanto forma de autorrepresentação e a viabilidade de concretizar o projeto profissional aspirado. Isto é, embora, não raro, a prática do Serviço Social e, em alguma medida, a dimensão da técnica tenham sido vislumbradas relacionadas aos objetivos remotos e operacionais do Serviço Social, à esfera dos valores, ao conhecimento, ao imperativo do

planejamento e da avaliação dos resultados — o que demonstra um certo contraponto ao pragmatismo profissional — o tipo de conhecimento reivindicado para pensar a prática do Serviço Social não dava sustento ao alcance da intenção formulada na autorrepresentação do Serviço Social. Resta evidenciado a natureza manipulatória de grande parte dos conhecimentos reivindicados no âmbito dos documentos analisados. É notório que a escolha dessa forma de conhecer a realidade foi fruto de diversos fatores, dentre os quais a encontra-se a escolha política dos participantes dos seminários em questão, especialmente os dois primeiros.

À vista disso, não se pode afirmar que, nos Documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, ao tratar da prática do Serviço Social, esta tenha sido concebida de maneira pragmática, ancorada em um “fazer pelo fazer”, no “procedimento pelo procedimento”. No entanto, também é verdadeiro o fato de que a dimensão dos instrumentos e procedimentos ocupou grande destaque no âmbito dos referenciados documentos, sobretudo nos dois primeiros. O que, em contraponto, pode contribuir para o enfraquecimento da importância do assistente social na condução do processo de intervenção, a partir de sua capacidade de análise do real e de intervenção sobre a realidade. Somado a falta de clareza acerca do objeto do Serviço Social, o excesso de valorização procedimental, tendo por base conhecimentos de mesmo conteúdo, nessa via, pode trazer esse impacto à prática da profissão.

Diante do exposto, foi fundamental explicitar os pressupostos filosóficos e ontológicos da técnica. Entendê-la como um elemento indispensável a toda ação humana no mundo significa reconhecer seu papel central no desenvolvimento do ser social. No campo profissional, isso quer dizer que a técnica, enquanto propriedade humana, foi base para a constituição e o desenvolvimento do Serviço Social tal como ele se apresenta hoje. Desse modo, ao longo da história da profissão, a dimensão técnica, na condição de propriedade humana, ocupou um lugar decisivo no processo de complexificação do Serviço Social, mesmo diante das tentativas de reduzi-la ou limitá-la aos instrumentos e técnicas dos quais o Serviço Social, historicamente, se utilizou.

Buscamos, pois, afirmar a centralidade dos sujeitos profissionais na condução dos processos interventivos, uma vez que a técnica constitui uma propriedade inerente ao ser humano. A razão humana é, necessariamente, técnica. Longe de limitar a ação profissional, a técnica potencializa-a, na medida em que se

articula à capacidade humana de projetar, criar e intervir de forma intencional na realidade. Assim, no âmbito do Serviço Social, a técnica não pode ser dissociada das dimensões teórica, ética e política da intervenção profissional, uma vez que sua utilização implica escolhas conscientes e posicionamentos, do assistente social, diante da realidade. Ao reconhecer a técnica como expressão da atividade humana criadora, reafirma-se, pois, o papel ativo dos sujeitos profissionais na condução dos processos interventivos. Os instrumentos e procedimentos da intervenção do assistente social, nessa via, devem sempre ser analisados em relação à capacidade do profissional. A técnica deixa, portanto, de ser compreendida na condição de ser e passa a ser concebida como mediação fundamental para prática do Serviço Social, entre o conhecimento da realidade e a ação profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho**. In: **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 13-40.

ARAUJO NETO, Gerson Albuquerque de; ARAUJO, Gustavo Bacelar Fontenele. **Karl Popper e a questão da mente**. *Natureza Humana*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 69-82, jan./jun. 2018. ISSN 1517-2430.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Teorização do serviço social: documentos Araxá, Teresópolis, Sumaré**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

_____. **Teorização do serviço social: documento Alto da Boa Vista**. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

CBCISS. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro, n. 60, ano XXXVII, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Código de ética do/a assistente social**. Brasília: CFAS, 1975. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

DAGNINO, R. **A tecnologia social e seus desafios**. In: _____. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 19-34. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7hbdtpdf/dagnino-9788578793272-04.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DURKHEIM, Émile. **Les Règles de la Méthode Sociologique**. Tradução de Eduardo Lúcio Nogueira. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

FEDER, Franklin Lee. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 12, n. 4, dez. 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901972000400009>. Acesso em: 17 dez. 2025.

GONZATTO, Rodrigo Freese; MERKLE, Luiz Ernesto. **Rede Álvaro Vieira Pinto**. Curitiba, 2015—. Disponível em: <https://alvarovieirapinto.org/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Racionalidades e serviço social: o acervo técnico-instrumental em questão.** In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 181-201.

GROHMANN, Rafael. **Plataformização do trabalho: características e alternativas.** In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020, p. 93-110.

HARVEY, David. **Para além do capital.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARTMAN, Ann; LAIRD, Joan. **Remembering Howard Goldstein.** *Journal of Teaching in Social Work*, v. 21, n. 3, p. 3–5, 2008. DOI: 10.1300/J067v21n03_02.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN 85-249-0693-6.

_____. Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: a ilusão de servir.** In: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação.** Cap. 1. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Trabalho alienado e propriedade privada.** In: _____. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844.** São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 302–359.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEZES, Elizabeth. **Resumo da teoria geral de sistemas**. Estratégia Concursos, 04 set. 2023. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/teoria-geral-sistemas/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço social brasileiro: profissão e área do conhecimento**. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Cinco notas a propósito da questão social**. *Revista Temporalis*, Brasília, n. 3, ano 2, jan./jul. 2001.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: UnB, p. 91–110, 1999. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

OLIVEIRA, Nilton Marques; STRASSBURG, Udo. **Teoria da Causação Circular de Myrdal**. 2019. Disponível em: <https://institutomyrdal.wordpress.com/2019/07/22/teoria-da-causacao-circular-de-myrdal/>. Acesso em: 02 out. 2025.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

_____. **O conceito de tecnologia**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

RODRIGUES, Aroldo. **Jacobo A. Varela (1911-1997). Obituário. Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 10, n. 2, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000200014>. Acesso em: 17 dez. 2025.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo; BACKX, Sheila. **A dimensão técnico-operativa do serviço social: questões para reflexão.** In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2017.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 2016.